

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IRIANA NUNES VEZZANI

JORNAL QUINZE DE NOVEMBRO: FORÇAS EDUCATIVAS ENTRE  
ESPAÇOS DE EXPERIÊNCIAS E HORIZONTES DE EXPECTATIVAS  
(CURITIBA, 1889-1890)



CURITIBA 2018

IRIANA NUNES VEZZANI

JORNAL *QUINZE DE NOVEMBRO*: FORÇAS EDUCATIVAS ENTRE  
ESPAÇO DE EXPERIÊNCIAS E HORIZONTES DE EXPECTATIVAS  
(CURITIBA, 1888-1890)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, apresentada para banca, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dulce Regina Baggio Osinski.

CURITIBA

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de  
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca de Ciências  
Humanas Maria Teresa Alves Gonzati, CRB  
9/1584 com os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

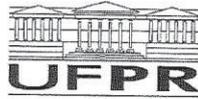
Vezzani, Iriana Nunes.

Jornal *Quinze de Novembro* : forças educativas entre espaço de  
experiências e horizontes de expectativas. (Curitiba, 1888-1890) /  
Iriana Nunes Vezzani. – Curitiba, 2018.  
333 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de  
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dulce Regina Baggio Osinski

1. Educação – História – Curitiba (PR). 2. Educação – Imprensa –  
Paraná. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 370.9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **IRIANA NUNES VEZZANI** intitulada: **JORNAL QUINZE DE NOVEMBRO: FORÇAS EDUCATIVAS ENTRE ESPAÇOS DE EXPERIÊNCIAS E HORIZONTES DE EXPECTATIVAS (CURITIBA, 1889-1890)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Março de 2018.

DULCE REGINA BAGGIO OSINSKI  
Presidente da Banca Examinadora

ALESSANDRA FROTA MARTINEZ DE SCHUELER  
Avaliador Externo

CLAUDIO DE SA MACHADO JUNIOR  
Avaliador Interno

MARIA TARCISA SILVA BEGA  
Avaliador Externo

CARLA SIMONE CHAMON  
Avaliador Externo

Dedico este trabalho à amizade, porque foram meus amigos que foram brisa quando não havia mais ar.

## **AGRADECIMENTOS**

Por tanto tempo estive no século XIX que pegar o bonde de volta me deixou um tanto deslocada e solitária. Aquelas pessoas, aqui e agora, são apenas nomes de rua, sem memória e sem vida. De muitos deles acompanhei o dia a dia, sabia de suas viagens, estive em seus casamentos, também no nascimento (e morte) de seus filhos, esposas. Conhecia o dono da vaca que costumava pastar solta no Largo Zacarias atrapalhando a passagem, sabia quando os cães entravam no cio, deixando a população curitibana constrangida com a festa. Ouvei as reclamações sobre a agitação dos sapos do Passeio Público, quando estavam pedindo por chuva. Sabia do horário dos bondes, dos lampiões sem luz nas noites sem luar, do barro e do pó nas ruas, das festas da Igreja, da mercadoria nova que chegava às lojas...

Havia, porém, um lugar que me levava para o século XX. As oficinas da Litografia e Tipografia do Comércio. Podia sentir de novo o cheiro da tinta, o som das máquinas imprimindo, o burburinho dos montadores de tipos – que conseguiam conversar, ler e juntar as letras de trás para frente formando uma frase! – Lembro da minha mãe intercalando as páginas de livros, do meu pai acomodando as resmas de papel e escutando atento qualquer descompasso no ritmo de cada impressora...

Na verdade, muitas vezes me senti num daqueles filmes em que se viaja no tempo com a recomendação expressa de não interagir com as pessoas, não tocar em nada, não mudar nada, não levar moedas no bolso... apenas observar e absorver! Foi difícil não me perder entre tantas histórias, entre tanta vida

acontecendo em tempos diferentes e ainda viver o hoje, sentindo como se estivesse num *looping* temporal, de novo um golpe, um governo deposto, promessas de futuro e liberdade, censura, autoritarismo...

Preciso agradecer ao meu esposo Alexandre Cavada, que por vezes me tinha muda, imersa noutro tempo e outras tagarelando sobre o dia a dia oitocentista. Agradecer aos meus filhos, Felipe, Gabriel e Marina, que, cada um do seu jeito, tive comigo, me ouvindo, me ensinando, me guiando e me apoiando durante esta pesquisa. Obrigada por compartilharem esta vida!

Minha gratidão a Dulce Regina Baggio Osinski, que foi incansável e generosa como orientadora, mas foi muito mais – muito, muito mais – como amiga. E também a sua família, onde me senti sempre acolhida. Obrigada, Ricardo, Angelo, Pedro e seu Luciano.

Agradeço também aos meus colegas do Grupo de Pesquisa História, Intelectuais e Educação (GPHIE), especialmente a Alexandra Bueno e Sílvia Ross, que estiveram atentas e presentes na minha vida durante este período, a Roberlayne Roballo, Andrea Cordeiro, Silvete Araújo, Amanda Torres, Rossano Silva, Renato Torres, Leticia Meira, Caroline Maroch e João Paulo da Silva.

Aos meus professores de mestrado e doutorado Carlos Eduardo Vieira, Nadia Gaiofatto Gonçalves, Ricardo Carneiro, Cláudio de Sá Machado Jr., Marcos Levy Bencosta e, especialmente, a Liane Maria Bertucci, que, mais do que ensinou, também me abraçou e a Gizele de Souza, Franciele França, Juarez dos Anjos e Etienne Baldez, que foram companhia e parceria no século XIX, ajudando-me a desvendar muitos mistérios do “além”, assim como Francisco Dourado, que foi incansável me auxiliando a seguir as pistas deixadas por Narciso Figueras.

Agradeço a leitura atenta, generosa e colaborativa dos professores que aceitaram ser titulares desta banca: Carla Chamon (CEFET/MG), Maria Tarcisa Bega (UFPR), Cláudio de Sá Machado Jr e Alessandra de Schueler (UFF) e também as suplentes Andrea Cordeiro (UFPR) e Evelyn Orlando (PUC/PR).

As meninas da secretaria do PPGE, Cinthia Marloch, Patrícia Kussaba, Sandra Lima, pela disponibilidade e sorriso. Ao programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná pelo apoio, estrutura e principalmente pela oportunidade de fazer pesquisa e prática de docência, a Fundação CAPES do Ministério da Educação.

Meu obrigada também pela cuidadosa e competente revisão de Caibar Pereira Magalhães Jr., a família que cresceu com a chegada do amor me presenteando com a Luana, leitora assídua e debatedora, Lucélia e Gabriela e aos “abraçantes” virtuais que, mesmo tão longe, estavam tão perto: Priscila Bahiense e Adriana Aparecida. Também a Ana Cláudia, Ana Júlia e Marina Louzada, que foram “abraçantes” de corpo e de alma e aos meus gatos Malbec, Tannat, Baco e Guri, que estiveram sempre presentes!

Toda essa experiência vivida durante a pesquisa confirmou na prática o que não é possível se falar de um único tempo histórico, mas sim de muitos, sobrepostos uns aos outros, como diz Koselleck.

## RESUMO

Esta tese investiga o papel constitutivo da imprensa escrita nas ideias relacionadas à educação no contexto de instauração da República no Brasil, por meio da análise do jornal *Quinze de Novembro*, que circulou no Paraná entre 24 de novembro de 1889 e 2 de maio de 1890 por iniciativa de Narciso Figueras, seu diretor-proprietário. Tomado como fonte e objeto, o impresso foi pensado como veículo por meio do qual seus agentes se posicionaram frente às necessidades e mudanças anunciadas pela nova forma de governo, ao mesmo tempo em que encetavam debates sobre a educação de modo mais amplo e sobre a instrução pública no Paraná. Utilizamos como fontes jornais, revistas e livros e dicionários editados e publicados no mesmo período no Paraná e no Brasil, documentos oficiais e obras de arte. Trabalhamos com uma noção ampliada de educação de acordo com a orientação de Maria Lúcia Pallares-Burke, ao consideramos o jornal *Quinze de Novembro* um veículo de comunicação e educação informal em trânsito dentro do espaço público e, como tal, participe ativo da estrutura comunicacional imbuído da transmissão de valores, comportamentos e difusão de conhecimento. Nesse sentido percebemos também que o jornal foi vetor de iniciativas que colocaram em prática os projetos de educação que entendemos estar em sintonia com a ideia de “forças educativas” delineadas por José Gondra e Alexandra Schueler. Para compreendermos o jornal dentro daquele momento histórico de instauração do novo regime político, no qual os leitores estavam experimentando um “tempo novo”, utilizamos como ferramentas de análise as categorias de “horizontes de expectativa” e “espaço de experiência” de Reinhart Koselleck. Selecionamos o jornal como ponto estratégico de observação e análise, pois através de suas páginas foi possível perceber o movimento gerado pela dinâmica das relações e dos diálogos que foram travados. Nesse sentido, foi importante a contribuição do conceito de “ecossistemas” de Jean Sirinelli. A tese aqui defendida é a de que o jornal *Quinze de Novembro* se instituiu estrategicamente como voz autorizada das ideias defendidas não só pelo novo regime, mas também daquelas que circularam no contexto paranaense, de cujos pressupostos desempenhou um papel importante como veículo agregador e motivador para o encontro de forças educativas, na medida em que foi além do de um mero divulgador de iniciativas da própria sociedade oitocentista paranaense, no intuito de inseri-la no debate nacional.

Palavras-chave: história da Educação, Proclamação da República, Paraná, Imprensa.

## ABSTRACT

This thesis scrutinizes the constructive role of the written press about the ideas related to education in the context of the instauration of the Republic in Brazil through the analyzes of the *Quinze de Novembro* newspaper, which circulated in Paraná between November, 24th and May 2nd of 1890 by the initiative of Narciso Figueras, its director and owner. Taken as source and object, the pressed was thought as a vehicle through which its agents stood in the face of the necessities and changes announced by the new form of government, and at the same time, began debates about education in a more amplified manner and also about the Public Institution in Paraná. We used as source newspapers, magazines, books and dictionaries edited and published at the same period in Paraná and Brazil, official documents and works of art. We worked with an amplified awareness of education according to Maria Lúcia Pallares-Burke's orientation, when considering the *Quinze de Novembro* newspaper a mean of communication and informal education in transit within public space and, and as it is, active party to the communicational structure responsible for the transmission of values, behaviors and knowledge spreading. In this sense, we also realize that the newspaper was a vector of initiatives which put in practice the projects of education we understand to be in syntony with the ideias "educational forces" outlined by José Gondra and Alexandra Schueler. To understand the newspaper within that historical moment of the new political regime instauration, in which the readers were experimenting a "new age", we use as analysis tools the categories "horizon of expectation" and "space of experience" from Reinhart Koselleck. We selected the newspaper as a strategic point of observation and analysis, for through its pages it was possible to perceive the movement created by the dynamic of relations and the dialogs that were held. In this sense, it was important the contribution of the "ecosystems" concept from Jean Sirinelli. The thesis, here defended, is that the *Quinze de Novembro* newspaper was strategically instituted as authorized voice of the defended ideas, not only by the new regime, but also the ones which circulated within the paranaense context, we think, played an important role as agreggator and motivational vehicle for the encounter of educational forces, as it was more than a mere promoter of the 80's society's initiatives in Paraná, in the will of inserting it in the national debate.

Keywords: History of Education, Proclamation of the Republic, Paraná, Press, Media.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – STEK. <i>A República arrancando o mal pela raíz</i> . Litografia, p&b, 71,5 x 52,5 cm., <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 5 jan. 1890, p. 3-4.....	49
Imagem 2 – Frontispício das edições da Revista <i>Galeria Illustrada</i> . ....	69
Imagem 3 – Frontispício do <i>Jornal Quinze de Novembro</i> .....	69
Imagem 4 – FIGUERAS, N. Capa edição fac-similar, 1888. Capa da edição fac-similar, 1888. Litografia p&b, 33x 22,5 cm.....	71
Imagem 5 – Esq. Capa revista <i>Galeria Illustrada</i> 1888 (33 x 22,5 cm) - Dir. Capa jornal <i>Quinze de Novembro</i> , 1889 (33 x 52,5 cm) – outros jornais (27,5 x 18 cm).....	73
Imagem 6 – Páginas internas / Esq. Revista <i>Galeria Illustrada</i> - Dir. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> .....	74
Imagem 7 – FIGUERAS, N. Zacarias de Góes e Vasconcelos. Autografia p&b, 33 x 22, 5 cm. Cópia de uma litografia de 1851, de Lemercier. Revista <i>Galeria Illustrada</i> . Curitiba, dez. 1888, n. 4, p. 29-30.....	75
Imagem 8 – Formato <i>in fólho</i> .....	79
Imagem 9 – CAPA. 33 x 52, 5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> , Curitiba, 30 de nov. 1889, ed. 6.....	82
Imagem 10 – <i>Jornal Quinze de Novembro</i> , 71,5 x 33 cm. Curitiba, 30 de nov. 1889, p. 2 - 3, ed. 6.....	83
Imagem 11 – ÚLTIMA PÁGINA. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . 33 x 52,5 cm. página 4 reservada para anúncios.....	84
Imagem 12 – FIGUERAS, N. O Monge Tibagy (tirado de uma fotografia). Litografia p&b, 33 x 52, 5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 9 de mar. 1890, p. 3-4.....	91
Imagem 13 – Interior da Oficina litográfica Lemercier.....	93
Imagem 14 – PALIÈRE, A. Vista do convento do Barbônios. Litografia.....	98
Imagem 15 – Matrizes em pedras litográficas. Acervo da autora.....	102
Imagem 16 – Matrizes em pedras litográficas. Acervo da autora.....	103
Imagem 17 – STRESSER, A. Proclamação da República no pátio da Aclamação do Rio de Janeiro. 1890. Litografia, p&b, 71,5 X 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 30 março de 1890, p. 2-3.....	110
Imagem 18 – SILVA, O. P. da. Proclamação da República no Brasil. 1889. Óleo sobre tela, 80 x 124 cm. Acervo do Museu Casa de Benjamin Constant, Rio de Janeiro.....	111
Imagem 19 – Sem Autoria. Quadro da Proclamação da República, no dia 15 de novembro, diante do quartel general do Rio de Janeiro. Revista <i>A Ilustração</i> , Paris, 05 fev. 1890, Ano 7, vol. VII, n. 3.....	112

Imagem 20 – STEK. Sr. Martins. Litografia p&b. 23 x 30 cm. <i>Jornal Entr'acto</i> . São Paulo, 28 de junho 1881 n. 2 , p. 3-4.....	122
Imagem 21 – FIGUERAS, N. A ata áurea da Câmara Municipal de Curitiba – Parte I(p. 02-3) - Coronel Francisco José Cardoso Júnior Governador do Estado do Paraná. Litografia p&b, 71,5 x 33 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 1 dez. 1889, p. 2-3.....	126
Imagem 22 – FIGUERAS, N. Parte final A ata áurea da Câmara Municipal de Curitiba. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> , Curitiba.....	127
Imagem 23 – FIGUERAS, N. DETALHE. A ata áurea da Câmara Municipal de Curitiba. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 3 dez. 1889, p. 3.....	127
Imagem 24 – FIGUERAS, N. Litografias p&b, 33 x 52,5 cm. 1 José Cardoso Júnior Governador do Estado do Paraná (1 dez. 1889, p. 2-3), 2 Capitão de Mar e Guerra José Marques Guimarães (8 dez. 1889), 3 Doutor Américo Lobo Leite Pereira(16 mar. 1890). <i>Jornal Quinze de Novembro</i> .....	129
Imagem 25 – FIGUERAS, N. Litografias p&b,33 x 52,5 cm. 1 Eduardo Mendes Gonçalves (12 jan. 1890, p. 03), 2 Manoel Correia de Freitas (19 jan. p. 03), 3 Manoel Euphrásio Corrêa (4 fev. 1890, p. 3). <i>Jornal Quinze de Novembro</i> .....	130
Imagem 26 – FIGUERAS, N. Litografias p&b, 33 x 52,5 cm. 1 - Quintino Príncipe do jornalismo Bocayuva (15 dez 1889, p. 03), 2- Francisco Glycério, chefe do partido Republicano de São Paulo Ministro da Agricultura (01 fev. 1890, p. 3), 3 - Dr. Ismael da Rocha (13 abr. 1890, p. 3). <i>Jornal Quinze de Novembro</i> .....	131
Imagem 27 – FIGUERAS, N. Quintino Bocayuva. Príncipe do jornalismo. Litografia p&b, 33x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> , Curitiba, 15 dez 1889, p. 3.....	133
Imagem 28 – FIGUERAS, N. DETALHE. Quintino Bocayuva. Príncipe do jornalismo. Litografia p&b, 33x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> , Curitiba, 15 dez 1889, p. 3.....	134
Imagem 29 – STEK. O grande abraço da civilização. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 24 nov. 1889, p. 3-4.....	149
Imagem 30 – 1 Mal. Deodoro da Fonseca, 2 Aristides Lobo,3 Ruy Barboza.....	140
Imagem 31 – 4 Ten. Cel. Benjamin Constant, 5 Eduardo Wandenkolk, 6 Quintino Bocayuva.....	140
Imagem 32 – STEK. DETALHE. O grande abraço da civilização. Litografia p&b, 33x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 24 nov. 1889, p. 3-4.....	141
Imagem 33 – STEK. DETALHE. O grande abraço da civilização. Litografia p&b, 33x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 24 nov. 1889, p. 3-04....	142
Imagem 34 – STEK. DETALHE. O grande abraço da civilização. Litografia p&b, 33x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 24 nov. 1889, p. 3-4.....	143

Imagem 35 – 1. A estátua de Athena na fonte situada em frente ao Parlamento austríaco — Foto de Vkorost 2. FIGUERAS, N. DETALHE frontispício Revista <i>Galeria Illustrada</i> . Litografia p&b 20,5 x 9,5 cm. Curitiba, 1888-1889. 3. STEK. DETALHE. O grande abraço da civilização. Litografia p & b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 24 nov. 1889, p. 3-4.....	145
Imagem 36 – FIGUERAS, N. Folhinha do <i>Quinze de Novembro</i> . Autografia, p&b, 33 X 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 1 jan. 1890, p. 03.....	146
Imagem 37 – BLONDEL, M. J. Retrato do poeta e legislador Sólon de Atenas, 1828. Museu de Picardie, França.....	148
Imagem 38 – FIGUERAS, N. DETALHE. Folhinha do <i>Quinze de Novembro</i> 1890 Autografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 01 jan. 1890, p. 3.....	150
Imagem 39 – Detalhes postos no primeiro plano do frontispício da revista <i>Galeria Illustrada</i> . FIGUERAS, N. Litografia p&b, 20,5 x 9,5 cm. Curitiba, 1888-9.....	151
Imagem 40 – Ponte Alexandre III.....	152
Imagem 41 – STEK. Quaresma de 1890. <i>Pulvis eris et in pulverem reverteris</i> . Litografia p&b, 33 x 52, 5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 19 fev. 1890, p. 3.....	155
Imagem 42 – 1. Fiéis com vestimenta de Farricocos, 2. Farricocos carregando os fogaréis. Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil.....	156
Imagem 43 – STEK. DETALHES. Quaresma de 1890. 1. Comissão Executiva, 2. Iluminação Pública. 3. Instruções. Quaresma de 1890. <i>Pulvis eris et in pulverem reverteris</i> . Litografia p&b, 33 x 52, 5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 19 fev. 1890, p. 3.....	157
Imagem 44 – FIGUERAS, N. Joaquim José da Silva Xavier – o Tira dentes 21 de abril 1792. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 21 abr. 1890, p. 3.....	163
Imagem 45 – FIGUERAS, N. DETALHE. Joaquim José da Silva Xavier – o Tira dentes -21 de abril 1792. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 21 abr. 1890, p. 3.....	164
Imagem 46 – FIGUERAS, N. DETALHE. Joaquim José da Silva Xavier – o Tira dentes -21 de abril 1792. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 21 abr. 1890, p. 3.....	165
Imagem 47 – Suplemento do <i>Quinze de Novembro</i> – A bandeira da República (segundo o modelo oficial) (22 dez 1889, anexo p. 3) frente e verso do suplemento.....	168
Imagem 48 – 1. Bandeira Imperial do Brasil (1822-1889), 2. Bandeira Provisória da República (15 a 19 de novembro de 1889) – 3. Bandeira Nacional oficial (19 nov. 1889 aos dias atuais) .....	169
Imagem 49 – 1. Armas Nacionais 2. Selos e Sinetes. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 11 e 12 fev. 1890, p. 1 e 3.....	171
Imagem 50 – Brasão Imperial.....	171

Imagem 51 – STEK. O ‘Estado’ do Paraná. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 9 fev. 1890, p. 3.....	175
Imagem 52 – STEK. DETALHE. 1. Capitão de Mar e Guerra José Marques Guimarães 2. Membros da Comissão Executiva. O Estado do Paraná. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 9 fev. 1890, p. 3.....	176
Imagem 53 – STEK. DETALHE. 1. INSTRUÇÕES Comissão Executiva. 2. Opinião Pública. O Estado do Paraná. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. 1. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 9 fev. 1890, p. 3.....	177
Imagem 54 – STEK. DETALHE. 1. INSTRUÇÕES Comissão Executiva. 2. Opinião Pública. O Estado do Paraná. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 9 fev. 1890, p. 3.....	178
Imagem 55 – STEK. A República bane os Loyos! Litografia p&b. 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 23 fev. 1890, p. 3.....	180
Imagem 56 – STEK. DETALHE 1. A República bane os Loyos! Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 23 fev. 1890, p. 3.....	182
Imagem 57 – STEK. DETALHE 2. A República bane os Loyos! Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 23 fev. 1890, p. 3.....	183
Imagem 58 – STEK. DETALHE 3. A República bane os Loyos! Litografia p&b, 33 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 23 fev. 1890, p. 3.....	184
Imagem 59 – STEK. Neste século de progresso – nem sempre apagar as luzes é sinal ... de retrocesso. Litografia p&b, 71,5 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 2 mar. 1890, p. 2-3.....	187
Imagem 60 – STEK. DETALHE. Neste século de progresso – nem sempre apagar as luzes é sinal... de retrocesso. Litografia p&b, 71,5 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 2 mar. 1890, p. 2-3.....	188
Imagem 61 – STEK. DETALHE 2. Neste século de progresso – nem sempre apagar as luzes é sinal ... de retrocesso. Litografia p&b, 71,5 x 52,5 cm. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 2 mar. 1890, p. 2-3.....	189
Imagem 62 – STEK. As colônias representadas pelos seus vários produtos manifestaram em todos os tempos ao sr. Maurício Sinke as patrióticas vaias de que é merecedor. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 23 mar. 1890, p. 3.....	191
Imagem 63 – STEK. As colônias representadas pelos seus vários produtos manifestaram em todos os tempos ao sr. Maurício Sinke as patrióticas vaias de que é merecedor. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 23 mar. 1890, p.3.....	192
Imagem 64 – STEK. DETALHE. As colônias representadas pelos seus vários produtos manifestaram em todos os tempos ao sr. Maurício Sinke as patrióticas vaias de que é merecedor. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 23 mar. 1890, p. 3.....	193

Imagem 65 – STEK. DETALHE. As colônias representadas pelos seus vários produtos manifestaram em todos os tempos ao sr. Maurício Sinke as patrióticas vaias de que é merecedor. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 23 mar. 1890, p. 3.....	193
Imagem 66 – Retrospectiva dos rostos inseridos nas charges: José Marques Guimarães, Vicente Machado, Chichorro Junior, Maurício Sinke e novamente Vicente Machado.....	194
Imagem 67 – Prédio da Imprensa Paranaense. Coleção Julia Wanderley. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná / Diretoria de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural / Fundação Cultural de Curitiba.....	226
Imagem 68 – ANÚNCIOS. Colégio Nossa Senhora da Glória, Escola Particular Jeronymo Durski, Colégio Parthenon Paranaense, Colégio São José. <i>Jornal Quinze de Novembro</i> . Curitiba, 8 jan. 1890, n. 36, p. 4.....	278

#### LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativa de preços e tiragem dos impressos.....	80
Tabela 2 – Lista de Imagens publicadas no jornal <i>Quinze de Novembro</i> .....	117
Tabela 3 – Organização da Escola de Artes e Indústrias do Paraná por matéria e professor.....	251
Tabela 4 – Escolas Particulares Anunciadas no jornal <i>Quinze de Novembro</i> .....	273

#### LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Jornais e editores (Curitiba 1889-1890.....)	66
MAPA 2 – Membros do Clube dos Estudantes e organização da Escola Noturna.....	239
MAPA 3 – Uso da palavra <i>ignorância</i> nas edições do jornal <i>Quinze de Novembro</i> .....	254
MAPA 4 – Rede formada pelas palavras ENSINO, EDUCAÇÃO e INSTRUÇÃO no jornal <i>Quinze de Novembro</i> .....	282

#### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparativo dimensional entre revista <i>Galeria Ilustrada</i> e jornal <i>Quinze de Novembro</i> por cm <sup>2</sup> .....	72
Gráfico 2 – Edições do jornal <i>Quinze de Novembro</i> por redator.....	200
Gráfico 3 – Seleção de palavras utilizadas com frequência no jornal <i>Quinze de Novembro</i> .....	28

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>1. QUINZE DE NOVEMBRO: “A REPÚBLICA ARRANCANDO O MAL PELA RAÍZ</b> .....	<b>49</b>
1.1 NA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ: “TRATEMO-NOS POR – SENHORES, MAS SEJAMOS – CIDADÃOS!” .....	54
1.2 A PROCLAMAÇÃO DO JORNAL <i>QUINZE DE NOVEMBRO</i> .....	67
1.3 TYPOGRAPHIA E LITHOGRAPHIA DO COMMÉRCIO A VAPOR: ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA, LUGAR DE APRENDIZAGEM .....	93
<b>2. O JORNAL ILUSTRADO: TRANSITANDO PELO TERRITÓRIO DA VISUALIDADE</b> .....	<b>116</b>
2.1 RETRATOS E RETRATADOS: “– PRAZER EM (RE)CONHECER!” .....	123
2.2 DATAS COMEMORATIVAS: OS FESTEJOS DA IMAGEM.....	137
2.3 SÍMBOLOS NACIONAIS: A VISUALIDADE DA REPÚBLICA.....	166
2.4 CHARGES: CRÔNICAS VISUAIS.....	173
<b>3. MINEIROS DO FUTURO: “- COM A PALAVRA, OS EDITORES”</b> .....	<b>196</b>
3.1 A REDAÇÃO DE LEONCIO CORREIA (24 DE NOVEMBRO DE 1889 A 25 JANEIRO DE 1890) .....	202
3.2 O COMBATE DE JOÃO MENEZES DORIA (26 DE JANEIRO A 15 DE ABRIL DE 1890) .....	212
3.3 A MEDIAÇÃO DE NARCISO FIGUERAS (16 DE ABRIL A 02 DE MAIO DE 1890) .....	221
<b>4. O JORNAL <i>QUINZE DE NOVEMBRO</i>: EMPRESA EDUCADORA</b> .....	<b>228</b>
4.1 FORÇAS EDUCATIVAS: O JORNAL COMO ARTICULADOR DE NOVOS ESPAÇOS DE EXPERIÊNCIA.....	231
4.2 O JORNAL CONTRA “A HIDRA VIVAZ DA IGNORÂNCIA” .....	253
4.3 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A ESCOLA COMO PRODUTORA E PRODUTO.....	263

<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>284</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>291</b>

## INTRODUÇÃO

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções.  
Machado de Assis (ASSIS, 1970)

Esta pesquisa visa investigar o papel constitutivo da imprensa escrita nas ideias relacionadas à educação dentro do cenário histórico de instauração da República no Brasil, mais especificamente no Paraná, uma das 21 províncias que foram na ocasião elevadas à categoria de Estado de Federação. Selecionamos para uma análise privilegiada um impresso que se apresentou ao público paranaense no dia 24 de novembro de 1889 e tomou por égide a data da Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil: o jornal *Quinze de Novembro*. Anunciado como “folha diária ilustrada”, esse jornal colocou em circulação 142 edições até 2 de maio de 1890, movimentando-se como estrutura comunicacional no espaço público. O nome já indicava otimismo e perspectiva de progresso da pátria brasileira, fatores que, segundo Lúcia Oliveira (1990, p. 40-66), eram heranças dos princípios doutrinários da Revolução Francesa e da filosofia dos direitos naturais, típicos dos anos finais do século XIX.

Trabalhar com fontes documentais ligadas à imprensa periódica é exercício que acompanha minha trajetória de formação desde a graduação, a partir de experiência como bolsista no Programa de Iniciação Científica do Departamento de Arte da UFPR, realizada entre 23 de julho de 2008 a 20 de janeiro de 2009, junto ao projeto de pesquisa intitulado *Arte, Educação e Modernidade no Paraná (1889-1971)*, sob a orientação da Professora Doutora Dulce Regina Baggio Osinski. O objetivo precípua desse projeto era o levantamento e mapeamento de fontes na imprensa, relacionadas à arte e ao seu ensino no Paraná, que permitissem acompanhar a atuação e a produção de intelectuais e artistas, trazendo à luz disputas e estratégias de afirmação dentro desse campo. Na ocasião, após a leitura dos textos publicados na imprensa, foram catalogados os seguintes periódicos: *A Arte* – que a princípio havia sido o foco principal –, *A Idea*, *O Santelmo*, *O Trovão*, *O Guarany*, *O Futuro*, *A Semana*, *Revista Azul*, *Revista do Paraná* e *A Galeria*

*Ilustrada*, todos encontrados no arquivo de microfilmes da Biblioteca Pública do Paraná. Este último título, ao apresentar-se como revista ilustrada, despertou maior interesse pelo seu evidente potencial em tornar-se, ao mesmo tempo, fonte e objeto de análise para investigações futuras.

Finalizando as atividades da Iniciação Científica e mantida a atração suscitada pelos binômios “documento–revista” e “imagem-texto”, tiveram início os trabalhos para a monografia desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de Educação Artística – Artes Plásticas, em 2010, na Universidade Federal do Paraná, onde foi possível aprofundar a pesquisa sobre a revista *Galeria Ilustrada* (1888-9), cujo objetivo principal foi compreender, do ponto de vista da arte, como foram direcionados os esforços desse periódico na busca de uma construção estilística e social para que a capital da província do Paraná embarcasse nos trilhos do progresso.

Com suas 21 edições, a revista *Galeria Ilustrada*, que circulou de 20 de novembro de 1888 a 29 de setembro de 1889, apresentava ainda grande potencial investigativo sobre as ideias relacionadas à educação que permearam os discursos de seus colaboradores sobre questões como instrução pública, educação, civilização<sup>1</sup>, modernidade e progresso, via de regra articuladas por meio do diálogo entre texto e imagem, tornando-se também fonte e objeto de pesquisa da dissertação de Mestrado defendida em março de 2013 no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa de História e Historiografia da Educação, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Essa pesquisa revelou a atuação da revista *Galeria Ilustrada* como veículo mediador na constituição da visualidade e sensibilidade de seus leitores e como colaboradora no processo civilizacional da sociedade oitocentista. Quarenta e sete dias depois de sua última edição foi proclamada a República, sendo que apenas nove dias mais tarde seria colocada em circulação a primeira edição do jornal diário ilustrado *Quinze de Novembro*, objeto desta tese.

---

<sup>1</sup> Compreendemos como civilização, além de significar o autocontrole e a introjeção de determinados hábitos e normas de conduta, de formas de comer, vestir, morar, conversar, amar e sentir, passou também a expressar nos níveis de desenvolvimento artístico, tecnológico, econômico e científico da humanidade, numa perspectiva claramente etnocêntrica, que conferia superioridade à civilização ocidental europeia. (ABREU, 2002; ELIAS, 1994a e 1994b; REVEL, 1991).

Tanto a revista quanto o jornal tiveram, na figura de seu diretor-proprietário, a mesma raiz idealizadora: o catalão, bacharel em belas artes, artista, litógrafo e ilustrador Narciso Antonio Figueras Girbal<sup>2</sup> (1854-1917). Ambos os periódicos também tiveram em comum a elaboração de suas matrizes geradoras dentro das oficinas Tipografia e Litografia do Comércio<sup>3</sup> da qual Figueras também era proprietário. Ao visualizar a oportunidade de crescimento do mercado da produção gráfica que a técnica litográfica<sup>4</sup> representava, de dentro das suas oficinas<sup>5</sup> deu início à construção de uma via de acesso ao progresso na capital do Paraná.

A escolha do *Quinze de Novembro* como objeto se deu, à primeira vista, por ele ter assumido o lugar da *Galeria Illustrada*, por ser uma iniciativa de Narciso Figueras e por se apresentar como a primeira folha diária ilustrada de grande formato. Também nos interessava o fato de o mesmo proprietário ter colocado para circular um veículo na Monarquia e outro na República. Identificamos no jornal *Quinze de Novembro* investimentos em questões compreendidas na época como fundamentais para o progresso e para a civilização do Brasil, último país da América do Sul a se tornar República. O levantamento dos principais temas abordados pelo jornal nos revelou grande potencial para investigação dos debates ocorridos sobre educação e instrução pública. Cada edição do impresso foi elaborada com conteúdos diversos, os quais contemplaram, entre outros, temas envolvendo literatura nacional e internacional, etnografia, linguística, ciências, história, engenharia, espaço

---

<sup>2</sup> Poucas foram as referências ao seu nome completo. O artista era conhecido como Narciso Figueras. Narciso Antonio Figueras Girbal nasceu em Gerona, na Espanha, em 1854. Bacharel em Belas Artes, artista, pintor, litógrafo, ilustrador. Sua chegada ao Brasil está registrada em 1880 em nota publicada no jornal *A Constituinte*, em 24 de abril (ano I, n. 222) de São Paulo. Naturaliza-se brasileiro em 1883. Sua chegada a Curitiba está registrada pela historiografia, como sendo em 1884, mas localizamos registros de suas ações no *Correio Paulistano* em 18 de abril de 1885. Instala em Curitiba a oficina da *Tipografia e Litografia do Comércio* em Curitiba.

<sup>3</sup> Narciso Figueras funda em Curitiba, no ano de 1887, a *Typographia e Lithographia do Commercio*. (VEZZANI, 2013). Em anúncios localizamos na grafia do período tanto como “*Typographia e Lithographia do Commercio à Vapor*”, como “*Lithographia e Typographia do Commercio à Vapor*”.

<sup>4</sup> A litografia é um método de impressão a partir de imagem desenhada com materiais gordurosos (lápiz, bastão, pasta etc.), em geral no calcário conhecido como “pedra litográfica”, que é tratada com soluções químicas e água que fixam as áreas oleosas do desenho sobre a superfície. O processo foi introduzido no Rio de Janeiro, em 1817, pelo francês Arnaud Julien Pallière (1783-1862), seguindo a experiência de Johann Jacob Steinmann (c.1801- c.1844), em impressos ilustrados, imprimindo mapas, etiquetas, letras de câmbio, cartões e as primeiras caricaturas do Brasil. Este tema foi abordado detalhadamente no capítulo 2 da dissertação de mestrado (VEZZANI, 2013).

<sup>5</sup> Usaremos o plural para indicar as oficinas, pois no mesmo espaço funcionavam tanto a oficina de tipografia e quanto a de litografia.

geográfico, agricultura, saúde e arte. Se considerarmos que não se pode pensar cultura sem educação, cada página do *Quinze de Novembro* pode ser analisada, segundo orientação de Antonio Prado (2008, p. 131-148), como “instrumento educador da razão e da sensibilidade”.

Os temas mais polêmicos geraram debates – com réplica e contrarréplica – ocupando por vezes mais de uma edição. Entre estas questões estavam temas caros ao contexto da recém-instaurada República, tais como liberdade de expressão, separação da Igreja e do Estado, naturalização, opinião, materialismo *versus* espiritualismo, entre outros. Eram contempladas tanto questões de âmbito regional, como a industrialização do Paraná, a situação política e da instrução pública, quanto outras de caráter mais geral, como a da importância da elaboração da constituição brasileira e do casamento civil.

Isso posto, definimos como objetivo principal desta pesquisa analisar no *corpus* documental do *Quinze de Novembro* o modo como as páginas do jornal foram utilizadas por seus agentes para se posicionar frente às necessidades e mudanças anunciadas pela República, ao mesmo tempo em que inseriam, em seus artigos, notas e anúncios sobre o discurso educacional, atualizando seus leitores em relação ao debate que ocorria em torno da educação e da instrução no Paraná.

O jornal, oportunamente, apropriou-se das raízes deixadas pela revista *Galeria Ilustrada*, cujas páginas ilustram a fase que antecedeu o encerramento da Monarquia no Brasil, mais especificamente na capital da Província do Paraná. Essas raízes foram cultivadas num período da história do Paraná fortemente marcado por inquietações e debates entre monarquistas e republicanos, grupos estes formados por intelectuais, artistas, escritores e educadores de diversas áreas.

A *Galeria* não foi o primeiro investimento de Narciso Figueras em Curitiba, que anteriormente já havia contribuído com as condições necessárias para que o professor Nivaldo Braga (1852–1924)<sup>6</sup>, em 25 de outubro de 1887, publicasse a

---

<sup>6</sup> Nivaldo Teixeira Braga (1852-1924) era professor e teve problemas com o Partido Liberal, que, na época, era dominante no Paraná. Frente a essa situação, decide abandonar o magistério público e atuar no jornalismo, sendo acolhido por Luís Coelho na *Pêndula Meridional*, que apoia também seu projeto de criar uma publicação diferenciada. (MELLO, 2008, p. 170). Colaborou com diversos jornais paranaenses, como o *Jornal do Comércio* e *Gazeta Paranaense*. Em 1887, com adesão e apoio de toda a elite intelectual de Curitiba, fundou-se a *Arcádia Paranaense*, uma associação que tinha por fim comemorar as épocas mais notáveis de história da Província (MELLO, 2008, p. 59).

*Revista do Paraná*<sup>7</sup>. Aliando texto e imagem em um mesmo impresso, a primeira revista ilustrada da Província abordava temas regionais, tendo feito circular somente sete edições. Essa primeira experiência incentivou Figueras a investir na criação e produção da revista *Galeria Ilustrada*, que se diferenciava da anterior por ter um caráter menos regionalista e mais universal. Somente depois desses dois antecedentes o artista catalão reuniu condições para se aventurar na produção do *Quinze de Novembro*, um jornal diário ilustrado cujas pretensões de circulação iam para além da capital, Curitiba, abrangendo outros pontos do recém-criado Estado do Paraná, e que se apresentou ao público como “expressão da verdade”, atribuindo a si próprio o poder de definir papéis sociais, práticas intelectuais e opiniões.

Para que fosse possível uma revisão crítica dos debates que circularam no jornal *Quinze de Novembro* em torno da educação e instrução pública, foi definido para esta pesquisa um recorte temporal que coincide com o período de circulação do jornal: novembro de 1889 a maio de 1890. No exercício prático da manipulação e análise deste *corpus* documental, levamos em conta as considerações de Revel (1998, p. 20) sobre o direcionamento do foco para um fragmento histórico com temporalidade reduzida, por reconhecê-lo como um período rico em ambiguidades, acomodações e tensões inerentes a um processo de construção de uma nova ordem, marcado pela turbulência política do primeiro ano da República.

No final do século XIX, período em que o jornal foi fundado e produzido, é possível crer que não foi uma tarefa difícil reunir um grupo de “homens de letras” dispostos a colaborar com as edições, pois diversos intelectuais já haviam percebido a prática jornalística como instrumento eficaz para motivar ações transformadoras, formar opinião pública e também divulgar e estimular a ação de “forças educativas” (GONDRA; SCHUELER, 2008). Nesse sentido, pode-se perceber que no Paraná não foi diferente. Cabe esclarecer que naquele momento eram considerados homens de letras aqueles que combinavam a atividade literária com a atuação nas redações de jornais e revistas. Segundo afirma Cohen (2008, p. 107-8), em torno desses espaços se formavam diversos círculos intelectuais, que assumiram papéis de

---

<sup>7</sup> A Revista do Paraná, cujo diretor e proprietário foi Nivaldo Braga, era produzida na oficina da Litografia do Comércio e só teve sete números publicados, disponíveis em fac-símile e na Biblioteca Pública do Paraná, setor paranaense e no arquivo do Museu Paranaense. (Sobre a Revista do Paraná, ver mais em OSINSKI; VEZZANI, 2013, 2016).

educadores, agentes culturais ou políticos, sendo com frequência, segundo Marco Morel (2008a, p. 39), mencionados na cena pública como “construtores do Estado nacional”. Poderíamos nomeá-los inovadores, difusores, divulgadores, vulgarizadores, mas, no caso desta pesquisa, orientados pelas premissas de Angela Gomes e Patrícia Hansen, procuramos delinear para estes personagens o conceito de *intelectuais mediadores*, aqueles que têm o papel de facilitar o acesso à compreensão dos conteúdos e informações, conduzindo “mensagens ou produto cultural de um lugar ao outro, de um tempo para outro, de um código cultural para outro” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 16). São eles produtores de conhecimento e comunicadores de ideias, vinculados direta ou indiretamente à intervenção político-social.

Durante o período de publicação do jornal *Quinze de Novembro*, quando os mais importantes vetores culturais da mediação eram os impressos e a imprensa era o meio técnico de comunicação mais avançado, alguns desses intelectuais estiveram dispostos a enfrentar essas questões ao agir comunicativamente e assumir os encargos dessa *tribuna* aberta pelo jornal *Quinze de Novembro*. Entre eles podemos citar Leoncio<sup>8</sup> Correia, João Menezes Doria (1857-1934) e Narciso Figueras<sup>9</sup>, que, assumindo o papel de redatores, conceberam a tessitura do jornal, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações. As estratégias utilizadas por esses mediadores culturais, com intenções e projetos que entrelaçavam o cultural e o político, fizeram com que a imprensa jornalística assumisse o papel de difusora das luzes e do ideal de civilização entre as camadas mais amplas da população.

Dessa forma, não podemos reduzir o jornal a mero veículo mediador de mudanças, mas também é pertinente analisá-lo como tribuna de debate e de combate entre sujeitos pensantes e agentes, em processo ativo de formação e

---

<sup>8</sup> Localizamos também citado em pesquisas a grafia “Leoncio”, mas optamos pelo uso não acentuado como foi publicado em livro de sua autoria, *A verdade histórica sobre o 15 de novembro*, publicado no Rio de Janeiro pela Imprensa Nacional em 1939 e *Meu Paraná* editado em 1954. Este último apresenta uma dedicatória assinada por sua filha Leonice Léa, datada em 26 de junho de 1961 (RJ). Ambos compõem o acervo da autora e são utilizados como fonte desta pesquisa.

<sup>9</sup> Tarcisa Bega, ao referir-se às atividades de Leoncio Correia, declara que “o seu jornal *Quinze de Novembro*, fundado dias após a Proclamação da República, é um periódico de defesa de interesses da recente República, contando como redatores a jovem intelectualidade local, entre eles os poetas há pouco saídos da adolescência”. (BEGA, 2013, p. 386). Leoncio era o redator do jornal e foi substituído por Menezes Doria. Nessa ocasião, o nome de Narciso Figueras passa a figurar no cabeçalho como editor-proprietário e Leoncio não se mantém como colaborador.

aprendizagem. Foram, portanto, os literatos a maioria a atuar como profissionais da imprensa, em um período em que esta tanto refletia a conjuntura política e social, como tinha o poder de influenciar na escolha dos cargos, estabilizando ou desestabilizando governos. Durante o Império, mesmo com a presença de discursos republicanos dissonantes, a imprensa em geral atuava sob orientação monarquista as vésperas do golpe militar. Essa mesma imprensa, porém, se transformaria em republicana logo após a instauração da República.

A profissão de jornalista ganhou ainda mais visibilidade e evidência no contexto paranaense, quando dois jornalistas assumiram os cargos de ministros no Governo Provisório a partir da instauração da República: Aristides da Silveira Lobo (1838-1896)<sup>10</sup> e *Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocayuva* (1836-1914)<sup>11</sup>. Segundo a descrição de Jorge Caldeira sobre como se deu o dia 15 de novembro de 1889:

Chegara a manhã do dia 15 de novembro na condição de um simples jornalista, correspondente do Diário Popular no Rio de Janeiro. Na noite do mesmo dia, já tinha outra função: era um dos cinco ministros do governo provisório. (CALDEIRA, 2015b, p. 222).

Como jornalistas, passaram então a ser reconhecidos como “paladinos da Ordem e do Progresso na República dos cidadãos” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 34-41), tornando-se pessoas influentes dentro do cotidiano urbano, convertendo-se muitas vezes em agentes a serviço de alguns grupos e partidos políticos por suas atuações nas páginas dos jornais. Devemos considerar, porém, que suas carreiras foram construídas durante o Império, período em que a imprensa gozava de ampla

---

<sup>10</sup> Aristides Silveira Lobo assumiu como Ministro do Interior, foi jurista, político, jornalista, apontado como republicano histórico. Abandonou a carreira política no Partido Liberal, pelo qual foi deputado nacional, para assinar o manifesto que propunha a remoção do poder Moderador da qualidade de locomotor do carro estatal. (CALDEIRA, 2015b, p. 222).

<sup>11</sup> Quintino Antonio Ferreira de Sousa Bocayuva [Bocayuva] nasceu no Rio de Janeiro em 1850, mudou-se para São Paulo, iniciando a vida profissional como tipógrafo e revisor. Retorna à cidade do Rio, onde trabalhou nos jornais Diário do Rio de Janeiro (1854) e *Correio Mercantil* (1860-1864), vindo a ser o redator do *Manifesto Republicano*, que veio a público em 3 de dezembro de 1870, na primeira edição do *A República*, e em cujas páginas escreveu até o encerramento, em 1874, quando fundou o jornal *O Globo* (1874-1883). Em 1884 fundou *O Paiz*, que exerceu grande influência na campanha republicana. Com a Proclamação da República assumiu como primeiro ministro da República, na pasta dos Negócios das Relações Exteriores. Antes da proclamação foi escolhido pelo Congresso Federal Republicano – na cidade de São Paulo – como chefe do partido. Era considerado por seus contemporâneos como jornalista brilhante e “*Príncipe da Imprensa*”. Fundou os jornais *O Globo* (1874-1883) e *O Paiz* (1884), neste último publicou em 1870 o *Manifesto Republicano* e em 22 de maio de 1889 o *Manifesto Político*. (PORTO, 1890, p. 983).

liberdade de expressão, característica das sociedades democráticas (MARTINS; LUCA, 2006, p.12), o que impulsionou a produção e circulação de novos jornais e periódicos no Brasil.

Cabe perguntar, portanto, dentro desse contexto social e histórico que se estabelecia, se o jornal *Quinze de Novembro* atuou como veículo agregador e motivador para o encontro de forças educativas<sup>12</sup> (GONDRA; SCHUELER, 2008) para além de seu papel de divulgador de iniciativas da própria sociedade oitocentista paranaense. Entendemos a força educativa a partir dos horizontes de pesquisa delineados por Gondra e Schueler (2008), ao examinarem o debate a respeito de educação no século XIX, onde foi possível observar iniciativas e mobilizações, espontâneas ou não, em torno da solução de problemas educacionais e da vontade de educar.

Nessa perspectiva, ao compreendermos a educação como uma prática cultural, na qual ações educativas podem ser formais ou informais e os processos educativos muitas vezes escapam das determinações estabelecidas pelas formas administrativas ou regimes de governo, é pertinente questionar: quais foram os discursos que circularam nas páginas do jornal *Quinze de Novembro* sobre as mudanças que se estabeleceram nos processos educativos com a instauração do novo regime político? Qual foi a presença da educação nos debates de um veículo como o jornal *Quinze de Novembro*, criado oportunamente no contexto da Proclamação da República? Quais foram os temas abordados e as suas relações com o imaginário republicano? Ainda, ao compreendermos a educação como uma prática cultural dependente dos espaços, das iniciativas, dos agentes e sujeitos envolvidos no uso das páginas do *Quinze de Novembro*, qual foi o alcance de realização das ações educativas por eles propostas e defendidas, institucionalizadas ou não, e quais foram as suas relações com as formas administrativas ou regimes de governo?

Nesta pesquisa, ao privilegiarmos de forma inédita o jornal *Quinze de Novembro* como fonte-objeto e documento, acreditamos ser possível perceber

---

<sup>12</sup> Gondra e Schueler (2008, 41-81), no segundo capítulo de *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*, identificam uma série de iniciativas do Estado, da Igreja e da sociedade civil, de caráter educativo desenvolvidas no Brasil durante o Império, as quais percebemos que continuaram ativas no início da República.

semelhanças e diferenças entre os impressos ilustrados que circularam do final do século XIX, criando pontes com outros objetos, impressos ou não, já pesquisados. Dessa forma, procuramos identificar se, assim como estes, o jornal também buscou colaborar no processo educacional do Paraná, atuando como veículo mediador na constituição da cultura, do conhecimento e da visualidade de seus leitores.

Para pensar o jornal dentro de um contexto político, social, histórico e editorial, utilizamos como fontes, além do próprio jornal e de publicações que circulavam no mesmo período em Curitiba, também jornais e revistas (ilustrados ou não) de outras cidades ou Estados, que foram citados na fonte principal. Alguns comparativos e consultas só foram possíveis pela disponibilidade e velocidade de acesso a um grande acervo de revistas e jornais *on-line* da Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional, que, ao reunir coleções e fundos dispersos fisicamente em diversas instituições, tornou-se fonte de excelência de informação e pesquisa para este trabalho. Consultamos na Biblioteca Nacional um expressivo número de documentos, arquivos e o acervo digitalizado de publicações periódicas, em especial os jornais e revistas publicados entre 1880 e 1890, o Arquivo Público do Paraná, o Museu Paranaense, a Hemeroteca digital Catarinense, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, a Biblioteca Virtual do Arquivo Público do Estado de São Paulo e as bases de dados do Arquivo Nacional, da Academia Brasileira de Letras e os arquivos da Fundação Biblioteca Nacional e da Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Também foram consultados documentos de redação oficial publicados na Coleção de Leis e Decretos da Província do Paraná (1876-1912), na Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889. Foram necessárias também consultas em dicionários de língua portuguesa, histórico-biográficos, bibliográficos, políticos e de símbolos, para identificação e reconhecimento de expressões, imagens e personagens do período.

A aquisição para minha biblioteca pessoal, do livro *Apontamentos para a História da República dos Estados Unidos do Brasil*, foi igualmente fundamental para pesquisa. A obra foi citada e recomendada para a leitura nas páginas do jornal *Quinze de Novembro*, elaborada por Manoel Ernesto de Campos Porto, editada no Rio de Janeiro e impressa pela Imprensa Nacional em dezembro de 1889, logo na sequência da Proclamação da República, tendo sido oferecida pelo autor ao “Invicto generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca”, à época chefe do Governo Provisório.

Estão reunidos em suas 1.020 páginas artigos editoriais e ineditoriais dos jornais da Capital Federal (p. 1 a 249), atas do Senado e da Assembleia do Estado do Rio de Janeiro (251 a 258), decretos do Governo Provisório e avisos expedidos nos dias 15 e 30 de novembro de 1889 (p. 259 a 295), ordens do dia do Exército (297 a 309), bem como documentos enviados e recebidos pela ex-família Imperial (p. 311 a 322). Também foram nele publicados notas e artigos de jornais dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba do Norte, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas, Mato Grosso e Piauí (p. 323 a 626).

Com a intenção de tornar-se um “incontestável documento” para as próximas gerações e orientar os cidadãos que, distantes dos centros, não contavam com a orientação da imprensa periódica sobre a Proclamação da República, o compêndio de Manuel Porto reuniu também uma coleção de notícias publicadas sobre o tema em países estrangeiros, como os Estados Unidos da América do Norte, Peru, Chile, Uruguai e Argentina, da Europa (Portugal, Espanha, França, Itália, Áustria, Alemanha, Suécia, Bélgica, Inglaterra) e da Oceania (p. 627 a 833). Complementando os documentos, foram publicadas declarações oficiais, adesões, telegramas, banimentos, a constituinte, finanças, o pacote “Alagoas”<sup>13</sup> e biografias. O jornal *Quinze de Novembro* divulgou uma nota referenciando a obra como sendo uma grande coleção de documentos com subsídios para a história pátria, e informando também ter sido recebido um volume das mãos do autor Manuel de Campos Porto que, na ocasião, estava em Curitiba para a divulgação da obra, anunciando a venda de exemplares para escolas e demais interessados. Esta publicação, mesmo deixando evidente certa parcialidade em relação à seleção dos artigos sobre a instauração da República, traz um importante compêndio de documentos históricos produzidos naquele período, alguns deles inéditos. É, também, por outro lado, evidência material dos esforços do período no sentido de, no calor dos acontecimentos, já iniciar um processo de construção de memória das ações republicanas.

---

<sup>13</sup> O pacote Alagoas foi adquirido pela Companhia Brasileira de Navegação a vapor em 1888 e foi incorporado temporariamente à Esquadra em 1889, partindo do Rio de Janeiro para conduzir a família Imperial ao exílio na Europa, chegando a Lisboa em 7 de dezembro.

Entre as instituições visitadas para consulta de seus acervos estão a Biblioteca Pública do Paraná, que, mesmo em processo de constante revisão e ampliação de seu acervo – um dos maiores – de periódicos publicados no Paraná, tanto impressos quanto microfilmados, não dispunha de nenhum exemplar do jornal *Quinze de Novembro*, muito embora seu acervo tenha permitido acesso a outros veículos da imprensa que circularam pouco antes, depois e no mesmo período do jornal, através dos quais foi possível situá-lo dentro do contexto da imprensa e compreender alguns debates específicos através de seu posicionamento.

Foi igualmente fundamental para esta pesquisa a Biblioteca do Museu Paranaense, que dispõe em seu acervo da Hemeroteca professor Osvaldo Pilotto, que conta com 46 títulos do período entre 1881 a 1900 e onde podem ser pesquisadas também, revistas e jornais publicados nas cidades de Antonina, Castro, Guarapuava, Lapa, Morretes, Paranaguá, São Mateus do Sul, Tibagi, Guaraqueçaba, localidades muitas vezes mencionadas nas páginas do *Quinze de Novembro* e às quais necessitamos recorrer para a construção de alguns argumentos. Essa instituição conta ainda com dois volumes encadernados com todos os exemplares do jornal aqui investigado, muito embora algumas páginas estejam se decompondo devido ao tempo, às dimensões relativamente grandes e à baixa gramatura do papel.

Em busca do número de exemplares disponíveis para consulta e que nos permitisse, para fotografar, a manipulação de páginas íntegras, localizamos no Centro de Estudos Bandeirantes três volumes encadernados, com a coleção quase completa. Mesmo faltando os dois primeiros números do *Quinze de Novembro*, seu acesso foi importante para leitura das páginas que estavam em pior estado nos exemplares pertencentes ao Museu Paranaense, pois além de apresentar materialmente o encarte<sup>14</sup> da Bandeira do Brasil, nos permitiu, por exemplo, compreender técnica e visualmente como foi inserido o símbolo nacional entre as páginas do jornal.

O acesso aos dois acervos nos permitiu, com equipamento e iluminação especial, fotografar a fonte, compondo um arquivo completo, no qual constam todas as 142 edições com páginas íntegras, mais o encarte. Com a intenção de colaborar

---

<sup>14</sup> Este encarte se deu na edição de 22 de dezembro de 1889 (imagem 47).

com esses acervos, ao mesmo tempo preservando a fonte e facilitando o acesso a outros pesquisadores, um arquivo digital do *Quinze de Novembro* foi entregue ao Museu Paranaense e ao Centro de Estudos Bandeirantes que permitiram ainda que este fosse compartilhado com o Setor Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná. Assim sendo, hoje podemos afirmar que todas as edições do jornal *Quinze de Novembro* estão disponíveis para consulta.

Em torno desse ambiente criado nas redações de jornais e revistas se formavam diversos círculos intelectuais, que assumiram papéis de educadores, agentes culturais, políticos, sendo com frequência, na perspectiva de Marco Morel (2008, p. 39), citados também como “construtores do Estado nacional”.

O historiador alemão Reinhart Koselleck (2006) traz contribuições importantes para nossa análise, pois cada edição do *Quinze de Novembro* nos permite contemplar fatos, lugares e construções onde se dava a justaposição de diferentes experiências e distintas perspectivas de futuro. A hipótese apresentada pelo autor é a de que, “no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um “tempo histórico”. (KOSELLECK, 2006, p. 16).

Para o autor, não é possível de falar de um único tempo histórico, mas sim de muitos, sobrepostos uns aos outros. Cada redator e colaborador, cada tema posto em debate, cada posicionamento, réplica e contrarréplica, cada seleção de imagem para composição da página nos confirmam que o tempo histórico estava associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências das ações, às suas instituições e organizações.

No intuito de organizar o tempo histórico desta pesquisa, foi necessário, conforme orienta Koselleck, que empregássemos medidas e unidades de tempo como datas, a contribuição de cada redator, a administração e os momentos críticos de cada governador destinado ao Paraná, a fundação e até mesmo o encerramento de sociedades e escolas. Todos esses elementos foram testemunhos da forma como a experiência do passado foi elaborada em uma situação concreta. Assim como as páginas do jornal, foram trazidos à superfície da linguagem as expectativas, esperanças e prognósticos frente à nova situação política no Brasil e no Paraná. À medida que os paranaenses experimentavam um tempo inédito e moderno com a República, o futuro lhes parecia otimista e desafiador.

Assim como Koselleck (2006), renunciaremos à origem histórica das expressões “experiência” e “expectativa”, que, como categorias formais, não nos permitiriam deduzir naquele contexto aquilo que tiveram como experiência e o que esperavam como futuro todos os envolvidos na rede formada em torno do *Quinze de Novembro*. Como categorias históricas, “experiência” e “expectativa” equivalem às de espaço e tempo. Assim sendo, segundo o autor, não podem ser entendidas como categorias alternativas, pois “não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa”. (KOSELLECK, 2006, p. 307). No entanto, ao analisarmos a fonte, ainda conforme o autor, consideramos que a expectativa está para além de a esperança no futuro republicano e a experiência seria mais que a simples recordação. Ao mesmo tempo são constitutivas da história, do conhecimento, do passado e do futuro.

Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. No caso da República, muito se escreveu sobre esse assunto e muitos estiveram em viagens de estudo ou passeio na Europa e nos Estados Unidos, portanto conheciam algo sobre o que deveria trazer consigo a instauração dessa nova forma de governo. Da expectativa podemos dizer que esta estaria voltada para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Fazem parte da expectativa e a constituem a esperança, o medo, o desejo e a inquietude, mas também a análise racional, a receptividade e a curiosidade. (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Levando em consideração o universo de impressos com diferenças evidentes no formato, na periodicidade, no acabamento, na qualidade do papel e nos gêneros discursivos, é mister salientar que o jornal aqui analisado e a revista que o antecedeu são documentos distintos, que eventualmente, por exigência de algumas questões postas pela pesquisa, foram comparados a outros constituintes congêneres da imprensa em circulação no Paraná e no Brasil no mesmo período. Dessa forma, nos permitimos compreender o jornal *Quinze de Novembro* como agente da história e também como registro da constituição da modernidade no final do século XIX e como marco de período no qual podemos determinar como “marcação de época”, de acordo com Koselleck (2006, p. 11-17), pela instauração do novo regime político, no qual os leitores estavam experimentando um “tempo novo”, inédito, ainda sem experiência do passado, pleno de “horizontes de expectativa” futura.

Esses impressos, além de suportes da escrita e de objetos em circulação, foram pensados como formas de comunicação. Isso posto, tornou-se imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa assumirmos o desafio metodológico proposto por Sandra Pesavento (2004a, p. 65) de sairmos do texto e entrarmos no extratexto<sup>15</sup> mergulhando no referencial de contingência no qual o periódico estava inserido.

Desse modo, ao operarem com a virtualidade da interlocução, os impressos também podem ser pensados, segundo Roger Chartier (2001, p. 123), como “lugares” vinculados a outros lugares, a outros jornais, outras revistas, outros estados e outros países. Além da compreensão da fonte como “lugar”, foram mobilizados também os conceitos de Chartier (1988, 1990, 1992, 1999, 2001, 2003, 2009) de circulação de ideias, estratégias discursivas e suportes materiais, com a intenção de dar a conhecer os aspectos investigativos possíveis das fontes ligadas à imprensa. O autor também nos orienta a interpelar o jornal atentando para a sua materialidade, que inclui o suporte e as estruturas de transmissão e recepção dos textos, que, segundo ele, afetam profundamente seus possíveis usos e interpretações (Chartier, 1990; 1994; 1998; 1999).

É também, como lugar de encontro, de aprendizado, de trocas intelectuais e engajamentos ideológicos que a redação do *Quinze de Novembro* se configura, permitindo-nos entrar em consonância com o que Jean Sirinelli (1996, p. 242-4) identifica como “ecossistemas”, que envolvem relações pessoais, intelectuais e afetivas. Dessa forma, selecionamos o jornal como ponto estratégico de observação e análise, pois através de suas páginas foi possível perceber o movimento gerado pela dinâmica das relações e dos diálogos que foram travados dentro e fora da oficina e da redação, com as circunstâncias históricas nas quais ele estava imerso. Segundo o autor, para que possamos nos aproximar da compreensão de como as ideias agiram na sociedade do período pesquisado, é necessário um “estudo equivalente dos aparelhos de produção e de mediação” (SIRINELLI, 2003, p. 242). Baseados nesta premissa, consideramos o *Quinze de Novembro* um desses aparelhos, utilizado pelos seus redatores como lugar social a partir do qual foi

---

<sup>15</sup> O extratexto como sendo toda aquela bagagem que o historiador possui, referente ao um contexto mais amplo e que pode intervir na estratégia de cruzamento com os dados da análise. (PESAVENTO, 2004a, p. 68).

possível atuarem como agentes seletores e construtores de conteúdo, fazendo circular suas ideias e propondo debates e problematizações. As páginas do jornal estavam a serviço das causas que defenderam naquele período de transição.

Devido à movimentação de seus redatores e às adaptações necessárias, tanto em termos de forma quanto de conteúdo, colocadas em prática para que o *Quinze de Novembro* mantivesse sua circulação, foi fundamental que nos apoiássemos no conceito de *configuração*, proposto por Norbert Elias (2008), procurando desvendar como e de que forma se deu a interdependência dos envolvidos na redação e produção do jornal, em um período de instabilidade e de censura da imprensa, no qual estavam articulados também interesses políticos e econômicos. Para Elias, configuração é uma trama flexível de tensões, com padrão mutável construído pelos próprios envolvidos e pela totalidade das suas ações, na qual “a interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários”. (ELIAS, 2008, p. 142).

Nesta pesquisa, não temos a intenção de utilizar esse recurso metodológico na análise das representações construídas pela sociedade de suas interconexões sociais, que, para Elias, é o objeto central da sociologia, mas de compreender o *Quinze de Novembro* como espaço-chave no qual orbitavam vários sujeitos – jogadores, segundo esse autor – em busca de distinção e de voz. Estabelecendo conexões das mais diversas, de grupos, instituições, familiares e até mesmo antagônicas, podemos vislumbrar como se estabeleceram essas redes de sociabilidades, pois, para Elias (2008, p. 15), “estas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados.” Consideramos, em diálogo com o autor, cada edição do jornal como um espaço de ações e proposições que não se limitavam às dimensões das páginas do jornal.

O jornal *Quinze de Novembro*, mesmo circulando no Paraná, foi parte constituinte dos sistemas de comunicação das últimas décadas do século XIX, dando sua contribuição para a cena cultural brasileira. Desde sua primeira edição, já buscava transcender a geografia. Essa característica permite que ele seja pensado e analisado a partir de uma série de perspectivas que rompem com a ideia fixa e estreita de “lugar” e “espaço”. Giddens (1991, p. 28-31), descreve essa dinâmica

dentro do processo de modernização e modernidade, como uma chave conceitual identificada de “desencaixe do espaço-tempo”: o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação. O autor define como “espaço vazio” a separação do cenário físico (espaço) da atividade social (lugar), que anteriormente coincidiam, estimulando relações entre os ausentes. Por meio de veículos como o *Quinze de Novembro*, o Paraná passou a ser penetrado e moldado por influências sociais advindas de lugares físicos distantes, no Brasil e no exterior.

Serão pertinentes também para essa investigação as observações de Jacques Le Goff (1990, 1992a) sobre a multiplicidade contida no conceito de documento aplicado à imprensa. Para Goff (1992b, p. 548), a história nova ampliou o campo do documento histórico pensando-o como resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias. Dessa forma, seria possível analisar o *Quinze de Novembro* também como monumento se, além de seu potencial de estabelecer articulações entre a história regional e a local, as diversidades regionais e a multiplicidade de formas, iniciativas e experiências localizadas, considerássemos também a intenção expressa na escolha do nome do jornal de relacionar sua existência a um marco da história do Brasil, a mudança de regime, numa tentativa de forçar, de certa forma, sua inserção na memória nacional.

Nesta pesquisa, tais termos serão utilizados de acordo com a distinção de Peter Burke (2003, p. 19), que usa também, adequadamente, a metáfora de *cru* e *cozido*, referindo-se ao cru quando o tema tratado pela imprensa se refere a algo que é específico e prático, e ao cozido para denotar um tema que foi processado ou sistematizado pelo pensamento do autor do texto publicado, dentro da redação do jornal. O próprio autor ressalta que essa é uma distinção apenas relativa quando consideramos que o cérebro processa tudo que se percebe. Esse tipo de intervenção facilitadora pode ser percebida na tessitura do *Quinze de Novembro*, quando, ao abordar temas densos, procurava torná-los acessíveis a todo tipo de leitor.

O pensador alemão Jürgen Habermas (2014) nos oferece balizas para nossa análise ao apontar a historicidade dos termos *público* e *privado* afirmando se tratar de uma utopia burguesa, construída com bases na esfera pública helênica e na ideologia liberal no período iluminista na Europa. Em meados do século XIX essa ideologia foi bastante divulgada no Brasil. Em sua investigação, o autor afirma que o

conceito de espaço público está sempre em mutação, evidenciando a importância da imprensa escrita dentro do processo de comunicação e suas evoluções, na consolidação dessa mesma sociedade. O autor descreve a esfera pública como uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, onde os fluxos comunicacionais, compreendidos como as tomadas de posição e opiniões, são filtrados e sintetizados. A esfera pública tem a ver com o espaço social gerador no agir comunicativo que se reproduz pelo domínio de uma linguagem natural, condensando-se em opiniões públicas. Nessa medida, Habermas também descreve a esfera pública como um “sistema de alarme” ativado por sensores sensíveis no âmbito de toda a sociedade. Ao se configurar como estrutura autônoma e se apresentar como veículo “ilustrado”, o *Quinze de Novembro* pode ser compreendido também como esfera pública. Para José Murilo de Carvalho (1990), é possível ainda, se analisarmos seu conteúdo “ilustrado”, perceber, nesse momento de mudança política, de redefinições de identidades, como se deu a manipulação do imaginário social.

Ao instalar em Curitiba a Tipografia e Litografia do Comércio no ano de 1885, Narciso Figueiras abriu também um espaço para encontros pessoais, reunindo em seu entorno um grupo de intelectuais que, por sua vontade de agir e de ser reconhecidos, podem ser pensados mais como atores que como sujeitos. Esses encontros eram eficazes também na transferência de tecnologias e de conhecimento, criando o que Burke (2003, p. 56) identifica como micronível ou “geografia do conhecimento”, um novo lugar, além das sedes tradicionais<sup>16</sup>, no qual, segundo o autor, também estão incluídos os laboratórios, galerias de arte, livrarias, bibliotecas, escritórios, cafés. Para Alain Touraine (2002, p. 220-1), os atores se caracterizam por sua inserção nas relações sociais, transformando-as, interessados em interagir, assumindo e reelaborando, de modo convincente e eficaz, a complexidade daquele contexto. O autor ressalta ainda que, para que o indivíduo se transforme em agente, não deve agir em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas atuar para modificá-lo.

---

<sup>16</sup> Peter Burke entende como *sedes tradicionais* os mosteiros, a universidade e o hospital. (BURKE, 2003, p. 56).

Juntos, esses atores foram também partícipes da introdução, no meio curitibano, de um processo de circulação da palavra e da imagem para um público mais amplo, num contexto em que os impressos periódicos ilustrados tiveram papel essencial na constituição de um Paraná que se pretendia moderno. Segundo afirma Giddens (1991, p. 48-89), as tecnologias mecanizadas de comunicação, desde a primeira impressora mecânica na Europa, foram elementos essenciais para a modernidade, pois a intervenção da escrita de forma mais disseminada contribuiu para a consolidação de uma perspectiva que leva em conta a percepção temporal em termos de passado, presente e futuro.

Ao investigar o papel que a tipografia representou na Revolução Francesa emergindo pela primeira vez como ingrediente vital da vida pública, Darnton e Roche (1996, p. 16-17) perceberam que, em geral, os historiadores tratam a palavra impressa mais como fonte do que como força ativa do fato histórico. Para esses autores, para derrubar o Antigo Regime e tomar nas mãos as rédeas da política, foi necessário tomar a palavra e difundi-la. A luta pelo poder foi também uma luta pelo domínio da opinião pública, em cujo contexto a prensa tipográfica e a imprensa foram instrumentos de ação e mediação.

Das suas 142 edições, embora tenha se anunciado como “folha diária ilustrada”, apenas dezenove foram realmente ilustradas com imagens, o que sugere que Figueras, mais uma vez, assim como ocorreu anteriormente com a revista *Galeria Illustrada*, tenha estrategicamente feito uso da ambivalência que o adjetivo permite conotar, tanto pela erudição do conteúdo numa alusão ao vocabulário de cunho iluminista, quanto pela publicação de imagens litográficas anunciadas como um diferencial. James Leith, ao investigar o uso da imprensa no período da Revolução Francesa, destaca que não se pode subestimar a importância do uso de alegorias e símbolos reproduzidos em gravuras com milhares de cópias:

[...] como herdeiros da psicologia sensacionalista do Iluminismo, os revolucionários tinham grande fé em que o poder das imagens deixaria impressões duradouras nas mentes dos cidadãos. Sobretudo acreditavam que as imagens podiam suscitar emoções de um modo que a palavra impressa não conseguia. (LEITH, 1996, p. 364)

Para Carvalho (1990, p. 1), os momentos de mudanças políticas e sociais são particularmente férteis para a manipulação do imaginário coletivo, no intuito de redefinir a identidade social. Embora as imagens tenham sido publicadas em apenas

14% do total de edições do jornal, elas serão tratadas nessa pesquisa como fontes privilegiadas que atuam como vetores de informação de aspectos relevantes na organização, transformação e constituição simbólica daquele contexto histórico e político, no qual o jornal circulou. Portanto, para que fosse possível um tratamento consistente desse universo da visualidade, as imagens selecionadas e elaboradas para comporem as páginas do *Quinze de Novembro* serão analisadas como detentoras também de historicidade, visto que estavam articuladas ao todo social e desempenharam um papel importante dentro desse processo de adaptação dos leitores ao novo regime político.

A polivalência conceitual que transita pelos territórios da imagem, como representação visual, ultrapassa fronteiras muito definidas e herméticas. As litografias elaboradas para o *Quinze de Novembro* estavam repletas de ambiguidades e de sentidos, mesclando humor, crítica e imposição simbólica, ampliando o universo imagético, a capacidade perceptiva e estimulando a sensibilidade visual do leitor. Para analisarmos as imagens do *Quinze de Novembro*, utilizamos como ponto de partida os pressupostos de leitura visual e de construção da mensagem imagética elaborados por Martine Joly (2007) e Lucia Santaella (2012) que, baseados em estudos semióticos, levam em consideração principalmente as relações hierárquicas entre imagem e texto existentes nos materiais impressos.

Para Joly, “uma das funções primordiais da imagem é a função pedagógica” (2007, p. 52). A autora nos alerta, porém, que, ao interpretarmos uma imagem, devemos considerar que nem mesmo o próprio autor seria capaz de dominar toda significação da mensagem imagética que produziu, sendo, portanto, fundamental que se definam quais os pontos de referência serão utilizados para a análise. Outra questão que Joly considera importante como exercício de interpretação é percebermos além das presenças (do que está representado), também as ausências (o que poderia ser visto e não foi?). Segundo Joly, dois tipos de considerações devem preceder a análise da mensagem visual: o estudo da sua função e o contexto da sua aparição. Comunicar pela imagem estimula no leitor um tipo de expectativa específico e diverso de uma mensagem verbal (JOLY, 2007). Ao considerarmos que, como suporte dessas imagens, o jornal *Quinze de Novembro* foi também a primeira folha diária de grande formato no contexto paranaense, é possível que seu proprietário, editores e colaboradores tenham ampliado muito seus horizontes de

expectativa na recepção da mensagem pelos leitores, talvez com sua percepção estética ainda não consolidada, mesmo naqueles que foram assinantes da *Galeria Ilustrada* e já haviam vivenciado anteriormente naquele espaço a experiência de serem conduzidos pela imagem.

Santaella (2012) nos auxilia ao estabelecer um método baseado nas combinações sintáticas entre texto e imagem a partir de relações espaciais (contiguidade e inclusão), e semânticas (dominância, redundância, complementaridade e contradição). A relação de *contiguidade* se dá quando no texto também está inserida a imagem, da seguinte forma: *interferência* - quando a palavra está separada da imagem espacialmente, mas ambas compõem a mesma página; *conferência*, quando palavra e imagem compõem a mesma página, mas são independentes; *ilustração* quando a palavra antecede a imagem. A relação de *inclusão* pode ocorrer pela *representação* do texto na imagem ou *pictorialização* das palavras, quando se perde o caráter verbal e se estas se tornam elementos da imagem; *inclusão* por *inscrição* pode ocorrer quando a imagem serve apenas como suporte da escrita e ainda como *inscrição indicial*, quando a palavra faz parte da imagem como indicadora de algo que se quer descrever. (SANTAELLA, 2012).

A relação *semântica* se dá quando, para elaborar uma mensagem mais complexa, o texto contribui com elementos verbais e a imagem com elementos imagéticos, podendo portanto ocorrer situações de: *dominância* tanto da imagem sobre o texto quanto do texto sobre a imagem; *redundância*, quando a imagem repete o que está no texto, ou o texto apenas descreve a imagem; *contradição*, quando se identifica que a imagem transmite uma mensagem que contradiz o texto (a ironia, muito utilizada em charges<sup>17</sup> e caricaturas, é um exemplo); a *complementaridade* se dá quando ambos estão integrados e têm a mesma importância para a mensagem. Quando o texto tem a função de dirigir a atenção do leitor pela e para a imagem, a relação é *pragmática*, podendo, assim, ocorrer dois modos de referência recíproca: *ancoragem*, quando o texto possui função seletiva e

---

<sup>17</sup> Charge pode ser definida como um tipo de desenho de cena veiculado na imprensa. Muito comum no século XIX, tinha como tema algum acontecimento atual retratado por meio da caricatura de um ou mais personagens envolvidos, com humor e crítica, que pode ser ou não acompanhado de texto, por balões, títulos ou legendas.

direciona a interpretação da imagem; *relais*, quando tanto a imagem quanto a palavra são independentes. (SANTAELLA, 2012).

Mesmo não estando associada à escola formal, a imprensa atuou como mediadora de questões importantes para a educação em vários contextos históricos, tendo ocupado cada vez mais um lugar privilegiado como fonte nas pesquisas em História da Educação, principalmente pela revelação de novas possibilidades e reflexões. É possível, através da análise das imagens e textos selecionados para compor as páginas do jornal, contemplar seus investimentos em diversas áreas do conhecimento. Por vezes, esses temas são abordados isoladamente, muito embora sejam mais frequentes as abordagens permeadas por outras questões como modernidade, progresso, civilização, comércio, imprensa, urbanização, imigração.

Portanto, é mister considerar o jornal *Quinze de Novembro* como objeto cultural bidimensional construído e também como suporte material de práticas de leitura de texto e imagem, veículo de comunicação e educação informal em trânsito dentro do espaço público e, como tal, participe ativo da estrutura comunicacional imbuído da transmissão de valores, comportamentos e difusão de conhecimento. Tendo em vista seus mecanismos de construção, consideramos fundamental para sua análise o diálogo com uma noção ampliada de educação de acordo com a orientação de Maria Lúcia Pallares-Burke:

Não obstante a crescente importância de instituições formais de educação na transmissão cultural de uma geração à outra, agências mais diversificadas e informais também podem estar envolvidas em tal processo. Romances, jornais, revistas, sermões, teatro, pinturas, etc. têm tido sempre sua quota de participação no processo educacional e podem, pois, ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas. (PALLARES-BURKE, 1998, p. 145).

No século XIX, pouco antes do ato de 15 de novembro de 1889, o que se observava na Província do Paraná, guardadas eventuais proporções, eram questões que repercutiam em todas as esferas da vida brasileira, dos pontos de vista político, econômico, social e cultural. Fortemente influenciada pela filosofia do liberalismo e pelos ideais democráticos gestados dentro das universidades europeias, nesse período a educação se constituiu no “assunto predileto dos debates e reformas políticas”. (CALMON, 1937, p. 310).

Estando o *Quinze de Novembro* inteiramente inserido e ativo dentro do contexto de transição de forma de governo, foco principal desta pesquisa e bastante

investigado pela historiografia brasileira, contamos com contribuições analíticas fundamentais com as quais foi possível elaborar análises comparativas entre os fatos relatados tanto nos jornais paranaenses quanto os que circularam em outras regiões do país. Dentre as muitas referências que poderiam ser citadas, privilegiamos algumas com as quais travaremos diálogo mais diretamente, a exemplo da pesquisa de Lucia Lippi Oliveira (1990) que, ao investigar os conteúdos dos debates em torno da questão nacional na primeira República, constrói argumentos que refutam a versão de que a Proclamação da República no Brasil foi um fato histórico de pouca repercussão no país. Sobre o final da Monarquia e a implantação da República, foram referências as pesquisas de Emília Viotti da Costa (2010), Edgar Carone (1974), Maria do Carmo Souza (1974), Leoncio Basbaum (1975), Maria de Lourdes Janotti (1986), Sueli Robles Queiroz (1986), além da significativa contribuição de José Murilo de Carvalho (1987, 1990). Para compreendermos o Paraná dentro deste contexto, nos apoiamos também na análise do pensamento político circulante entre a Monarquia e a República, realizada por Monica Lessa e Carla Fonseca (2008).

A atuação dos intelectuais na imprensa é o tema principal da obra organizada por Engel, Souza e Guerellus (2015), que, assim como as pesquisadoras Angela Gomes e Patrícia Hansen (2016), observaram o crescimento do interesse acadêmico por questões e temas relacionados à comunicação de ideias aos mais variados públicos. Ao reconhecer que as práticas de mediação cultural podem ser exercidas por um conjunto diversificado de atores, para compor esta obra foram organizadas e selecionadas pesquisas que operaram com o conceito de *intelectual mediador*, em uma concepção mais ampla, como produtores de conhecimento e comunicação de ideias, vinculados de maneira direta ou não, à intervenção político-social.

No contexto brasileiro, são consideráveis os investimentos de pesquisa sobre o universo gráfico brasileiro, tanto sobre a imprensa periódica como veículo de comunicação constituído de ideologias, quanto na elaboração de inventários do conhecimento histórico da bibliografia da imprensa, a exemplo de Licurgo Costa e Vidal Barros, que em 1940 publicaram suas pesquisas sobre a história e a evolução da imprensa no Brasil. Um ano mais tarde, em 1941, Gondin da Fonseca tornou pública sua extensa pesquisa sobre a “biografia” do jornalismo, a qual compilou uma relação de todos os jornais e revistas cariocas que surgiram de 1808 a 1908, com um dicionário dos caricaturistas do período.

Joana Maria Pedro (1995), com base em sua pesquisa sobre jornais publicados entre os anos 1831 e 1889 no Desterro (Florianópolis), aborda aspectos importantes para a história da imprensa no Brasil na época, revelando como era tecida a trama entre interesses privados e poder público. Os primeiros passos da imprensa brasileira no Rio de Janeiro foram contemplados nas pesquisas de Ana Maria Camargo e Rubens Moraes (1993), que contribuem com a elaboração da *Bibliografia da Impressão Régia*, através da qual foram identificadas obras publicadas nos primeiros anos de seu funcionamento, entre 1808 e 1822, período em que se iniciaram no Brasil as atividades tipográficas regulares. Tal publicação teve o intuito de atualizar a clássica e rara bibliografia elaborada por Alfredo do Valle Cabral, *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*, publicada em 1881 pela Typografia Nacional, que, apesar de contar com mais de um século de existência, ainda é frequentemente referenciada por profissionais de diversas áreas de investigação.

Outro volume precioso a esta pesquisa foi o catálogo de jornais e revistas do Rio de Janeiro – 1808 a 1889 – existentes na Biblioteca Nacional (1965), elaborado pela Divisão de Obras Raras e Publicações da instituição, no qual foi possível consultar, além do nome dos periódicos, outros dados divulgados pelos impressos, tais como: orientação política, local e data de publicação, tipografia responsável pela impressão, dimensão, periodicidade, redator principal e também imagens de algumas dessas edições.

Um panorama dos impressos paulistas foi organizado pela pesquisadora Heloísa de Faria Cruz (2000), que, como resultado de um trabalho conjunto entre o Arquivo do Estado de São Paulo, a Central de Documentação e Informação Científica “Professor Casimiro Reis Filho” – CEDIC-PUCSP, e a Imprensa Oficial do Estado (IMESP), publicou *São Paulo em Revista*, uma catalogação de publicações da imprensa cultural e de variedades entre os anos de 1870 e 1930. Também contemplando publicações paulistas e tendo a imprensa periódica como objetivo de instrumento de trabalho, Ana Maria de Almeida Camargo (1975), em sua tese de doutoramento (FFLCH-USP), elaborou o catálogo da Hemeroteca Julio Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Como referencial para a história da imprensa no Brasil, foram fundamentais as pesquisas de Maria Helena Capelato (1994), Nelson Werneck Sodré (1999),

Isabel Lustosa (2003) e Ilka Cohen (2008). Fazendo uma consistente leitura cultural e estabelecendo correlações com as variáveis políticas e econômicas dominantes, Marialva Barbosa (2010) aborda o desenvolvimento da imprensa no século XIX, dos primórdios à transição republicana, elucidando questões da vida cotidiana brasileira pelo prisma midiático. Nesse sentido, também colaboram Ana Luiza Martins (2008, 2008a), ao investigar a imprensa no Império e as práticas culturais circulantes no Brasil entre 1890 a 1922, bem como Lúcia Maria Neves (2009) e Ferreira, Ribeiro e Gonçalves (2013), que investem em pesquisas sobre o universo dos impressos publicados no setecentos e oitocentos.

Em uma coleção de 4 volumes, Jorge Caldeira (2015) trabalhou com o recorte temporal de 1862 a 1927, investigando quatro décadas nas quais Júlio Mesquita esteve à frente do jornal *O Estado de São Paulo*. Desta coleção, nos acompanharam especialmente os volumes I e IV, intitulados respectivamente “*O jornal e o prelo*” e “*O prelo e o tempo econômico*”, que nos permitiram traçar paralelos e comparações entre o Paraná, São Paulo e diferentes regiões do país no mesmo período.

Para caracterizar a produção dos autores entre 1870 e 1914<sup>18</sup>, Roque Spencer Maciel Barros (1959, p. 22-3) faz uso do termo *ilustração*. Através de sua pesquisa, foi possível perceber que o Paraná estava em consonância com as ideias, circulantes no Rio de Janeiro e São Paulo, de que os problemas nacionais eram fruto da ignorância e que somente a educação intelectual seria o caminho para civilização e o progresso da nação. Esses homens da geração de 1870, que, segundo Nicolau Sevchenko (1989) e Angela Alonso (2002), eram profundamente críticos do Brasil de sua época, também produziram, fizeram circular e reverberar debates nas páginas da imprensa paranaense.

Além do panorama analítico da história dos, nos e por meio dos periódicos elaborado por Tania de Luca (2006), foram fundamentais as investigações de Marco Morel e Mariana Barros (2003) das relações entre palavra, imagem e poder no surgimento da imprensa no Brasil. Suas pesquisas sobre o tema nos permitiram elaborar novas questões, reelaborar e, em alguns casos, até desconstruir discursos reproduzidos como verdades estabelecidas.

---

<sup>18</sup> Entre os quais podemos citar Euclides da Cunha (1866-1909), Manuel Bomfim (1868-1932), Oliveira Vianna (1883-1951), Silvio Romero (1851-1914), Gilberto Freire (1900-1987).

Algumas pesquisas que privilegiam impressos específicos nos dão o panorama do contexto editorial no Brasil com as quais mantivemos diálogo, tais como: *Revista Ilustrada* (1876-1898) (RIBEIRO, 1988), a *Revista Brasiliense de Ciências e Artes* (PINASSI, 1998), a *Revista do Brasil* (LUCA, 1999), o *Almanaque Brasileiro Garnier* (DUTRA, 2005) e o *Diário do Rio de Janeiro – 1808-1831* (GOUVÊA, 2016). Saindo do contexto brasileiro, Mônica Ascitti (2010) pesquisou o periódico ilustrado *Novo Mundo*, que foi publicado em português, em Nova York, de 1870 a 1879 para distribuição e circulação no Brasil.

Tendo como foco de análise a imagem, podemos citar as contribuições de Renato Lemos (2002) que, através das caricaturas que circularam nos jornais entre 1840 a 2001, elabora uma interpretação histórica sobre o Brasil. Também constitui interesse para nossas reflexões a análise da produção de imagens impressas durante o século XIX como símbolos da Nação, de autoria de Celeste Zenha (2006), além do estudo sobre as imagens publicadas na revista *Ilustração Brasileira*, realizado pela pesquisadora Silvia Azevedo (2010). Foram também referência para nossa pesquisa os investimentos analíticos realizados por Angela Telles (2010) das revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860 e 1870, assim como o estudo do periódico *Mentor das Brasileiras*, direcionado para a educação da mulher no século XIX e realizado por Mônica Jinzenji (2010). Já Benedita Sant’anna (2007, 2011), mesmo investindo mais nos estudos de literatura e cultura brasileira, faz uma análise de duas revistas literárias ilustradas fluminenses no oitocentos: *D’O Brasil Ilustrado* e *Revista Ilustrada*.

As representações de modernidade que circularam nas revistas do Rio de Janeiro entre 1890 e 1930 foram investigadas por Oliveira, Velloso e Lins (2010), auxiliando-nos a compreender e localizar indícios dessas representações que também circulavam no contexto paranaense. Também a pesquisa de Marcelo Balaban (2009), que, com o intuito de seguir os traços de Angelo Agostini, examinou diversos jornais e revistas das quais o artista participou, constitui-se apoio valioso para desvendarmos os significados da crítica social e política no final do século XIX no Brasil e no Paraná.

Assim como recebíamos jornais e revistas de outros países, que chegavam ao Brasil pelos portos e pela estrada de ferro, os impressos brasileiros também circularam para além das fronteiras nacionais e, junto com eles, todo um referencial

imagético. Para compreendermos estes intercâmbios, utilizamos a seleção organizada por Angela Malosetti e Marcela Gene (2009) com pesquisas que trabalham com os debates sobre o problema da imagem impressa como representação visual e sua presença crescente e indissociável da cena cultural, política, social e econômica na história cultural de Buenos Aires.

Estudos já realizados no campo da historiografia da educação compreendem a imprensa como veículo que despertou interesses, estabeleceu práticas e contribuiu na construção e nos questionamentos de modelos instituídos. Além disso, destacam seu papel na circulação de ideias sobre educação formal ou informal, alinhavadas por intrincadas relações entre os agentes envolvidos. Nesse sentido, nos orientaram as pesquisas de Maria Lúcia Hilsdorf (1993) sobre a propagação e a recepção das ideias educacionais nos impressos no oitocentos brasileiro e o estudo sobre a *Revista de Ensino*, da Associação dos Professores Paulistas, tema da tese de Denise Catani (1989). A autora realiza posteriormente um panorama sobre a imprensa periódica e a história da educação (1995), investindo também em pesquisas sobre a imprensa periódica educacional paulista (1999) e contribuindo de maneira expressiva com a construção desta pesquisa.

Ao analisar a influência do jornal diário *The Spectador* na imprensa e na República das Letras no século XVIII, Maria Pallares-Burke (1998) nos auxilia na abordagem das relações entre os jornais e a educação como complementares. Em outra de suas pesquisas, a autora destaca a imprensa periódica como parte de um projeto civilizatório, como empresa para educar o público leitor (1998). Partimos de seus argumentos para observar de que modo o jornal *Quinze de Novembro* participou deste projeto. Indo ao encontro desta ideia de educar para civilizar, encontramos possibilidades de análise para nosso objeto de pesquisa nas reflexões do texto sobre a *Revista do Arquivo Público Mineiro* elaborado em conjunto pelos pesquisadores Faria Filho, Jinzenji e Nascimento (2008).

As ideias que circulavam nas revistas pedagógicas que foram elaboradas como veículos oficiais da República no Brasil foram o foco da pesquisa de José Gondra (1997) e Maurilane Biccás (2008), que fazem uma extensa análise dos impressos pedagógicos como estratégia de formação, identificando também como se processava esta circulação. Contribuindo para ampliar ainda mais nossas possibilidades de análise e metodologias possíveis através dos jornais, Anaete

Schelbauer e José Araújo (2007) organizaram uma série de pesquisas que investigaram a História da Educação através da imprensa. Já Jaime Cordeiro (2008), partindo de três periódicos sergipanos, elaborou uma perspectiva comparada sobre a produção em História da Educação.

Novas reflexões a respeito do papel desempenhado pelos impressos na transmissão da educação e cultura, assim como o debate sobre a educação na imprensa naquele contexto, que nos auxiliaram na análise do jornal *Quinze de Novembro*, foram abertas pelas pesquisas de Lúcia Maria das Neves (2009), Celina Mizuta, Luciano Faria Filho e Marcília Periotto (2010). Já Adriana Pinto (2010, 2013), mesmo tendo como foco de suas pesquisas o contexto do Mato Grosso do Sul, orientou nossas observações tanto no sentido de identificar as contribuições da imprensa periódica na organização do campo educacional no século XIX, quanto de investigar os debates sobre instrução e educação em circulação nos jornais entre 1880 e 1910.

Ao investigar o ensino privado no século XIX através dos anúncios publicados entre os anos 1860 e 1875, no *Jornal do Comércio* e no *Almanak Laemmert*, Aline de Moraes Limeira (2010) traz uma contribuição expressiva para a História da Educação, visto que ainda são poucos os estudos que buscam identificar e revelar questões sobre o comércio da instrução primária em circulação nos jornais. Sua investigação é muito cara a esta pesquisa, pois nas páginas do jornal *Quinze de Novembro* eram numerosos e informativos os anúncios de escolas particulares, deixando evidente o caráter do ensino também como “comércio”, termo, aliás, do qual nos apropriamos para desenvolver o quarto capítulo desta tese.

Tendo em vista o contexto paranaense e a história das artes gráficas, contribuíram na compreensão do universo dos impressos no qual se inseriu e circulou o *Quinze de Novembro* os levantamentos de Newton Carneiro (1975), Osvaldo Pilotto (1976) e Cassiana Carollo (1979). As análises sobre as leituras do período realizadas na pesquisa de Cláudio Denipotti (1998) e das caricaturas por Maria Queluz (2002, 2005) possibilitaram uma releitura do cotidiano de Curitiba, revelando características importantes dos possíveis leitores do jornal.

Para além do desvendamento do universo do público leitor, também os jornalistas, configurados como produtores ou divulgadores dos discursos que ocupavam as páginas daqueles impressos, são fontes privilegiadas para a

apreensão de ideários políticos e de interesses diversos. Nesse sentido, foi fundamental a investigação de Amélia Corrêa (2006), que resultou na prosopografia de redatores e do pensamento republicano em Curitiba no final do século XIX. Tarcisa Bega (2013) também investiga muitos desses mesmos personagens que atuaram como jornalistas, redatores e fundadores de jornais no final do século XIX e início do XX, em sua grande maioria perpetuados na memória intelectual do Paraná, e que tiveram também marcas de suas trajetórias registradas nas páginas do jornal *Quinze de Novembro*.

*A priori*, os jornais, mesmo não estando associados à escola formal, atuaram como mediadores de questões importantes para a educação naquele período. Carlos Eduardo Vieira (2007), identificando que a imprensa representava um meio de expressão e uma forma de promoção social, traça por meio dela um panorama dos intelectuais, das ideias de educação e modernidade que circularam no Paraná entre 1886 a 1964.

Também contribuíram para o debate historiográfico as pesquisas acerca da história da palavra impressa no contexto luso-brasileiro, das transformações advindas do impacto da chegada da imprensa e de como os gabinetes de leitura, as livrarias e as bibliotecas deram origem a esferas próprias de discussão de ideias, representando papel de extrema relevância nas dinâmicas sociais. Questões como o processo de transição da imprensa artesanal para a industrial no final do século XIX e o papel testemunhal e educativo dos jornais como fonte de conhecimento e do jornalista como educador, reforçam a importância documental e artística das imagens impressas no jornal.

Ao longo da trajetória de desenvolvimento desta pesquisa, percebemos a inexistência de trabalhos publicados especificamente sobre o jornal *Quinze de Novembro*. Ao ter acesso ao seu conteúdo ainda durante a dissertação, ficou evidente seu potencial, não só como fonte ainda inédita, mas como objeto para investigações sobre a história da educação no Paraná. O periódico é apenas citado como primeiro jornal ilustrado de grande formato<sup>19</sup> nas pesquisas<sup>20</sup> sobre a imprensa

---

<sup>19</sup> A novidade estava no fato de o *Quinze de Novembro* ser ilustrado, portanto o primeiro jornal “ilustrado” nesse formato, pois já existiam jornais nessa dimensão, inclusive em Curitiba, pois o jornal *Dezenove de Dezembro* era editado nesse formato desde sua primeira edição (01.04.1854).

<sup>20</sup> Carneiro (1976), Pilotto (1976), Bega (2013) e Marach (2013).

paranaense, muito embora entre estas tenhamos por vezes localizado algumas informações equivocadas, tanto a respeito de sua fundação quanto sobre seus editores e colaboradores. Da mesma forma, não é reconhecida a importância do seu surgimento e circulação dentro do contexto histórico específico em que se dá a mudança da Província do regime monárquico para o Estado Paraná do regime republicano. Sendo assim, justifica-se a relevância desta pesquisa, a qual pretende preencher uma lacuna deixada pela historiografia tanto no que se refere ao lugar histórico ocupado pelo objeto desta pesquisa quanto em relação às suas reflexões no campo da educação.

A tese que buscamos defender é de que o jornal *Quinze de Novembro* se constituiu, no contexto paranaense, em um vetor das forças educativas manifestas no momento histórico em que se dá a proclamação da República no Brasil, aproveitando-se desse momento para estrategicamente se instituir como voz autorizada das ideias defendidas não só pelo novo regime, mas também daquelas que circulavam no meio social. Atuando como veículo agregador e motivador para o encontro de forças educativas, consideramos que o papel por ele desempenhado foi além do de um mero divulgador de iniciativas da própria sociedade oitocentista paranaense, procurando inseri-las num contexto mais amplo dos debates nacionais.

Ao longo do primeiro capítulo, intitulado “*A República arrancando o mal pela raiz*”, lançaremos luz sobre o momento histórico que se deu logo após a Proclamação da República no Brasil e seus reflexos na imprensa do Paraná, que se viu forçada a rapidamente se adaptar à nova situação, deixando para trás a “Província” para atuar como veículo daquele novo cenário político, social e histórico. Buscou, dessa forma, registrar, informar e familiarizar seus leitores sobre tudo o que era “novo”, como a legislação, os cargos, os símbolos nacionais, e a respeito dos princípios que embasavam a nova forma de governo. Como uma caixa de ressonância desse momento histórico e confiante nas raízes deixadas pela revista *Galeria Ilustrada*, o jornal *Quinze de Novembro* passou a se movimentar no espaço público da capital do Estado do Paraná. Dentro daquele cenário, foi importante esclarecer também como se configurava o universo de impressos e como Narciso Figueras conduziu a transição da revista *Galeria Ilustrada* para o jornal *Quinze de Novembro*, fazendo uma análise das reformas implantadas no corpo gráfico da revista para que se proclamasse o jornal. Trataremos também das transformações

que a litografia possibilitou nos meios gráficos e seus diferenciais técnicos que influenciaram diretamente na materialidade do *Quinze de Novembro* e na forma como chegava aos seus leitores. A análise de sua estrutura gráfica nos permitiu transitar pela organização editorial de suas seções, trazendo à tona suas características principais e diferenciais em relação a outros veículos. Através do levantamento dos temas de seus editoriais, foi possível nos aproximarmos das escolhas do jornal para atuar na mediação da nova era política que se descortinava no país. Trataremos também sobre a forma como as oficinas da Litografia e Tipografia do Comércio se configuravam como espaço de circulação e de aprendizado tanto de jornalistas como de litógrafos.

A riqueza simbólica presente nas litografias publicadas no jornal *Quinze de Novembro* nos fez deslocar a imagem para o segundo capítulo – “A imagem no jornal *Quinze de Novembro*: transitando pelo território da visualidade” –, tendo em vista que para cada uma delas foi elaborada uma mensagem visual reflexiva e crítica que nos permitiu abordá-las e analisá-las como crônicas imagéticas do período. Nesse capítulo trataremos as imagens dentro das seguintes categorias: retratos, datas comemorativas, símbolos nacionais e charges, muito embora por vezes essas categorias estivessem sobrepostas, representando um desafio à interpretação. As imagens criadas no século XIX nos revelaram questões e debates políticos e sociais importantes sobre o contexto no qual o *Quinze de Novembro* estava inserido e atuante, repletas de subentendidos, associações de sentido e alegorias, permitindo múltiplas interpretações.

No terceiro capítulo – “Mineiros do futuro: editores e colaboradores” - analisamos o papel dos redatores/editores e colaboradores, que, além de terem visibilidade intelectual, também assumiam o papel de educadores e de produtores de bens simbólicos, o que os transformava em críticos e formadores de opinião e conceitos. Cada um de seus editores imprimiu uma fase do *Quinze de Novembro*: Leoncio Correia, Menezes Doria e Narciso Figueras interagiram com outros redatores e colaboradores, e cada edição era para eles um terreno fértil, onde cultivaram e desenvolveram relações pessoais, profissionais e de sociabilidade intelectual, deixando transparecer nas entrelinhas relações de amizade e hostilidade e, partindo de suas próprias experiências, redigiam um jornal impresso com seus anseios, opiniões, ideologias e expectativas.

“O jornal *Quinze de Novembro*: empresa educadora” é o título do quarto capítulo desta tese, o qual tece reflexões em torno dos conteúdos do jornal que foram selecionados, julgados, registrados e organizados de forma que em suas páginas circulasse um amplo conjunto de conhecimentos sobre temas especializados. Em nome da “educação da alma popular” o *Quinze* buscava imprimir no imaginário da sociedade do Paraná oitocentista a metáfora do jornal como uma “ampla e luminosa janela” de acesso à civilização, instituindo-se como espaço e lugar de divulgação ideias e de educação. A crença no potencial educativo da imprensa fazia do *Quinze de Novembro* também um veículo de educação informal e de divulgação da educação formal de seus leitores. O tom patriótico de alguns editoriais gerou iniciativas de caráter educativo e fomentou práticas e projetos em prol da escolarização, gerando movimentos, tanto públicos quanto privados, a favor da promoção do ensino e experiências educativas.

A partir da análise e da frequência de uso do termo *ignorância*, foi possível revelar um Paraná em consonância com as ideias circulantes no Brasil republicano, nas quais se atribuía a ela a causa dos problemas nacionais e, como solução e único caminho a ser percorrido para civilização e o progresso da nação, a educação! Por meio da análise dos artigos publicados sobre a importância da educação e dos anúncios publicados no jornal *Quinze de Novembro*, buscamos perceber indícios acerca de como foram representados aspectos do ensino público e também do ensino privado, revelando alguns vestígios acerca dos profissionais envolvidos naquele que podemos chamar de comércio educativo.

Convidamos, então, nosso leitor a folhear as páginas de um tempo pretérito, no qual o leitor oitocentista foi convidado pelo jornal a receber “o grande abraço da civilização”, que anunciava com entusiasmo a chegada da República no Brasil e a chegada do jornal *Quinze de Novembro* no Paraná. Era chegado o tempo de arrancar do solo paranaense as raízes deixadas pela árvore seca da Monarquia, de se desvencilhar das pesadas vestes imperiais aproveitando aquele momento de mudança para ganhar mais agilidade dentro do novo cenário político e social. Era preciso fazer circular e divulgar valores, ideias e educar para a República, contribuindo assim para a formação de um pensamento na direção de uma realidade que se acreditava progressista.

## 1. QUINZE DE NOVEMBRO: “A REPÚBLICA ARRANCANDO O MAL PELA RAÍZ”

Imagem 1 – STEK<sup>21</sup>. *A República arrancando o mal pela raíz*. Litografia, p&b, 71,5 x 52,5 cm.



Fonte: *Quinze de Novembro*. Curitiba, 5 jan. 1890, p. 3-4

[...] a República arrancando do solo brasileiro esse robre<sup>22</sup>, que se chamou monarquia, e cujas raízes estendiam-se por todo o território brasileiro, roubando-lhe a seiva. Ei-la, essa mulher sublime, tomando em suas mãos a alterosa arvore e matando-a com o poder da sua força, força enorme que lhe é dada pela robustez do direito. (NOTICIÁRIO, 1890, p. 1).

A imagem que selecionamos para retratar o início desta jornada de pesquisa, muito embora não tenha sido a primeira a circular nos jornais pelas ruas do Estado do Paraná após a Proclamação da República no Brasil, retrata muito bem o clima da época. Uma coroa se apoia nos galhos secos de uma árvore curvada e sem folhas. No tronco, o leitor pode reconhecer, mesmo com a dominância da imagem, as

<sup>21</sup> Stek, autor da imagem, será abordado posteriormente.

<sup>22</sup> Robre, adjetivo relativo ou pertencente aos nobres.

inscrição indicial, onde se lê “Monarquia”. Junto ao tronco, vê-se uma mulher robusta de vestes simples e com um barrete na cabeça, característica da representação da “República”<sup>23</sup>, muito utilizada pelo imaginário francês, que segura fortemente seu galho e tronco, inclinando-o como se fosse arrancar suas raízes do chão. Com o rosto voltado para ele, apoia um de seus joelhos em uma larga pedra para potencializar a força exigida pelas profundas raízes que ainda estão firmemente ligadas ao solo.

Este momento histórico também foi capturado e estilizado pela narrativa realista de Machado de Assis (1839-1908), em seu penúltimo romance, *Esaú e Jacó* (1904), que aborda em ficção os acontecimentos que culminaram na queda da Monarquia no Brasil. Batizado pela crítica como o episódio da “tabuleta do Custódio”, nele o dono da “Confeitaria do Império”, localizada na cidade do Rio de Janeiro, manda reformar a tabuleta de sua loja – “rachada e comida de bichos. Pois cá de baixo não se via” (ASSIS, 1998) – fazendo óbvia alusão a como se deu o fim do Império e a chegada da República, como se a mudança do sistema de governo, na verdade, fosse apenas o velho renovado por uma camada de tinta e a substituição de um nome por outro, como ocorreu no caso do estabelecimento comercial.

Eram cerca de cerca 9 horas da manhã do dia 15 de novembro de 1889, no Campo da Aclamação<sup>24</sup> no Rio de Janeiro, quando a República Brasileira foi saudada com uma salva de 21 tiros de canhões no Parque da Artilharia, dando fim à única monarquia ainda existente na América. As tropas de mar e terra<sup>25</sup> aquarteladas no local, juntamente com o corpo de alunos da Escola Militar, saíram em desfile com uma banda de tambores e cornetas à uma hora da tarde, percorrendo um trajeto que compreendia a rua Visconde de Rio Branco, a Praça da Constituição, a rua do Teatro, o Largo de São Francisco de Paula, a rua do Ouvidor e a rua Primeiro de

---

<sup>23</sup> Barrete é uma espécie de touca vermelha usada pelos que lutaram pela tomada da Bastilha em 1789, e posterior símbolo do regime republicano. Segundo James Leith (1996, p. 365) na Roma Antiga o barrete foi utilizado pelos escravos libertos como um emblema de liberdade.

<sup>24</sup>No dia 12 de outubro de 1822, D. Pedro I foi ali aclamado Imperador do Brasil pela população, durante a festa da Aclamação, o lugar passou a se chamar Campo da Aclamação (1822-1889), hoje Campo de Santana, que é um parque localizado na Praça da República, no Centro do município do Rio de Janeiro no Rio de Janeiro.

<sup>25</sup> Segundo Porto (1890, p. 9-10), haviam sido chamados com antecedência o “10º Batalhão, que estava no largo da Lapa, o 1º de Artilharia que estava no arsenal de guerra e o 24º de infantaria, que estava no de marinha”. Mais tarde chegaram os batalhões 1º, 7º e o 10º de infantaria e os regimentos de artilharia e cavalaria.

Março. À frente do grupo, posicionavam-se o General Deodoro da Fonseca, Quintino Bocayuva e o tenente-coronel Benjamin Constant, seguidos por oficiais, entre os quais os membros da guarda nacional. Das janelas, sacadas e ruas, o novo momento era saudado de modo “entusiástico, com palmas e vivas”, acenos de lenços e bandeiras. Assim foi descrito o desfile das tropas em 16 de novembro de 1889:

O povo, o exército e a armada nacional, com perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico-representativo. (PORTO, 1890, p. 10).

Pelo registro das notas e documentos compilados por Porto (1890) podemos ser um pouco mais precisos na descrição da sequência desse acontecimento quando, conforme o autor, “grande massa de povo penetrou no edifício da câmara municipal”, onde José do Patrocínio, à época vereador, às três horas da tarde, fez um discurso e foi lavrada uma ata na qual foi declarado “que as pessoas presentes haviam resolvido que se proclamasse a República”. (PORTO, 1890, p. 10). Na ocasião, foi içada em uma das janelas da Câmara uma bandeira<sup>26</sup>, que, segundo Carvalho (1990, p. 111), “pode ser considerada a bandeira da proclamação”, lembrava, em muito, a bandeira norte-americana, tendo permanecido ali até o dia 19 de novembro. (1990, p. 111).

Segundo Caldeira (2015, p. 222), o governo instalado se definia como provisório<sup>27</sup>, como referência ao projeto de constituir um poder nacional derivado da soberania popular, e como tal fez circular pelos jornais o primeiro decreto que proclamava a República Federativa<sup>28</sup> como nova forma de governo da nação brasileira. Reunidas pelo laço da federação, as províncias passaram a constituir os Estados Unidos do Brasil. Foram abolidos a vitaliciedade do Senado e o Conselho

---

<sup>26</sup> Retomaremos a bandeira nacional e a esta bandeira específica, com imagens.

<sup>27</sup> Assinam o decreto da Proclamação da República, como governo provisório constituído: Marechal Manoel Deodoro da Fonseca - Chefe do governo provisório, Aristides da Silveira Lobo – Ministro do Interior, Ruy Barbosa – Ministro da Fazenda e interinamente da Justiça, Quintino Bocayuva – Ministro das Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Benjamin Constant – Ministro da guerra, Eduardo Wandenkolk - Ministro da Marinha.

<sup>28</sup> Segundo Celso Lafer (1989, p. 219-22), o principio federalista é uma forma de lidar com a extensão geográfica e o volume da sociedade, com a descentralização e as virtudes do governo local. Na república federalista existe a pluralidade de centros de poder (os estados-membros da Federação) coordenados pela União, visando assegurar, juridicamente, a unidade política e econômica.

de Estado e dissolvida a Câmara dos Deputados. Estava rompida, dessa forma, toda e qualquer ligação entre o exército e a Monarquia.

Em Curitiba, também se festejou. Segundo o *Quinze de Novembro*, a notícia da Proclamação causou “delírio” na população. No Paço Municipal, flores, palmas e duas bandas de música militares compunham o festejo “impregnado dos brados heroicos da Marselhesa”. (ACLAMAÇÃO, *Quinze*. Curitiba, 24 nov. 1889, p. 4). Nesse momento histórico, os jornais rapidamente se adaptaram à nova situação, deixando para trás a “Província” nos seus títulos e assumindo a terminologia de “Estado”, a exemplo o jornal *Província do Paraná*, que passou a denominar-se *Estado do Paraná*<sup>29</sup>. Naquele contexto, o jornal de Narciso Figueras não foi o único no Brasil a se chamar *Quinze de Novembro*, a exemplo do jornal publicado em Cuiabá e fundado<sup>30</sup> em 1890, como órgão do Partido Nacional Republicano, que teve como redator chefe Arnaldo Novis (FRANCO, 2013). Outro jornal *Quinze de Novembro*<sup>31</sup> iniciou a circular em 1890 em Bagé, no Rio Grande do Sul, como órgão republicano sob a direção de Antenor Soares, e o jornal *O Sexo Feminino* (1873-1889), produzido e escrito na Capital Federal pela mineira Francisca Senhorinha da Motta Diniz, com o objetivo de enfatizar a importância de as mulheres receberem educação, passou a se chamar em dezembro de 1889 o *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*<sup>32</sup> (1889-1890). O Conselho Municipal de Curitiba rapidamente realizou mudanças no intuito de apagar os rastros da Monarquia da memória da capital e ao mesmo tempo inserir no dia a dia dos curitibanos os novos referenciais

---

<sup>29</sup>Em 30 de novembro de 1889, no jornal *Quinze de Novembro*, foi publicada uma nota anunciando a alteração do nome do jornal: “Província do Paraná. Esta folha imparcial dirigida pelo decano dos nossos jornalistas o cidadão José Ferreira Pinheiro, e redigida pelo inteligente Sebastião Paraná, passou a denominar-se Estado do Paraná.” (PROVÍNCIA. *Quinze*. Curitiba, 30 nov. 1889, p. 03).

<sup>30</sup> O jornal *Quinze de Novembro* (MT) tinha assinatura mensal por 1\$000 e exemplares com venda avulsa por 3000réis. Duas edições estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>31</sup> O jornal *Quinze de Novembro*, que circulou em Bagé no Rio Grande do Sul, só foi identificado em informativo dos jornais da cidade, não sendo localizado nenhum exemplar para maiores informações.

<sup>32</sup> Jornal *Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (RJ), na dimensão de 38 x 17 cm. com assinatura anual custava 10\$000, semestral 5\$000, trimestral 3\$000 e exemplares avulsos eram vendidos por \$100. Impresso na Tipografia Montenegro com edições quinzenais e tinha como colaboradoras as filhas Francisca Diniz e outras senhoras (CARULA, 2016). Algumas edições estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

da República: o Largo Pedro II passou a chamar-se Largo Tiradentes, e as ruas da Imperatriz e do Imperador, respectivamente XV de Novembro e Marechal Deodoro.

Entre vivas à República, ao Exército e à Armada, as páginas dos jornais declaravam estar a serviço do povo, dedicando-se a cumprir o que entendiam como um dos seus deveres com seus leitores: apoio e confiança nesse momento de transição política, social e moral. Informações sobre questões políticas e econômicas geradas a partir da proclamação da República eram entendidas como prioridades, bem como descrições dos ambientes festivos das comemorações.

Registrando e informando aos cidadãos sobre a nova legislação e sobre as providências imediatas que estavam sendo tomadas pelo governo provisório, os veículos de comunicação consideravam necessário familiarizar os leitores a respeito dos princípios que embasavam a nova forma de governo, ampliando sua capacidade de ressonância. Decretos e atos elaborados pela República precisavam ser comunicados ao público leitor, e as notícias sobre o entusiasmo manifestado pela população deveriam circular pelas ruas e encontrar eco nas casas dos paranaenses. A obra de Manoel Ernesto de Campos Porto<sup>33</sup>, que havia sido publicada pela Imprensa Nacional já no início de 1890, refletia a amplitude dessas ressonâncias e o desejo de deixar registrado esse momento histórico, no intuito de tornar-se uma obra de referência:

[...] documento incontestável e de grande valor histórico [...] Qualquer concidadão, que, pela distância em que se achou dos centros, ou por que lhe falhassem na ocasião os jornais da imprensa periódica para bem orientar-se dos fatos, terá – com esses Apontamentos – um bom auxiliar, compendio fiel do que todos vimos e sentimos. (PORTO, 1890, p. XII).

Outro exemplo de iniciativa congênere é o conteúdo de uma carta publicada no jornal *Quinze de Novembro*, em 7 de dezembro de 1889, na qual o Arquivo Público Nacional no Rio de Janeiro<sup>34</sup>, com intuito de reunir documentos concernentes à transformação política que acabava de realizar-se no País, solicitava aos diretores

---

<sup>33</sup> A obra de Manoel Ernesto de Campos Porto é dedicada ao general Manoel Deodoro da Fonseca e revela sua intenção de tornar-se subsídio para história da Pátria. Os artigos reunidos pelo autor permitem visualizar sobretudo o fenômeno do adeísmo, ou seja, a metamorfose de convictos monarquistas em calorosos republicanos de última hora.

<sup>34</sup> A carta foi datada de 20 de novembro, assinada por Joaquim Pires Machado Portella, diretor do Arquivo Público Nacional, e identifica Nivaldo Braga como agente Auxiliar do Arquivo Público Nacional, no Estado do Paraná. (BRAGA, 1889, p. 3).

da imprensa paranaense que remetessem para a agência auxiliar do Paraná os jornais publicados no Estado desde o dia da Proclamação da República que contivessem notícias de qualquer natureza sobre o fato, assim como exemplares que fossem sendo colocados em circulação. Tais iniciativas endossam o argumento de Lucia Oliveira (1990, p. 94) de que a questão nacional e o debate em torno do seu conteúdo fizeram parte do dia a dia dos jornais e do debate político daquela época, relativizando a versão bucólica que foi historicamente construída da Proclamação da República como um fato histórico de fraca repercussão.

Foi justamente nessa direção, como uma caixa de ressonância desse momento histórico e confiante nas raízes deixadas pela revista *Galeria Illustrada*<sup>35</sup>, que o jornal *Quinze de Novembro* foi criado e passou a se movimentar no espaço público, tomando para si, em seu primeiro editorial<sup>36</sup> a responsabilidade de fazer parte da “imprensa como uma das mais melindrosas fórmulas da educação popular”. (CORREIA, *Quinze*. Curitiba, 24 nov.1889, p. 1).

### 1.1 NA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ: “TRATEMO-NOS POR – SENHORES, MAS SEJAMOS – CIDADÃOS!”

“Tratemo-nos por – senhores, mas sejamos – *cidadãos!*”

Esse conceituoso dito envolve certamente uma proveitosa lição. Em nada prejudica a república a civilidade no tratamento social. O que convém é que haja civismo, é cumprir-se com os deveres de cidadão. Não são certamente a troca dos nomes das ruas, a alteração das formulas oficiais, a mudança das cores nacionais, a supressão dos emblemas – o que há firmado e há de completar a consolidação da forma republicana; mas a prudência do governo, a sua moderada e criteriosa, inspirada na conveniência pública e no sentimento nacional. (A BANDEIRA..., *Quinze*. Curitiba, 30 nov. 1889, p. 2).

O *Quinze de Novembro* deixou impressa a preocupação com a urgência de uma boa educação para a formação do caráter do cidadão da República. O cidadão

---

<sup>35</sup> VEZZANI, I. N. *Uma revista de tipo europeu: educação e civilização na Galeria Illustrada (Curitiba 1888-1889)*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, na Linha de História e Historiografia da Educação, Curitiba, 2013.

<sup>36</sup> Segundo Bahia (1972, p.192), o editorial, também identificado como artigo de fundo, é, no jornal, a opinião do proprietário e/ou o ponto de vista do editor e é, a um só tempo, uma notícia informativa e opinativa.

é o habitante da cidade, e tem o direito de gozar de seus direitos civis e também participar no destino da sociedade, votar, ser votado e ter direitos políticos.

O cidadão para o qual o *Quinze de Novembro* se dirigia, com quem queria dialogar, estava completamente imerso na transição do sistema monárquico para o republicano. Os principais Estados correspondiam a locais fortemente apoiados em monoculturas e latifúndios, a exemplo de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará. (COSTA, 1994, p. 3). Cabe lembrar que o Paraná havia sido a última província criada durante o Império e, dentro dessa nova configuração política, entre os 21<sup>37</sup> Estados da Federação, é importante considerar que sua população<sup>38</sup> ocupava a 18ª posição, estando à frente apenas do Espírito Santo, Mato Grosso e Amazonas.

Durante o regime monárquico, as províncias eram bastante limitadas quanto à sua autonomia política e administrativa. Seus presidentes<sup>39</sup> eram escolhidos e nomeados pelo Imperador D. Pedro II, conforme a característica centralizadora do regime. Cumpre lembrar que a norma política corrente no Império, observada com rigor também em relação aos representantes do judiciário, era não confiar funções de alta responsabilidade aos "filhos da terra", recaindo essas escolhas preferencialmente sobre homens públicos que fossem estranhos à sociedade provincial cujas administrações estivessem assumindo. Como autoridades nomeadas, geralmente ocupavam o cargo independentemente da escolha da comunidade local, carecendo também de identificação com a sociedade que os recebia. Essa regra justifica o fato de que, nos trinta e seis anos de vida provincial (1853-1889), dos cinquenta e quatro<sup>40</sup> presidentes de província no Paraná, somente

---

<sup>37</sup> Segundo Porto (1890) manifestaram-se pela imprensa os Estados: Rio de Janeiro (p. 323-342), São Paulo (p. 343-387), Minas Gerais (p. 389-443), Espírito Santo (445-452), Santa Catarina (p. 453-460), Paraná (p. 461-466), Rio Grande do Sul (p. 467-490), Bahia (p. 491-506), Alagoas (p. 507-514), Pernambuco (p. 515-142), Paraíba do Norte (p. 543-548), Ceará (p. 549-560), Rio Grande do Norte (p. 561-566), Maranhão (p. 567-596), Pará (p. 591-596), Amazonas (p. 598-602), Mato Grosso (p. 603-610) e Piauí (p. 611-626).

<sup>38</sup> Até o final da I República manteve-se pouco acima dessa posição, embora tivesse aumentado sua população de 126.000 habitantes, em 1872, para 1.236.000, em 1940. (COSTA, 1994, p. 3).

<sup>39</sup> O cargo de Presidente da Província era equivalente ao de Governador de Estado no sistema Federativo.

<sup>40</sup> Se contarmos com os vice-presidentes, que estiveram no exercício das funções por períodos extremamente curtos, em torno de 25, sobe para 54 o número de homens que passaram pela Presidência da Província nos trinta e cinco anos de sua existência, já que a instalação oficial se deu em 19 de dezembro de 1853. (COSTA, 1994, p. 66).

três tenham sido paranaenses: Dr. João José Pedrosa, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Porém, na condição de vice-presidentes<sup>41</sup> ou de substitutos eventuais, onze paranaenses exerceram as funções do cargo. (COSTA, 1994).

Entre os três poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – apenas pelo Legislativo o povo participava do governo das províncias, mediante eleição de seus representantes para constituir a Assembleia Legislativa Provincial, sendo competência destes propor, discutir e deliberar sobre a instrução pública e sobre os estabelecimentos destinados a promovê-la. É certo, porém, que havia limitações para a eleição destes representantes. Estavam excluídos sumariamente das eleições primárias, que ocorriam dentro das assembleias paroquiais<sup>42</sup>, os menores de 25 anos, as mulheres, os religiosos e os detentores de renda líquida anual inferior a duzentos mil réis<sup>43</sup>. O cidadão ativo, ou seja, aquele que fosse considerado apto a votar nas assembleias paroquiais, definia em primeira instância quem seriam eleitores da província, e estes elegiam quem seriam os representantes nas Assembleias Legislativas. Portanto, essa eleição se dava por voto indireto (COSTA, 1994, p. 46 -67).

Havia no Brasil dois partidos imperiais, o Conservador e o Liberal, configurando agremiações políticas opostas, os quais Boris Fausto (2007, p. 181) define de forma simplificada: Partido Conservador, representando os burocratas, e o Partido Liberal, representando os interesses agrários. Na verdade, o clima político da época, recentemente abalado pelo abolicionismo e pela constante febre republicana, havia provocado estragos na estrutura do Partido Conservador, que,

---

<sup>41</sup> A partir de 1868, todos os vice-presidentes foram paranaenses. (COSTA, 1994, p. 79).

<sup>42</sup>As Assembleias Paroquiais eram constituídas por membros da província e foram criadas, com a Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834, conhecida como o Ato Adicional de 1834, na qual o Art. 1º substituiu os Conselhos Gerais das Províncias pelas Assembleias Legislativas Provinciais. Seriam o poder legislativo em nível provincial, extinguindo a obrigatoriedade de aprovação de que todas as leis e decretos das províncias pelo Senado e Câmara dos Deputados da Corte. (BRASIL, 1866).

<sup>43</sup> Em relação ao valor monetário da época, vale saber que até 1942 a moeda brasileira foi o mil-réis, grafada “1\$000”. Mil mil-réis eram chamados “conto” ou “conto de réis” e grafados “1:000\$000”. Para um comparativo, em junho de 1890 o estabelecimento “Ao pobre diabo” anunciava no jornal A República o preço de uma garrafa (1lt.) de azeite a 800\$. (ANÚNCIOS..., *A República*. Curitiba, 26 de jun. 1890, p. 4)

mesmo mantendo-se no poder durante os anos anteriores, chegou esfacelado na República.

Na capital da Província do Paraná, em 4 de julho de 1888, vindo de Minas Gerais<sup>44</sup>, chegou para assumir a presidência da Província do Paraná o Dr. Balbino Cândido da Cunha (1833-1905), que seria então o último delegado da Coroa Imperial representante do Partido Conservador. Sem o apoio dos grandes nomes locais do seu partido, sua administração acabou desagradando a todos (CARNEIRO, 1994, p. 428). A situação dos conservadores no Paraná refletia a crise do partido em nível nacional, o que culminou com a entrega espontânea do poder aos liberais, assumindo então a presidência da Província o Conselheiro Jesuíno Marcondes. Às vésperas da queda do Império, representantes do Partido Conservador, que estavam em oposição aos republicanos – e ressentidos com a Monarquia que decretara em 1888 a libertação dos escravos – acabaram por apoiar o golpe militar de Deodoro em 15 de novembro. (COSTA, 1994, p. 174).

No dia da Proclamação da República, o paranaense Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903)<sup>45</sup>, do Partido Liberal, recebeu pelo telégrafo, sem grande surpresa, pois há tempos revelara que já pressentia indícios de profundas mudanças, a notícia de que fora instaurado um novo regime, resultante da insurreição militar. Segundo Porto, foi distribuído um boletim pela redação do jornal *19 de Dezembro* no dia 15 de novembro, comunicando que havia se realizado às 18 horas, em um dos salões do Clube dos Girondinos<sup>46</sup>, uma reunião convocada e presidida por Jesuíno Marcondes, à qual compareceram membros dos partidos Liberal e Conservador, onde foi nomeada uma comissão de imprensa composta por Generoso Marques, Menezes Doria, Cunha Brito, Rocha Pombo, Justiniano de Mello e Teixeira de Freitas. (1890, p. 463-4). Em 17 de novembro, Marcondes enviou um telegrama ao presidente do Governo Provisório, no qual comunicava que aderira aos fatos

---

<sup>44</sup> De Minas Gerais vieram alguns presidentes da Província do Paraná, como: Antonio Barbosa Nogueira, José Feliciano Horta de Araújo, Joaquim Bento de Oliveira Júnior, José Cesário de Miranda Ribeiro e Dr. Balbino Cândido da Cunha (CARNEIRO, 1994, p. 21).

<sup>45</sup> Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá foi vice-presidente da Província do Paraná em 1878, 1897, 1882. Atuou como Presidente de 16 de junho a 23 de agosto e de 12 de setembro a 16 de novembro de 1889. Foi Ministro da Agricultura na Monarquia e chefe do Partido Liberal no Paraná por cerca de 40 anos. (COSTA, 1994).

<sup>46</sup> Na lista de sócios do Clube dos Girondinos estavam Rocha Pombo, Menezes Dória, Emilliano Pernetta, Eusébio da Motta, Leôncio Correia, Nestor de Castro, Sebastião Paraná, Dario Veloso, Jaime Ballão, entre outros (CLUBE..., *Quinze*. Curitiba, 24 dez. 1889, p. 02).

(PORTO, 1890, p. 463-4). As estações telegráficas do Paraná foram encarregadas de dar publicidade ao seguinte texto assinado por Jesuíno Marcondes:

República proclamada. Família Real expatriada. Governo provisório geral e provincial organizados. Constituinte convocada. Nestas circunstâncias finda minha missão oficial, anunciei ao governo provisório adesão do Partido Liberal do Paraná aos fatos consumados e sua dedicação à Pátria. Conto ter assim interpretado os sentimentos do Paraná e a necessidade suprema de auxiliar a obra de reconstrução da grande Pátria Brasileira.

Muito embora a queda do Império já fosse esperada por força de um longo processo impulsionado por muitos fatores de ordem econômica, social e política, o ato da proclamação causou perplexidade no país fora dos círculos políticos mais bem informados. Aristides Lobo, um dos articuladores civis da campanha republicana e que logo depois assumiu como um dos ministros do Governo Provisório, evidenciou conotação militar em torno da deposição do Imperador D. Pedro II, pois, segundo afirmou, foi praticamente nula a colaboração civil. A partir da Proclamação da República, o Governo Provisório passou a determinar diretamente todos os cargos públicos, fazendo novas nomeações, desde o governador do Estado até o carcereiro. No cenário provincial, somente a figura dominante, o Presidente da Província, era delegado do Imperador (COSTA, 1994, p. 38- 55). Os demais cargos eram definidos pelo presidente, e os membros que constituíam as assembleias provinciais eram eleitos por voto.

Amélia Siegel Corrêa faz uma descrição desse momento no Paraná, em sua pesquisa intitulada *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*, na qual descreve o Partido Liberal como sendo

representante das elites agrárias, tinha sua produção mais voltada para o mercado interno. Porém, com a crise de sua posição no campo econômico, cada vez mais dominado pelos ervateiros, unido à configuração do jogo político nacional com a hegemonia saquarema, a posição dos grandes proprietários ligados ao tropeirismo e à pecuária foi ficando cada vez mais dominada, embora desafiasse com frequência a hegemonia dos conservadores, obstruindo a aprovação de suas demandas na Assembleia. (CORRÊA, 2006, p. 26)

Embora no Paraná existissem apenas dois Clubes Republicanos, em Paranaguá e em Curitiba, já em 15 de março de 1886 passou a circular na capital o jornal semanal *A República*. A rigor, não havia no contexto paranaense um Partido Republicano, como já acontecia em algumas outras províncias, como São Paulo, Rio

de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina, mais especificamente no Desterro, atual Florianópolis, onde, segundo Pedro (1995, p. 78), só foi fundado o primeiro clube republicano em 1885, período em que também entrou em circulação o periódico republicano<sup>47</sup> *A voz do Povo*. Estes foram organizados a partir do Manifesto Republicano<sup>48</sup> lançado no Rio de Janeiro em 3 de dezembro de 1870, e a partir do qual teve início a propaganda republicana em caráter sistemático (COSTA, 1994, p. 183).

Durante os nove meses de circulação do *Quinze de Novembro*, quatro governadores provisórios<sup>49</sup> se sucederam no poder, sendo dois militares, dois bacharéis em Direito (SP) e nenhum deles paranaense: o carioca e General Francisco Cardoso Junior (1826-1917)<sup>50</sup>, que na época da proclamação era Comandante da Guarnição Militar em Curitiba; o catarinense e Contra-almirante José Marques Guimarães (1838-1903); o gaúcho Dr. Uladislau Herculano de Freitas Guimarães (1865-1926)<sup>51</sup>, genro de Francisco Glycério, e o mineiro Dr. Américo Lobo Leite Pereira (1841-1903)<sup>52</sup>.

Esta movimentada dança das cadeiras não ocorreu apenas no Paraná. Houve substituições frequentes de governadores no Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Segundo Bausbaum (1976, p. 37),

---

<sup>47</sup> Segundo Joana Maria Pedro (1990, p. 78), o jornal *A evolução*, identificado como órgão do clube republicano de Desterro, surge apenas em 1887.

<sup>48</sup> No Rio de Janeiro, resultante da aproximação entre os dois pequenos grupos contrários à Monarquia que começavam a se agitar na capital e em Minas Gerais, começa a circular o jornal *A República*, que, no seu primeiro número, publica o Manifesto Republicano redigido por Quintino Bocayuva, dando voz ao pensamento de advogados, jornalistas, médicos e outros setores profissionais das classes médias que não se sentiam representados no jogo político tradicional entre conservadores e liberais. O manifesto teve impacto importante na vida política do país, dando início a outras iniciativas de caráter republicano, em São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. (FAUSTO, 2007, p. 227-8).

<sup>49</sup> Dr. Américo Lobo governou o Estado do Paraná até 28 julho de 1890. Sucederam a ele no poder até março de 1891 mais três governadores provisórios: Joaquim Monteiro de Carvalho Silva, paulista de Campinas ligado a Francisco Glycério e a Campos Sales, empresário do setor madeireiro no Paraná e sogro do paranaense histórico Arthur Martins Franco e avô de David Carneiro, o paraense Tenente Coronel Inocencio Serzedelo Correia e ainda, o baiano José Cerqueira de Aguiar. (COSTA, 1994, p. 04).

<sup>50</sup> Na data da proclamação, Francisco Cardoso Júnior estava como Comandante do 5º Distrito da Brigada Militar em Curitiba e assumiu o governo do Paraná. Embora o Marechal Deodoro tenha manifestado seu desejo de que continuasse no cargo e da pressão partidária, Cardoso Júnior não se candidatou, abrindo espaço para José Marques Guimarães. (CARNEIRO; VARGAS. 1994, p. 48).

<sup>51</sup> Em março de 1889 formou-se Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo.

<sup>52</sup> Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1862.

isso era reflexo da ausência de organização constitucional definida e também, segundo aponta, da escolha de homens inexperientes, teóricos e alheios aos problemas de administração, o que obrigava o Governo Provisório a substituí-los. Além disso, houve ainda aqueles que literalmente estavam “a passeio” e exerceram o cargo apenas como etapa de estágio político. Esses governadores não passaram pelo Paraná despercebidos pela imprensa paranaense. As páginas do jornal *Quinze de Novembro*, por meio de seus retratos e de críticas às suas ações – ou à falta delas – tanto revelavam quanto criavam para os leitores suas identidades políticas.

As transformações instauradas pelo novo regime geraram alguns cortes nos gastos públicos, a exemplo da extinção dos encargos já previstos no orçamento de 1889, de 1,58 mil contos reservados para manutenção da família Imperial, para o Conselho de Estado e para os Presidentes de Província. Com a separação entre Igreja e Estado, o Tesouro também deixou de gastar 1,1 mil contos reservados para a manutenção dos cultos, dos seminários episcopais e da catequese. Ao abandonar uma série de serviços, antes realizados pelo governo central, e que a partir de então foram tacitamente deixados por conta dos novos governos estaduais, cortaram-se despesas com os serviços de saúde e saneamento e quase a totalidade dos gastos com educação, do ensino primário ao superior, ficando para o governo federal no novo regime somente os custos ligados à manutenção de algumas escolas superiores (CALDEIRA, 2015b, p. 51). Esses cortes também podem ter dificultado ainda mais a administração dos Estados. Afinal, iniciava-se um tempo em que seria necessário abandonar práticas já conhecidas e experienciadas, e os governadores recém-empossados não tinham experiência de trabalhar com a nova autonomia política e econômica. Assumiram seus cargos vislumbrando como horizontes de expectativa futura modelos de república e organização idealizados e utópicos, mas que na prática correspondiam ao que Koselleck (2006, p. 14) identifica como os lugares no mundo do trabalho, onde as ações de homens concretos se entrelaçavam com diferentes espaços da experiência e perspectivas de futuro.

Esse era um período, segundo Tarcisa Bega (2013, p. 89-95), em que Curitiba dava um salto em termos culturais, com a criação de agremiações e clubes e de instituições representativas da identidade paranaense, como o Museu Paranaense (1853), o Arquivo Público (1855), a Biblioteca Pública do Paraná e o Liceu de Curitiba (1857). Mais de 60 sociedades beneficentes foram instituídas entre 1871 e 1893. Em

1887 foi criada a Companhia de Ferro Carril de Curitiba e em 1888, o Banco Mercantil e Industrial do Paraná. Em 1890, a Associação Comercial do Paraná e um número expressivo de associações, sociedades e clubes literários<sup>53</sup> se estabeleceram, indicando que a capital do Paraná dispunha das “estruturas elementares da sociabilidade”, assim definidas por Sirinelli (2003, p. 248), em torno das quais os grupos se organizam “por afinidades difusas determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.” Esse tipo de socialização em grupo era uma prática comum no Brasil naquele contexto.

O jornal *Quinze de Novembro*, ao mesmo tempo em que divulgava eventos, conferências e atividades, também poderia ser a pauta de alguns desses encontros, visto que seus artigos tratavam de assuntos – e muitos destes polêmicos – que interessavam e precisavam ser debatidos pela sociedade paranaense, portanto era uma via de mão dupla: divulgar e ser divulgado, ser leitor e ser leitura. Tarcisa Bega, sem perder de vista os movimentos nacionais nesse sentido, faz uma análise minuciosa da configuração dessas redes de sociabilidade no Paraná, concluindo que essas agremiações sinalizavam mais para os interesses e embates locais, definidos principalmente por orientações políticas do que ideológicas destes grupos. (BEGA, 2013, p. 67-8).

Numa nota publicada no jornal *Quinze* em março de 1890 localizamos uma lista dos jornais nacionais<sup>54</sup> e paranaenses recebidos pela Biblioteca do Estado do

---

<sup>53</sup>Dos quais podemos citar: Associação Curitibana dos Empregados do Comércio, Assistência dos Necessitados, os grêmios: Musical Carlos Gomes, Bouquet, Violetas, Juvenil. Clubes: Coritibano, Puritanos, Bohemios, Treze de Maio, Picoteiros, Frontão Curitibano, Corridas Paranaenses, Caçadores, Vinte e oito de Setembro, Cassino Curitibano, Beneficente dos Trabalhadores de Ervamate, Centro Beneficente Operário, Circulo XX de setembro, Comuna Alemã, Deutscher Saengerbund, DeutschernSchützen-Verein, Guiuseppe Garibaldi, Litteraire Gouloise, Laeznosc i Zgoda, Tadeuz Koscioszko, Teuto-Brazilianischer Turn-Verein, Verein Thalia, Verein Deutscher Schule, Liga dos Polacos no Brasil, Liga Municipal, Portuguesa de Beneficência, Radfahren-Club, Protetora dos Operários, Sociedade dos Empregados da Estrada de Ferro, Sociedade Musical Progresso Curitibano, Recreativa Militar, Grêmio Correia Vasques e Velo-club. Lista publicada no Almanaque do Paraná, por Romário Martins. (MARTINS, 1898).

<sup>54</sup>*Jornal do Commercio* (RJ), *Jornal do Commercio de Porto Alegre*, *Diário do comerciado Rio de Janeiro*; *Diário de Rio Grande*, *Diário de Notícias* (SP), *Diário Mercantil* (SP); *Diário Oficial* (RJ); *Diário de Campinas*; *O Estado de S. Paulo*, *Gazeta do Norte* (CE); *Gazeta da tarde* (RJ); *Imprensa evangélica* (RJ); *Revista sul-americana* (RJ); *O Arauto* (SP); *Estado do Piauí*; *Vassourense* (BA), *Diário de Pernambuco*; *Diário da Bahia*; *O apóstolo* (RJ); *Folha da tarde* (RGS), *Independente* (RGS); *O Canabarro* (RGS); *Gazeta do povo* (SP); *Jornal do Povo* (SP); *Ribeirão Preto*; *A Província de Pernambuco*; *A Ephoca* (PE); *O Libertador* (CE); *Diário do Povo* (AL), *Renascença* (MG); *Itajuba* (MG); *O arauto* (MG); *Gazeta Mineira* (MG); *Monitor sul mineiro*; *República Federal* (BA); *O liberal* (PA); *República* (SC); *A imprensa* (PI); *A Ordem* (Jaguarão); *O telephone* (Terezina); *Correio do Natal*

Paraná, onde consta o *Quinze de Novembro*, *A República*, *O Progresso*, *Clube Curitibano*, *Sete de Março*, *Dezenove de Dezembro* e *Pátria Livre* (JORNAIS, *Quinze*. Curitiba, 12 mar. 1890, p. 1). No *Almanaque do Paraná*, organizado por Romário Martins para o ano de 1899, para circular em 1900, consta uma lista de jornais e revistas publicados no Paraná entre 1854 a 1900, na qual estão registrados os seguintes números: em Curitiba, um total de 179 publicações, em Paranaguá (54), em Antonina (07), Morretes (04), Guaraquessaba (01), Ponta Grossa (05), Castro (10), Lapa (07), Palmeira (02), Guarapuava (05), Campo Largo (02) e apenas 1 publicação nas localidades de São José dos Pinhais, Rio Negro, Palmas, Xapencó.

No mesmo *Almanaque do Paraná*, localizamos outras listas que nos indicam o cenário aproximado no qual a oficina de Narciso Figueras se inseriu. Na rua 15 de Novembro estavam localizadas as livrarias de Annibal, Rocha e Ca., Adolpho Guimarães, Correia & Ca. e, na rua Ipiranga, ficava a livraria de Viriato Oliveira. Localizamos anúncios em 1887 da Tipografia de Luiz Coelho, referida como “antiga” Pêndula Meridional, o que indica que o estabelecimento era anterior ao ano do anúncio, já que funcionava anexa à oficina de Luiz Coelho desde 1876. No jornal *A República* foram anunciadas as seguintes livrarias: *A Popular* (1888), de Edmundo Cardia Soares, localizada na ladeira do Palácio, *A Européia* (1889), de Alfredo Hoffman na rua São Francisco e *A Contemporânea* (1889), de Francisco Queiróz.

Pouco antes do advento da República, os principais jornais eram ligados aos partidos monárquicos: a *Gazeta Paranaense* e o *Sete de Março* (conservadores) e o *Dezenove de Dezembro* (liberal). Investindo no ideário republicano, circulavam o jornal *A República*, que se identificava como órgão do Clube Republicano de Curitiba, *O Povo*<sup>55</sup> de Rocha Pombo<sup>56</sup> e, de Paranaguá, o *Livre Paraná: echo republicano*,

---

(RGN); *O liberal* (PA); *República* (SC); *A imprensa* (PI); *A comédia social* (RGS); *O Paíz* (RJ); *Gazeta de Notícias* (RJ). (JORNAIS. *Quinze*. Curitiba, 12 mar. 1890, p. 1).

<sup>55</sup> Do jornal *O Povo*, estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional apenas as edições de 19 (1879) e 6 (1880). A pesquisa de Amélia Siegel Corrêa (2006, p. 172) também menciona que foram localizados apenas dois exemplares.

<sup>56</sup> José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), jornalista, advogado, professor, historiador, político e escritor. Em 1880 começa a atuar como jornalista. Foi redator da *Gazeta do Paranaense* (órgão do Partido Conservador) e, em 1886, também dirigiu o *Diário Popular*. Publica na *Galeria Ilustrada* uma série de artigos contra o naturalismo. Em 1892 atua como redator do *Diário do Comércio* e começa a articular a fundação da Universidade do Paraná. Seu nome consta como acadêmico da Academia de Letras do Paraná e como patrono da Academia Paranaense de Letras em 1937. Sócio fundador do Centro Literário. (DICIONÁRIO..., 1991, p. 376-377).

*consagrado a autonomia do povo*, de Fernando Machado de Simas, impresso na Tipografia Republicana, do qual localizamos exemplares datados de 1883 e 1886. O panorama jornalístico republicano se ampliou com a República, e outras folhas<sup>57</sup> entraram em circulação: *Diário do Paraná*, órgão da União Republicana<sup>58</sup>, o *Pátria Livre*, sob a redação de Albino José Silva e que seguia a mesma linha do *A República*, e o *Quinze de Novembro*, que, mesmo com a intenção expressa de manter-se politicamente neutro, colocava à disposição de seus leitores a seção *Ineditorial*<sup>59</sup>, um espaço disponível à venda dentro da diagramação do jornal, para quem precisasse ou quisesse se manifestar sobre qualquer tema, tornando-se assim uma tribuna aberta para circulação de vários debates, inclusive políticos (CORRÊA, 2006, p. 172-3).

O jornal *A República* foi um importante interlocutor do *Quinze de Novembro*, portanto consideramos a necessidade de lançarmos luz em algumas questões sobre esse impresso, para compreendermos debates posteriores. Tendo como proprietário Joaquim Silva, começou a circular em 1886 como órgão do Clube Republicano de Curitiba, fundado em 1885. Tinha como redatores o presidente do Clube, Eduardo Mendes Gonçalves<sup>60</sup> (s.d.-1911), e Joaquim Procópio Pinto Chichorro Junior<sup>61</sup> (1866-1926). Com a proclamação da República, o clube se fortaleceu. Com a

---

<sup>57</sup> Muitas vezes os jornais do período referiam-se entre eles e/ou a si mesmos como *folhas*.

<sup>58</sup> A União Republicana foi criada quando, depois de proclamada a República, os partidos monárquicos existentes (Liberal e Conservador) adaptam-se ao novo regime: o Partido Conservador transforma-se em Partido Republicano Federal, passa a ser chefiado por Vicente Machado, com anuência do Barão do Serro Azul que antes liderava, e o Partido Liberal, com apoio de Generoso Marques dos Santos, funda a União Republicana do Paraná. (VARGAS, 1970, p.116).

<sup>59</sup> A seção *Ineditorial* era comum nos jornais do período, um espaço que era vendido a quem desejasse se manifestar sobre vários assuntos, desde assuntos sobre o dia a dia da cidade, abandonos de empregos, esclarecimento de boatos, fechamento de firmas, encerramento de sociedades e até mesmo polêmicas políticas.

<sup>60</sup> Eduardo Mendes Gonçalves nasceu no Paraná, diplomou-se em Engenharia Civil pela Escola Central do Rio de Janeiro. Recém-formado chefiou um dos setores de obra da construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba. Teve destacada atuação política a favor da República, fundando, em Curitiba, o jornal *A República*, que defendia os ideais republicanos e do qual foi redator e foi Presidente do Clube Republicano do Paraná, que congregava os partidários das ideias positivistas de Ordem e Progresso. (GONÇALVES, 2006)

<sup>61</sup> Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior foi redator do jornal *A República*, colaborou com a *Galeria Ilustrada*. Membro da Comissão Executiva do Partido Republicano do Paraná, formada em janeiro de 1890, também se dedicou às letras e à música como compositor e pianista e foi professor no tradicional Ginásio Paranaense e fundador do Centro de Letras do Paraná.

dissolução da Assembleia e da Câmara pelo Governo Provisório, foi nomeada uma comissão executiva<sup>62</sup>, formada principalmente por seus membros e chefiada por Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907)<sup>63</sup>, que se tornou redator político do jornal. Suas páginas, que foram utilizadas para divulgar os ideais republicanos antes da proclamação, refletiam “uma pretensão exagerada de que o sistema republicano resolveria todos os problemas nacionais” (CORRÊA, 2006, p. 173). Logo após os eventos de 15 de novembro, o jornal se posicionou ao lado do Governo Provisório, no intuito de justificar e exaltar todos seus atos, entrando em conflito com outras publicações, como veremos logo adiante.

Construímos, para uma melhor visualização, a rede que se formava em torno das redações dos principais jornais que circularam em Curitiba neste período de transição. Seleccionamos para análise, além do *Quinze de Novembro*, os jornais: *Livre Paraná*, *Pátria Livre*, *A República*, *Diário do Paraná*, *Sete de Março*, *Gazeta Paranaense*, *O Estado do Paraná*, *O Povo*, a revista *Galeria Illustrada*, que antecedeu o *Quinze*, o *Folha Popular* e *Diário do Comércio*<sup>64</sup> fundados na sequência por um dos editores do jornal. Dos redatores, seleccionamos, além de Leoncio Correia, Menezes Doria e Narciso Figueras, do *Quinze de Novembro*, os seguintes nomes: Albino Silva, Chichorro Junior, Manoel Correia de Freitas (1853-1933), Eduardo Gonçalves, Justiniano Silva (1852-1940), Emiliano Pernetta<sup>65</sup> (1866-

---

<sup>62</sup> Com a dissolução da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal, foi nomeada uma comissão municipal para atuar provisoriamente, sob comando de Vicente Machado. Na sequência, os integrantes do Clube Republicano de Curitiba elegeram entre seus membros outra comissão “executiva”, segundo Corrêa (2006, p. 57-8), “detinha de fato o comando do Estado, composta por Vicente Machado, Francisco Torres, Chichorro Júnior, Ernesto Lima e Maurício Sinke”.

<sup>63</sup> Vicente Machado da Silva Lima, diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais em 1881, pela Faculdade de Direito de São Paulo, exerceu o cargo de promotor público em Curitiba, e em 1882 assumiu a secretaria do Governo da Província. Foi também professor de Filosofia no Instituto Paranaense. Foi eleito deputado da Assembleia Legislativa Provincial para o biênio 1886-7, pelo Partido Liberal. Proclamada a República, os republicanos e conservadores agruparam-se ao lado de Vicente Machado, formando o Partido Republicano Federal. Foi casado em segundas núpcias com Helena Loyola, filha do coronel Joaquim Antonio de Loyola, um dos 34 senhores de engenho do mate em 1830. (DICIONÁRIO..., 1991, p. 133-257).

<sup>64</sup> Em setembro de 1890, foi anunciada a *Folha Popular*, no Rio de Janeiro, redigida pelos paranaenses Leoncio Correia e Emiliano Pernetta, Oscar Rosas e Emílio de Menezes e outros literatos de raça como eles”. (PARANÁ, 1890, p. 03). Em 1892 Leoncio Correia atuou como diretor e redator do *Diário do Comércio*, de propriedade de seu tio Barão de Serro Azul. (CORRÊA, 2006, p. 82).

<sup>65</sup> Sobre Emiliano Pernetta, Tarcisa Bega (2013) dedica a análise e descrição de sua trajetória no capítulo 3 - Emergência da poesia Simbolista, p.183 a 212.

1921), Nestor Victor dos Santos (1868-1932), Rocha Pombo, Vicente Machado<sup>66</sup> e Sebastião Paraná (1864-1938)<sup>67</sup>. A movimentação desses redatores vai além dos jornais com os quais estiveram envolvidos.

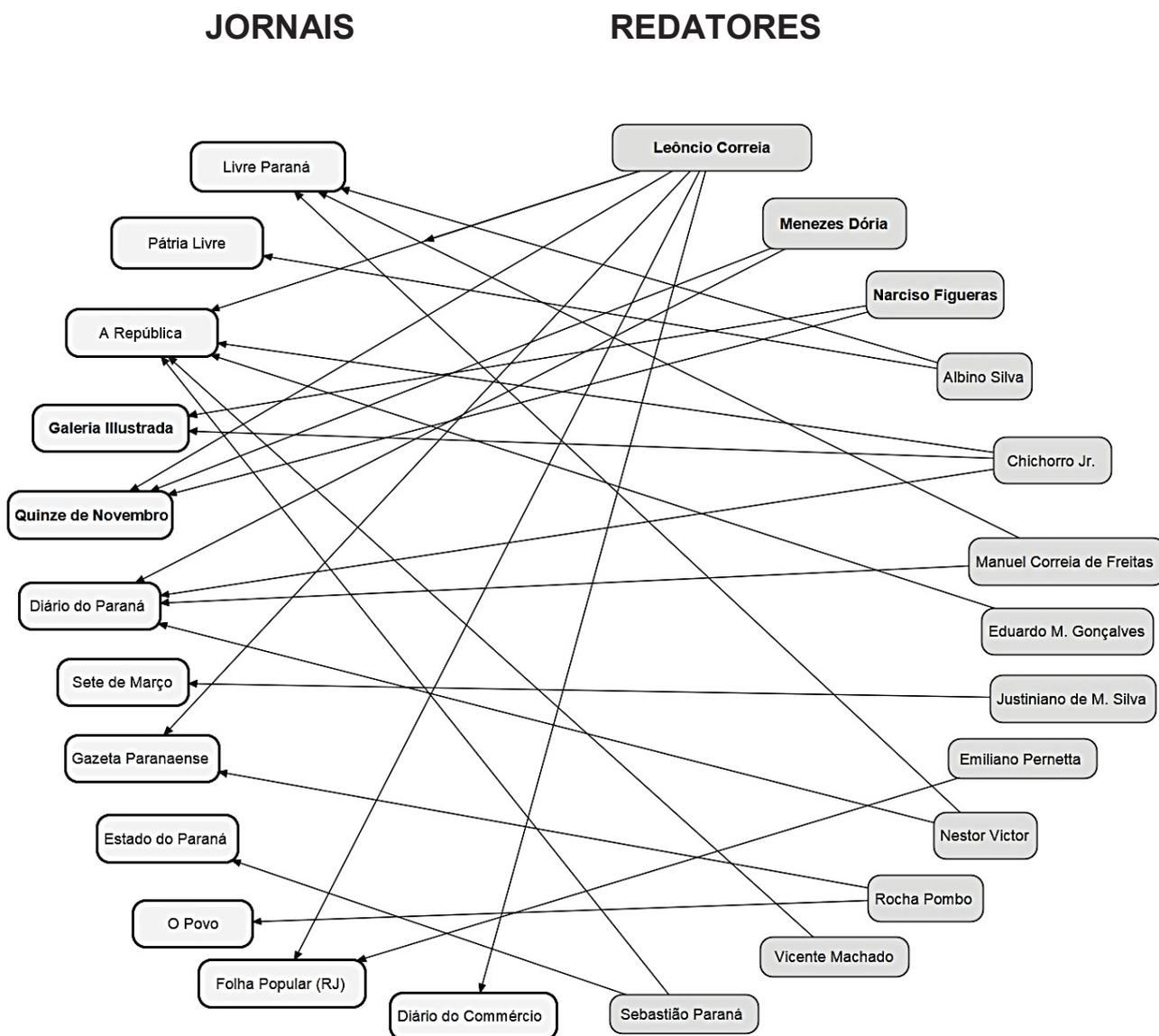
Suas escolhas estavam associadas a ações sociais e políticas e, em consonância com a afirmação de Koselleck (2006, p. 14), eles eram “homens concretos” que agiam e reagiam e as consequências de suas ações afetavam, além deles próprios, também as instituições e organizações com as quais estavam envolvidos. A composição das redações dos jornais se revelou um lugar precioso para a análise do movimento das ideias, pois em suas páginas estão impressas, além de parte da configuração intelectual, também a atuação de forças antagônicas e de adesão, exercendo influências nos posicionamentos, nos debates e nas cisões suscitados pelos editoriais que, por muitas vezes, definiram parcialmente a atmosfera intelectual e política daquele contexto de transição. Esta trama evidencia o quanto podem ser flexíveis as tensões e mutáveis os padrões construídos pelos envolvidos, pois, como nos lembra Miceli (1977, p. 15), o jornalismo era “a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais”. Portanto, a condição prévia para estar inserido era estar em movimento. Essa movimentação fica evidente pela configuração da rede que se formou por seu dinamismo e pelo modo como estabeleciam conexões entre diferentes espaços de experiências e distintas expectativas de futuro, como podemos observar no mapa a seguir.

---

<sup>66</sup> As trajetórias de Rocha Pombo, Vicente Machado, Manoel Correia de Freitas, Justiniano de Mello Silva, Leoncio Correia, Eduardo Gonçalves, Menezes Doria, Chichorro Júnior e Nestor Victor fazem parte da análise prosopográfica realizada por Amélia Corrêa (2006).

<sup>67</sup> Sebastião Paraná de Sá Sottomaior, bacharel em Direito e Ciências Políticas e Sociais no Rio de Janeiro, destacou-se no estudo da geografia e história do Paraná: Esboço Geográfico do Paraná (1889), Corografia do Paraná (1899), entre outros. Exerceu diversos cargos, entre concursados e indicações, como: professor catedrático de Geografia e Corografia do Brasil, no Ginásio Paranaense (atual Colégio Estadual do Paraná) e, interinamente, a cadeira de História Universal; professor da Escola Normal de Curitiba; professor dos colégios secundarista Parthenon, Rio Branco, Elysio Vianna e Progresso; professor da Universidade Federal do Paraná; exerceu, interinamente, a Superintendência Geral do Ensino; diretor do Ginásio Paranaense; foi do Conselho Superior do Ensino Público no Paraná; agente auxiliar do Arquivo Nacional, no Paraná. Como representante do Paraná, integrou a comissão encarregada de receber trabalhos para o Congresso Internacional de História da América. Pertenceu ao Centro de Letras do Paraná. Como jornalista, foi redator de “A República” e do “O Município” e diretor do “Jornal da Tribuna”.

MAPA 1 – Jornais e editores (Curitiba 1889-1890)



Fonte: Elaborado pela autora.

O mapeamento dos territórios de engajamento intelectual acima faz reconstituição de parte do itinerário dos personagens envolvidos na imprensa naquele contexto e, de acordo com Sirinelli (2003), esse tipo de configuração, mesmo com limites imprecisos, nos revela um grupo oriundo de uma matriz comum, a imprensa e, nesse meio, quais foram os jornalistas de maior e menor expressão que estavam em movimento dentro da rede. É possível observar, por exemplo, que Leoncio Correia foi um colaborador atuante no jornal *A República*, na *Galeria*

*Ilustrada*, na *Gazeta Paranaense*, na *Folha Popular* e no *Diário do Comércio* do Rio de Janeiro. Nesse período, Menezes Dória participou apenas das iniciativas feitas por Narciso Figueras e assim como a maioria que compõe esta rede, atuou em dois impressos. Os jornais com maiores números de colaboradores foram *A República* e o *Diário do Paraná*, seguidos pelo *Quinze de Novembro*. No entanto, cabe lembrar que essa rede foi limitada ao recorte desta pesquisa e esta configuração mantém-se dinâmica e mutável até os dias de hoje.

Como proprietário da oficina, Narciso Figueras, além de dominar as duas técnicas de impressão, a tipografia e a litografia, passou a ser reconhecido também como idealizador e proprietário de dois veículos ilustrados: a revista *Galeria Ilustrada* e o jornal *Quinze de Novembro*. Os impressos são considerados por Gomes e Hansen (2016, p. 23) como os mais importantes “vetores culturais da mediação” e, tanto a revista quanto o jornal, foram parte ativa da imprensa paranaense naquele contexto. O ambiente da oficina e as páginas do *Quinze de Novembro* foram espaços nos quais se formaram e orbitaram intelectuais, jornalistas, editores, redatores, tipógrafos, impressores que, além de participar da dinâmica criada pela imprensa, assumiram, posteriormente, papéis de políticos, educadores e literatos, muitas vezes acumulando algumas dessas funções. De *A Litografia e Tipografia do Comércio* não saíram apenas impressões e ilustrações, diplomas, rótulos, cartões de visita, convites de casamento, etc. O *Quinze* era resultado daquilo que Koselleck (2006, p. 14) chamaria de “justaposições de diferentes espaços de experiência e o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro, ao lado de conflitos ainda em germe”.

## 1.2 A PROCLAMAÇÃO DO JORNAL *QUINZE DE NOVEMBRO*.

“Passado e futuro jamais chegam a coincidir.” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

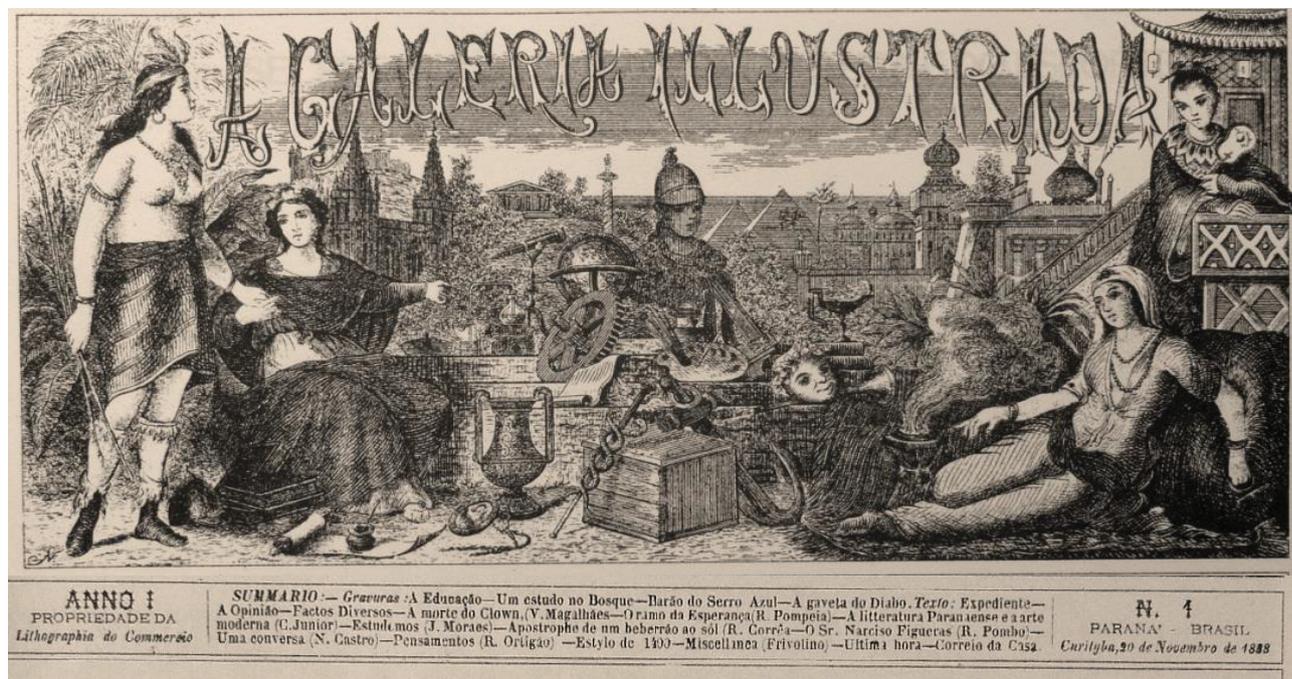
A revista *Galeria Ilustrada* e o jornal *Quinze de Novembro*, assim como passado e futuro, não chegaram a coincidir. Embora tenham saído da mesma oficina e circulado pelas mesmas ruas e casas, nunca se encontraram. Em comum tinham a motivação de Narciso Figueiras em operacionalizar com a ideia do moderno. Um nasceu e morreu, na Província, no momento crítico da Monarquia, o outro nasceu e morreu no Estado, no momento crítico e dos primeiros passos da República. Assim,

como afirma Koselleck (2006, p. 310), uma expectativa jamais pode ser deduzida somente da experiência. Com o encerramento da revista, tem início uma nova experiência com o jornal, plena de expectativas. Como sujeitos da história<sup>68</sup>, ambos foram espaços de experiências e portadores de novos horizontes de perspectivas.

É mister fazermos um pequeno recuo para podermos compreender como se deu a transição da revista para o jornal, no intuito de analisarmos comparativamente os dois impressos idealizados por Narciso Figueras. Retornamos então a 20 de novembro de 1888, dia em que entrou em circulação a primeira edição da revista *Galeria Ilustrada* em cujas páginas ficaram marcas dos debates e inquietações culturais, sociais e políticas que circularam em um período que marcou o encerramento de uma fase importante na capital da Província do Paraná e do Brasil. Para se apresentar e se representar, a revista exibia como frontispício o que Joly (2007, p. 112) chamaria de “texto imagético”, com alto grau de informatividade, e estava carregada de códigos culturais compondo uma mensagem visual complexa. Ao observar a imagem, o leitor era conduzido aos quatro continentes (as mulheres em primeiro plano), às grandes áreas de conhecimento, tais como as ciências modernas, como a astronomia, química, física e geologia. Compondo o texto imagético, estão representadas as engenharias, as artes, a história e a algumas das obras representativas da humanidade, deixando evidente a intenção da revista de assumir o papel de difusora do conhecimento e da construção estética dos seus leitores. (VEZZANI, 2013, p. 245-265).

---

<sup>68</sup> Sobre este argumento ver CRUZ, 2000; LUCA, 2006.

Imagem 2 – Frontispício das edições da revista *Galeria Illustrada*

Fonte: Revista *Galeria Illustrada*. Curitiba, 29 nov. 1888, n. 1, capa.

Imagem 3 – Frontispício do Jornal *Quinze de Novembro*.

Fonte: Jornal *Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 nov. 1889, capa.

Diferente da *Galeria Illustrada*, a estrutura gráfica do frontispício apresentado como identidade visual do jornal *Quinze de Novembro* tinha uma elaboração mais simplificada, sem nenhum tipo de imagem associada ao nome do jornal. No entanto a mensagem visual era outra e pretendia ser clara e direta. Por mais que o redator

possa ser guiado por decisões subjetivas, ao selecionar o conteúdo do jornal, essas escolhas, em grande medida, também correspondem aos interesses dos leitores que busca atingir. Podemos somar a isso as opções a respeito das escolhas técnicas e gráficas implementadas na materialidade do jornal. Essas escolhas, segundo Chartier (2001; 2003), têm o potencial de interferir direta e indiretamente na transmissão e recepção da mensagem e, de acordo com Mikhail Bakhtin (1999, p. 121), “o centro organizador de toda enunciação, toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo”. A simplificação visual poderia transmitir a mensagem que o jornal ganhava em agilidade. Essa escolha representava um caráter mais imediatista, necessário para acompanhar os acontecimentos, adequando-se muito mais como veículo das muitas mudanças que esperavam com a chegada República e rompendo o laço com a *Galeria*, que até então podia ser uma memória da Monarquia.

Abaixo dos frontispícios constavam informações semelhantes nos dois impressos, tais como: ano, número da edição, Estado, País e data da publicação. Observamos, no entanto, diferenças nas informações em menor evidência, mas capazes de nos revelar questões a respeito do tipo de abordagem de cada impresso. Enquanto a *Galeria* se identificava como propriedade da *Litografia do Comércio*<sup>69</sup>, o *Quinze* informava o nome do redator-chefe ou editor-proprietário. As informações a respeito dos preços das assinaturas eram divulgadas na parte interna da revista, na contracapa, antecedendo o editorial, e o espaço logo abaixo do frontispício ficava reservado para sumário, onde constava o nome dos colaboradores de cada edição e os principais temas abordados, assim como o título da imagem e o artista que a executou, de forma a permitir que o leitor soubesse de antemão o que encontraria naquela publicação. Já no jornal, este espaço apresentava um caráter mais comercial, explicitando também o número de tiragem de suas edições.

O uso da data de 15 de novembro como nome do jornal já expressava um evidente otimismo com a nova situação política e criava, oportunamente, um vínculo direto entre o veículo e a chegada de uma nova forma de governo. Se, em um

---

<sup>69</sup> Nos anúncios do *Quinze de Novembro*, consta Tipografia e Litografia do Comércio, portanto percebemos uma variação no uso do nome da empresa, é provável que tenha usado Litografia do Comércio na *Galeria*, por que a revista trazia um número maior de imagens litografadas e porque Narciso Figueras estava apresentando uma nova tecnologia aos leitores paranaenses.

primeiro momento, essas diferenças nos remetem a características típicas do gênero de cada impresso, a simplificação, por outro lado, trazia facilidades de cunho técnico, agilizando a elaboração de edições diárias.

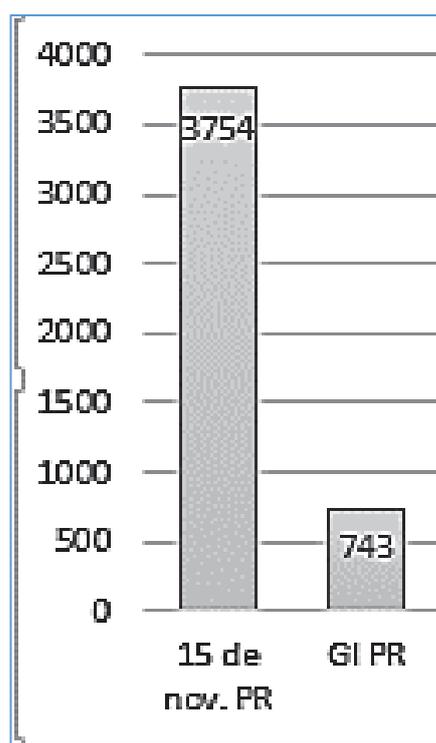
Imagem 4 – FIGUERAS, N. Capa edição fac-similar, 1888. Litografia p&b, 33 X 22,5 cm.



Fonte: Revista *Galeria Ilustrada*, Curitiba, 29 nov. 1888, n. 1, capa.

Segundo Mello (2008, p. 175–176), as propostas editoriais das revistas do século XIX primavam pelo requinte gráfico, fazendo uso das novas possibilidades técnicas que surgiram no meio tipográfico, que possibilitavam o uso de texto aliado à imagem, fatores significativos para a constituição de um novo panorama estético, desempenhando o papel de mediadoras de saberes e práticas sociais que ganharam força como sinônimo do moderno. O editor da *Revista Brasileira*<sup>70</sup>, em 1879, definiu o termo *revista* para seus leitores como “a transição racional do jornal para o livro, ou antes laço que prende estes dois gêneros de publicação”. (MIDOSI, 1879, p. 6). Ao colocarmos as duas publicações lado a lado (Imagem 5), podemos ter uma ideia do impacto visual causado pelas diferenças dimensionais entre a revista e o jornal, conforme o gráfico a seguir, que compara as áreas de ambos os impressos.

Gráfico 1 – Comparativo dimensional entre revista *Galeria Ilustrada* e jornal *Quinze de Novembro* por cm<sup>2</sup>

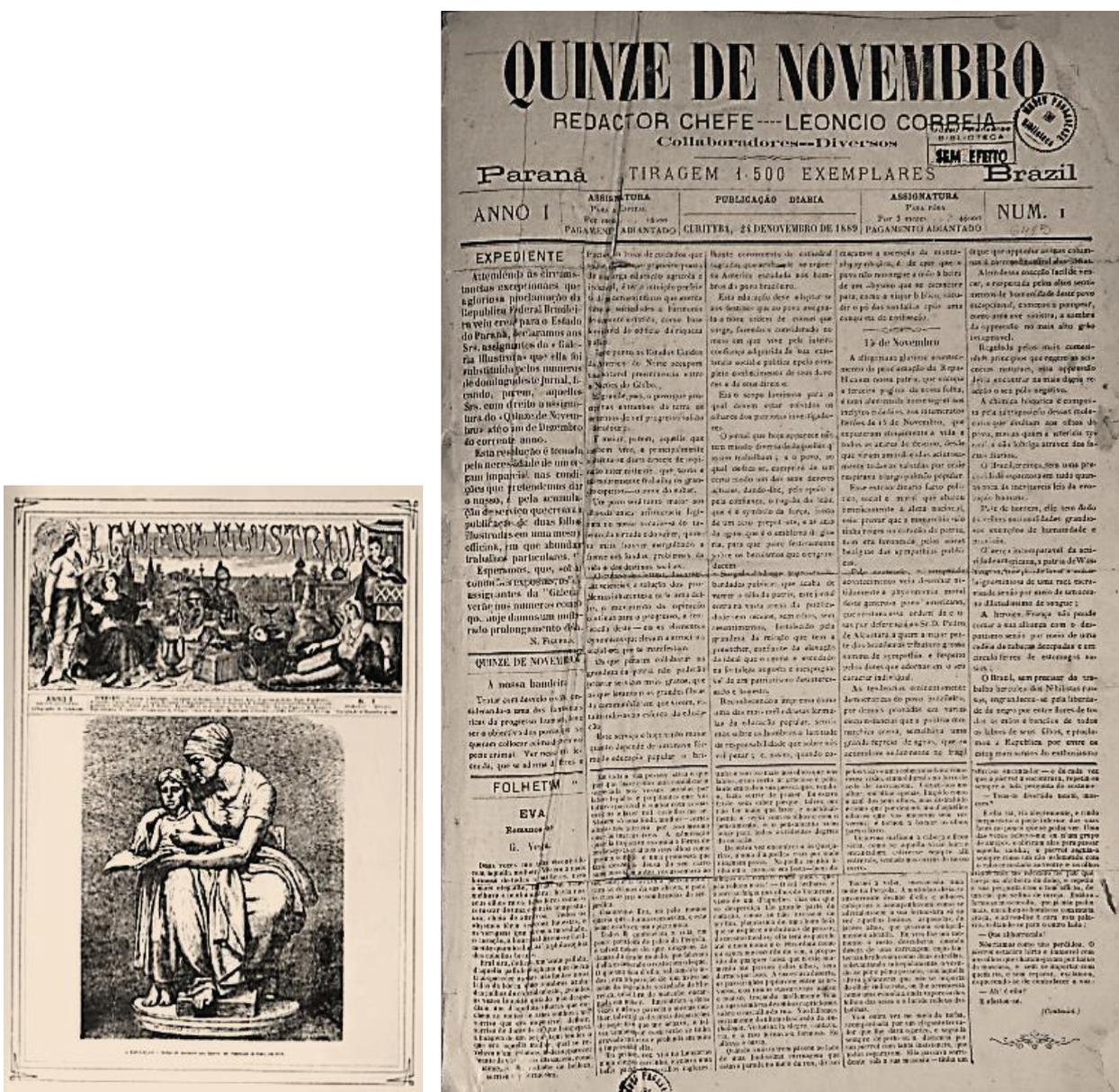


Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>70</sup> A *Revista Brasileira* circulou na Corte do Rio de Janeiro entre junho de 1879 e dezembro de 1881 (Ver mais em LEHER, 2002). Seus exemplares estão digitalizados e disponíveis nos sites da Biblioteca Nacional e da Academia Brasileira de Letras.

Essas diferenças se justificam ao considerarmos que as revistas do período tinham um caráter de colecionismo, tanto com relação aos temas mais gerais, quanto à sua numeração continuada, diferente do jornal, que reiniciava a numeração a cada edição, e tratava de temas mais diários, que necessitavam de atualizações a cada publicação. Portanto a dimensão da revista permitia uma encadernação por volumes para que, posteriormente, eles pudessem fazer parte de uma estante de livros.

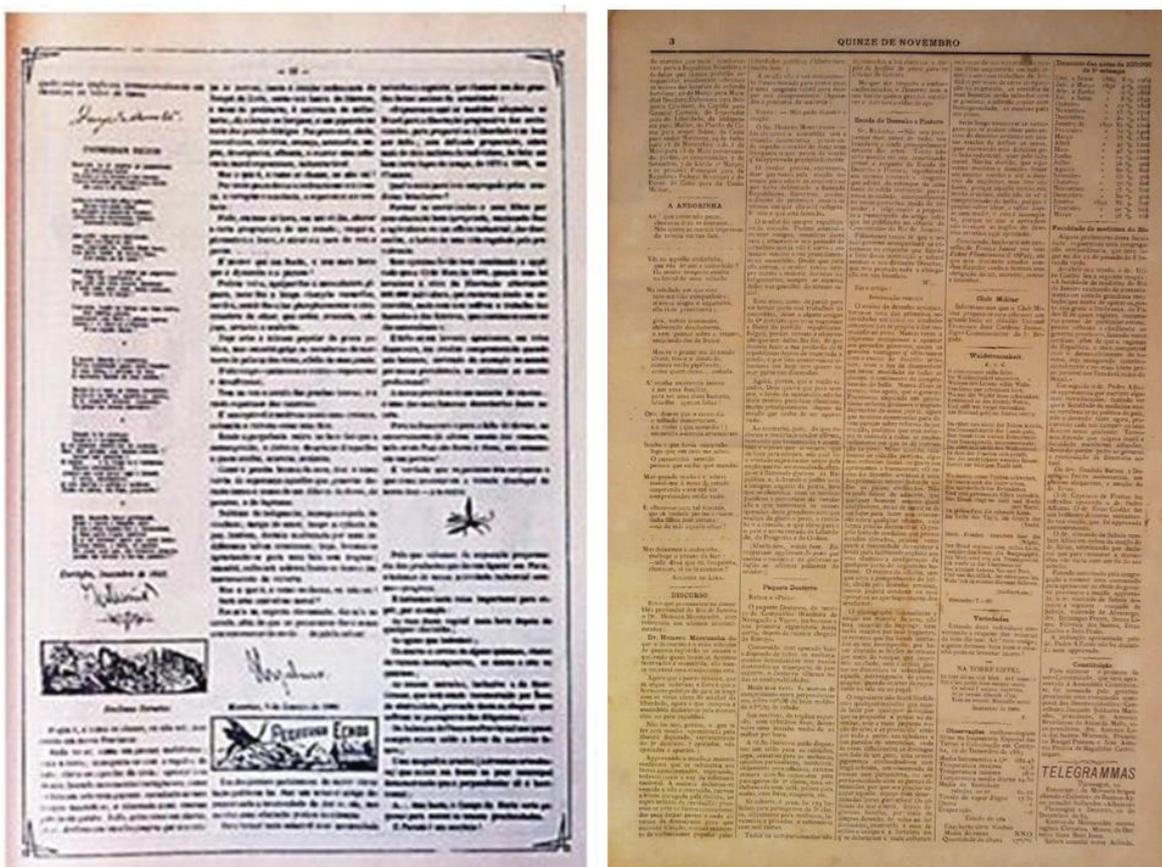
Imagem 5 – Esq. Capa revista Galeria Illustrada 1888 (33 x 22,5 cm) - Dir. Capa jornal Quinze de Novembro, 1889 (33 x 52,5 cm) – outros jornais (27,5 x 18 cm)



Fonte: Revista Galeria Illustrada, Curitiba, 29 nov. 1888, n. 1, capa. /Jornal Quinze de Novembro, Curitiba, 24 nov. 1889, n. 1, capa.

Na imagem abaixo, eliminamos a diferença de dimensão entre os impressos para observarmos como se configurava visualmente a estrutura gráfica das páginas internas. Podemos assim perceber alterações com relação ao número de colunas que, na *Galeria* (à esquerda), eram três, divididas por espaços em branco. As seções eram por vinhetas ilustradas e o uso das assinaturas manuscritas dos colaboradores. Já no *Quinze* (à direita), são cinco colunas, divididas por uma linha, as seções anunciadas em caixa alta, sendo a autoria dos artigos realizada com tipos em *script*, permitindo uma composição mais rápida da página e uma maior variedade de temas em uma mesma edição.

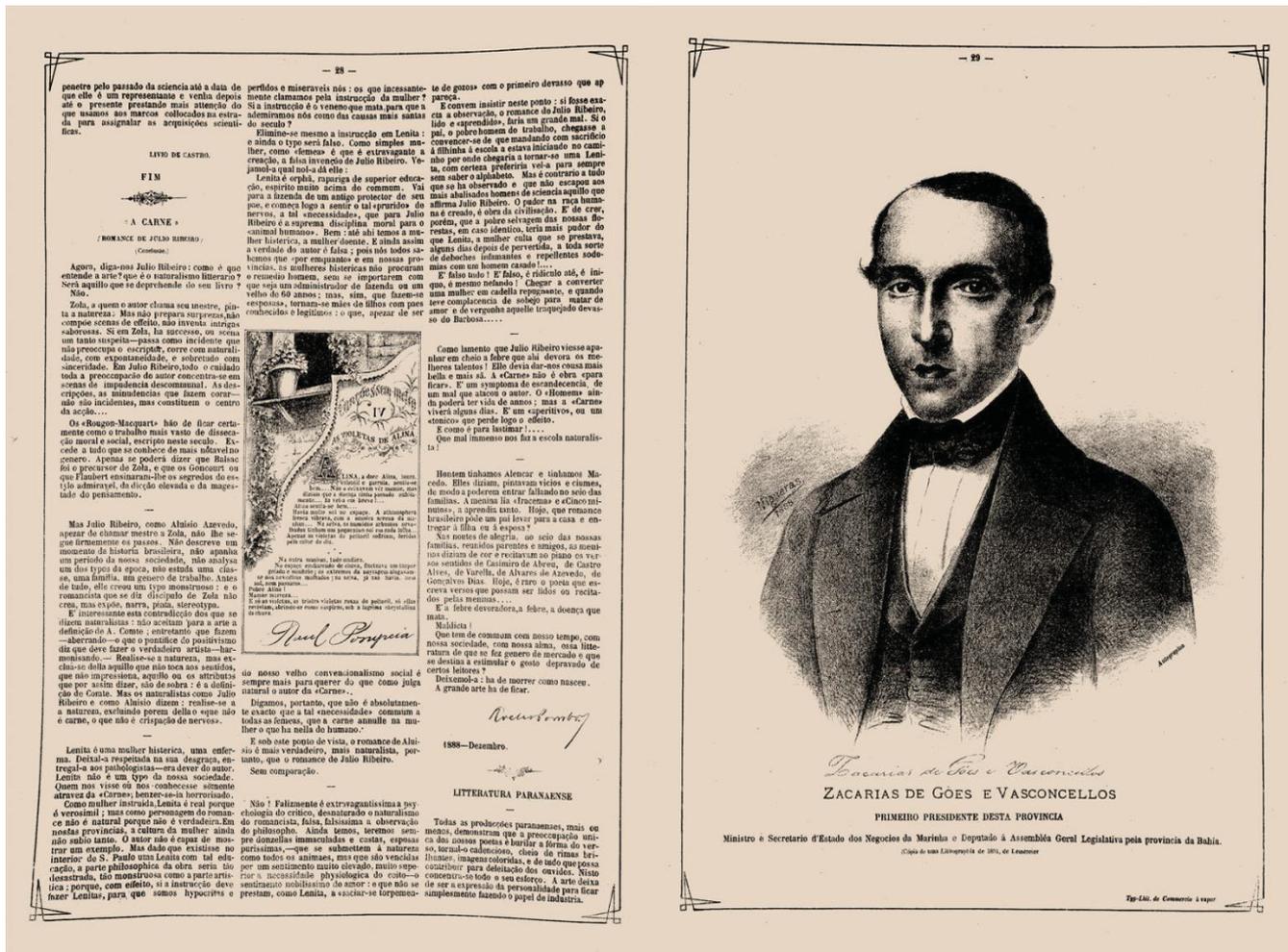
Imagem 6 – Páginas internas / Esq. Revista *Galeria Illustrada* - Dir. Jornal *Quinze de Novembro*



Fonte: Revista *Galeria Illustrada*, Curitiba, 29 nov. 1888, n. 1, página interna. - Jornal *Quinze de Novembro*, Curitiba, 24 nov. 1889, n. 1, página interna.

É possível percebermos também o predomínio do uso do texto pelo jornal e da imagem pela revista, tanto na capa quanto na elaboração interna, conforme podemos ver na imagem a seguir.

Imagem 7 – FIGUERAS, N. Zacarias de Góes e Vasconcelos. Autografia p&b. 33 x 22, 5cm.



Fonte: Cópia de uma litografia de 1851, de Lemerrier. Revista Galeria Illustrada. Curitiba, dez. 1888, n. 4, p. 29-30

A Galeria Illustrada era impressa nas dimensões<sup>71</sup> de 33 x 22,5 cm. Seu corpo das letras era pequeno e as edições eram planejadas para os dias 10, 20 e 30 de

<sup>71</sup> Estas medidas foram feitas a partir da margem (moldura) da revista, pois como não tivemos acesso ao original, pode haver diferenças nas dimensões da página do fac-símile, pois no segundo semestre a revista passa a ser publicada na dimensão de 27,5 x 18 cm. Por esse motivo as medidas publicadas por Carollo (1979) não correspondem às desta pesquisa. Podemos considerar pelas semelhanças com a Revista Illustrada, da qual temos um original, que, além da moldura, a Galeria Illustrada contava com uma margem de papel de 2 cm, para manuseio e impressão, que pode ser somada, mas como não pudemos confirmar o tamanho da margem, mantivemos a dimensão da moldura. (VEZZANI, 2013).

cada mês, embora não tenha conseguido manter essa regularidade no segundo semestre de sua circulação. Seus temas foram organizados em seções identificadas por vinhetas ilustradas de dimensão (2 x 5 cm), cada uma correspondendo a uma das colunas, as quais se intitulavam: *Expediente*, *A Opinião*, *Nossas Gravuras*, *Fatos Diversos*, *Letras e Artes*, *Cartas Abertas*, *Última Hora*, *Correio da Casa*, *Miscelânea*, *Pequenos Ecos*, *Tipos Populares*, *Gaveta do Diabo*, *Marimbondos* e *Boatos*. (VEZZANI, 2013, p. 144-5).

Os veículos, categorizados como produtos da imprensa, desde seu surgimento vinham assumindo um papel cada vez mais atuante nas sociedades, registrando, debatendo, fazendo circular informação e conhecimento. Por essas características, autores como Darnton (1986), Cruz (2000) e Luca (2006) consideram a imprensa como sujeito da história que, como tal, tinha suas particularidades, entre as quais selecionamos a distinção básica de jornal e revista, tendo em vista que nossa pesquisa se dá justamente nessa fronteira. Tanto uma quanto outra são fontes e objetos distintos, com periodicidade, acabamento, formato e gêneros discursivos diferentes. A publicação da revista, com intervalos maiores entre as edições, permitia a elaboração de artigos mais aprofundados de literatura, ciência, arte e, contando muitas vezes também com imagens, exigia intervalos maiores entre as edições. Portanto, tanto em seu conteúdo, quanto em sua materialidade, a revista nos dá indícios de proporcionar uma forma de leitura mais demorada, devido à publicação de artigos mais longos e densos. Já o jornal, por seus artigos mais curtos, notas ligadas ao dia a dia da cidade, mesmo nessa dimensão, possibilitava leituras em público, até mesmo em voz alta em locais mais frequentados. Além do mais, com a chegada da República, as notícias tinham um caráter de urgência e precisavam circular rápida e diariamente.

Independentemente da dimensão ou das condições de manipulação e fruição, o fato é que a leitura regular de um jornal ou revista ilustrados, segundo Habermas (2014, p. 380), era costume dos grupos de *status* mais elevado, constituindo um dos indicativos de posição profissional, renda e formação. O ato de ler, por si só, poderia configurar-se em um bem simbólico, como elemento de distinção e hierarquia social, e modelo de uma sociabilidade afinada com os valores da modernidade.

Os leitores da *Galeria Ilustrada* receberam a última edição da revista em 29 de setembro de 1889 e estavam aguardando seus próximos exemplares havia

quarenta e seis dias. Esse atraso só foi esclarecido logo após a Proclamação da República, quando entrou em circulação um novo e mais ágil impresso: o jornal *Quinze de Novembro*, que, no seu primeiro editorial, justificava o encerramento súbito da revista, declarando aos assinantes da *Galeria* que esta seria substituída pelo *Quinze de Novembro* nos seguintes termos:

Atendendo às circunstâncias excepcionais que a gloriosa proclamação da República Federal do Brasileira veio criar para o Estado do Paraná, declaramos aos Srs. Assinantes da 'Galeria Illustrada' que ela foi substituída pelos números de domingo deste jornal, ficando, porém, aqueles Srs. com direito à assinatura do "Quinze de Novembro" até o fim de dezembro do corrente ano. (CORREIA, *Quinze*. Curitiba, 24 nov. 1889, p. 1).

Não obstante, cabe lembrar que, entre a publicação do último número da revista e a chegada do jornal, já havia um déficit de quatro edições. Isso nos leva a crer que a substituição, além de atender "às circunstâncias excepcionais" da Proclamação, também foi uma oportunidade de salvar seus negócios. Colocando a oficina a serviço do jornal, Narciso Figueras evitava débitos com os assinantes da revista e fazia da República um impulso para seu novo investimento.

Muito embora esses dois impressos obviamente não tenham coincidido, quando o jornal assumiu o compromisso de substituir a revista, anunciou-se como "folha diária ilustrada". Seria um jornal diário, mas com um diferencial que o tornava único no contexto paranaense, um legado deixado pela *Galeria Illustrada*: a imagem. Essa opção trazia uma questão de ordem técnica da maior importância: no intuito de assegurar um diferencial para o *Quinze de Novembro*, Narciso Figueras, confiando no horizonte de expectativa futura que se descortinava com a República e nas possibilidades que se lançavam ao futuro como horizonte de expectativas, fez uso de todo potencial de suas oficinas ao aliar texto e imagem no jornal.

Imbricado e atuante neste contexto histórico, o jornal *Quinze de Novembro* carregava em sua materialidade vestígios que nos permitem analisar tanto as escolhas de seu idealizador e de seus colaboradores quanto de seus leitores. Como jornal, foi possível analisá-lo como meio no qual a leitura era o resultado da interação que envolvia texto e leitor, e também como uma estrutura – forma e suporte – que, como tal, interferia direta e indiretamente na transmissão e recepção da mensagem. (CHARTIER, 2001; 2003).

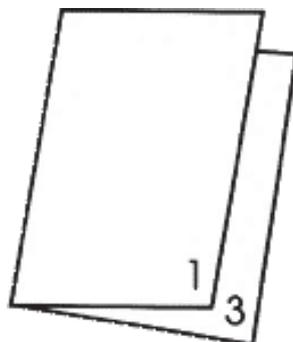
Nesse sentido, baseados na afirmação de Chartier, podemos afirmar então que as escolhas técnicas e gráficas implementadas na materialidade do jornal *Quinze de Novembro* teriam potencial de influenciar o tipo de apropriação ou interpretação de seu leitor, tanto da forma na qual era apresentado quanto dos textos e imagens selecionados para compor suas colunas, refletindo direta e indiretamente o modo como o jornal era lido e também no perfil dos seus leitores. Chartier (2001; 2003) enfatiza, porém, que a recepção também é criação, consumo e produção. Portanto, o leitor do jornal, além de receptor, é consumidor. (Chartier, 2001, p. XIII).

Ao manusearmos o *corpus* documental do *Quinze de Novembro*, composto de 142 edições, podemos identificá-lo com o que Chartier (1990; 1998) denomina como “objeto cultural”. Portanto, a opção por um jornal ilustrado de grande formato – como ele assim se identifica – pode ser compreendida como referência à dimensão simbólica do que se esperava da nova forma de governo. Mesmo não sendo o primeiro jornal impresso nesta dimensão em Curitiba, tendo em vista que o *Dezenove de Dezembro*<sup>72</sup> já era editado nesse formato desde sua primeira edição no dia 1 de abril de 1854, a diferença estava no fato de suas páginas serem ilustradas. Esse formato correspondia ao que pode ser identificado como *in folio*<sup>73</sup> (Imagem 8), considerado o maior formato da tipografia histórica, quando uma folha (71,5 x 52,5 cm.) dobrada ao meio compõe quatro páginas (33 x 52 cm.) com cinco colunas por edição.

---

<sup>72</sup> O jornal *Dezenove de Dezembro* (1854-1890) foi fundado por Cândido Martins Lopes em 1854. Impresso na Tipographia Paranaense, o jornal foi responsável pela publicação oficial dos atos de governo, cumprindo a função de Diário Oficial mediante a subvenção do governo. Circulou inicialmente somente aos sábados, depois também às quartas-feiras e em 1 de janeiro de 1884 passa a ser diário. (DICIONÁRIO... 1991, p. 122).

<sup>73</sup> Fólío (*foglio*, latim). O formato alcançado por uma folha de papel dobradas uma só vez.

Imagem 8 – Formato *in fólio*

Fonte: FORMATOS..., 2007.

Essas medidas correspondem ao que Juarez Bahia (1972, p. 243) classifica como *standard* (37,5 x 51 cm). Cabe lembrar, porém, que o formato editorial não é considerado nesta pesquisa como simples suporte, mas como importante elemento constitutivo da comunicação, pois ele definia o modo de leitura, ocupando um espaço físico determinado como mediador entre o leitor e o texto. Ao manusearmos a fonte, foi possível perceber que Figueras optou por um papel de baixa gramatura<sup>74</sup>, o que daria ao suporte dos textos e imagens uma certa transparência que, em algumas páginas, dependendo do que estava impresso no verso, interferia na leitura. A baixa gramatura e a dimensão de suas páginas poderiam também trazer certa instabilidade no manuseio do jornal. Embora essa fosse a mesma dimensão do jornal *Dezenove de Dezembro* (32 x 52 cm), havia uma diferença expressiva no suporte da escrita do jornal se considerarmos como referência as dimensões do primeiro semestre da revista *Galeria Ilustrada* (33 x 22,5 cm.) e de alguns dos jornais que circularam no mesmo período em São Paulo, tais como: *O Futuro* e *A Lucta* (26,6 x 38,5 cm), *O Neophito* (22 x 32 cm), *O Aspirante* (25 x 34 cm) e, no Rio de Janeiro, a *Revista Ilustrada* (36,4 x 27,7 cm). Na Tabela 1, podemos ter uma referência de comparação entre alguns impressos. Os preços de venda avulsa ou semestral estão baseados no valor divulgado no jornal em dezembro de 1889, com exceção da revista *Galeria Ilustrada*, que encerrou suas edições em setembro daquele ano. Em alguns casos,

<sup>74</sup>G/M<sup>2</sup> é um acrônimo para "gramas por metro quadrado" é a medida que permite a compradores e fornecedores identificar a qualidade do papel que esta sendo solicitada. Quanto maior o número g/m<sup>2</sup>, mais pesado é o papel. Quanto maior for a gramatura, mais grosso será o papel. Pelo caráter de efêmero da publicação, os jornais geralmente optam por uma menor gramatura, tanto que o papel mais simples é conhecido como papel jornal.

também localizamos a tiragem. Os jornais selecionados para compor a tabela a seguir (tabela 1), além de terem sido citados pelo *Quinze de Novembro*, também apresentavam em comum o formato de 4 páginas com 5 colunas, e a periodicidade diária. Mesmo havendo uma pequena variação, pouco se diferenciavam em suas dimensões.

Devemos considerar, porém, que, embora o jornal tenha se anunciado como “folha diária ilustrada”, essa talvez tenha sido uma estratégia de impacto e venda, pois das suas 142 edições, apenas dezenove tiveram inserções de imagens, ou seja, 14% do total de suas edições. Isso indica que Figueras fez uso de todo o potencial de suas oficinas, no intuito de assegurar um diferencial para o *Quinze de Novembro*. Tecnicamente, para fazer compor a página ilustrada, as folhas inteiras deveriam passar pela prensa tipográfica para impressão do texto e, depois de secas, pela prensa litográfica, para impressão das imagens, cuja localização era reservada às páginas internas (página 2 ou 3), sendo que quatro destas foram publicadas em página dupla (71,5 x 52,5 cm).

Tabela 1 – Comparativa de preços e tiragem dos impressos

IMPRESSO	LOCAL/EDIÇÃO	PREÇO AVULSO	PREÇO SEMESTRE	TIRAGEM
<i>Quinze de Novembro</i>	PR – diário	—	6\$000 <sup>75</sup>	2.500
<i>Galeria Ilustrada</i>	PR - semanal	500\$	8\$000	---
<i>Gazeta Paranaense</i>	PR – diário	100\$	10\$000	---
<i>A República</i>	PR – diário	---	10\$000	1.000
<i>Dezenove de Dezembro</i>	PR - diário	---	5\$000	---
<i>O Paíz</i>	RJ - diário	40\$	12\$000	28.500 <sup>76</sup>
<i>A Federação</i>	RS - diário	60\$	8\$000	---

Fonte: Elaborado pela autora.

No jornal *Quinze de Novembro* não consta o valor de venda dos exemplares e somente eram divulgadas as assinaturas mensais (1\$000) e anuais (12\$000),

<sup>75</sup> Em junho de 1890, o estabelecimento “Ao pobre diabo” anuncia o preço da garrafa de azeite a 800 rs (ANÚNCIOS. *A República*. Curitiba 26 jul.1890, p.04).

<sup>76</sup> O *Quinze de Novembro* afirmava que *O Paíz* era a folha de maior tiragem e maior circulação na América do Sul com mais de 20 mil exemplares por edição. Esta informação constava no frontispício do jornal paulista.

valores que utilizamos para fazer o cálculo aproximado do que seria o valor da assinatura semestral. Se a dimensão não era novidade para os leitores paranaenses, o que imprimia ao *Quinze de Novembro* um caráter inédito era o fato de este aliar texto e imagem em grande formato, o que foi possibilitado pelo uso conjunto das técnicas da tipografia e da litografia, essa última considerada pelo filósofo alemão Walter Benjamin como uma via de acesso ao progresso:

[...] com a litografia, as técnicas de reprodução fizeram um progresso decisivo. Este processo, muito mais fiel, que confiava o desenho à pedra ao invés de entalhá-lo na madeira ou de gravá-lo no metal, permite pela primeira vez à arte gráfica entregar ao comércio reproduções em série, como ainda reproduzir diariamente novas obras. Assim, o desenho pode, a partir de agora, ilustrar ocorrências cotidianas. Ele se torna, por isso, íntimo colaborador da imprensa. (BENJAMIN, 1983, p. 6).

O *Quinze de Novembro*, como os demais jornais congêneres, se organizava sobre o seguinte tripé: administração, redação e oficina. Embora tenha contado com vários colaboradores, não havia um corpo editorial fixo, o que ocasionava, além de uso excessivo de transcrições de outros jornais, também certa irregularidade na principal matéria-prima do jornal: a informação como notícia. Segundo Bahia (1972, p. 175), para ser fonte de informação, a notícia deve reunir, além do fato, importância, novidade e veracidade e mais: deve interessar a um grande número de pessoas em uma comunidade. A diagramação da capa, primeira página, do *Quinze de Novembro* apresentava no frontispício o editorial, distribuído em 5 colunas e os folhetins<sup>77</sup>, dos quais falaremos mais adiante.

---

<sup>77</sup>O folhetim é uma narrativa literária muito utilizada no século XIX, publicada de forma parcial e sequenciada em jornais e revistas, na parte inferior da página. Muitos autores brasileiros lançavam seus romances primeiro em formato de folhetim, a exemplo de Machado de Assis.

# QUINZE DE NOVEMBRO

REDACTOR CHEFE --- LEONCIO CORREIA

Collaboradores--Diversos

Paraná

TIRAGEM 2 000 EXEMPLARES

Brazil

ANNO I

ASSIGNATURA  
Para a Capital  
Por mez... 18000  
PAGAMENTO ADIANTADO

PUBLICAÇÃO DIARIA

CURITIBA, 30 DE NOVEMBRO DE 1889

ASSIGNATURA  
Para fora  
Por 3 mezes... 48000  
PAGAMENTO ADIANTADO

NUM. 6

## QUINZE DE NOVEMBRO

### A NOSSA POSIÇÃO

Não temos ilusão de especie alguma, que nos prenda a grupos ou individualidades. De uma vez para sempre ficamos positivamente accentuados a nossa posição: completa imparcialidade de julgamento, inteira e absoluta independencia no modo de ver e apreciar as cousas.

E esse o programma que a nós mesmos traçamos. Preferimos enrolar a nossa bandeira em meio da batalha, a vel a servir da sudario aos nossos ideos ou de sombra protectora a interesses inconspicuos.

Para os despreziosos socios a nossa posição não ficará jamais accentuada.

Pois que? dizem, pôde uma folha diaria de tal formato mediar em Curitiba sem o calor da boia de um capitalista?

Pois que? dizem nós; e cri-vet que critejam variadas todas os sentimentos elevados da humanidade? Não se pôde mais crer na coragem, no sacrificio, no amor aos mais nobres principios sociais?

Para aquellos o *status-quo* é o unico estado moral, social e politico possível, e o calor do dinheiro a unica força propulsora das em surreições beneficentes, e a pena do jornalista mercenario a unica capaz de adaptar-se ao nosso meio...

Quanta tristezza nesse julgamento dos factos!

Pois nós, não nos curvamos a quem quer que seja -- moço, em nosso coração o odio ainda não levantou a sua soturna tenda, assim como nem os preconceitos

caçados encontraram nelle libero terreno.

Não haverá sedução deliciosa que amorceie a livre expansão dos nossos sentimentos.

Injustiçadas -- que importa? -- cheios d'esse amor sereno e grande, que é a base principal da sublimidade religiosa proclamada ha dezessete seculas, não haverá barreiras, não se abrirão precipícios, não se apresentarão obstaculos nem se hão de afugurar sacrificios que nos prohibam seguir de perto a caravana luminosa da civilização.

E' essa a creança que nos anima, e' essa a fé que nos encoraja, e' não a validade vulgar de occuparmos um posto na imprensa para receber applausos de meia duzia de intimos.

Esta posição digna nem exclude a delicadeza das observações que tentamos a fazer, nem o calor do nosso engenho particular, o de certo dever da sociedade em que vivemos.

Sempre, porém, que um conside de sombras se levantar sinistro como uma barreira d'aspiração popular, nos acenderemos o nosso facho de indignação para projectar sobre as faces lividas que o compunham o clarão vivo do nosso julgamento energico, mas coroz.

E' isso porque não obedecemos a inspirações alheias.

O que nos consola, e que apaztudo de certa má vontade de alguns, a maioria dos nossos concidadãos tem nos abertos os braços, e temos estimulado a pe severar neste ingrato labor do jornalista honrado.

Apêzido, pois, nos mais ridos e

alestadas e principios da moral social, repetimos incansavelmente a nós mesmos a phrase do illustre poeta laziano: Solta á vela ao tuffo, o resto á sorte!

### A bandeira brasileira, o hymno nacional

E' muito commum, por occasião das revoluções populares que transformam a face das sociedades politicas, despertarem-se e avivtarem-se no espirito publico ardentes aspirações a multiplicarem-se as reformas, um desejo vehemente de innovações, nem sempre fundadas na conveniencia, na razão e no bom senso.

Essa natural tendencia do espirito humano torna-se algumas vezes tão accentuada e impetiva quanto é ephemera, transitoria.

A primeira revolução franceza, não contente em decretar a liberdade, a igualdade e a fraternidade, em proclamar os direitos do homem e do cidadão, firmando assim os gloriosos principios que hoje servem de base ao direito publico das nações cultas, reformou por lei o calendario, e teve a pretensão de regular, por decisões do poder executivo, a existencia do ser supremo!

Em 1848, o mesmo phenomeno se repetiu, de modo a se levar a pretenciosa preocupação ao ponto de reclamar-se pela proscricção dos santos, na corte do cba, ao mesmo tempo que a dos principes e dos nobres na terra. Pediu-se a suppressão dos titulos e das condecorações, consideradas incompatíveis com o principio da igualdade. Pensouse até em mod-

ficar-se nas relações particulares e nas officios e tratamento habitual -- senão, que parecia aristocratico, pela qualificação democratica -- cidadão.

Essa preocupação pueril, vestigio de anachronica jacobinismo, só começou a desaparecer depois da criteriosa reflexão de um espirito enleante, a cujos sentimentos verdadeiramente democraticos repugnava a parte comica das exhibições de seus partidarios entusiastas:

« Tractemos nos por -- seahores, mas sejamos -- cidadãos ! »

Esse conceituoso dicto envolvia certamente uma provosta lição.

Em nada prejudica á republica a civilidade no tratamento social. O que convém é que haja civismo, e cumprt-se com os deveres de cidadão. Não éo certamente a troca dos nomes das ruas, a alteração das formulas officiaes, a mudança das cores nacionaes, a suppressão dos emblemas -- o que ha firmeza e ha de completar a consolidação da forma republicana; mas a prudencia do governo, a sua politica moderada e criteriosa, inspirada na conveniencia publica e no sentimento nacional.

O povo brasileiro poderá não ter saudade de alguns governos que occuparam o poder no regimen da monarchia, e seu resentimento, porém, jamais attingirá a propria monarchia constitucional porque o imperador, bondoso e magnanimi, não desperta colera nem mesmo aos mais irritadissimos e adversos do systema. E o regimen politico, embora falto de ultimamente, pela conspurcação da verdade eleitoral, prepara-

mava ao povo grande somma de liberdade civil e a completa garantia de todos os direitos.

Essa afã de reformar e substituir todas as tradições da monarchia, em nada incompatíveis com o novo regimen, não corresponde, portanto, ao sentimento da maioria da nação.

O governo provisorio tem-n'o comprehendido perfeitamente, e, contrariando, talvez, bem cedo já, as propensões radicades de uma estalada maioria tem sabido, por um complexo de medidas sa-

bias e sagazes, -- attrahir a sympathia popular e conquistar o franco e leal apoio das classes conservadoras.

Prosigam nesse patriotico empenho o governo da União e dos Estados, e dentro em pouco terão grangeado, não a simples acquiescencia passiva de um povo avesso a agitações, mas o apoio directo, activo e dedicado de toda a nação brasileira, que vai recebendo com sinceros applausos os primeiros actos da nova situação politica.

Entre aquellos, chegamos agora a noticia do decreto que conservava as cores da bandeira nacional.

Causava uma dolorosa impressão o abandono dessa gloriosa flammula que tremulava ao sol das batalhas no centro de nossos batallhões, no tope do mastro dos vasos de nossa heroica armada, nas muralhas de nossas fortalezas...

O governo mais uma vez constituiu-se interprete do voto nacional, fazendo baixar o decreto de 19 de Novembro corrente, que salvou do naufragio, trahido pela ingratitude, a nossa querida

## FOLHETIM

### EVA

Romanço por

G. Verga.

(Continuação)

— Vou entrar, disse vivamente e extremado nos seus gestos amesturados tempo. Tenho pena de tao poder demonstrar-me mais. Mas espero que o excellento queira dar-me o prazer de me ver-me.

Surgia-me a com vivacidade cheia de graça, accidia para trat com amabilidade as mãos e flocos de gaso que lhe servia de sala, rodeada com uma massa arcaica e ornada, e desappareceu.

Eu deixei-me ficar tristemente n' aquelle sitio onde se me tinham estrecido as minhas idéas.

— Que te pareço? perguntou Jorge. — Palavra de honra! não valia a pena de vir aqui estragar os bellissimos dias das minhas tres liras!

— Que grande pateta! Querias então ser recebido com má polveira? E acedias tão leal a primeira ballarina da Verga não deve fazer semelhanças convencionaes e pedos engraçados? Tendes-lhe por falta, uma vez que te convidou a tres liras...

— Oh! muito obrigado! — Não capaz, que não vou.

— Ora, adeus! isso chama-se viver nas liras!...

— Não deixas-me nada de mais, mas me não dáes nada -- nada e mais e tão vil!

— Anna! respondo-lhe Jorge em tom de exarismo, não sabes em que tas me vestires, por certo!

— Vou lá, disse eu a Jorge passados dias, quero tornar a vê-la, essa serena que pertubra a razão com o scintillar das suas longanias e orna os seus dias com os seus trajo vaporosos, -- que por sobre no sangue e faz corar-me bellissimas relações. Queremos ir de novo aonde, já que os outros se tiram e ella permanece que meguera.

— De se lá que na tua ironia ha muita mizerica?

— Não! e despois!... E despois de ter visto a tua corteja de pedros nos pés daquelle densa que era o saguão como qualquer mulher ordinaria.

Jorge d'esta vez estava ao meu lado no theatro e arreplava os olhos para aquella mulher cercada dos mecos e seduzedora e que irradiava as mesmas seduzções, e como se quizesse responder-me com a sua admiração indignada do meu sarcasmo, exclamava como em aparte:

— Por Deus!... como é bella! Por Deus!

— Oh! sim! não te impedi e ha o que quer que seja de irritado e que cada despois a essa belleza em presença da qual o coração se contrae como de espanto e a razão se esbar-

de -- e essa profusão de bello que, entre rios e a como, cada com os seus saguões de setim ludo que haviamos criado para e contra -- a mulher, a amar, o ideal. -- Vê, alvoroço-me o sangue com febre, e os sentimentos como ebullientes.

— Meu amigo, exclamou Jorge, sabendo da sua scita, de vezes persuadido que todas as nossas creanças jacobinas não valiam um calado da pura real belleza physica.

— Ah! sim! está, por exemplo, vale tres liras.

— Oh!

— Sim, ella vende por tres liras os bondros, o seu, as manilhas dos seus saltos, os botões do seu corseto, a vergonha, por tres liras, -- a mim a ti, áquelle que se quer que esta pregão de ella os olhos enlucados, áquelle rapaz que lhe oltra á cara os seus ribaldissimos d'olhos, como exclamamos jacobins, áquelle dandy enfatuado, que assiste para ella o ceulo distorcido do lado do seu camozete, áquelle seahora que não leva d'olheiro por se mostrar sem ella, mas que o olha com os seus olhos, -- áquelle que não vale mais que tres liras, -- ella embriagada, áquelle, no meio de gente que tem á cabe a no seu lugar, e uma ou outra vez o corseto ou a farsalhe insolente!

— Não meitas condições a prostituta tem sobre ella a vantagem de estar face a face com um homem aucto e por igual ridículo.

— Ulla que ella havia tido o que teas estado a dizer? respondeu Jorge

Jorge, que depois de alguns instantes não me dava resposta.

Estremecido. -- Explica-me tu o motivo se podes.

— Deveras? exclamou como se a aquillo fosse possível.

— Sim. Não sabes como está a olhar para nós?

Reparei então que até a minha surpresa e a minha creduidade eram ridiculas, e sentindo-me humilhado, sem saber porque, não disse mais palavra.

Jorge sahio antes de mim. Ia para me trazer quando se detexa a non um creado do theatro com um bilhete na mão.

— Para mim? exclamei admirado.

— Sim, senão, deram-me boas as noticias.

— Quem?

— A seahorita Eva.

— Oh!

— Quea espere á sahada. Não tarda mais lora.

Era tal a minha surpresa que não pude dar vazão a uma só das interrogações que me serviam no espirito. Alce o bilhete e lê:

« Não teas! -- porque seria? Se quizes acompanharme depois do bilhete, esperarme á sahada. »

Devaso-me-ditar como que atardi de cego a surpresa, lenta e relaxado a queilas dias em tres liras, sentindo-me repentinamente nas veias chummas desocubricadas, soffrendo inesperadas e insupportaveis perturbaciones.

De espectadores, os artistas, os empregados do theatro tinham todos sa-

tudo mas depois dos outros; estavam já pagados as liras; não restava senão algum pouco de gas pelos corredores e a interna do meu trem que se reflectia na vitraya do vestibulo.

Has de ter observado como em certos momentos excepçionaes um objecto insignificante alvoroça toda a nossa attenção e se nos fixa no cervello. -- Aquella luz que irradiava a força exercida uma especie de fascinação nos meus olhos e parecia que me penetrava no meu coração como um raio de fogo.

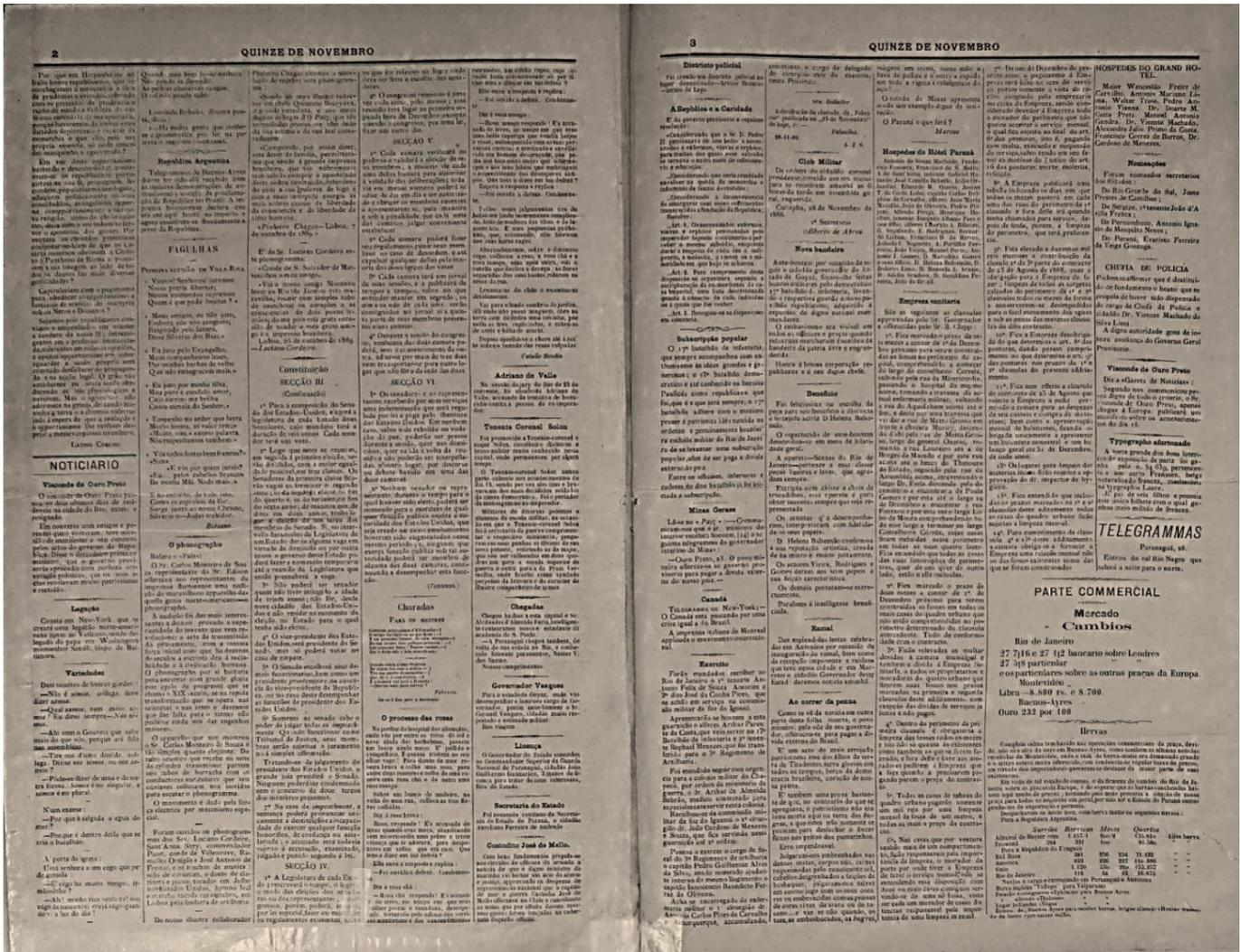
— Não sabes que que lado ella virta e no maior ruído que ouvias nas escallas ou nos corredores, o sangue revolvava-se-me todo. Vinde vezes tive uma grande tentação de me ir embora. -- Tinha medo, esta é a verdade!

Quasi outra de mim um leve arrastar de seda. Sabia da sombra do cervello uma mulher toda envolvida em mantas, em pellicas e com o veio por diante do rosto, atravessou com passo ligeiro o vestibulo; mettea a mão por baixo do meu braço e me dizer uma unica palavra, empurrou a porta do guardavento, e enquanto apunhava a cadeia do vestido para subir para o carro, disse-me com a voz abalada por baixo da capota do veio: venha!

Logo que me metei ao seu lado, apanxei o vidro da parabolica, deitou a cabeça de fora e disse ao cocheyro.

— Para os Collinas!

(Continuação)



Fonte: Jornal Quinze de Novembro, Curitiba, 30 de nov. 1889, p. 2-3, ed. 6

Sua tiragem chegou a 2.000 exemplares. Em suas páginas, a distribuição das matérias<sup>78</sup> em seções dentro do esquema gráfico do jornal, embora respondesse a certa dinâmica orientada pela demanda dos debates em torno da nova estrutura política, do próprio jornal e dos temas gerados a partir dessas questões, seguia uma certa ordem: editorial, colunas com seções especializadas, artigos comentados e assinados, campanhas com séries de textos baseados em temas ou ideias específicas, comunicados, pequenas notícias em notas, folhetim, homenagens e

<sup>78</sup> Segundo o vocabulário do jornalista organizado por Juarez Bahia (1972, p. 239), pode-se definir como “matéria” tudo que está publicado, seguindo a seguinte orientação: matéria editorial é o conjunto de textos de responsabilidade da redação, e matéria editorial seria o conjunto da propaganda ou



A distribuição das matérias no esquema gráfico do jornal era feita por seções, que podemos classificar como *especializadas* ou de *variedades*. As especializadas estavam entre as mais regulares: *Expediente*, *Editorial*, *República no Estrangeiro*, *Pelo Mundo*, *Ineditoriais*, *Telegramas e Folhetim*.

A seção *Expediente* era responsável pelas comunicações do jornal com seus leitores assinantes concernentes à recepção, ao aumento de exemplares publicados, às reclamações dos leitores assinantes, às publicações adiadas, às justificativas de erros e às irregularidades na entrega do jornal. Aliás, os atrasos e falhas eram recorrentes e acabaram motivando a oficina a estabelecer um serviço de expedição regular e solicitações para regularizações de pagamentos de assinantes e anunciantes em débito. A seção *Editorial* seguia uma estrutura que se dividia em título, interpretação e opinião, sendo a seção responsável pelo artigo de fundo, que dava o tom da edição, onde o editor se posicionava sobre os temas de maior polêmica. Nessa seção foram abordadas, por exemplo, questões sobre as funções da imprensa, debates sobre as definições dos símbolos nacionais, polêmicas sobre instrução pública, conchavos políticos e administração do governo, entre outros.

Em uma época em que os trilhos e os navios transportavam notícias, mercadorias e pessoas, há que se considerar que a maior transformação tecnológica desse período foi a comunicação de mensagens através do telégrafo elétrico. Para Hobsbawm (2015, p. 101-3), esse invento foi revolucionário, pois possibilitou o trânsito rápido da informação entre os continentes. Em poucos anos, já estava instalado nas estradas de ferro e no final década de 1850 já permitia que se enviassem mensagens, ao mesmo tempo e nas duas direções, por linhas submarinas. Com a instalação de cabos internacionais, iniciada em 1865, em seis anos o globo terrestre foi entrelaçado com um sistema telegráfico:

Do ponto de vista jornalístico, a Idade Média terminou em 1860, quando as notícias internacionais passaram a ser enviadas livremente de um numero suficientemente grande de lugares no mundo para atingir a mesa do café da manhã no dia seguinte. (HOBBSAWM, 2015, p. 104).

A redação do *Quinze de Novembro* era então abastecida por esses canais de comunicação com notícias que chegavam por telégrafo e nos pacotes dos navios a vapor, contando com informações que possibilitavam a elaboração de seções

internacionais, tais como *República no Estrangeiro, Pelo Mundo e Telegramas*<sup>79</sup>. A primeira era responsável por noticiar sobre os telegramas recebidos da imprensa mundial sobre a recepção da mudança de forma do governo do Brasil, e as demais convergiam quase sempre para as variedades, publicando acontecimentos, curiosidades e novidades que chegavam de outros países, o que, segundo Bahia (1972, p. 194), era uma característica comum dos jornais do período. Em “Variedades” o *Quinze* desenvolvia uma de suas funções, mesmo que intrínseca: o entretenimento. Podemos incluir nesta categoria: poemas, folhetins, crônicas de ficção, passatempos e anedotas. A vocação pedagógica do *Quinze de Novembro* se evidencia na seleção e organização de um amplo conjunto de assuntos e acontecimentos científicos e culturais de âmbito mundial, assim como na preocupação do jornal com a informação útil, a exemplo dos horários de partidas e chegadas de embarcações, dos trens e dos bondes, saídas de diligências especiais e outros. Selecionamos alguns exemplos, entre tantos, como o anúncio da obra de quatro volumes das memórias do barão Haussman<sup>80</sup> (1809-1891), identificado pelo jornal como sendo o criador da Paris moderna.

Além de manter a estratégia da seriação de artigos, já utilizada na revista e muito comum na imprensa periódica, o jornal também publicava diariamente, na parte inferior da primeira página, um folhetim<sup>81</sup>, que, além de manter um vínculo com o leitor, estimulava a venda das próximas edições e conferia ao impresso, assim como às litografias, um caráter de objeto colecionável. No formato de folhetim foram distribuídos 28 fragmentos do romance *Eva*, escrito por Giovanni Verga, indicado para leitura como escritor moderno italiano de “apurado da linguagem, correção de estilo e interesse de enredo”. (FOLHETIM, *Quinze*. Curitiba, 24 nov. 1889, p. 2).

---

<sup>79</sup> A seção “Telegramas”, tanto apresentava assuntos internacionais quanto nacionais, estaduais e municipais, mas, devido à mudança do sistema de governo, no primeiro momento do jornal, a grande maioria era de telegramas do estrangeiro. Dessa forma, voltaremos a citar a seção em outras categorias.

<sup>80</sup> Georges-Eugène Haussmann nasceu na França, ficou conhecido apenas como Barão Haussmann, sendo prefeito do antigo departamento do Sena, entre 1853 e 1870, período em que foi responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III.

<sup>81</sup> No formato de folhetim dos jornais do período foram publicadas tanto traduções de clássicos da literatura quanto obras inéditas de novos autores que posteriormente poderiam ou não serem compiladas em livros.

Foram publicadas ainda 14 inserções referentes à obra *Vencedores e Vencidos*, escrita por Tony Revillon<sup>82</sup>.

Era frequente também o uso da palavra “aviso”, antecedendo tanto os *ineditoriais*, quanto informações sobre reuniões, festas de igrejas e comemorações. Entre as seções menos regulares, estavam: *Efemérides Paranaenses*, assinada por “X<sup>83</sup>” elaborada com a intenção de remeter a fatos do passado histórico do Paraná e homenagear pessoas ilustres, entre as quais Quintino Bocayuva e Anita Garibaldi. Entre suas funções também estava a de esclarecer os motivos de datas festivas, as datas de nascimento e a morte de personagens da história.

*De Luneta*, assinada pelo pseudônimo “E.”, que posteriormente, em 18 de fevereiro de 1890 (ed. 75.), identifica-se como sendo Estácio Correia<sup>84</sup> (1868-1930), era uma seção que comentava assuntos diversos, informando quem estava chegando ou saindo da capital, sobre a fundação de jornais locais, nacionais e estrangeiros e sobre os acadêmicos paranaenses do Rio de Janeiro que estavam de passagem por Curitiba, além de abordar amenidades de outros Estados. Já a seção *Ao correr da pena*, de autoria de “Marcos”, tinha um tom mais irônico, muitas vezes fazendo uma série de críticas sobre a falta de estrutura da cidade e resultados de ações políticas que se estendiam muitas vezes para edição do dia seguinte. A seção *Zumbidos*, assinada por “Mosquito”, trazia notas rápidas, também com teor crítico e provocativo, relacionadas a questões políticas e do dia a dia da capital.

Algumas seções tinham um teor mais informativo, nas quais os leitores poderiam estar a par da movimentação do porto e dos navios, das nomeações e exonerações de cargos, do movimento comercial e marítimo. Uma vez ao mês era publicada, com especificações de produtos, toda a renda da alfândega. Em 29 de dezembro de 1889, passa a fazer parte do jornal uma seção com o título de *Observações Meteorológicas*, realizada pela *Inspetoria Especial das Terras e*

---

<sup>82</sup>Antoine Revillon (1832 – 1898) foi jornalista da *Gazette de Paris*, escritor e político francês.

<sup>83</sup> Foi publicada em fevereiro de 1890 uma nota de esclarecimento, na qual Jayme Ballão afirma não ser o articulista responsável pela seção, como haviam sugerido alguns leitores. A autoria dessa seção permanece ainda desconhecida.

<sup>84</sup> Estácio Correia, nascido em Morretes, jornalista e advogado. Publicou em março 1899 o jornal *Diário da Tarde*. (GELBCKE, 2011, p. 12.083).

*Colonização do Paraná*<sup>85</sup>, informando os leitores sobre a média barométrica, temperaturas máximas e média diurna, umidade relativa, tensão do vapor d'água, ozona, evaporação e as condições do céu.

Nas cinco colunas em que se acomodavam essas seções, também eram inseridas notas que ocupavam por vezes apenas algumas linhas, mas podiam chegar a duas colunas. Em algumas edições, elas configuravam pequenas notas variadas, mas em quantidade suficiente para ocuparem colunas inteiras. Seu conteúdo deixava evidente a intenção de entretenimento, mas também de contribuir com a formação cultural dos leitores do *Quinze de Novembro* por meio da citação de frases de filósofos e pensadores famosos, a exemplo de Aristóteles, Sêneca, Victor Hugo, Stuart Mill, Hippéau e Charles Baudelaire. Fomentando novas perguntas, o jornal abria, assim, possibilidades aos leitores mais atentos e interessados em toda forma de conhecimento. Para Hobsbawm (2015, p. 105), os editores logo descobriram que o final do século XIX seria “o início de uma idade do ouro feita para uma nova raça de viajantes de poltrona, seguindo Burton e Speke e Livingstone pelas matas e floresta virgem”. Narciso Figueras também pode ter percebido o potencial desses “viajantes de poltrona” ao conduzir seus leitores através da informação e do conhecimento para além das fronteiras do Estado do Paraná.

É provável que essas escolhas do *Quinze de Novembro* tenham interferido sobremaneira no modo como o jornal foi visto e lido, pois, segundo Chartier (2001; 2003), os suportes do escrito são estruturas de transmissão e recepção que afetam possíveis usos e interpretações do leitor. Nessa mesma direção, Martín-Barbero (2013, p. 12) considera, em seus estudos sobre a circulação de informação, a existência de uma forte interferência das dinâmicas do processo comunicativo, articulada por uma trama complexa de mediações entre a materialidade do jornal e diversos fatores sociais, culturais, políticos e educacionais.

---

<sup>85</sup> Inspetoria Geral de Terras e Colonização foi subordinada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Decreto n. 6.129, de 23 de fevereiro de 1876, no intuito de efetivar a colonização. Era o órgão responsável pela administração das terras e imigração na capital federal, mas com delegacias, agências de colonização, comissões técnicas e hospedarias em diferentes estados. (SIKORA, 2014, p. 51).

As escolhas gráficas de Narciso Figueras e os conteúdos escolhidos na elaboração do jornal *Quinze de Novembro* agradaram aos leitores, refletindo na sua tiragem, pois sua primeira edição saiu às ruas com 1.500 exemplares, sendo em seguida a tiragem ampliada para 2.000 exemplares, como foi justificado em nota:

Foi tão lisonjeiro o modo por que nos acolheu a população curitibana, que, podemos afirmar, excedeu à nossa expectativa. Esse fato fala altamente, eloquentemente: quer dizer que entre nós já se pensa e se medita, e que dentro do nosso organismo social virilizou-se a fibra, que se ergue ao sopro sereno do progresso intelectual. De ato: foi tão larga a venda avulsa do primeiro número do nosso jornal, e tão avultado é o número de assinaturas que contamos aqui, que nos parece uma nova era de apuro social, correrá parêlhas com o engrandecimento político e o desenvolvimento industrial<sup>86</sup>, agrícola e comercial deste futuroso Estado, de tão bom auspício se nos afigura a febre de leitura que vai tomando corpo em todas as camadas sociais. (A RECEPÇÃO, *Quinze*, Curitiba, 17 abr.1889, p. 01).

Em 17 de abril de 1889, o jornal ampliou novamente sua tiragem para 2.500 exemplares, números que podemos considerar expressivos se tomarmos como comparação o jornal *A República*, que circulou no mesmo período e que anunciava a tiragem de 1.000 exemplares até sua edição de número 90, em 16 de abril de 1890, passando para um total de 3.000 na edição<sup>87</sup> seguinte. Já Nestor Victor (1996, p. 432), em sua obra *A Terra do futuro: impressões do Paraná*, publicada em 1913, faz referência à tiragem do jornal *Diário do Paraná*, segundo ele bastante lido, que em 1890 não excedia a tiragem de 400 exemplares. O autor relata também que o jornal era distribuído exclusivamente entre seus assinantes, não havendo a prática de venda avulsa dos jornais na cidade.

No entanto, identificamos evidências que apontam para essa prática, pois embora o *Quinze de Novembro* não tenha publicado em suas páginas o valor dos números avulsos, o jornal divulgou em nota que haviam ocorrido, em algumas edições, casos de leitores que buscaram exemplares na redação<sup>88</sup>, onde funcionavam também as oficinas da Tipografia e Litografia do Comércio. Outro indício dessa prática foi uma nota de domingo, dia 9 de março de 1890, informando

---

<sup>86</sup> Segundo Basbaum (1976b, p. 109), ao fim do Império a produção agrícola (500.000:000\$) e industrial (508.000:000\$.) se equiparavam com uma pequena diferença a favor da indústria.

<sup>87</sup> Edição de número 91 que circulou em 17 de abril 1890. Esta tiragem manteve-se durante o período pesquisado.

<sup>88</sup> A redação havia sido transferida da rua Trajano Reis para o número 29 da rua Riachuelo na esquina com a rua Serrito, passando assim a funcionar junto com a oficina.

que a publicação de uma litografia baseada em uma fotografia do Monge Tibagy<sup>89</sup> (Imagem 12) havia gerado uma procura maior pela edição, obrigando que se providenciasse uma segunda tiragem:

Prevenimos aos nossos assinantes, bem como a todas as pessoas quem procurado o nosso número de anteontem, que tendo se esgotado a primeira, hoje tiramos a segunda edição, podendo assim satisfazermos os pedidos que temos tido. (O MONGE, *Quinze*. Curitiba, 9 mar.1890, p. 1)<sup>90</sup>.

Na página de anúncios, o jornal informou que precisava de um vendedor e de um menino para entrega. Não desconsideramos, porém, que estes possam ter sido solicitados para venda e entrega de novas assinaturas e não de exemplares. Para além de indicar o modo como eram comercializadas as edições do jornal, tomamos essa nota como exemplo do potencial de vinculação e comunicação do jornal com outros lugares. Afinal, há indícios de que o *Quinze de Novembro*, publicado no Paraná, também tenha sido lido no Rio de Janeiro, pois depois de colocar em circulação uma litografia do Monge em suas páginas, descrevendo-o como “criatura digna de curiosidade”, foi referido na imprensa, recebendo elogios pelas páginas do jornal *O Paiz*<sup>91</sup>, do Rio de Janeiro:

---

<sup>89</sup> O monge foi descrito como criatura digna de curiosidade, visto que estava preocupando o espírito da população supersticiosa e a dos estados vizinhos. Solto à ferocidade da natureza há 30 anos: “usando trajes de Adão, unhas retorcidas e grandes como chifres e cabelos e barba a arrastarem no chão”. (MONGE, *Quinze*, 9 mar. 1890, p. 2-3). A imagem elaborada por Narciso Figueras ocupou duas páginas (71,5 x 52,5 cm.) centrais do jornal no sentido horizontal. Em nota, que antecede e apresenta a imagem, o leitor é informado que uma fotografia serviu como referente. Isso posto, podemos considerar que houve interferência da mão do artista e para leitor confere veracidade, pois, de acordo Joly (2007, p. 136), uma imagem pode ser considerada *verdadeira* ou *falsa* não pelo que representa em si, mas pelo que é escrito acerca do que ela representa. Sobre o Monge da Lapa existem muitas lendas no Paraná. “Pelo menos cinco homens utilizaram a denominação de Monge João Maria, mas os mais conhecidos são João Maria D’Agostini e João Maria de Jesus”, explica o professor de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Paulo Pinheiro Machado, estudioso da figura mística. O primeiro ficou no Brasil entre 1844 e 1852, enquanto o segundo aparece no país entre 1886 e 1908. Ambos, em suas longas caminhadas, fizeram estadas em diversos pontos. Ao redor das cabanas toscas que erguiam, várias pessoas se aglomeravam em busca de um milagre e, muitas vezes, passavam a viver em verdadeiros “ajuntamentos” – comunidades pequenas e que duravam tanto quanto a passagem de “João Maria”, que normalmente desaparecia deixar rastros, tampouco avisos. João Maria profetizava que o mundo passaria por transformações catastróficas, sendo a República seu primeiro sinal. (STULZER, 1982).

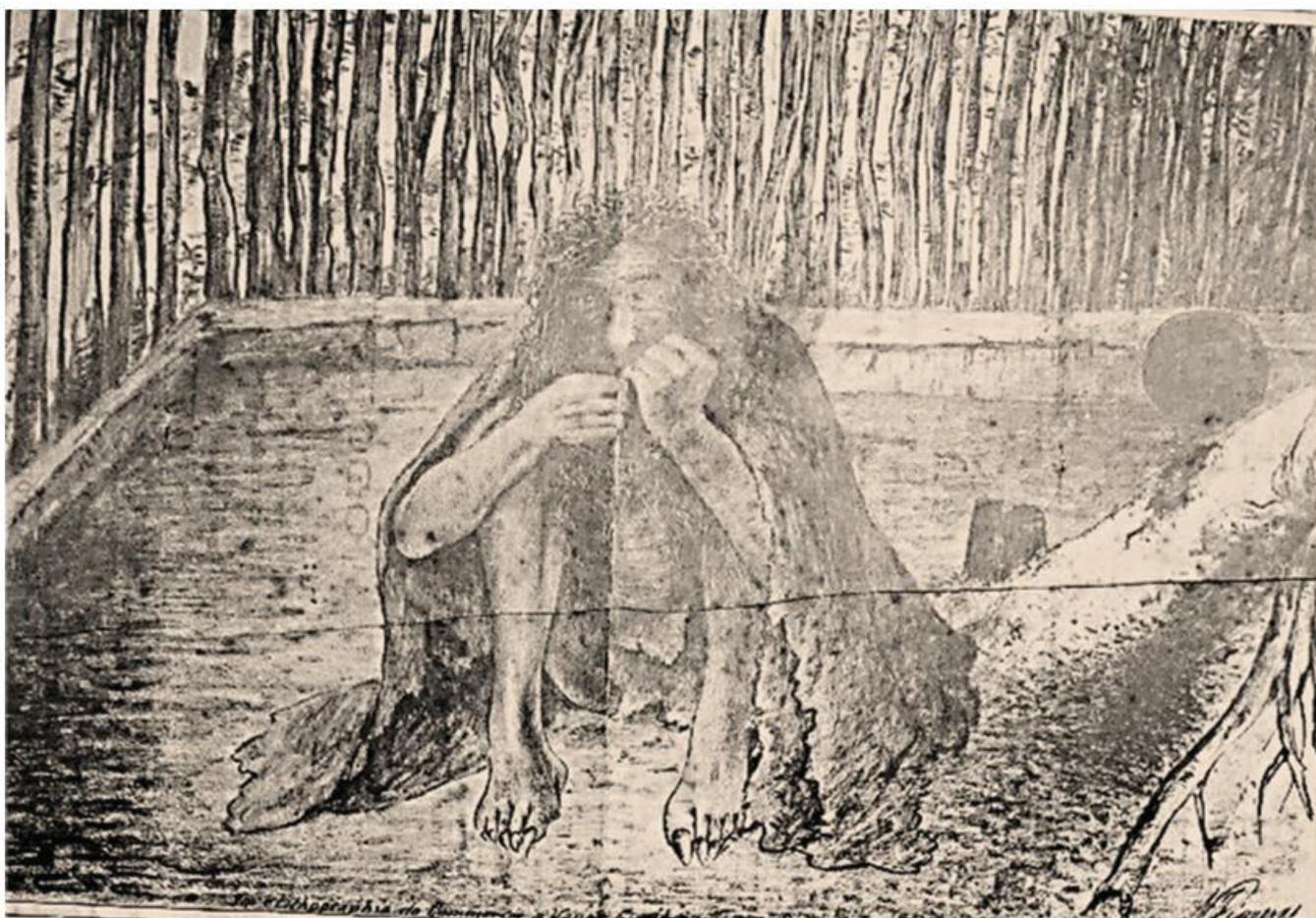
<sup>90</sup> Segundo o jornal, o monge era um frade português, natural de Vila Nova de Gaia, que teria vindo para o Brasil em 1800, tendo desembarcado na Bahia com dez companheiros da mesma ordem. Dali foi para São Paulo, onde tomou conta de uma freguesia perto da capital e pouco tempo depois havia enlouquecido e desapareceu de São Paulo, sendo encontrado mais tarde nas proximidades do Tibagy. (O MONGE, *Quinze*. Curitiba, 9 mar. 1890,p. 01).

<sup>91</sup> *O Paiz* foi um jornal diário de grande circulação fundado por João José dos Reis Júnior em 1 de outubro de 1884 no Rio de Janeiro.

Está desvendado o mistério do monge do Tibagy. [...] O *Quinze de Novembro*, excelente diário de Curitiba, publicou o retrato desse desgraçado, tirado de uma fotografia. Expomos hoje no Salão d'O Pais essa ilustração, e damos em seguida alguns tópicos da extensa notícia daquela folha. (FR. THOMAZ. *O Paiz*, RJ, 22 mar. 1890, p. 1).

Caso nosso leitor também tenha ficado curioso a respeito da representação publicada no *Quinze de Novembro*, fazemos uso aqui do mesmo potencial do jornal – característico da pesquisa histórica – proporcionando que novamente ocorra a vinculação e comunicação desta imagem com outros lugares.

Imagem 12 – FIGUERAS, N. O Monge Tibagy.– tirado de uma fotografia. Litografia p & b. 33 x 52, 5 cm



Fonte: Jornal *Quinze de Novembro*. Curitiba, 9 de mar. 1890, p. 3-4.

---

A figura ocupa o centro da imagem. O Monge aparece com cabelos longos, sentado no chão, tendo nas costas um pedaço de pano escuro. Destacam-se suas mãos, que parecem estar levando algo à boca, e seus pés e unhas, descritos no texto. Em seu entorno se vê uma cerca de galhos.

Aproveitamos o indício que nos fez seguir até o Monge e aproximou dois lugares distantes, Paraná e Rio de Janeiro, para destacar esse fato como uma das características distintivas da modernidade identificadas por Giddens (2002, p. 9-31), que permitiu a interconexão de extremos. Interconexões como estas entre o leitor e o Monge e entre jornais de localidades diversas eram comuns na imprensa do século XIX quando, segundo Barbosa (2010, p. 22-29), as notícias faziam parte de uma rede de textos lidos e relidos, resultantes de notícias já publicadas em outros lugares e países, contexto no qual o jornal atuava também como facilitador das relações dos homens:

suprime antigas barreiras do tempo e do espaço. [...] Ela [a imprensa] é a testemunha vigilante que narra, todas as manhãs, aos cidadãos, os atos e os usos dos homens em seu posto, desde o guarda campestre até o ministro. (COSTON apud BAHIA, 1972, p. 9).

Tanto com respeito ao texto quanto em relação à imagem, os jornais e revistas operavam com a virtualidade da interlocução, ultrapassando barreiras geográficas e construindo pontes para o que Peter Burke (2003, p. 56-75) identifica como “geografia do conhecimento”, compondo uma rede complexa que se ramifica espacialmente em um sem número de arenas internacionais, nacionais e regionais. Muitas vezes processadas fora do Brasil, as informações eram distribuídas ou reexportadas em forma impressa, deslocando conhecimentos de seus ambientes originais. Assim como o monge foi conhecido para além dos limites da sua caverna, o jornal *Quinze de Novembro* também se tornou conhecido para além das fronteiras geográficas do Paraná.

### 1.3 TYPOGRAPHIA E LITHOGRAPHIA DO COMMÉRCIO A VAPOR: ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA, LUGAR DE APRENDIZAGEM

Imagem 13 – Litografia representando o Interior da Oficina litográfica Lemercier<sup>92</sup> final do século XIX.



Fonte: Acervo digital Família Sisson.

#### A IMPRENSA

Quando lutava a humanidade inteira,  
Qual peregrino n'um deserto escuro;  
Quando as ideias dos sublimes vultos

<sup>92</sup>Disponível em:

[https://www.google.com.br/search?biw=780&bih=378&tbm=isch&sa=1&ei=417xWdGCN8HDmwHKiq7gDA&q=INTERIOR+DE+OFICINA+LITOGRAFICA+LEMERCIER&qq=INTERIOR+DE+OFICINA+LITOGRAFICA+LEMERCIER&gs\\_l=psy](https://www.google.com.br/search?biw=780&bih=378&tbm=isch&sa=1&ei=417xWdGCN8HDmwHKiq7gDA&q=INTERIOR+DE+OFICINA+LITOGRAFICA+LEMERCIER&qq=INTERIOR+DE+OFICINA+LITOGRAFICA+LEMERCIER&gs_l=psy) Acesso em 3 mar. 2018.

Viam só trevas no marchar do futuro;

Quando os produtos do labor insano  
 Desses romeiros divinais da Glória,  
 - Filhos do Gênio -, estacionavam todos,  
 Sem no progresso disputar vitória;

Quando aos grilhões da ignorância presos,  
 Gemiam povos sob a mão do crime,  
 Vem Guttemberg e ilumina o mundo  
 Com pura luz d'uma invenção sublime!

Surgiu a imprensa e dissipou as trevas!  
 - Desfez-se em luz um horizonte baço –  
 E a cada instante que gemia um prelo,  
 O mundo dava no progresso um passo!

(PEREIRA, *A Semana*. Curitiba, 1 jan. 1893, p. 4).

Eram seis de outubro de 1880. Em Curitiba, curiosos movimentavam o Largo Conselheiro Zacarias em direção à Livraria Pêndula Meridional<sup>93</sup>, onde, em 1786, Luiz Antônio da Silva Coelho, dentista natural do Rio de Janeiro, havia instalado a primeira livraria da capital e, naquele dia, colocado para funcionar também o primeiro prelo mecânico na sua tipografia<sup>94</sup>. O poema de Gabriel Pereira foi dedicado àquele prelo e distribuído na inauguração. Naquele espaço de experiência que se inaugurava, o horizonte de expectativa se apresentou em verso: “a cada instante que gemia o prelo, o mundo dava no progresso um passo”. (PEREIRA, *A Semana*. Curitiba, 1 jan. 1893, p. 4). O gemido do primeiro prelo mecânico se ouviu em Curitiba em 1880, muito mais tarde daquilo que Albert e Terrou (1990) chamaram de primeira “era” da reprodução do saber, a qual, segundo eles, se inaugurava no ano de 1450, como sendo também a era da impressão moderna.

---

<sup>93</sup> Pêndula Meridional foi a primeira livraria de Curitiba, inaugurada em 1876, no Largo Conselheiro Zacarias

<sup>94</sup> Este fato foi publicado no jornal *A Semana* anos depois em janeiro de 1893 e, através do qual, nos permitimos retroceder um pouco mais num exercício de resgatar um momento vivido pelos moradores de Curitiba.

Enquanto o mundo europeu caminhava rapidamente para os tempos modernos, Portugal, ocupado demais em proteger as conquistas realizadas e em manter os privilégios da Igreja e da aristocracia, estabeleceu rígidas proibições aos meios de reprodução da palavra, deixando o Brasil à margem desse movimento de difusão de ideias, muito diferente do que ocorria na América espanhola de então, onde já se havia inaugurado a primeira tipografia no final do século XVII, na Guatemala (1600), tendo a iniciativa sido seguida por outros centros como Havana (1720), Bogotá (1738), Santiago (1776) e em Buenos Aires (1780). (GORDINHO, 1991, p. 13-4).

Muito embora se considere um tanto tardia a data de 1641 para a primeira publicação portuguesa considerada como periódico, há que se considerar, de acordo com o estudo de Carlos Rizzini (1988), que essa data não é tão distante dos primeiros periódicos que surgiram nas cidades europeias. No entanto, do início do século XVI até 1820, Portugal impunha aos seus domínios severos limites às publicações, tanto de livros quanto de periódicos, sujeitos à aprovação de uma tríplice instância censória: episcopado, Inquisição e desembargo do Paço. Este controle repercutiu no Brasil, dificultando e impedindo, na maioria das vezes, a instalação de tipografias – que eram confiscadas, caso fossem montadas sem autorização de Portugal –, bem como o comércio e a impressão de livros e a organização de bibliotecas (RIBEIRO, 2004, p. 30-1).

A historiografia da imprensa aponta como justificativa para a demora da instalação de oficinas tipográficas no Brasil a restrição da Coroa Portuguesa, mas o fato é que Ivo Porto de Menezes (1973), em sua pesquisa sobre o Barroco no Brasil, publicada em 1973, já identificou registros de atividade de impressores e gravadores em metal no Brasil desde meados do século XVII, a exemplo de João Gomes Batista<sup>95</sup>, que, segundo indícios levantados pelo autor, pode ter sido o mestre de gravura de Antônio Francisco Lisboa (ca.1730/38-1814)<sup>96</sup>, conhecido como Aleijadinho.

---

<sup>95</sup> João Gomes Batista foi Abridor dos Cunhos da Casa de Fundação de Vila Rica, formou-se cunhador no governo de Dom João V, em Portugal. (MENEZES, 1973).

<sup>96</sup> Antonio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho, escultor, entalhador e arquiteto do Brasil Colonial.

Depois do Decreto Real de 13 de maio de 1808, que autorizava a criação da Imprensa Régia<sup>97</sup>, naquele mesmo ano desembarcou no Rio de Janeiro para trabalhar nessa oficina, o gravador nomeado da Casa da Gravura do Real Museu e Jardim Botânico, João Caetano Rivara, acompanhado de Lisboa Romão Eloy de Almeida, Braz Sinibaldi e José Joaquim Marques, considerados os primeiros gravadores oficiais do Brasil.

Segundo Ipanema (1984, p. 8), antes de 1808 foi comprovada apenas uma tentativa de instalação de uma tipografia, no Rio de Janeiro, de propriedade de Antonio Isidoro da Fonseca, em 1747, e uma experiência em talho-doce<sup>98</sup> em Minas Gerais, em 1807<sup>99</sup>, pelo Pe. Viegas de Meneses. Entretanto, localizamos uma publicação direcionada à classe dos gráficos, de 1 de setembro de 1888, nas páginas da *Revista Tipográfica*<sup>100</sup>, de propriedade do tipógrafo Luiz da França e Silva (fonte contemporânea ao *Quinze de Novembro* e na qual nos apoiaremos frequentemente), que afirma:

A gravura a buril no zinco ou cobre, a *talho doce*, não é utilizada no Brasil em nenhuma obra; e nem nos consta que estabelecimento algum faça uso deste gênero de gravura, ou que exista trabalhos estampados, a não ser algumas chapas gravadas em cobre em 1808 por gravadores trazidos pelas cortes portuguesas e estabelecidos aqui na Imprensa Régia. Essas chapas ainda hoje existem na Imprensa Nacional, e julgamos que dessa época até hoje nenhuma impressão se fez no país a *talho doce*. Simplesmente faz-se as estampilhas e os selos do Estado em estamperia, impressos na Casa da Moeda que, destinando-se à cunhagem das moedas, não tem introduzido as impressões em *laminoir* e a gravura em aço. (LADISLAU, *Revista Tipográfica*. Rio de Janeiro, 1 set. 1888, p. 1).

<sup>97</sup> A tipografia instalada em 13 de maio de 1808 seguia a nomenclatura de feitiço luso de Imprensa Régia. Somente em 1821 passou a denominar-se Imprensa Nacional. Nesta oficina se editou a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), de caráter estritamente informativo. O segundo jornal publicado oficialmente no Brasil foi o *Idade d'Ouro*, impresso na Bahia, por Manuel Antonio da Silva Serva. (IPANEMA, 1984, p. 7). Em junho de 1808 o brasileiro Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça editava em Londres o jornal *Correio Braziliense*, impresso livremente na Inglaterra para circular no Brasil. (IPANEMA, 1984, p. 8).

<sup>98</sup> Talho-doce é também conhecido como *calcografia*. Nesta técnica o artista faz as letras ou linhas do desenho a ser reproduzido, abrindo sulcos com um buril em chapas de metal - a época cobre ou zinco. Na sequência, preenchem-se os sulcos com tinta grossa, aquece-se a chapa para retirar o excesso de tinta. Cobre-se a chapa com uma folha de papel úmido introduzindo o conjunto em uma prensa. O papel úmido penetra nas linhas rebaixadas decalcando a imagem.

<sup>99</sup> Segundo Ipanema (1984, p. 8), existe referência, ainda contestada, sobre uma experiência em Pernambuco em 1807.

<sup>100</sup> *Revista Typographica*, para facilitar futuras consultas adotaremos nesta pesquisa a grafia atualizada: *Revista Tipográfica*. Folha semanal, com 4 páginas, circulou pela primeira vez em 12 de março de 1888 e impressa na Tipografia Universal de Laemmert & C., no Rio de Janeiro.

É possível que Júlio Ladislau não tenha tomado conhecimento das outras iniciativas realizadas no Brasil em talho-doce, mas há que considerar, porém, que a experiência anterior também ocorreu em Minas Gerais, seu local de nascimento, e pode simplesmente não ter sido citada com a intenção de minimizar o fato, ou até mesmo de apagar a iniciativa de seu conterrâneo Antonio Isidoro da Fonseca. Mesmo tratando de informações que antecedem o recorte temporal da nossa pesquisa, esta série, intitulada *Fragmentos*, foi publicada em 1888, em 25 capítulos, anunciados como tradução de Julio Ladislau, tipógrafo natural da Província de Minas Gerais, da obra *Princípios Histori-teori-práticos da Arte Tipográfica*, à época ainda desconhecida no Brasil. O objetivo expresso pela *Revista Tipográfica*<sup>101</sup>, com a publicação desta série, era ampliar o estudo das artes gráficas entre os trabalhadores das oficinas, facilitando que estes pudessem aprender “coisas” ainda desconhecidas dos tipógrafos e litógrafos, instigando avançar um passo mais no estudo e no trabalho, elevando assim as artes que professam ao nível dos países cultos. (NOTICIÁRIO, *Revista Tipográfica*. Rio de Janeiro, abr. 1888, p. 3-4). No primeiro fragmento publicado na série, intitulado *As Artes gráficas no Brasil*, há uma nítida preocupação com a qualidade dos serviços gráficos prestados:

De 1808 a 1888 vai quase um século, e conquanto as artes gráficas tenham-se desenvolvido e crescido o número de oficinas, e as impressões obtido certa nitidez, ainda não atingiram a um grau de perfeição na altura de um país industrial como o nosso. [...]O Brasil esforça-se, não há dúvida, em aperfeiçoar e introduzir os modernos progressos gráficos, mas com o passo tão lento que vai ficando em distância no desenvolvimento obtido pelos seus vizinhos de norte e sul. (LADISLAU. *Revista Tipografica*. Rio de Janeiro, abr.1888, p. 01-2).

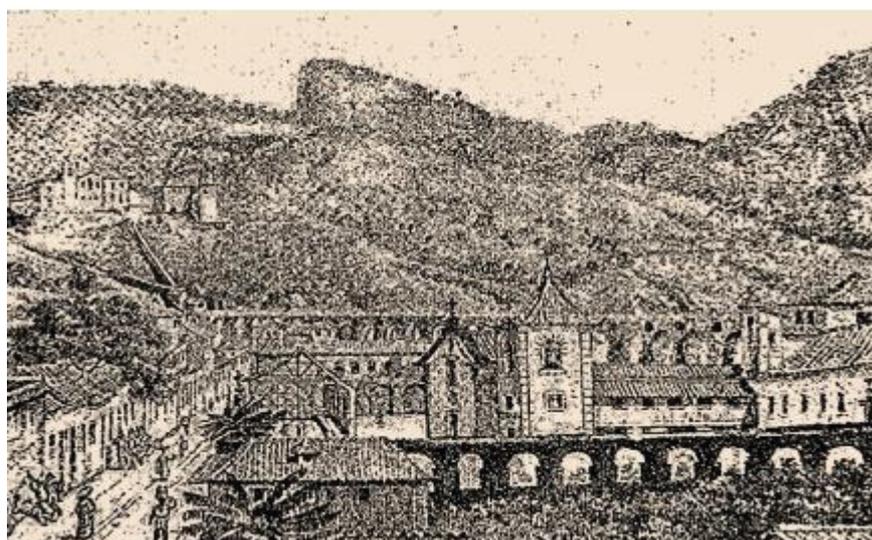
Podemos afirmar que esta revista circulou no meio gráfico de Curitiba, pois localizamos uma pequena nota no jornal *Sete de Março* informando sobre o seu recebimento na redação do jornal. (PUBLICAÇÕES. *Sete de Março*. Curitiba, 16 mar. 1889, p. 4). De acordo com Gordinho, após 1808 já se percebe a preocupação e a intenção de se aliar a palavra à imagem gravada, pois a oficina da Impressão Régia se especializou em trabalhos em talho-doce. Já o Colégio das Fábricas<sup>102</sup> dispunha

<sup>101</sup> *Revista Typographica* foi impressa na Tipografia Universal de Laemmert & C. no Rio de Janeiro.

<sup>102</sup> O Colégio das Fábricas, também chamado de Caso do Antigo Guindaste, foi consequência do alvará de 1º de abril de 1808, que permitia o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil. (ANDRADE, 1980).

de um centro de gravura que atendia a Fábrica de Cartas de Jogar e a Estamparia de chitas. Em 1817 o Arquivo Militar organizava sua oficina de litografia, coordenada pelo francês Arnaud Pallière (1784-1862)<sup>103</sup>, que, a convite de D. João VI, desembarcou seu material de litógrafo, passando a atuar também como primeiro professor oficial de litografia. Formaram-se então os novos litógrafos, pois em 1821, alguns jornais já ofereciam serviços desses profissionais ao mercado. (GORDINHO, 1991, p. 21-4). A imagem abaixo é um dos exemplos da produção litográfica executada na oficina do Arquivo Militar, havendo indícios de que esta tenha sido a primeira litografia produzida do Brasil.

Imagem 14 – PALIÈRE, A. Vista do convento do Barbônios. Litografia.



Fonte: GORDINHO (1991, p. 24).

Tomaremos como exemplo de organização desse tipo de espaço de trabalho a oficina tipográfica de Manuel Antônio da Silva Serva, descrita por Renato Berbet Castro, que começou a funcionar em abril de 1811, na Bahia:

Na sua gráfica trabalhavam um impressor-chefe, um revisor de provas, seis aprendizes de composição (meninos entre 12 e 15 anos), quatro impressores e um encadernador. Este número de empregados indica que a gráfica tinha duas impressoras em suas oficinas. Por estes tempos, o pessoal necessário para um perfeito funcionamento de uma tipografia de prelo manual deveria constar no mínimo de cinco trabalhadores: o mestre,

---

<sup>103</sup>Arnaud Julien Pallière foi pintor, desenhista, gravador, urbanista e professor. Chegou ao Brasil no mesmo navio em que viajava a Arquiduquesa de Áustria D. Maria Leopoldina.

o compositor, o revisor ou corretor, o impressor e o encadernador. (CASTRO, 1984, p. 13-4).

Essa descrição nos auxilia a pensar o espaço físico da oficina, conforme descritos por Sirinelli (1996, p. 242-4), como lugar de encontro e aprendizado propiciador de “ecossistemas”, onde se desenvolvem relações pessoais, afetivas e intelectuais. O espaço de produção de um jornal foi se modificando rapidamente no Brasil. Mesmo com a instalação das tipografias houveram publicações que não dependeram das prensas. São Paulo, por exemplo, até 1823 não tinha um jornal. Segundo Afonso Schmidt, na tentativa de reverter este quadro, Mariano de Azevedo Marques, também conhecido como Mestrinho, fundou *O Paulista*, jornal manuscrito em papel de cartório. O programa do jornal era “comunicar e disseminar as luzes necessárias num país livre, para dirigir a opinião pública”. A redação foi instalada na varanda da sua casa, com três mesas, tinteiro de vidro e pena de pato:

[...] onde trabalhavam dois amanuenses<sup>104</sup>, de boa mão para a escrita, gatafunhavam de sol a sol. Eles ganhavam 140 réis por folha de papel e como fizessem oito por dia e o jornal fosse bissemanário, chegavam a perceber, no fim do mês, a soma louca de 10\$000. A assinatura de “O Paulista” custava 320 réis. Mas cada exemplar correspondia a 5 assinantes. De modo que, quando um terminava a leitura, mandava o moleque entregar ao seu sócio, que morava na vizinhança. A tiragem, que era limitada a 40 cópias, só crescia de um exemplar cada vez que mais cinco novos abonados assinavam na lista. (SCHMIDT, s.d., p. 142-3).

Segundo o autor, é devido a essa prática que no Brasil se usa a palavra *assinantes* no sentido de adesão sistemática a uma publicação. Esse trecho do relato sobre cinco assinantes compartilhando a leitura e a propriedade de um mesmo jornal corresponde a uma prática identificada por Chartier (2001, p. 32), quando um mesmo impresso era lido por vários leitores, formando uma “comunidade de interpretação”. Afinal, cada leitor, mesmo partindo de um mesmo texto, pela sua capacidade de leitura, pode fazer dele uma apropriação diferente.

Marialva Barbosa (2014) identifica que, a partir de 1822, houve uma proliferação dos jornais manuscritos. Em sua pesquisa a autora localizou um total de 20 desses jornais publicados entre 1863 a 1903 no Acervo da Biblioteca Nacional do

---

<sup>104</sup> Amanuense ou copista eram responsáveis pela cópia à mão de textos e documentos, sendo um cargo referente a um escriturário em repartições públicas.

Brasil. O paranaense Nestor de Castro (1867–1906) aos 10 anos, como interno em um seminário em São Paulo, redigiu um jornal manuscrito chamado *O Reflexo*.

Enquanto se produziam manuscritos, as oficinas, que já estavam em funcionamento, buscavam modernizar seus equipamentos e acelerar modos de impressão. Em Curitiba, em 1884, o jornal *Dezenove de Dezembro* já passava a ter edições diárias. O prelo mecânico que entrava em funcionamento na oficina da Livraria Pêndula Meridional, tão comemorado no poema de Gabriel Pereira, simplificava o processo de impressão, permitindo imprimir por hora quase o dobro de folhas que as prensas manuais. (MELLO, 2008, p. 158). Luiz Coelho<sup>105</sup>, atento à expansão acelerada pela industrialização do mate e às possibilidades de crescimento do mercado gráfico com produção dos rótulos para embalagens que acondicionam esse produto para exportação, havia feito contato no Rio de Janeiro com Narciso Figueras<sup>106</sup>, o qual desembarcaria em Curitiba, motivado a instalar a Tipografia e Litografia do Comércio a vapor. Teófilo Gomes (1854-1935), após uma visita ao interior da oficina, publicou em 10 de dezembro de 1888 um relato na *Galeria Ilustrada*, o qual nos permite uma aproximação com a organização deste espaço e do investimento de Figueras, que já havia trabalhado em oficinas em São Paulo:

[...] eu notava que enchiam as prateleiras e balcões uma imensidade de resmas de papel, uma bela coleção de pedras de litografar e outros materiais, e pensava com os meus botões: é um estabelecimento de dar inveja aos Leuzinger<sup>107</sup> e importante demais para essa província. (GOMES, *Galeria Ilustrada*, Curitiba, 10 dez. 1888, p. 20).

Ao que parece, segundo o relato, os horizontes de expectativas de Figueras para o Paraná estavam acima das expectativas de Teófilo Gomes, ou seria apenas uma estratégia de valorização do investimento. Para as impressões em tipografia e

---

<sup>105</sup> Luiz Antonio da Silva Coelho, em Curitiba publica a primeira revista literária impressa no Paraná : *Revista Paranaense*, fundada em 1880 “considerada um atestado patente a cultura intelectual”. (ÚLTIMA, *Galeria Ilustrada*. Curitiba, nov.1888, p. 16).

<sup>106</sup> A bibliografia indica que este contato tenha sido feito no Rio de Janeiro, mas nas fontes localizamos que no período Narciso Figueras residia em São Paulo, mantendo inclusive vínculos empregatícios, que serão abordados na sequência do texto, equívoco que se repetiu na minha dissertação. Não podemos afirmar porém se este encontro com Luis Coelho ocorreu em São Paulo ou no Rio de Janeiro.

<sup>107</sup> George Leuzinger (1813-1829), proprietário da popular Casa Leuzinger (RJ), um misto de tipografia, livraria, oficina de encadernação e douração e ponto de revenda de gravuras, fotografias e material fotográfico.

litografia, a oficina<sup>108</sup> contava com prelos Aluset, Poirier, Mariani<sup>109</sup> e com todos os utensílios necessários. Além das pedras e lâminas para litografia, havia ainda máquinas de perfurar, cortar, numerar e encadernar.

Resultante de um processo de impressão planográfico<sup>110</sup>, a litografia faz uso, como matriz geradora, de um tipo especial de calcário poroso. Cabe lembrar que as pedras de litografar ou pedras de Kelheim (Imagem 15,16) são originárias de Solenhofen, na Bavária, e de algumas regiões da África, sendo disponíveis a cerca de dois metros de profundidade<sup>111</sup> do solo, com espessuras que variam de 5 a 15 cm. Sua formulação contém de 94 a 98% de carbonato de cálcio, apresentando propriedades hidrófilas e lipófilas, com afinidades com a água e a gordura respectivamente. (ODAHARA, 1996, p. 3). Utilizada como matriz litográfica, essa pedra possibilita superfícies de trabalho que vão a 160 x 120 cm, permitindo a produção de milhares de cópias, lembrando que cada cópia exige um novo entintamento da matriz em pedra. Segundo Ferreira (1994, p. 103), um bloco de pedra litográfica pode pesar cerca de 500 kg. Considerando as margens necessárias para impressão de uma página do *Quinze de Novembro*, seria necessária a utilização

---

<sup>108</sup>Uma lista de todo o equipamento e materiais das oficinas Tipografia e Litografia do Comércio consta no catálogo do leilão da massa falida de Narciso Figueras, ocorrido em 4 de outubro de 1890 às 11 horas, e publicado no jornal *A República* em 1 de outubro de 1890.

<sup>109</sup> Aluset, Poirier e Mariani são modelos de impressoras (prelos); poderiam ser manuais ou a vapor e não eram fabricados no Brasil.

<sup>110</sup>As impressões litográficas seguem as mesmas regras estabelecidas nas tiragens tipográficas. A tinta, sendo neste gênero mais forte, é também mais rebelde ao trabalho. Dependendo, este processo de maior pressão que na typographia, por haver superfície polida, da qual deve o papel receber a impressão, é necessário que o *batido* seja perfeitamente regulado. As legítimas tiragens litográficas que obtêm toda a nitidez, são feitas nas prensas manuais que lhes facultam a regularidade pelo *sistema de rasouras* [possível referência ao que chamamos hoje de ratoras] no decalque do papel sobre o transporte para a pedra. Quando um trabalho depende de registro exato, principalmente havendo meias-tintas, a prensa é o meio mais seguro para execução do trabalho com inteira perfeição. A regularidade da tinta torna-se difícilima, pelo batido e pelo sistema de rolos. Se na pedra existe covas resultantes do mal polimento, a impressão é horrível, apresentando manchas esbranquiçadas nas fontes do desenho e das letras. O litógrafo executando o trabalho em uma pedra com desenho a *crayon*, deve batê-la de modo que os negros sejam perfeitos, conservando, entretanto, os claros necessários a constituir as sombras. O desenho a lápis ou a tinta pede grandes aptidões a fim de fazer-se uma impressão de retrato ou de paisagem com a precisa nitidez; o granito da pedra impede em parte o trabalho em tomar tinta com regularidade sendo preciso empregar maior esforço no rolo, e muitas vezes rebatê-la. (FRAGMENTOS (XI), *Revista Tipográfica*, RJ, 7 jul. 1888, p. 1-2)

<sup>111</sup> Segundo Odahara (1996, p. 3), a pesquisadora e litógrafa Itajaí Martins em 1983 encaminhou as pedras alemãs para análise na Companhia de Recursos Minerais, onde se detectou a formações calcáreas semelhantes no Brasil, no Vale da Ribeira, região que abrange o sul do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná.

de duas pedras/matrizas (frente e verso) de, no mínimo, 90 por 70 centímetros, para que comportassem o espaço necessário para impressão do jornal, tendo em vista suas dimensões.

A porosidade característica da pedra litográfica proporciona diversos efeitos de texturas e uma riqueza de meios tons, possibilitando a elaboração de uma imagem rica em detalhes, mesmo quando monocromática. A afinidade da técnica com o desenho aproximou os artistas das oficinas, tendo em vista a viabilidade da execução, com lápis e tintas gordurosos, da imagem diretamente na pedra plana (matriz). A resistência da pedra litográfica e a possibilidade do arquivamento do desenho em papel, permitindo reedições, impulsionaram o avanço da indústria gráfica do século XIX e, como produto deste avanço, estão os periódicos ilustrados, que se espalharam rapidamente, difundindo imagens em litografias.

Imagem15 – Matrizas em pedras litográficas do acervo da University of Zagreb.



Fonte: Acervo da autora.

Imagem 16 – Matrizes em pedras litográficas do acervo da University of Zagreb.



Fonte: Acervo da autora.

A *Revista Tipográfica*, no intuito de divulgar e estimular o aperfeiçoamento da técnica litográfica, publicou em junho de 1888, dentro da série “*Fragmentos*”, o seguinte texto:

A litografia é o ramo da imprensa que mais se presta a reproduções artísticas pelas propriedades repulsivas da pedra calcária. Entre nós, poucas reproduções de obras de arte se fazem, e a litografia é geralmente empregada em mapas geográficos, expedientes, capas, diplomas, letras, etc. No entanto, onde esta arte tem grande merecimento é nos desenhos e cromos, e nos fac-símile dos quadros de pintores importantes. A gravura deste gênero prima pelas plantas de levantamentos e cartas geográficas, letras bancárias e títulos, e em todos os trabalhos que se tenha de desenvolver desenhos a linhas ou traços finos. É esta espécie que mais se tem cultivado no Brasil, e mesmo assim, poucos são os gravadores em pedra existentes atualmente no Rio de Janeiro. (LADISLAU, *Revista Tipográfica*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1888, p. 1-2).

Podemos afirmar que algumas destas “poucas reproduções de obras de arte” foram produzidas no Paraná e circularam na revista *Galeria Ilustrada*, que

apresentou aos seus leitores obras do acervo da *Galeria Uffizi* em Florença, de autoria de Rembrandt (autorretrato), Ticiano (Vênus de Urbino) e de Raphael Sanzio (autorretrato), entre outros artistas<sup>112</sup>.

Não podemos assegurar, porém, que todas as imagens tenham sido feitas diretamente na pedra/matriz, pois localizamos indícios de que a oficina fazia uso do papel litográfico ou autográfico, engomado em um dos lados, o que permite que se decalque o desenho do papel para matriz em pedra, ao aplicar pressão e umidade. Uma pequena nota, publicada na *Galeria*, justificava que não seriam comentados na seção *Nossas Gravuras* os trabalhos de dois de seus colaboradores, Marcos Leschaud<sup>113</sup> e E. Torini<sup>114</sup>, pois estes haviam entregue seus desenhos próximo ao encerramento da edição (ÚLTIMA..., *Galeria Illustrada*, Curitiba, 20 fev. 1889, p. 72). Esta prática, segundo Odahara (1996, p. 10) traz a vantagem de o artista poder executar o desenho em qualquer local, até mesmo fora da oficina, mas exige que o impressor tenha habilidade para obter um bom transporte da imagem, sem que seja preciso retocá-la posteriormente.

Isso não exclui a prática do desenho diretamente na pedra, haja vista que era preciso formar litógrafos. Afinal, mesmo no Rio de Janeiro, segundo Ladislau (1888), eram ainda poucos os gravadores em pedra, em sua maioria europeus. Narciso Figueras foi o primeiro artista litógrafo do Paraná, e suas oficinas a vapor contavam com um bom acervo de pedras litográficas<sup>115</sup>, portanto um espaço propício para a formação de novos litógrafos.

A aprendizagem da litografia foi um dos tópicos que compuseram a série *Fragmentos (X)*, publicada na *Revista Tipográfica*, dando ênfase à necessidade de

---

<sup>112</sup>Na *Galeria Illustrada* também foram publicados uma cópia de uma gravura de Bordallo Pinheiro (Os Fadistas), duas obras de Francisco Guardi (Ponte do Rialto, Vista de S. Giorgio Maggiori e Ilha de São Jorge), Vínea (O bebereão) e desenhos inéditos. (Sobre as obras publicadas na revista *Galeria Illustrada*, ver VEZZANI, 2013).

<sup>113</sup> Marcos Leschaud (localizamos variações na grafia como Marc Laschaud) foi professor de aquarela do Conservatório de Belas Artes do Paraná, desenhista da Secretaria de Obras e Colonização. Em 1894 desenhou o primeiro mapa oficial do Estado do Paraná.

<sup>114</sup> Durante o período de pesquisa do mestrado e doutorado, não localizamos mais informações sobre Julio Bellini e E. Torini, alunos de Narciso Figueras.

<sup>115</sup> Em 1826 existiam no Rio de Janeiro quatro prelos litográficos: a prensa portátil do Imperador, a prensa de Pallière e os dois prelos do Arquivo Militar. Em 1845 a Bahia teve sua primeira oficina de litografia. Já no outro extremo do país, em Porto Alegre, a litografia apareceu em 1860. (ODAHARA, 1996, p.19-20)

conhecimentos específicos para se produzir no Brasil litografias impressas com nitidez e excelência gráfica, a exemplo da produção litográfica de escolas fundadas na França, Alemanha e Bélgica. Este argumento foi reforçado pela apresentação do programa<sup>116</sup> utilizado na *Escola Litográfica* criada na França em 1887, elaborado pelo seu diretor M. Sanier e que, segundo a revista, estava sendo divulgado em todos os jornais gráficos.

O programa estava dividido em duas partes. A primeira fazia a classificação dos estudos e a segunda esclarecia as obrigações dos alunos e dos pais. Os estudos sobre a pedra começavam logo que o aluno fosse aprovado no exame, que consistia em apresentar um desenho feito a bico de pena. Eram ensinados todos os gêneros de execuções e processos conhecidos na litografia, principalmente os aplicados aos trabalhos artísticos. Podemos perceber, portanto, que não havia uma preocupação expressa em preparar litógrafos para trabalhar especificamente nas oficinas litográficas, o que demandaria, além do trabalho mais específico de inversão das palavras, habilidade no desenho e também fluidez e facilidade na leitura e interpretação crítica para a produção das ilustrações e charges. Talvez isso se devesse ao fato de que se acreditasse que a excelência do aprendizado da técnica já o habilitaria também para as especificidades da litografia na produção de jornais e revistas. Vejamos em que consistiam a teoria e a prática sugeridas como modelo de ensino da técnica:

---

<sup>116</sup> Durante os feriados, os alunos residentes em Paris reuniam-se duas vezes por semana para desenhar e aprender paisagens, copiando a natureza. Em falta de férias, faziam duas excursões por ano para esse fim. A cada ano eram conferidos aos alunos nove prêmios em dinheiro e outros em livros: primeiro, três prêmios de 100 francos cada um; segundo, três ditos de 50; terceiro, três ditos de 25. O aluno que houvesse saído de uma oficina e que não tivesse mais de um ano de preparação, não poderia concorrer aos prêmios no primeiro ano de escola. Os produtos dos trabalhos empreendidos por conta de editores eram repartidos entre os alunos ou alunos executores e a caixa da escola. Os trabalhos deveriam ser exclusivamente executados pelos alunos contribuintes e pensionistas durante o curso da aprendizagem, principalmente pelos do terceiro e quarto ano. Os alunos eram proibidos de imprimir na escola a tiragem de trabalhos particulares. As provas de ensaios não poderiam exceder 20 exemplares. Os alunos não podem reclamar qualquer quantia a que tenham direito, senão no fim do quarto ano, quitando a escola. Todo o aluno que compreender trabalhos por sua conta depois de completar sua aprendizagem tem direito a vir pedir ao diretor qualquer explicação que lhe seja útil. (LADISLAU, Fragmentos X. *Revista Tipográfica*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1888, p. 1-2).

1º Princípios de escrita, gênero Collete; a vinheta à pena, a reprodução das estampas dos XVI, XVII, XVIII séculos; 2º Desenho de figura a *crayon*, gênero Lion Noel e Fonoli; paisagem, gênero Hubert e Lebreton; 3º Desenhos a tinta, gênero Cicéni; 4º a cromolitografia, como nos trabalhos do gênero árabe; o ornamento policromo; a arquitetura privada, a arte japonesa, o Vaticano, o mármore, a madeira, e bem assim os desenhos industriais e comerciais; 5º A preparação das pedras; 6º O estudo da prensa litográfica; 7º Princípios da zincografia e da gravura na pedra. (LADISLAU. Fragmentos X. *Revista Tipográfica*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1888, p. 01-2).

O programa ainda incluía a disciplina de *Desenho*, na qual eram exigidas produções em *crayon conté*<sup>117</sup> e *esfuminho*<sup>118</sup> de cópias de gesso e da natureza “por um método especial aos desenhistas litógrafos”, que incluía a realização de figuras, bandeiras, ornamentos, símbolos, decorações, frutas, plantas e paisagens, além dos fundamentos de perspectiva prática e escala de proporção. Na disciplina *Pintura* era exigido que o aluno já estivesse no segundo ano de estudo, portanto habilitado em *Desenho*, para desenvolver técnicas de desenho e pintura em pastel, aquarela, nanquim, sépia, água-tinta e guache e, ainda, estudos das iluminuras dos manuscritos antigos e da pintura heráldica e a óleo. O aluno faria também ensaios e aulas práticas para impressões de tiragens em cromo pela ordem das cores com a construção das escalas. (LADISLAU. Fragmentos X. *Revista Tipográfica*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1888, p. 01-2).

A revista justificou a apresentação detalhada e precisa da escola francesa, da qual recortamos a citação e resumimos o conteúdo das disciplinas, no intuito de divulgar os investimentos necessários para que o Brasil fundasse uma instituição congênere nesses parâmetros, mas podemos acrescentar seu interesse em fazer parte do grupo de revistas gráficas que também haviam reproduzido o programa. Para o leitor que tivesse interesse na profissão e porventura não fizesse parte das oficinas, também era oportuno estar atualizado sobre a complicada série de aprendizagem necessária para formação de artista litógrafo, valorizando assim seu trabalho. Depois de apresentado o programa, o texto manifestava a intenção de

---

<sup>117</sup>*Crayon conté* é um bastão composto por grafite ou carvão misturados com uma base de cera ou argila, criado em 1795 por Nicolas-Jacques Conté. Na década de 1880, foi muito utilizado por Georges Seurat na produção de seus estudos.

<sup>118</sup>O *esfuminho* é um rolo cilíndrico de papel macio com ponta nas duas extremidades, como um lápis, é utilizado para produzir sombras nos desenhos feitos a carvão, grafite, ou *crayon*. Seu uso permite criar graduações e semitons, sombras e efeitos muito utilizados pelos artistas para retratos ou caricaturas.

[...] colher em breve os frutos produzidos pela semente que lançamos ao solo ávido de progresso e de saber, especialmente no ramo gráfico que conserva-se empobrecido por falta de elementos nutritivos do intelecto artístico. Muito precisamos da lavoura e da indústria fabril, porém, o que mais se deve pensar é na educação do trabalhador e do operário; o artista bem-educado e convenientemente preparado faz o triplo do trabalho executado por mãos inexperientes e rudes. Além disso, o homem trabalhador civilizado penetra em todos os centros, deixando de ser simplesmente um instrumento, para concorrer na elevação do trabalho e da confraternização de sua classe. (LADISLAU, Fragmentos X. *Revista Tipográfica*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1888, p. 01-2).

A troca de conhecimento se dava entre mestre, compositor, revisor e impressor, embora em alguns casos todas as funções fossem exercidas pela mesma pessoa. Esses mesmos profissionais estavam em contato direto com os aprendizes, numa relação direta de ensino e aprendizagem. Mesmo antes da litografia, de acordo com Vitorino (2000, p. 35-6), era comum nas oficinas tipográficas, nos primeiros anos de instalação, que os próprios escritores auxiliassem na composição tipográfica.

Entretanto, a questão do aprendizado dentro das oficinas podia ser delicada e a relação entre mestre e aprendiz dentro das oficinas gerava por vezes situações de conflito, algumas das quais foram pontuadas em artigos da *Revista Tipográfica*, em que chefes ou proprietários eram acusados de lucrarem com trabalhadores sem conhecimento e instrução técnica do ofício. Destacaremos, como exemplo, o editorial da edição 32, que circulou em 13 de outubro de 1888, sob o título “A invasão dos aprendizes”:

[...] este desregramento de invasão de aprendizes já não pode mais continuar; ponhamos um paradeiro a esse escândalo, que já vai se tornando uma especulação artilosa.[...] Se uns fazem as folhas de formato 8° por 4\$, porque têm um pessoal escolhido, outros há que se prontificarem a imprimilas por 3\$ e 2\$250, em razão de terem um pessoal composto de aprendizes. Já se vê, pois, que não é possível competir com os segundos. [...] Colocam crianças nas oficinas, remunerando-as mal e forçando-as a grandes trabalhos, mas apesar desta triste realidade lutam pra se sustentar. (SILVA, *Revista Tipográfica*. RJ, 13 out. 1888, p. 2-3).

Exemplo desse tipo de situação foi o relato de Antonio Foster a Afonso Schmidt “que ainda era menino na condição de aprendiz, ainda sem confiança na sua arte, quando foi chamado para trabalhar na oficina do jornal *Província de São Paulo*.” (SCHIMDT, s.d. p. 237-8). Não podemos esquecer que alguns aprendizes também fizeram carreira de destaque no cenário nacional, entre estes: Quintino de Souza Bocayuva, que em 1850, com 14 anos de idade, começou a atuar como aprendiz, e também Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) e Francisco de

Paula Brito (1809-1861). No Paraná foram aprendizes tipógrafos o poeta Manoel Azevedo da Silveira Netto (1872-1942)<sup>119</sup>, Dario Persiano de Castro Vellozo (1869-1937), Alfredo Romário Martins (1874-1848) e Albino José Silva (1850- 1905)<sup>120</sup>. Este último, ao chegar a Curitiba vindo de Paranaguá, aos 19 anos, foi encaminhado à tipografia de Candido Lopes. Segundo Corrêa, esta oportunidade

foi um elemento que alterou toda a sua biografia, pois viabilizou seu ingresso no mundo das letras, de forma tão decisiva que o ofício tipográfico se manteve presente em vários momentos do seu itinerário biográfico. (CORRÊA, 2006, p. 141).

As oficinas da Tipografia e Litografia do Comércio, sob a orientação de Narciso Figueras, contribuiu também na formação dos primeiros litógrafos do Paraná (PEREIRA, 2002, p. 49), entre os quais podemos citar Julio Bellini e E. Torini, Marcos Leschard, Manoel Azevedo Silveira Netto e Augusto Stresser (1871-1918)<sup>121</sup>, estes dois últimos tendo sido alunos da Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná<sup>122</sup> de Antonio Mariano de Lima (1858-1942)<sup>123</sup> que, segundo Santana (2004, p. 25-28), havia entrado em funcionamento em janeiro de 1887, ainda como Escola de

---

<sup>119</sup> Manoel Azevedo da Silveira Netto foi um poeta paranaense com forte influência simbolista. Fundou a Sociedade Protetora dos Operários em 1883 e foi sócio fundador do *Centro Literário*. Dirigiu a revista *Pallium* em 1898, onde deixa evidente seu aprendizado de litografia e pintura. Publicou na revista do *Clube Curitibano* (1890-12), na *Revista Azul* (1893) e em *O Cenáculo* (1895-7). (DICIONÁRIO..., 1991, p. 452). Membro da Academia Paranaense de Letras. Em 1886, aos 13 anos, fundou o jornal *A Luta*, do qual foi também redator, colaborando com a revista desta instituição (*A Arte*) (MELLO, 2008, p.34-75) . Junto com Julio Pernetta, fundou periódicos importantes, como *O Cenáculo* (1895) e *Pallium* (1900). Ilustrou também livros de sua autoria e o singular *Cavaleiro do Luar* de Gustavo Santiago (CAROLLO, 1970, p. II).

<sup>120</sup> Albino José Silva (Paranaguá) foi um entusiasta e propagandista do regime republicano. Fundou em Paranaguá o Clube Republicano e o jornal *Pátria Livre*, no qual contou com vários colaboradores, entre os quais Leoncio Correia e Emiliano Pernetta. Em Campo Largo fundou os jornais *O Escolar* e *O Guaíra*, em Curitiba esteve à frente de *O Diabinho* e em Ponta Grossa o *Leitura Popular*.

<sup>121</sup> Augusto Stresser foi o compositor da primeira ópera paranaense. Foi também jornalista, artista plástico, escultor e funcionário graduado da Delegacia do Tesouro Nacional no Paraná.

<sup>122</sup> Anteriormente chamada de Escola de Desenho e Pintura, a mudança da denominação foi determinada por decreto, em 29 de novembro de 1889 e, segundo Osinski (1998, p. 198), já estivesse denominada como Escola de Belas Artes e Indústrias em diversos documentos, inclusive na bibliografia. No entanto, o anúncio publicado no jornal *Quinze de Novembro* informava que o governador do Estado do Paraná, decretou que se denominasse Escola de Artes e Indústrias do Paraná." (ESCOLA..., *Quinze*. Curitiba, 30 nov. 1889, p. 03). Isto posto, nesta pesquisa procuramos manter a referência conforme o uso do jornal, em alguns casos.

<sup>123</sup> Mariano de Lima (1858-1942), professor e artista. Chegou ao Rio de Janeiro em 1882 foi contratado para executar a decoração do Teatro São Teodoro em Curitiba. Finalizando em 1885, permaneceu na cidade e em 1886 fundou a segunda escola destinada ao ensino das artes no Brasil a Escola de Desenho e Pintura, depois Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná. (DICIONÁRIO..., 1991, p. 256)

Desenho e Pintura em uma das salas do Instituto Paranaense. Augusto Stresser é um exemplo interessante de colaboração entre Figueras e Mariano de Lima, pois não há relatos de que fizesse parte da oficina como aluno. Segundo Millarch (1991, p. 20), Figueras, a pedido de Mariano de Lima, teria publicado no jornal uma litografia de seu aluno sobre a Proclamação da República, embora não conste nada sobre a autoria da imagem nas páginas do jornal, nem mesmo a assinatura do desenhista.

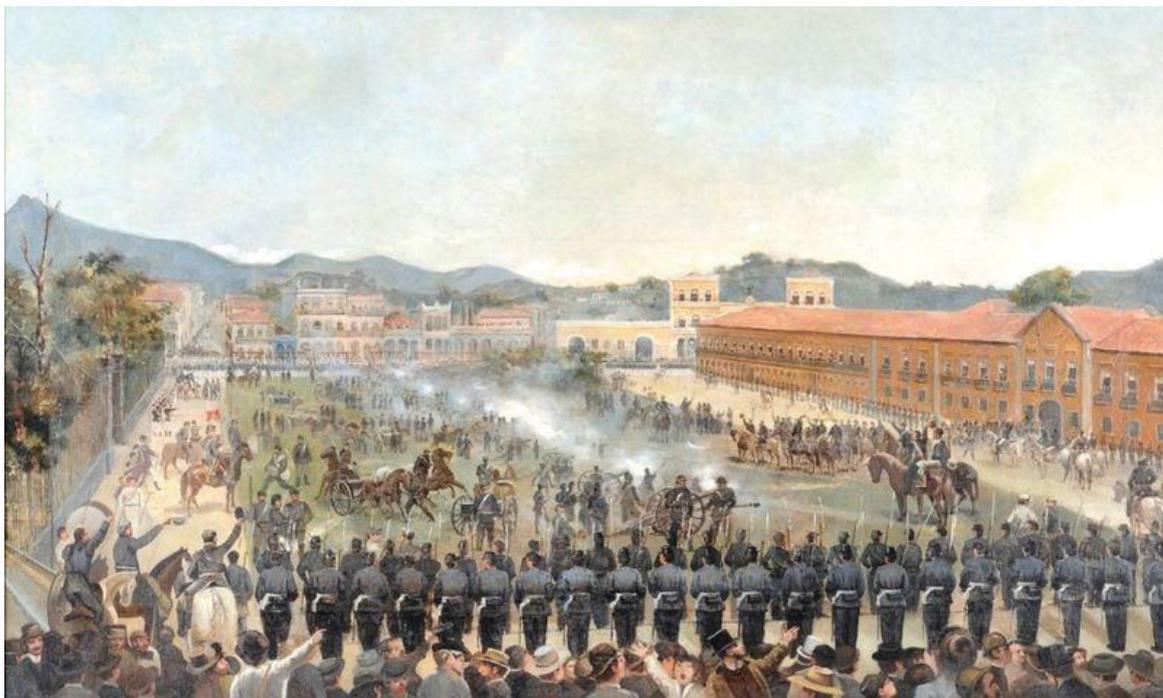
Localizamos essa imagem como sendo “*A Proclamação da República no pátio da Aclamação do Rio de Janeiro*” (imagem 17), publicada na edição 155, em 30 de março de 1890 e que ocupou as duas páginas centrais (71,5 x 52,5 cm.) do jornal *Quinze de Novembro*. Podemos observar, na cena representada e reproduzida, a participação em número expressivo de civis junto aos militares reforçando a imagem do caráter coletivo do evento. Porém, fica evidente, na imagem, que o “povo” está deslocado do centro da ação pelas rígidas fileiras de tropas do exército e não há destaque para nenhuma figura específica, nem mesmo para Marechal Deodoro. No centro geométrico não há representação de figuras, tendo sido o mesmo esvaziado para representar a fumaça emitida pela salva dos 21 tiros.

Imagem 17– STRESSER, Augusto. Proclamação da República no pátio da Aclamação do Rio de Janeiro. 1890. Litografia, p&b., 71,5 X 52,5 cm.



A mesma cena já havida sido descrita por muitos jornais, inclusive com detalhes sobre o posicionamento das tropas e do povo. E foi a partir dessas descrições publicadas nos jornais que em 1889 Oscar Pereira da Silva (1865-1939) pintou em óleo sobre tela a cena a seguir (imagem 18), que, como podemos ver, tem inúmeras semelhanças com a litografia de Stresser.

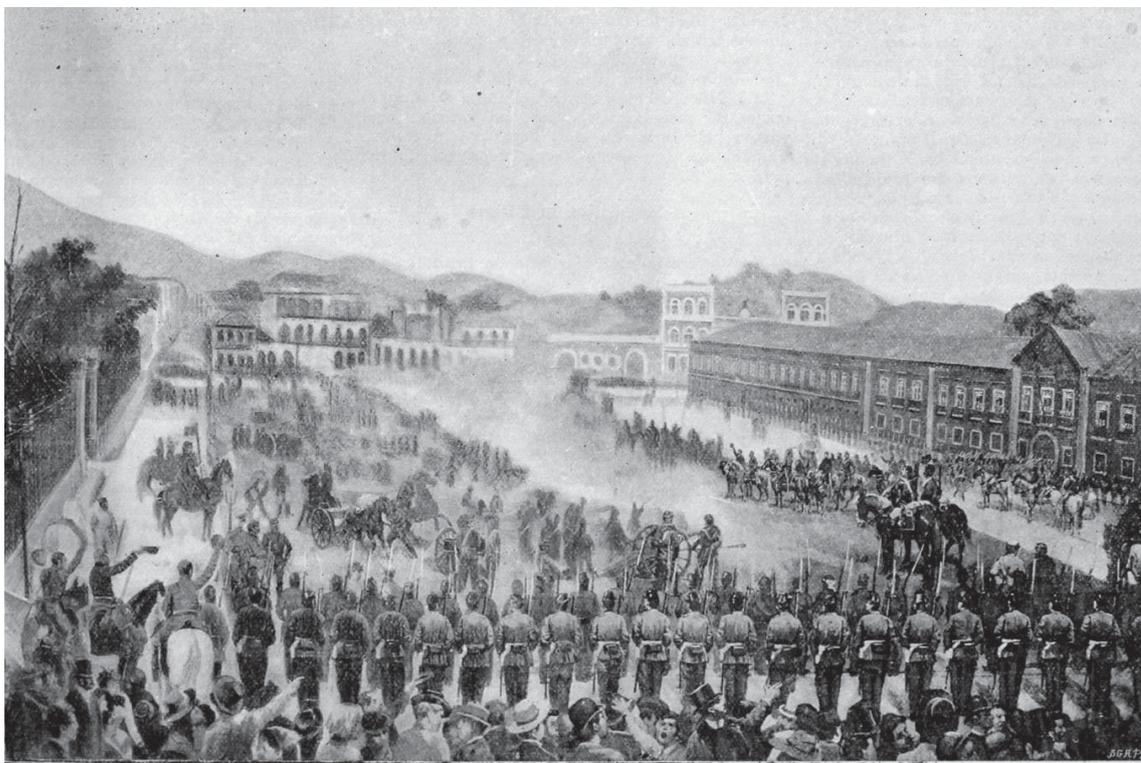
Imagem 18 – SILVA, O. P. da. Proclamação da República no Brasil. 1889. Óleo sobre tela, 80 x 124 cm.



Fonte: Acervo do Museu Casa de Benjamin Constant, Rio de Janeiro.

Desta obra, provavelmente circularam fotos e reproduções nos jornais. Localizamos uma versão digitalizada da revista de Paris *A Ilustração* (imagem 19) na Hemeroteca Digital Brasileira. É difícil saber como esse periódico obteve a imagem, porém fica evidente o potencial dos impressos de romper com a ideia fixa e estreita de “lugar” e “espaço” e transcender a geografia. É evidente também que a rede criada dentro da oficina de Narciso Figueras abriu espaço para que uma imagem produzida por um aluno de Mariano de Lima tenha sido veiculada em destaque no jornal *Quinze de Novembro*, dando visibilidade tanto à escola quanto ao aluno, porque mesmo que não tenha sido citada sua autoria, as conversas em outras redações e nos cafés provavelmente trataram de divulgar o nome de Augusto Stresser.

Imagem 19 – Sem Autoria. Quadro da Proclamação da República, no dia 15 de novembro, diante do quartel general do Rio de Janeiro. Revista *A Ilustração*, Paris, 5 fev. 1890, Ano 7, vol. VII, n. 3,



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.

Outro aluno da Escola de Belas Artes e Indústrias desde os 15 anos de idade (1888), presença constante nas oficinas e redação da revista e do jornal, foi Manoel Azevedo da Silveira Netto, interessado tanto na parte técnica quanto no processo de elaboração das publicações. Sua colaboração na *Galeria Ilustrada* foi de pouca expressão, tanto na parte literária quanto na litografia, contando com apenas uma publicação de desenhos de instrumentos e objetos indígenas. No entanto, ao trabalhar na oficina, como aprendiz e colaborador, teve oportunidade de aprimorar sua habilidade para o desenho e preparar-se tecnicamente para o ofício litográfico, o que possibilitou que posteriormente colaborasse e ilustrasse outros impressos, como os jornais *A República* e *Gazeta do Povo*, na década de 1890. (DICIONÁRIO..., 1991, p. 353). Em 1891, junto com Augusto Stresser, Silveira Netto foi responsável pela ilustração do jornal *O Guarany*, onde colocaram em prática todo aprendizado ocorrido dentro da oficina, tanto como desenhistas litógrafos, quanto redatores. Esse tipo de parceria, de trabalho e de determinação seria a “chave para o futuro”. Bradbury e McFarlane (1989, p. 31), em seus estudos sobre a modernidade,

afirmavam que os homens com essa iniciativa eram os impulsionadores da evolução das sociedades e das artes.

Outro jovem identificado e descrito como aluno da Tipografia e Litografia do Comércio, nas páginas da *Galeria Illustrada* foi Julio Bellini<sup>124</sup>:

Esperançoso e inteligente paranaense, que sob a direção do Sr. Narciso Figueras, seu incansável mestre e dedicado amigo, conseguiu no curto espaço de 9 meses passar por um sensível adiantamento ao ponto de hoje apresentar ao público inteligente o seu primeiro desenho. O Sr. Bellini, se continuar os seus estudos com perseverança junto ao seu dedicado mestre, poderá mui logo ser uma das glórias artísticas desta província. (NOSSAS..., *Galeria Illustrada*. Curitiba, 10 jan.1889, p. 42).

Nas dependências das suas oficinas, Narciso Figueras assumiu e divulgou nas páginas da *Galeria Illustrada* seu papel de professor, expondo o desenvolvimento de seus alunos. Cabe destacar que não há, em nenhuma dessas publicações, informações sobre o aprendizado no cotidiano da oficina ou referências ao termo “aprendiz”. Embora não possamos especificar se eram alunos na área de desenho, de litografia, de tipografia, de impressão ou em todas elas, o fato é que ele utilizava as litografias produzidas por seus alunos tanto nas páginas da revista quanto do jornal.

Na *Galeria Illustrada* havia o cuidado de lhes atribuir a autoria e exaltar a excelência de seus trabalhos, em um momento no qual distinção e visibilidade eram moedas muito valorizadas, mas, como podemos ver, esse cuidado não ocorreu no *Quinze de Novembro*, onde a imagem de Stresser, além de não estar assinada, também não foi descrita. Embora as outras litografias do jornal tenham assinatura, não houve uma preocupação em descrevê-las para o leitor fazendo referências a sua execução como trabalho de arte.

Entretanto, é preciso considerar a hipótese de que a publicação das litografias fosse a contrapartida do aprendizado dentro da oficina, ou até mesmo uma maneira de Narciso Figueras dispor de mão de obra mais barata, ou seja, interessados dispostos a trabalhar pelo aprendizado, experiência e pelas relações que poderiam ser construídas dentro daquele espaço. Logo após a Proclamação da República, período que Tarcisa Bega identifica como propício para criação de vínculos em torno

---

<sup>124</sup> Não localizamos nenhum dado sobre este artista.

motivação da capacidade de trabalho do homem livre, pelo progresso e pela ciência. Naquele contexto, de acordo com a autora,

[...] a especialização no campo cultural ainda não estava definida, os espaços institucionais do campo eram ocupados por generalistas, independentemente de suas formações profissionais. Assim letrados, tivessem esta ou aquela formação, eram alçados à condição de jornalistas, uma vez que os periódicos constituíam a forma mais avançada de disseminação de ideias. Financiar jornais e abrir suas portas aos jovens escritores era a forma mais eficiente de respaldar as manifestações desta ou daquela tendência. (BEGA, 2013, p. 69).

O debate em torno da questão do grande número de aprendizes se apoiava, além da pouca qualidade do serviço, na justificativa de que os profissionais qualificados não eram valorizados, mesmo a função exigindo que, além de alfabetizados, eles deveriam ter facilidade na compreensão de textos, conseguindo manipular com o encaixe das letras na formação de palavras e frases ao contrário:

Nas folhas diárias cada tipógrafo recebe diariamente, das 08 até as 3 horas da tarde, 2\$500, e faz a segunda edição, 3\$, até as 6 horas da tarde! No primeiro caso ganha o indivíduo cento e sessenta e seis réis por hora e no segundo – trezentos e trinta e tantos réis, quantia três ou quatro vezes inferior à que damos a qualquer carregador que, num quarto de hora, nos conduz um objeto de um para outro lugar. (AINDA. *Revista Tipográfica*. Rio de Janeiro, abr.1888, p.02-3).

A utilização das oficinas como espaço de ensino e aprendizagem é citada por Dulce Osinski em sua pesquisa sobre ensino da arte, a qual refere ocorrências dessa prática desde o antigo Egito e essa mesma situação persistiu até o século XX onde essas “oficinas funcionavam como verdadeiras escolas para o treinamento de jovens artistas”. (2001, p. 13). Localizamos também anúncios de professores que utilizavam o espaço para ministrar suas aulas. Um exemplo desse tipo de prática é o anúncio de Eduardo Riviere (1832, p. 35) publicado em 6 de agosto de 1832 no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, no qual ele identifica-se como professor de desenho e pintura que se oferece para dar lições em casas particulares e em colégios e que também ensina a pintar no espaço disponível da *Litografia* localizada na rua do Ouvidor. As oficinas também eram os locais onde se disponibilizavam, entre os anúncios, como livros *Elementos de Geodésia e Princípios de Trigonometria Esférica e de Astronomia*, de autoria de Puissant, com estampas feitas em litografia. (OBRAS..., *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, mar. 1840, p. 03).

Essas práticas colocavam num mesmo espaço e em contato tipógrafos, alunos, professores e obras recém-lançadas, constituindo espaços de sociabilidades, geradores de ambiente fértil para suscitar debates e para a fermentação intelectual. De acordo com Sirinelli (2003, p. 249), era um “observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmo de intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para análise do movimento das ideias”.

Podemos afirmar que o ambiente da Tipografia e Litografia do Comércio, além de contribuir tecnicamente para o surgimento de novos modelos de periódicos no contexto paranaense (a revista *Galeria Ilustrada* e o jornal diário ilustrado *Quinze de Novembro*), também foi espaço de formação de profissionais tipógrafos, litógrafos e jornalistas, que constituíam teias de interdependência e de comunicação de muitos tipos, correspondendo à ideia de *configuração* desenvolvida por Elias (2008, p. 15), segundo a qual os envolvidos tanto atuam como participantes quanto produtores de um processo social.

## 2. O JORNAL ILUSTRADO: TRANSITANDO PELO TERRITÓRIO DA VISUALIDADE

O uso da imagem dentro do *Quinze de Novembro* será abordado como uma das seções de pouca regularidade do jornal. O que nos fez deslocar a imagem para um item especial é o fato de que cada uma delas retrata temas diferentes, reforçando o argumento de Joly (2007, p. 11) de que a “linguagem não só participa na construção da mensagem visual, mas transmite-a, completando-a numa circularidade simultaneamente reflexiva e criadora”. Não podemos perder de vista, porém, que toda imagem será sempre uma representação, resultante da mediação, direta ou indireta, do artista sobre o que o jornal queria dar a ver e até mesmo como queria ser visto pelos seus leitores. Cada litografia elaborada para compor as edições estava plena de conteúdos simbólicos, cada imagem publicada no *Quinze de Novembro* era também a expressão da sua própria imagem como veículo mediador da informação, do conhecimento e da crítica.

Trataremos, pois, das imagens dentro das seguintes categorias: retratos, datas comemorativas e charges, muito embora por vezes as datas comemorativas também apresentassem traços de humor e sátira, característicos da charge. Separadamente, apresentaremos as imagens referentes aos símbolos nacionais. Na Tabela 2 identificamos as imagens publicadas por número de edição, data de publicação, dimensões, posição na página, categoria (retrato, charge, data comemorativa), artista produtor e título durante o período de circulação do jornal. Não foram incluídas as imagens da categoria símbolos nacionais, devido às suas inserções em dimensões reduzidas, encaixadas no espaço de uma coluna e, no caso da bandeira nacional, esta foi inserida como encarte, não fazendo parte da diagramação da página.

Tabela 2 – Lista de Imagens publicadas no jornal *Quinze de Novembro*

	edição.	data	1	2	V/H	categoria	Artista	titulo
1	01	24/11/89	X		H	Data	Stek	O grande abraço da civilização.
2	07	01/12/89	X		V	Retrato	Narciso	Coronel Francisco José Cardoso Jr.
3	13	08/12/89	X		V	Retrato	Narciso	Cap. De Mar e Guerra José Marques Guimarães
4	19	15/12/89	X		V	Retrato	Narciso	Quintino Bocayuva
5	32	01/01/90	X		V	Data	Narciso	1890- Folhinha do Quinze De Novembro.
6	35	05/01/90	X		H	Data	Stek	A República arrancando o mal pela raíz.
7	40	12/01/90	X		V	Retrato	Narciso	Dr. Eduardo Mendes Gonçalves
8	46	19/01/90	X		v	Retrato	Narciso	Manoel Correia de Freitas
9	59	02/02/90	X		v	Retrato	Narciso	Francisco Glycério
10	61	04/02/90	X		v	Retrato	Narciso	Dr. Manoel Euphrásio Corrêa
11	66	09/02/90	X		v	Charge	Stek	O ‘Estado’ do Paraná
12	76	19/02/90		x	h	Data	Stek	Quaresma 1890
13	80	23/02/90	X		v	Charge	Stek	A República dos Loyos.
14	87	02/03/90		x	h	Charge	Stek	Neste século do progresso-nem sempre apagar as luzes- é sinal de .... retrocesso.
15	94	09/03/90	X		v	Retrato	Stek	O Monge Tybagy
16	101	16/03/90	X		v	Retrato	Narciso	Doutor Americo Lobo Leite Pereira
17	108	23/03/90	X		v	Charge	Stek	As colônias representadas pelos seus vários produtos manifestaram em todos os tempos ao sr. Maurício Sinke as patrióticas vaias de que é merecedor.
18	115	30/03/90		x	h	Data	Stresser	Proclamação da República no pátio da Aclamação.
19	126	13/04/90	X		v	Retrato	Narciso	Ao Dr. Ismael da Rocha
20	133	21/04/90	X		v	Data	Narciso	Joaquim José da Silva Xavier Tira dentes – Homenagem do “Quinze de Novembro”

Dimensões: 1 = 33 x 52,5 cm. 2= 71,5 x 52,5 cm

V/H = Posição da imagem na página, V= vertical e H= horizontal

Leôncio Correia : 1 a 8 Menezes Doria: 9 a 19 Narciso Figueras: 20

Fonte: Elaborado pela autora.

Foram publicadas ao todo 20 litografias. Entre as categorias, 10 foram retratos de personalidades, 6 tiveram como temas datas comemorativas e 4 foram charges. É perceptível a variação no tratamento gráfico dependendo do tema que estava sendo representado, por exemplo, o traço era mais contido e detalhado nos retratos e mais gestual nas charges e datas comemorativas. O maior número de litografias publicadas, em grande vantagem sobre as charges e datas comemorativas, são retratos de homens de destaque dentro do cenário político paranaense e nacional, entre os quais destacamos os governadores que assumiram o Estado do Paraná durante o período de circulação<sup>125</sup> do jornal.

Com relação à autoria das imagens publicadas, 11 foram assinadas por Narciso Figueras, 8 por Stek e 1 foi por nós atribuída a Augusto Stresser, um estrangeiro e um paranaense. Nascido em Gerona na Espanha, Figueras era bacharel em belas artes (BLAKE, 1900, p. 304). Antes de desembarcar no Brasil e se tornar cidadão brasileiro naturalizado<sup>126</sup>, existem registros de sua passagem por San Juan, Porto Rico, onde foi descrito como talentoso pintor espanhol nas páginas do jornal *El Boletín Mercantil* (EL BOLETÍN..., Puerto Rico, 13 set. 1878, p. 6). Foi também recomendado e citado como pintor reconhecido na Europa e de passagem por Cuba (EL BUSCAPIÉ, Puerto Rico, 2 fev. 1879, p. 3). Sierra Gonzáles (2010, p. 304), em sua pesquisa sobre os pintores espanhóis em Puerto Rico (1854 – 1940), lamenta que Narciso Figueras não tenha tido o reconhecimento nem o respaldo merecido do público sanjuaneiro, pois só foram localizadas essas duas notas na imprensa da época divulgando seu trabalho. Quando seu nome volta a aparecer nas páginas do *Boletim Mercantil*, em 26 de março de 1879, é para comunicar sua mudança para Havana:

Muito bem recebido, elogiando-se muito suas notáveis faculdades para arte. Não somente foi elogiado, como também se fez a encomenda para a realização de uma “obra monumental” que levaria quatro anos de trabalho. Tratava-se das cenas em pintura que serviriam de fundo para o busto de Cervantes. Pretendia-se que à distância a obra pudesse ser vista claramente, distinguindo-se no fundo branco várias lâminas, representando

---

<sup>125</sup> Apenas Udislau Herculano de Freitas que assumiu o governo do Estado do Paraná de 18 de fevereiro de 1890 a 4 de março de 1890, não teve seu retrato publicado.

<sup>126</sup> A imigração espanhola no século XIX dirigiu-se particularmente para a Argentina, Cuba e Brasil. Por sua vez, a entrada de espanhóis no Brasil foi a terceira colocada no quantitativo de imigrantes, com o contingente de 641.392 indivíduos, ou seja, 14% dos imigrantes recebidos pelo Brasil de 1820 a 1939. (DICIONÁRIO..., 1991, p. 139).

paisagens do Quixote<sup>127</sup>. (El BOLETIN..., Puerto Rico, mar. 1879, p. 3. *Apud* GONZÁLEZ, 2010, p. 612).

Após finalizar seu trabalho em Havana, Figueras rumou para o Brasil, desembarcando em São Paulo, onde atuou como ilustrador em importantes revistas como *Entre'acto*, *Boehmio* e *A Comédia* dirigidas por Valentim Magalhães<sup>128</sup> (1859-1903), Raymundo Correia<sup>129</sup> (1859-1911) e Ezequiel Freire<sup>130</sup> (1850-1891) (CARNEIRO, 1975, p. 35).

As revistas eram órgãos de expressão de grupos representativos e se configuravam como locais privilegiados onde Narciso Figueras deu início à sua rede contatos no Brasil.

Localizamos indícios de que utilizava o pseudônimo Stek desde as publicações da revista *Galeria Ilustrada*, onde assinou sete charges, tematizando situações a respeito da cidade, como a remoção do matadouro, a falta de dinheiro para pagamento das dívidas públicas e questões de orçamento capital. Destas, selecionamos uma para apreciação, no intuito de observarmos que a crítica e o traço de Stek, já presentes na revista *Galeria Ilustrada*, foram transportados para o *Quinze de Novembro*.

Uma das suas características é o cuidado na elaboração dos personagens, sempre carregando algum traço que possibilita sua identificação, e a fisionomia muito

---

<sup>127</sup>Muy bien recibido encomiándose mucho sus notables facultades para el arte No tan solo fue encomiado, sino que se le hizo el encargo de realizar una 'obra monumental' que le tomaría cuatro años de arduo trabajo. Se trataba de las escenas en pintura que servirían de fondo para el busto de Cervantes. Se pretendía que a distanciala obra pudiera verse claramente, distinguiéndose em el fondo blanco varias láminas, representando paisajes del Quijote [...]. (Tradução do original: Mariana Zacharias. *El Boletín Mercantil*, San Juan, Puerto Rico, mar. 1879, p. 3, *apud* GONZÁLEZ, 2010, p. 612).

<sup>128</sup> Antônio Valentim da Costa Magalhães, jornalista, contista, romancista e escritor brasileiro, transitou pelos mais diversos gêneros e exerceu a crítica literária. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Estudou Direito em São Paulo onde foi colega de Silva Jardim, Raimundo Correia, Raul Pompeia, Luís Murta e Luís Gama. Dirigiu o jornal *A Semana*, baluarte literário dos jovens do período. Figura central na produção literária no período da virada do século 19 para o século 20.

<sup>129</sup> Raymundo da Mota de Azevedo Correia foi um magistrado, professor, diplomata e poeta juiz e poeta brasileiro. Ele iniciou sua carreira como romântico, depois adotou o parnasianismo e, em alguns poemas aproximou-se da escola simbolista (WIKIPEDIA, 2017).

<sup>130</sup> José Ezequiel Freire de Lima bacharelou-se em Direito em São Paulo, dedicando-se à magistratura, mais tarde atuando como juiz em Araras. Voltou-se também para a carreira de magistério em curso anexo da Faculdade de Direito. Considerado um dos precursores do Simbolismo, foi patrono da Academia Paulista de Letras desde 1909 quando da sua fundação e da Academia Fluminense de Letras.

bem trabalhada, destacando-se dos traços mais rápidos de composição da cena e a presença de inscrições indiciais, que agregam informações para o leitor. Algumas charges assinadas por Stek foram analisadas na dissertação sobre a revista *Galeria Illustrada* (VEZZANI, 2013 p. 308-9), no entanto ainda não trabalhávamos com a hipótese de este ser um pseudônimo utilizado por Figueras, que parecia procurar manter seu nome em sigilo quando tecia suas críticas políticas em suas crônicas visuais. Segundo Simões Junior (2006, p. 126), “era um recurso muito utilizado na imprensa do século XIX os colaboradores, quando não publicavam sob anonimato<sup>131</sup>, preferiam assinar seus artigos com pseudônimos”, além do fato de os rendimentos desta atividade não serem elevados, o que os fazia colaborar simultaneamente em vários jornais.

Na intenção de confirmarmos se Stek era seu pseudônimo, localizamos uma nota publicada no jornal *A Constituinte* de São Paulo no ano de 1880, que anunciava a presença do “artista pintor sr. Narciso A. Figueras”, que estava na cidade para divulgar ao público o produto de seu estudo:

Que descortinou à sua arte, segundo lemos em importantes diários de Havana, em que se eleva as alturas do gênio o jovem e simpático artista: Puntigraphia e Pintura Stek<sup>132</sup>, são as denominações dos modernos ramos introduzidos na arte de pintura pelo sr. Narciso Figueras.. (NOTICIÁRIO. *Jornal A Constituinte*, São Paulo, 24 abr. 1880, p. 1).

A nota também revelava que no dia seguinte seriam expostos alguns dos seus quadros para apreciação na *Casa Garraux*<sup>133</sup>. Localizada no centro de São Paulo, a *Casa Garraux* foi descrita por Júlio Ribeiro em sua obra *A carne*, publicada em 1888, como uma “vasta babel, livraria de nome, mas verdadeiramente bazar de luxo, onde se encontra tudo, desde o livro raro até a pasta de açoifeira<sup>134</sup>, passando pelo *Clicquot* legítimo e pelos cofres à prova de fogo”. (RIBEIRO, 1999, p. 137-8).

---

<sup>131</sup> Em 1897, o anonimato e o pseudônimo na imprensa incomodaram ao governo, que enviou ao Congresso projeto de lei proibindo tais práticas. (SIMÕES JUNIOR, 2006, p. 126)

<sup>132</sup> Dando a entender que era uma técnica de pintura desenvolvida por ele.

<sup>133</sup> A Casa Garraux ficava localizada no Largo da Sé, próximo à rua da Imperatriz centro de São Paulo de propriedade de Anatole Louis Garraux..

<sup>134</sup> Um fruto de sabor doce utilizado para fazer xaropes, emulsões e pastas expectorantes.

Outra pista encontrada na imprensa sobre a atuação de Figueras em São Paulo e o possível uso desse pseudônimo foi publicada no jornal *Correio Paulistano* em junho de 1881, anunciando a publicação do primeiro número do jornal ilustrado *Entr'Acto*<sup>135</sup>, no qual informava que o desenhista era o “hábil artista sr. Narciso Figueras, cujo lápis pode ser descoberto na elegância dos desenhos que temos à vista”. (O ENTR'ACTO. Noticiário. *Correio Paulistano*. São Paulo, 22 jun. 1881. p. 2). A atuação de Figueras no *Entr'Acto* já havia sido citada na bibliografia sobre a imprensa no Paraná, porém não havia disponível para pesquisa nenhuma edição do jornal. No entanto localizamos a coleção completa<sup>136</sup> e encadernada com todas as edições no acervo do *National Library of Australia*. Na primeira página estão os carimbos da data de entrada no acervo (1 de fevereiro de 1968) e o *exlibris* de Adir Guimarães. Localizado o jornal, foi então possível identificar a assinatura de Stek em algumas ilustrações, como exemplo no retrato da página seguinte, que ocupou as páginas centrais, sendo identificado como do “*Sr. Martins*” (imagem 20):

[...] que nasceu a rir, e a rir tem vivido e, como Aretino, morrerá gargalhando.[...] Um ratão. Um pândego. [...] é um diabo que não se mete no inferno, mas no coração da gente. É um homem dos diabos, que faz o diabo dos homens. (MINDELLO. *Entr'acto*. São Paulo, 28 jun., n. 2, p. 3).

---

<sup>135</sup>*Entre'acto* foi um semanário fundado em 1881, redigido por Valentim Magalhães e Ezequiel Freire, impresso na Litografia Lichtemberger, no Rio de Janeiro (CAROLLO, 1979, p. IV) dirigidas por Valentim Magalhães (1859-1903), Raymundo Correia (1859-1911), Ezequiel Freire (1850-1891). Composto de 8 páginas com 3 colunas, formato 23 x 30 cm. Sua publicação durou 5 edições. Depois informavam que o *Entr'acto* teria continuidade com *O Bohemio*. Composto por crônicas sociais, poemas, notas de humor e alguns textos sobre temas varados como política local, reflexões de cunho moral. Nas suas capas e folhas centrais foram publicadas várias litografias, com caricaturas de políticos e desenhos sobre fatos do momento. (CRUZ, 2000, p. 72).

<sup>136</sup> A coleção digitalizada do *Entr'Acto* foi adquirida e agora é parte do acervo desta pesquisa.

Imagem 20 – STEK. Sr. Martins. Litografia p&amp;b. 23 x 30 cm.



Fonte: Jornal *Entr'acto*. São Paulo, 28 de junho 1881 n. 2 , p.3-4.

O texto tem um tom de ironia que permeia todas as edições desse impresso, o que provavelmente se manteve na composição do retrato. Confirmamos assim a hipótese que havia sido levantada por Francisco Dourado (2017), em suas pesquisas sobre histórias em quadrinhos no Brasil, nas quais afirmava que a primeira HQ do Paraná havia sido de “um catalão que também assinava Stek”, e que nos motivou a buscar mais referências.

Como aluno de Mariano de Lima, Augusto Stresser colabora com uma das litografias do jornal *Quinze de Novembro*. Hoje reconhecido como compositor da primeira ópera paranaense, a época também atuou como desenhista, pintor, poeta e como jornalista, colaborando com alguns jornais paranaenses e, em 21 de janeiro

de 1891, fundou com Silveira Netto o jornal ilustrado *O Guarany*<sup>137</sup>, no qual ambos foram ilustradores.

## 2.1 RETRATOS E RETRATADOS: “– PRAZER EM (RE)CONHECER!”

Naquele momento histórico, muitos se perguntavam: quem eram aqueles que viriam representar o Paraná? Como seria o rosto que representaria o progresso? Esse era o momento ideal para Narciso Figueras, que se aproveitou dos recursos disponíveis nas suas oficinas para apresentar essas figuras aos seus leitores, pelas páginas do *Quinze de Novembro*. Dessa forma, o jornal não seria apenas o mensageiro/mediador da imagem rosto a ser conhecido, mas também tornaria visíveis seus investimentos na *Tipografia e Litografia do Comércio* em tecnologia de impressão e reprodução. Tanto o jornal quanto as oficinas de Figueras apresentavam características distintivas de instituições modernas e adaptadas para transformações. O desenvolvimento e expansão desse tipo de instituição, segundo Giddens (2002, p. 29), foram introduzidos pela modernidade e necessários para assumir a mediação desta experiência de (re) conhecer o outro.

Em um contexto político em que tudo era novo, era preciso estabelecer um vínculo de confiança entre o leitor e o jornal, e destes dois como os novos governantes. O retrato cumpre esse papel elementar de iniciação de um encontro, o que se constitui um exemplo da dinâmica que Giddens (1991, p. 99) identifica como reencaixe de relações sociais, trazendo para perto do leitor paranaense quem estava física e geograficamente distante. Segundo Joly (2007, p. 67), o retrato cumpre uma função informativa (ou referencial) com potencial de assumir o papel de instrumento de conhecimento porque fornece informações visuais aos leitores que conheceram ou não as ações do retratado. Essa forma de representação permite um olhar de reconhecimento do leitor, aproximando-o do personagem representado, que passa a não ser mais um estranho.

Não podemos perder de vista, porém, que o retrato como imagem que é, constitui uma representação construída e manipulada dentro de regras específicas de construção (JOLY, 2007, p. 43-44). Assim sendo, não basta investigá-lo apenas

---

<sup>137</sup> Também faziam parte da redação de *O Guarany*, Brazilio Costa e Antonio Braga. Algumas de suas edições estão disponíveis na Biblioteca do Museu Paranaense.

como ilustração de um texto em homenagem a alguém, mas é preciso considerá-lo a representação de um conjunto de ideias (TELLES, 2010, p. 25) que congrega diversos fatores além das expectativas do retratado que desejou ter sua imagem representada: no caso de um desenho ou fotografia em que o modelo está posando, devem ser considerados o olhar do artista ou do fotógrafo que capturou a imagem e a composição da cena. No caso do jornal *Quinze de Novembro*, também deve ser levada em conta a leitura da fotografia no processo de transferência pelo litógrafo para um desenho litografado, e também as decisões do editor que, além de definir quem seria a figura a ser apresentada ao leitor, também posicionou sua imagem dentro do formato editorial do jornal.

Os retratos geralmente representavam a figura de “meio corpo”, quando se retratava a parte superior do corpo a partir da cintura ou no meio da coxa, ou de “busto”, limitando-se a desenhar a cabeça, o pescoço, uma parte do torso e ombros, na tentativa de representar realisticamente a fisionomia. Segundo Grangeiro (1998, p. 185),

o rosto era a parte mais importante nessa composição: era ele que retinha todas as informações e deveria sugerir, junto com a parte superior do corpo, as características físicas e sociais do fotografado. Em outras palavras, neste tipo de retrato, era no rosto e no busto que residiam todos os códigos de representação do cliente, e nesse espaço o fotógrafo deveria reproduzir essa condição. (GRANGEIRO, 1998, p. 185).

Narciso Figueras foi quem assinou todos os retratos publicados no *Quinze de Novembro*. Como vimos, sua experiência na arte de retratar já havia sido mencionada em 1878 nas páginas dos jornais de San Juan em Porto Rico, onde foi descrito como talentoso pintor espanhol:

Encontra-se entre nós, rua Tetuan número 17. Um jovem artista, com uma nova arte chamada pontilhismo<sup>138</sup>, por meio de qual utilizando pontos, faz à pena retratos, cromos, desenhos, paisagens. (Tradução do original:

---

<sup>138</sup> Pontilhismo, do original *puntigrafia*, foi por nós identificada como correspondente ao pontilhismo. Em 1884 os pintores franceses Paul Signac (1863-1935) e Georges Seurat (1859-1891), começaram a trabalhar juntos em sua teoria do “divisionismo”, cuja pesquisa os levou a realizar estudos científicos sobre a transmissão e percepção da luz e da cor. Aquilo que os primeiros impressionistas haviam descoberto intuitivamente - que maior luminosidade e brilho da cor podem ser obtidos ao se aplicar diretamente na tela pigmentos não misturados -, os divisionistas (teoria) desenvolveram cientificamente com a técnica do pontilhismo. (DEMPSEY, 2003, p. 27).

Mariana Zacharias. *El Boletín Mercantil*, San Juan, Puerto Rico, 13 de set. 1878, p. 6, *apud* GONZÁLEZ, 2010, p. 612)<sup>139</sup>.

Sua habilidade em retratos também foi anunciada e explorada pelo artista nas páginas da revista *Galeria Ilustrada*, que, em sua primeira edição, assumiu o compromisso de dar aos seus leitores páginas ilustradas com “retratos de homens célebres, tanto desta província como de países estrangeiros”. (GALERIA. *Galeria Ilustrada*. Curitiba, 20 nov. 1888, p. 2). Podemos supor que publicar o retrato de uma personalidade era uma estratégia de fazer com que tanto a revista quanto o jornal fossem ser bem recebidos também pelos retratados, um investimento de Figueras na construção e no fortalecimento da sua rede de sociabilidade.

Dessa maneira, foram apresentados aos leitores do *Quinze de Novembro* os governadores que assumiram o Estado do Paraná após a República, enquanto circulou o jornal. A fisionomia do primeiro a assumir o cargo, anunciado na primeira edição, chegou às mãos dos leitores paranaenses apenas na sétima edição. O Comandante da Brigada Militar, Coronel Francisco José Cardoso Junior (imagens 21 e 24-1), teve publicado seu retrato em 1 de dezembro de 1889, cercado pelas assinaturas dos cidadãos presentes na sua proclamação ao cargo de Governador do Estado do Paraná. Como não couberam todas nas páginas da ata áurea da Câmara Municipal de Curitiba (imagens 21, 22 e 23), na edição seguinte, como prometido pelo jornal, foram publicadas as assinaturas que faltavam.

No centro da página, o rosto bem definido do primeiro Governador do Estado, que esteve no posto entre 17 novembro a 4 dezembro 1889, foi descrito como o de um “ilustre brasileiro, membro de uma respeitável família fluminense, o querido e brioso militar [...]”, que recebeu o Governo Provisório do Estado do Paraná das mãos de Jesuino Marcondes, que até o dia anterior era Presidente da Província. Antecedendo a imagem, publicada na página 2, sua biografia é apresentada ao leitor, sendo descrita como carta de referência para assumir o cargo:

[...] com aclamação geral do povo e tropa, seu programa tem sido de justiça, igualdade e honestidade, trindade em que se deve buscar um governo como

---

<sup>139</sup> Se encuentra entre nosotros, calle de Tetuan [sic] núm. 17. Un jóven [sic] artista, inventor de un nuevo arte llamado puntigrafía, por medio del cual y valiéndose de puntos, hace á [sic] la pluma retratos, cromos, dibujos, planos. Este jóven [sic] se llama D. Narciso Figueras, y las personas que gusten ver muestras de sus notables trabajos pueden pasar á [sic] su domicilio. (*El Boletín Mercantil*, San Juan, Puerto Rico, 13 de set. 1878, p. 6, *apud* GONZÁLEZ, 2010, p. 612).

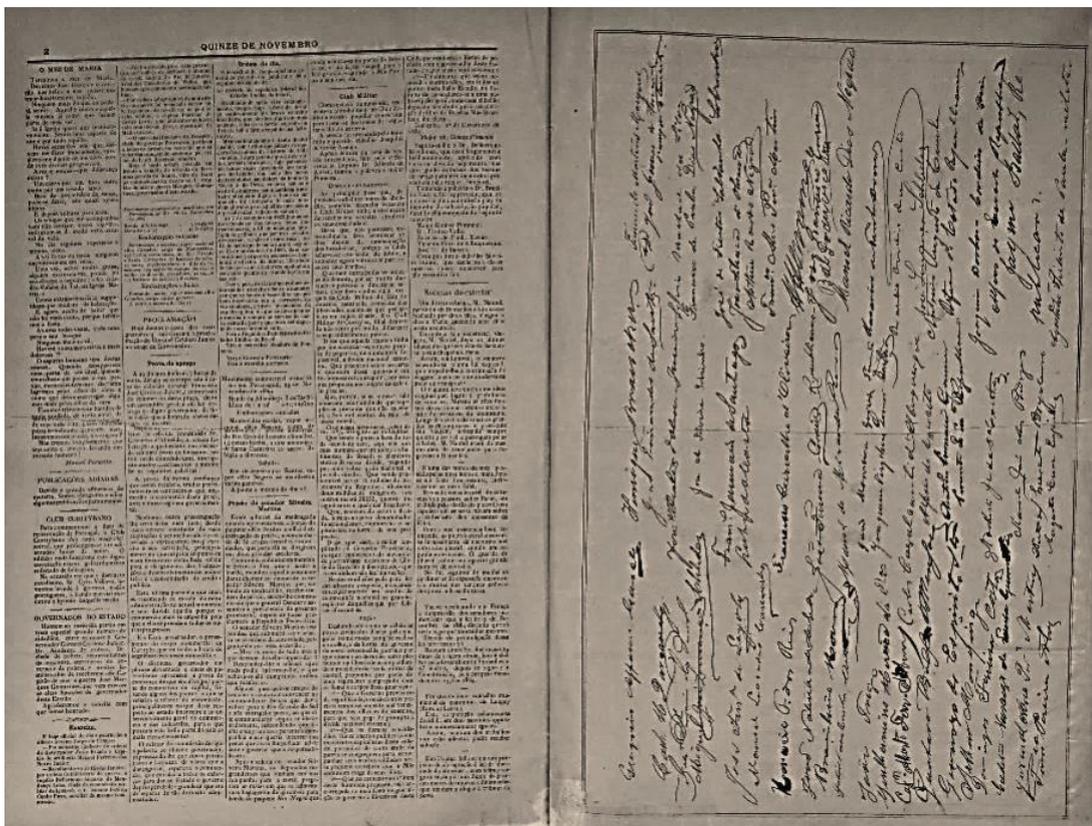
o da República que, como já dissemos, é o florescimento da pátria e o riso perpétuo da civilização. (O CORONEL, *Quinze*. Curitiba, 1 dez. 1889, p. 01).

Imagem 21 – FIGUERAS, N. A ata áurea da Câmara Municipal de Curitiba – Parte I (p. 02-3) – Coronel Francisco José Cardoso Júnior Governador do Estado do Paraná. Litografia p&b. 71,5 x 33 cm.



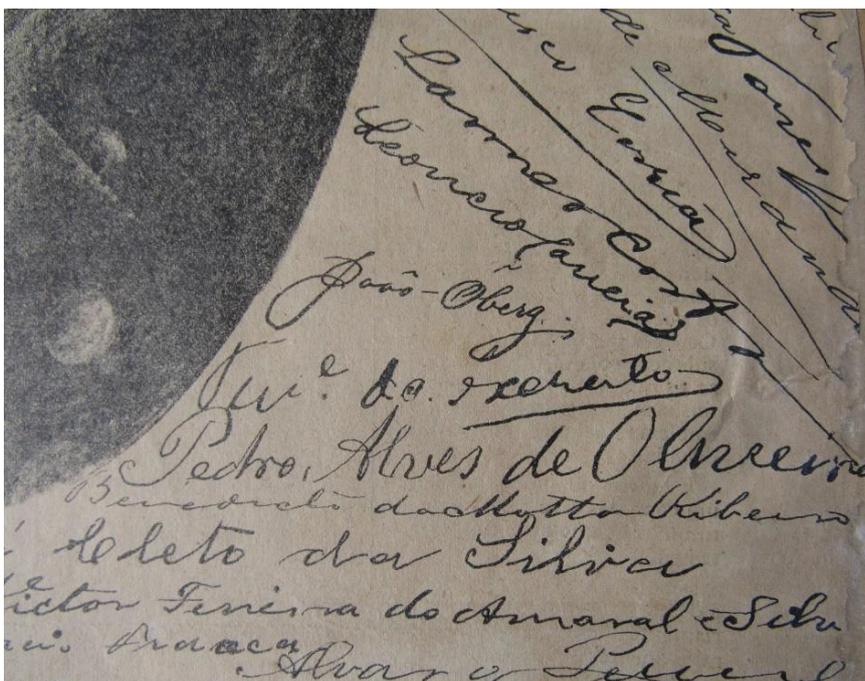
Fonte: Jornal *Quinze de Novembro*. Curitiba, 1 dez. 1889, p. 2-3

Imagem 22 – FIGUERAS, N. Parte final A ata áurea da Câmara Municipal de Curitiba. Litografia p&b 33 x 52,5 cm.



Fonte: Jornal Quinze de Novembro, Curitiba.

Imagem 23 – FIGUERAS, N. Detalhe. A ata áurea da Câmara Municipal de Curitiba.



Fonte: Jornal Quinze de Novembro. Curitiba, 3 dez. 1889, p. 3.

A galeria dos Governadores do Estado logo receberia um novo retrato, pois em 4 de dezembro assumiria o governo o Capitão de Mar e Guerra José Marques Guimarães (04 de dezembro de 1889 a 18 de fevereiro de 1890). O jornal anunciava que no dia anterior o Coronel Cardoso Junior<sup>140</sup> havia deixado a administração do Estado. A redatoria tentou justificar, argumentando que o Paraná procurava entrar em sintonia com a nova contextura política, para, a partir de então, inaugurar uma fase moderna, pois, segundo afirmou o *Quinze de Novembro*, “não nos faltam riquezas; não nos escasseiam os mais poderosos elementos de progresso: – apenas sentimos deficiência de braços que se confundam com os nossos [...]”. (GOVERNAÇÃO, *Quinze*. Curitiba, 5 dez. 1889, p. 1). A República parece ter seguido a tradição iniciada na Monarquia, de indicar pessoas de fora do Paraná para assumir a administração do Estado. Na sequência do anúncio da troca do governante, seguiu-se o noticiário de posse.

Somente em 8 de dezembro o rosto do José Marques Guimarães (imagem 24-2) seria de conhecimento dos leitores, como já havia sido anunciado pelos jornais da Capital Federal. O *Quinze* destacou que estava apenas reproduzindo o texto que já havia sido publicado fora do Estado:

[...] É um lobo do mar, cujo ouvido ama o troar do canhão e o sibilo do vento e cujos olhos aprenderam a amar a liberdade contemplando a vasta liberdade do mar [...] Os seus títulos não são apenas os de um velho marinheiro, que a bravura e o talento elevaram a um dos mais belos postos da nossa marinha. Marques Guimarães, não se limitou a amar e servir a pátria nos momentos difíceis em que a bandeira do Brasil tinha de ficar em confronto com uma bandeira estrangeira. [...] É por isso que a pátria confia no seu caráter, mandando-o para o Paraná, governá-lo. É o caso de se dar os parabéns ao Estado do Sul, que vai ter como Governador um homem que alia a mais denotada bravura, o mais entranhado patriotismo e a mais esclarecida inteligência. (O CAPITÃO..., *Quinze*, Curitiba, 08 dez. 1889, p. 01).

Em 4 março de 1889, foi preciso abrir espaço para mais um retrato na galeria dos Governadores. Quem assumia então o Estado era o Doutor Américo Lobo Leite Pereira (imagem 24-3) ficando no cargo até 28 julho de 1890.

---

<sup>140</sup> Na data da proclamação Francisco Cardoso Júnior estava como Comandante do 5º Distrito da Brigada Militar em Curitiba e assumiu o governo do Paraná, embora Marechal Deodoro tenha manifestado seu desejo de que continuasse no cargo e da pressão partidária, Cardoso Júnior não se candidatou, abrindo espaço para José Marques Guimarães. (CARNEIRO; VARGAS. 1994, p. 48).

Imagem 24– FIGUERAS, N. Litografias p&b 33 x 52,5 cm. 1 José Cardoso Júnior Governador do Estado do Paraná (01 dez. 1889, p. 2-3) – 2 Capitão de Mar e Guerra José Marques Guimarães (8 dez. 1889) – 3 Doutor Américo Lobo Leite Pereira (16 mar. 1890).

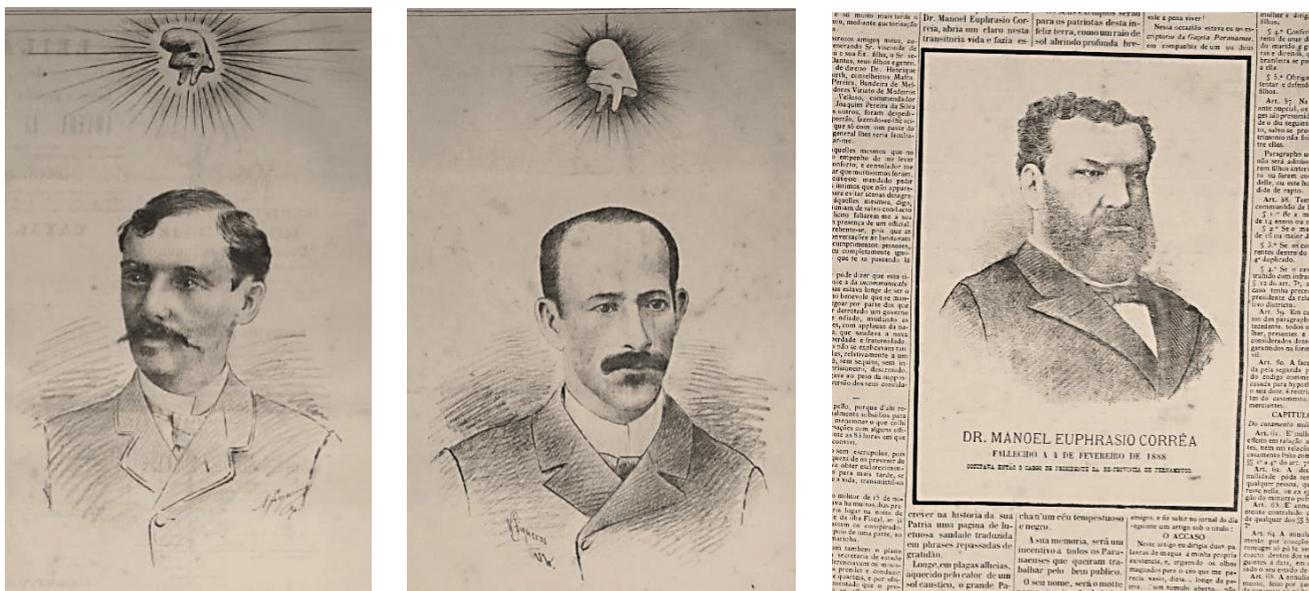


Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*, Curitiba.

Como reconhecimento de suas atuações no Paraná em prol da causa republicana, além dos governadores também tiveram seus retratos publicados Eduardo Mendes Gonçalves (imagem 25-1), redator do jornal *A República*, e Manoel Correia de Freitas (imagem 25-2), reconhecido em nota como um apóstolo da República. Ambos foram representados com o barrete sobre suas cabeças. Ainda foi feita homenagem póstuma ao paranaense, nascido em Paranaguá, Manoel Euphrásio Corrêa (1839-1888)<sup>141</sup> (imagem 25-3), que havia falecido em 4 de fevereiro de 1888 como presidente da Província de Pernambuco. No entanto, há algumas diferenças na representação deste último: sua imagem, circundada pelo texto que trazia sua biografia, não trazia representado referido o barrete. Podemos supor que essa ausência se devia principalmente pelo fato de o paranaense ter sido presidente de província durante a Monarquia e falecido no cargo ainda durante o regime monárquico.

<sup>141</sup> Usamos a escrita como está na fonte, Manoel Euphrasio Corrêa, muito embora existam registros com Manuel Eufrásio Correia. Bacharel em Ciências jurídicas e Sociais (1862), atuou em Curitiba como advogado, em novembro de 1887 foi nomeado 58º presidente da Província de Pernambuco. (MANOEL..., *Quinze*. Curitiba, 4 fev. 1890, p. 3).

Imagem 25 – FIGUERAS, N. Litografias p&b 33 x 52,5 cm. 1 Eduardo Mendes Gonçalves (12 jan. 1890, p. 3) - 2 Manoel Correia de Freitas (19 jan. p. 3) - 3 Manoel Euphrásio Corrêa (4 fev. 1890, p. 3).



Fonte: Jornal *Quinze de Novembro*, Curitiba.

Outros personagens de destaque em nível nacional também foram retratados e apresentados aos leitores do jornal, tais como Quintino Bocayuva (imagem 26-1), referido pelo jornal como o “príncipe do jornalismo brasileiro”, Francisco Glycério de Cerqueira Leite (1846-1916) (Imagem 26-2), chefe do partido Republicano de São Paulo e Ministro da Agricultura e o médico militar Ismael da Rocha (imagem 26-3), atuante na medicina militar e diretor de Saúde da Guerra.

Imagem 26 – FIGUERAS, N. Litografias p&b, 33 x 52,5 cm. 1 - Quintino Príncipe do jornalismo Bocayuva (15 dez 1889, p. 3) - 2 Francisco Glycério, chefe do partido Republicano de São Paulo Ministro da Agricultura (1 fev. 1890, p. 3) – 3 Dr. Ismael da Rocha (13 abr. 1890, p. 3).



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*, Curitiba.

Nos três retratados acima as diferenças são evidentes. A figura de Quintino Bocayuva<sup>142</sup> foi representada inserida em uma cena elaborada com uma série de elementos alegóricos, onde se destaca a alegoria da República, podendo ser inserida na categoria de crônica imagética, mais do que na de retratos.

É possível que essa construção elaborada se deva à intenção de reforçar a figura de Bocayuva, que havia sido tipógrafo, revisor e jornalista e que, com a Proclamação da República, teve competência para assumir o Ministério de Negócios das Relações Exteriores do Governo Provisório. Segundo Porto (1890, p. 983), seu contemporâneo, esta função “tão elevada havia sido conquistada pelo prestígio da pessoa e da palavra que dava a direção mental da política do partido republicano brasileiro”. Para o autor, Quintino Bocayuva era considerado:

<sup>142</sup> Quintino Ferreira de Souza, na época em que cursava a faculdade de Direito em São Paulo (não concluiu), adotou em 1853 o nome de Quintino de Souza Bocayuva (Bocayuva é uma espécie de coqueiro do Brasil). Nasceu no Rio de Janeiro, mas foi em São Paulo que iniciou sua vida profissional, como tipógrafo e revisor. Ao retornar à cidade natal trabalhou nos jornais *Diário do Rio de Janeiro* (1854) e *Correio Mercantil* (1860-1864). Foi redator do Manifesto Republicano, que veio a público em 3 de dezembro de 1870, na primeira edição do jornal *A República*, e em cujas páginas escreveu até seu encerramento em 1874, quando fundou o jornal *O Globo* (1874-1883). Em 1884 fundou *O Paiz*, jornal que exerceu grande influência na campanha republicana. (PORTO, 1890, p. 983-4).

[...] Sem contestação, o mais brilhante jornalista do Brasil; tem todas as modalidades que é possível à pena do polemista: desde o ataque enérgico até a influência doutrinária de quem escrevesse para educar, por isso, já foi denominado – príncipe da imprensa. (PORTO, 1890, p. 984).

O retrato de Francisco Glycério ocupava página inteira, na posição vertical e sem moldura. Porém não podemos deixar de estranhar que sua figura não foi retratada com o *barrete*, presente nas litografias anteriores de Eduardo Gonçalves e Manoel Freitas, mesmo tendo sido fundador e chefe do Partido Republicano Paulista em 1870. Segundo palavras de Campos Porto (1890, p. 985), não havia em São Paulo quem não o conhecesse e nem havia no país inteiro bom republicano que não o venerasse. Tendo trabalhado como professor, escrevente de cartório e tipógrafo e, autodidata, conseguiu o título de advogado provisionado. Podemos atribuir essa ausência da representação do *barrete* ao estranhamento referido pelo jornal, de que os republicanos paulistas, “manifestadamente escravocratas”, também fizessem uso deste símbolo abolicionista. Em uma de suas edições, o *Quinze de Novembro* esclarecia aos seus leitores sobre o porquê de o emblema da República ser o *Barrete Phrygio* ou *Carapuça*:

[...] Os gregos antigos que conseguiam a liberdade usavam como símbolo desta liberdade um gorro. Na Phrygia, região da Ásia Menor, o escravo enquanto escravo, tinha a cabeça descoberta. Em 1789 o pintor David colocou na cabeça de uma *Liberdade* o barrete abolicionista, mas deu-lhe a cor vermelha. (BARRETE. *Quinze*. Curitiba, 26 fev. 1890, p. 02).

Em primeiro de fevereiro de 1890, data da publicação de sua imagem no *Quinze*, Bocayuva (imagem 27) havia sido convidado pelo Marechal Deodoro da Fonseca para ocupar a Ministério da Agricultura, portanto era uma homenagem a mais um ministro da República, ligado à luta republicana e ao jornalismo pela tipografia.

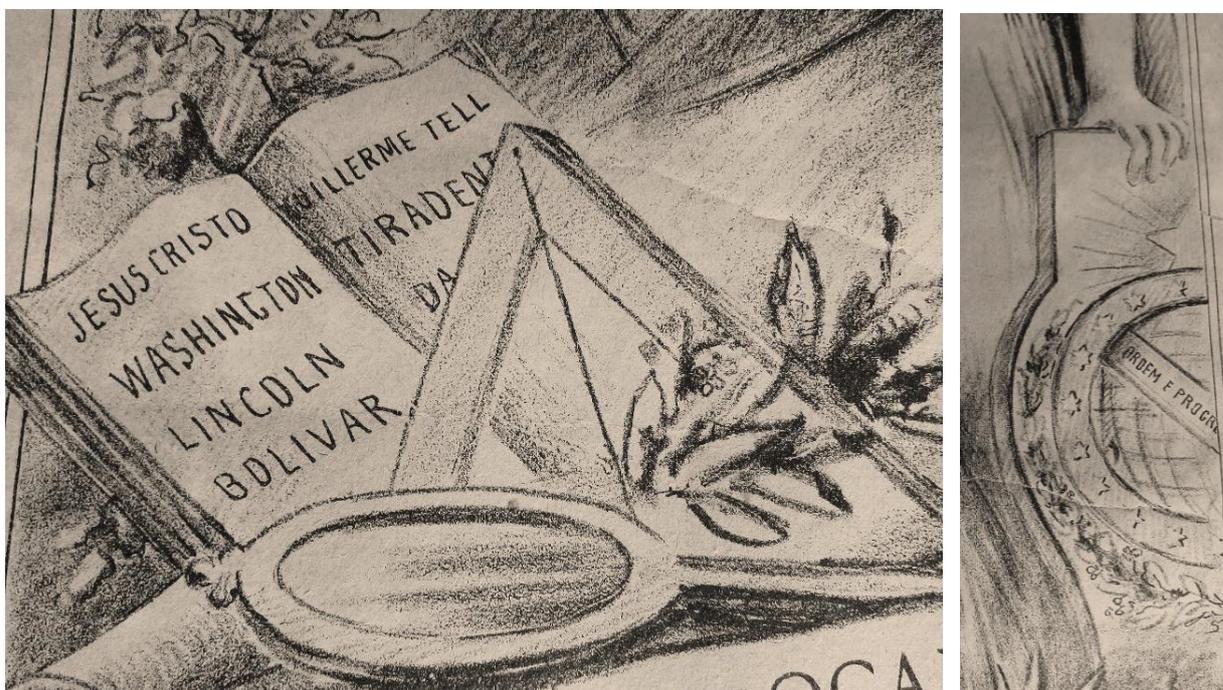
Imagem 27 – FIGUERAS, N. Quintino Bocayuva. Príncipe do jornalismo. Litografia 33x 52,5 cm.



Fonte: Jornal *Quinze de Novembro*, Curitiba, 15 dez 1889, p. 3.

Ao lado do seu retrato está a figura alegórica da República portando o *barrete*. Seu retrato parece estar sendo homenageado pela própria República, que coloca sobre sua imagem, com a mão direita, uma coroa de pequenos ramos de louros entrelaçados, uma distinção concedida a generais vitoriosos na Antiga Roma. Esse símbolo, que representava a suprema glória para a alma grega, é também um dos escolhidos pela Academia Brasileira de Letras para representá-la. A mão que segura a coroa cobre parcialmente uma lápide onde está inscrita a palavra “lei”. Por traz dela está representada a *fasces lictoriae* (feixe dos *licttores*), por suas varas amarradas e o machado. Símbolo de origem etrusca, usado pelo Império Romano, é associado ao poder e à autoridade, significando também harmonia e a força da união. É muito utilizado na heráldica como símbolo da força da união em torno do chefe<sup>143</sup>. Acima da coroa, está representada uma estrela, que, pelos traços ao seu redor, parece emitir luz.

Imagem 28 – FIGUERAS, N. DETALHE. Quintino Bocayuva. Príncipe do jornalismo. Litografia 33x 52,5 cm.



Fonte: Jornal *Quinze de Novembro*, Curitiba, 15 dez 1889, p. 3.

<sup>143</sup> O símbolo da *fasces lictoriae* está representado também no brasão de armas da França — nesse caso associado à justiça — e nos Estados Unidos.

Na mão esquerda, a figura feminina segura uma placa (Imagem 28– dir.) com o Selo Nacional, que havia sido criado recentemente para a autenticação dos documentos oficiais em qualquer ato do governo. Ele reproduz a esfera que existe na Bandeira Nacional, e em seu centro traz a frase "Ordem e Progresso". Em seu entorno, uma moldura com estrelas o circula, provavelmente representando os estados e a Capital Federal do Brasil.

Logo abaixo do retrato, compondo a parte inferior da cena, aparece um livro aberto com seis nomes: Jesus Cristo, Washington, Lincoln, Bolívar, Guilherme Tell e Tiradentes. Jesus de Cristo Nazaré (entre 7-2 a.C – 30-33 d.C), George Washington (1732-1799) que foi o primeiro presidente dos Estados Unidos eleito por unanimidade em 1788 (1789-1797) e elaborou a primeira Constituição. Também constam Abraham Lincoln (1809-1865), que foi o 16º presidente dos Estados Unidos, (1861-1865<sup>144</sup>) e liderou o país durante a Guerra Civil Americana, preservando a União e abolindo a escravidão, fortalecendo o governo nacional Republicano.

Junto aos personagens referenciais dos Estados Unidos, está o militar liberal e líder político venezuelano Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios Ponte-Andrade y Blanco (1783-1830), figura-chave nas guerras de independência da América Espanhola do Império Espanhol,, participou da fundação da primeira união de nações independentes na América Latina<sup>145</sup>, Simón Bolívar liderou a Bolívia, a Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela à independência, e ajudou a lançar bases ideológicas democráticas na maioria da América Hispânica. Nessa página do livro representado junto a Bocayuva, Jesus remete a força do catolicismo no Brasil, para além da intervenção da Monarquia, como maior diferencial dos Estados Unidos, onde o protestantismo tem maioria religiosa, mesmo ambas tendo suas bases no cristianismo.

Ao lado destes estão os nomes de dois heróis da cultura popular: Guilherme Tell<sup>146</sup> para os suíços, assim como Tiradentes no Brasil são figuras que a população acredita que tenham existido. Os suíços festejam o dia nacional de Guilherme Tell

---

<sup>144</sup>Abraham Lincoln ficou no cargo até seu assassinato em 15 de abril de 1865.

<sup>145</sup> Nomeada Grã-Colômbia, da qual Símon Bolívar foi Presidente de 1819 a 1830.

<sup>146</sup>Sua lenda é datada no início do século XIV, durante a Restauração da Confederação Suíça, logo após a Era Napoleônica, que coincide com a guerra de libertação nacional da Suíça frente ao Império Habsburg, da Áustria.

em 1º de agosto. O arqueiro é figura central do patriotismo suíço e, no Brasil republicano, em 1890 foi comemorado pela primeira vez o dia 21 de abril como dia Nacional de Tiradentes, que, segundo Carvalho (1990, p. 57), parecia atender às exigências da mitificação<sup>147</sup>. Sua memória já vinha sendo resgatada pelos republicanos desde a década de 1870. Em 1881, o Clube Republicano do Rio de Janeiro celebrou pela primeira vez o dia 21 de abril e, em Minas Gerais, em 1886, Saldanha Marinho mandou erguer um monumento em homenagem a Tiradentes. Ainda na parte inferior da imagem, entre folhas de louro, foram posicionados uma espada e sobre ela uma pena, referência muito utilizada na imprensa para indicá-la como uma ferramenta mais eficaz e poderosa do que a violência direta ou a guerra expressa pela espada.

Um esquadro próximo ao retrato de Quintino Bocayuva<sup>148</sup> poderia nos remeter à sua ligação com a Maçonaria. No entanto o esquadro não está acompanhado do compasso, o que seria uma referência mais direta e também justificaria o fato de o nome de Jesus estar inscrito acima de todos os outros, pois a representação da régua maçônica indica que seus sócios devem regular suas condutas “pelo temor de Deus, a quem temos de prestar contas das nossas ações, palavras e pensamentos”. Representado sem o compasso, o esquadro é o símbolo da retidão e da moralidade, transmitindo a ideia de integridade de caráter (CHEVALIER, 2009, p. 400). Já o espelho é um indicativo de sabedoria, conhecimento e verdade (CHEVALIER, 2009, p. 393-4).

Encerramos os retratados com a pergunta: “quem não conhece no Paraná o Dr. Ismael?” Assim foi anunciado o retrato do Dr. Ismael da Rocha (1858-1924)<sup>149</sup> na primeira página em 13 de abril de 1890, descrito como apóstolo da medicina e exemplo para a mocidade. Esta foi a justificativa para que “o *Quinze de Novembro*,

---

<sup>147</sup> Segundo Carvalho, o herói tem que ter “a cara da nação”, responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou comportamento que corresponda a um modelo valorizado coletivamente. (1990, p. 55). José Murilo de Carvalho em *A formação das Almas*, dedicou um capítulo a Tiradentes, fazendo uma série de reflexões em torno da construção dele como um herói para a República (p. 55-74).

<sup>148</sup> Quintino Bocayuva em 13 abr. 864 foi um dos 33 instaladores da Loja “Segredo” do Rio de Janeiro. (MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE, s.d..)

<sup>149</sup> Dr Ismael da Rocha cursou a Faculdade de Medicina da Bahia (1879) ele havia atuado como efetivo da Santa Casa de Misericórdia nas epidemias de 1878 e 1879, prestando serviço nas enfermarias públicas de febre amarela. Em 1885 ingressou como efetivo no Corpo de Saúde do Exército (KLAJMAN, 2011).

o legítimo jornal do povo” lhe rendesse homenagem na sua página ilustrada (DR. ISMAEL. *Quinze*. Curitiba, 13 abr. 1890, p.1), dedicando-lhe página inteira na vertical. Médico formado na faculdade de medicina da Bahia (1879), conforme o editorial, Rocha havia trabalhado por oito anos no Paraná, tendo encontrado em Curitiba a esposa com quem teria se casado no dia anterior.

Ao analisar quem foram os personagens selecionados pelo *Quinze de Novembro* para serem retratados e (re)conhecidos pelos seus leitores, foi possível confirmar a hipótese de que a publicação de retratos dos homens de destaque dentro daquele cenário político nacional e paranaense foi uma estratégia da editoria de assegurar aos recém-chegados ao jornal boa recepção tanto entre esses retratados como entre os leitores curiosos pelos novos rostos que se apresentavam na cena pública, além de um investimento do jornal na construção e no fortalecimento da sua rede de sociabilidade.

## 2.2 DATAS COMEMORATIVAS: OS FESTEJOS DA IMAGEM

Descritos e identificados os retratados pelo *Quinze*, lançaremos nosso olhar às litografias que faziam referência a datas comemorativas. A primeira delas circulou já na primeira edição do jornal com o título “O grande abraço da civilização” (Imagem 29). A litografia assinada por Stek, além da intenção de representar a chegada da República no Brasil, buscava também marcar a chegada do jornal *Quinze de Novembro* no Paraná, sendo anunciada com entusiasmo no primeiro editorial como uma alegoria “ao glorioso acontecimento”:

[...] uma alevantada homenagem aos ínclitos cidadãos, aos intemeratos heróis de 15 de Novembro, que expuseram estoicamente a vida a todos os azares do destino, desde que viram amordaçadas acintosamente todas as válvulas por onde respirava o largo pulmão popular. Esse extraordinário fato político, social e moral que abalou beneficentemente a alma nacional, veio provar que a monarquia não tinha raízes no coração da pátria, nem era favoreada pelas auras benignas das simpatias públicas. (CORREIA. 15 de Novembro. Editorial. *Quinze*. Curitiba, 24 nov. 1889, p. 1-2).

Este otimismo foi representado na litografia onde os “heróis de 15 de Novembro” são apresentados ao público leitor em uma cena onde figuravam os primeiros membros do Governo Provisório<sup>150</sup> dos Estados Unidos do Brasil que

<sup>150</sup> No jornal *Quinze de Novembro* estão publicadas diferentes identificações para a o governo: Governo Geral Provisório (24 nov. 1889, p. 2), Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil (24

assinaram o Decreto n. 1 em 15 de novembro de 1889: Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892) - Chefe do Governo Provisório (Imagem 30-1), Aristides da Silveira Lobo (Imagem 30-2) - Ministro do Interior, Ruy Barboza de Oliveira<sup>151</sup>(1849-1923) (Imagem 30-3) - Ministro da Fazenda e interinamente da Justiça, Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) ( Imagem 31-4) - Ministro da Guerra, Eduardo Wandenkolk (1838-1902) - Ministro da Marinha (Imagem 31-5) e Quintino Bocayuva (Imagem 31-6) - Ministro das Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Comércio e Obras Públicas<sup>152</sup>.

---

nov. 1889, p. 1-2), Governo Federal Provisório (26 nov. 1889, p. 02), faremos o uso de Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil de acordo com o Decreto n. 01, de 15 de novembro de 1889. A grafia do nome Quintino Bocayuva foi atualizada para Quintino Bocaiuva. “Quando o poder caiu em suas mãos em 15 de novembro, naturalmente rodeou-se de elementos da vanguarda dessas classes médias, como Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, Demétrio Ribeiro, Ruy Barbosa que afinal fizeram parte do governo provisório. Fizeram ainda parte do primeiro ministério de Deodoro, dois paulistas o que de nenhum modo tira o caráter essencialmente pequeno-burguês desse governo: um era Campos Salles que se achava no ministério como um reconhecimento ao Partido Republicano Paulista, cujo papel na propaganda republicana era impossível desprezar. Outro foi Glycério, mas este era mais político que fazendeiro e, por sua visão política, era o elemento mais radical do Partido Republicano Paulista. (BASBAUM, 1976, p. 39-40) O próprio ministério do governo provisório apresenta uma constelação de intelectuais, alguns dos grandes nomes do jornalismo da época: Ruy Barbosa, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo”. (BASBAUM, 1976, p. 41).

<sup>151</sup> Esta é a grafia que está publicada no jornal, mas a partir daqui utilizaremos apenas Ruy Barbosa.

<sup>152</sup> Não foram retratados Campos Salles (Ministro da Justiça) e Demétrio Ribeiro (Ministro da Agricultura), que assumiram posteriormente como membros do Governo.

Imagem 29 – STEK. O grande abraço da civilização. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm.



Fonte: Jornal Quinze de Novembro. Curitiba, 24 nov. 1889, p. 3-4.

É possível que a representação dos líderes políticos envolvidos, com características que permitiam identificá-los por semelhança, como podemos

observar nas imagens abaixo que circularam à época, tenha tido por objetivo estabelecer um vínculo de confiança entre o novo governo e a população.

Imagem 30– 1. Mal. Deodoro da Fonseca, 2. Aristides Lobo e 3. Ruy Barboza.



Fonte: Wikipedia.

Imagem 31 – 4. Ten. Cel. Benjamin Constant, 5. Eduardo Wandenkolk. 6 - Quintino Bocayuva.

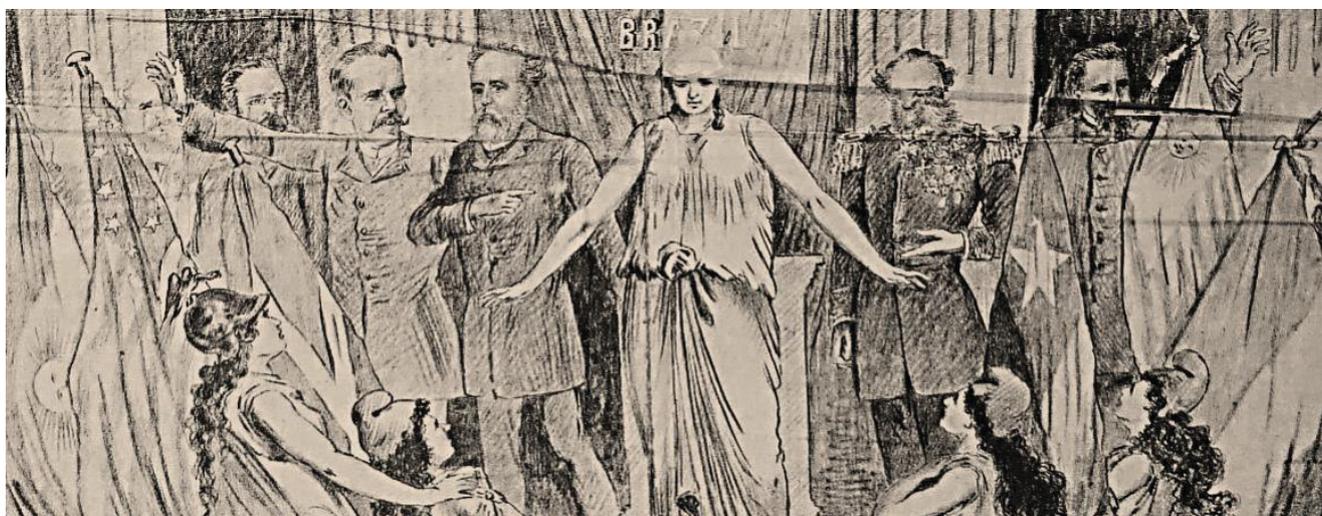


Fonte: Wikipedia.

Na litografia publicada no jornal, vemos no centro, à direita do desenho, a figura que representa Deodoro da Fonseca (imagem 30-1), posicionada como se estivesse apresentando uma figura feminina, que representa a recém-chegada República do Brasil. Ela tem os braços abertos, mantendo os homens atrás de si e olhando na direção de quatro figuras femininas que a recebem. Três delas têm o

barrete<sup>153</sup> na cabeça e estão ajoelhadas aos seus pés. É possível que estas figuras estejam representando outras Repúblicas, a exemplo da Argentina, que havia sido a primeira nação a reconhecer o novo governo em 20 de novembro de 1889. Venezuela, Bolívia, Chile, Paraguai e Peru, apesar de terem reconhecido a república brasileira ainda em 1889, isso ocorreu em datas posteriores<sup>154</sup> à publicação no jornal. No entanto, o México, que à época vivia sob ditadura de Porfirio Diaz, assim como a Venezuela e Colômbia (imagem 29,33) estão inscritos em coroas de louros aos pés da nova República.

Imagem 32 – STEK. Detalhe. O grande abraço da civilização. Litografia p & b, 33,x 52,5 cm.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 nov. 1889, p. 3-4.

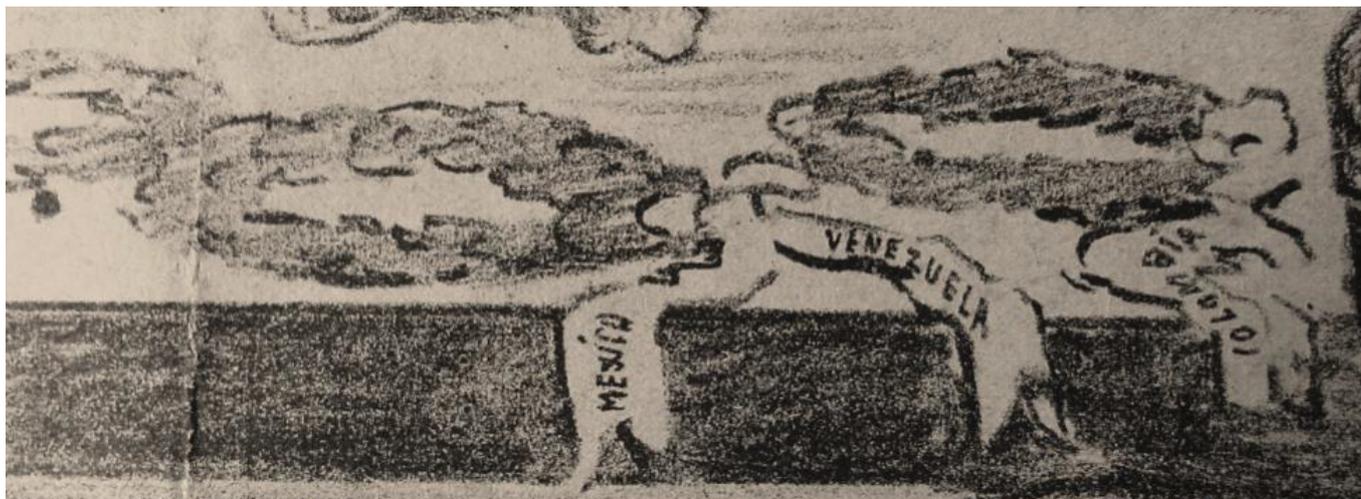
O reconhecimento oficial da República brasileira pelo presidente dos Estados Unidos, Benjamin Harrison, nação que os republicanos brasileiros preconizavam

<sup>153</sup> O barrete – uma espécie de touca vermelha usada pelos que lutaram pela tomada da Bastilha em 1789 e posterior símbolo do regime republicano. (CARVALHO, 1990)

<sup>154</sup> Seguiram à Argentina: Venezuela (em 5 de dezembro), Bolívia (em 12 de dezembro), o Chile (em 13 de dezembro), o Paraguai (em 19 de dezembro), o Peru (em 27 de dezembro), o México (em 27 de janeiro de 1890) e o Equador (em 29 de janeiro). A Alemanha em 29 de novembro de 1890, a Grã-Bretanha aguardou que se promulgasse a nova Constituição, e só em 4 de maio de 1891 o representante diplomático do Brasil foi recebido pela Rainha Vitória. Até o fim de 1891, a República brasileira estava reconhecida por todas as nações civilizadas. Só a Rússia é que não quis reconhecer o novo regime, senão depois do falecimento de D. Pedro II, por ato de 26 de maio de 1892. (BONAFÉ, s.d.)

como padrão a ser imitado pelo Brasil, se deu 74 dias depois da Proclamação, em 29 de janeiro de 1890. Naquele tempo, este era um período curto, dando a ver que havia um interesse da parte daquele país, pelo Brasil, o maior país da América Ibérica. (BONAFÉ, s.d., p. 4).

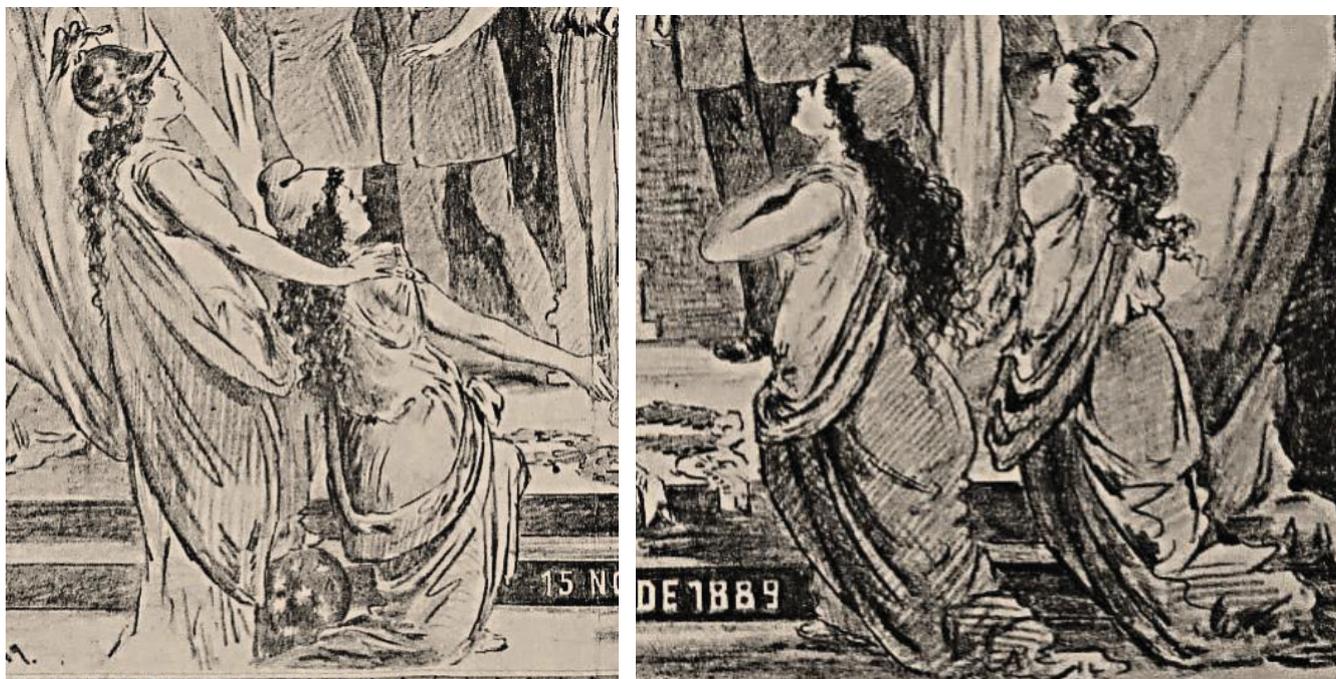
Imagem 33 – STEK. Detalhe. O grande abraço da civilização. Litografia p & b, 33,x 52,5 cm.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 nov. 1889, p. 3-4.

[...] O Brasil, criança, tem uma precocidade espantosa em tudo quanto toca as inevitáveis leis da evolução humana. País de ontem, ele tem dado às velhas nacionalidades grandiosos exemplos de humanidade e previsão. [...] de suas coirmãs, lançará de ora em diante tal intensidade de brilho que iluminará para todo sempre as mais grandiosas clarividências dos progressos humanos. (CORREIA. 15 de Novembro. Editorial. *Quinze*. Curitiba, 24 nov. 1889, p. 1-2).

Imagem 34 – STEK. Detalhe. O grande abraço da civilização. Litografia p & b, 33,x 52,5 cm.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 nov. 1889, p. 3-4.

Compondo a cena, nas laterais da imagem, estão seis bandeiras. Uma delas, com círculo de estrelas e listas similares à bandeira norte-americana, lembra a bandeira do Brasil que figurou nas comemorações da Proclamação da República, que, como já mencionamos e apresentaremos posteriormente (símbolos nacionais), de acordo com análise de Carvalho (1990, p. 111), poderia ser considerada a bandeira da proclamação. As outras cinco são as bandeiras das Repúblicas sul-americanas: Chile (18 de setembro de 1810), Uruguai (25 de agosto de 1825)<sup>155</sup>, Argentina (09 de julho de 1816)<sup>156</sup>, Bolívia (06 de agosto de 1825), Paraguai (15 de maio de 1811) e Peru (28 de julho de 1821). É provável que entre estes países estejam as Repúblicas que foram representadas pelas três mulheres (imagem 34) como sendo as “co-irmãs” citadas no editorial do *Quinze de Novembro*.

Segundo Celso Lafer, o Governo Provisório visava fazer com que o Brasil, deixando de ser uma Monarquia, entrasse como um irmão na “família das Repúblicas

<sup>155</sup> A independência do Uruguai foi declarada em 25 de agosto de 1825, mas só foi reconhecida em 27 de agosto de 1828.

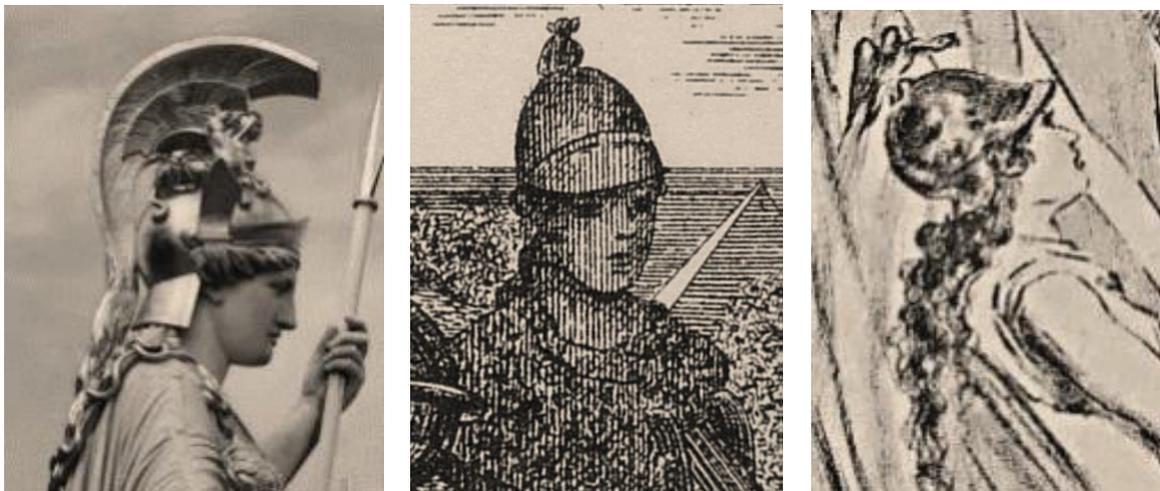
<sup>156</sup> A independência da Argentina foi proclamada em 9 de julho de 1816, mas só foi reconhecida em 21 de setembro de 1863.

americanas”. Nesse sentido, o autor afirma que “a “americanização” das relações exteriores do Brasil, que se aprofundou com a República e que vai marcar um afastamento do “concerto europeu”, viu-se justificada pela “republicanização” da política exterior do país”. (LAFER, 1989, p. 216).

A aparência da outra figura feminina (imagens 34, 35-3) que foi representada em pé, com a mão direita repousada no ombro de uma das mulheres e o pé esquerdo apoiado em um globo com 7 estrelas, corresponde, à primeira vista, no referencial francês (1792), à figura de *Marianne*, que se popularizou na França como personificação da República, escolhida no Brasil para simbolizar a mudança de regime e representar os valores da república no contexto da Revolução Francesa, os quais se apoiaram em três conceitos fundamentais: liberdade, igualdade e fraternidade. (CARVALHO, 1990, p. 78-80). Esse tipo de referência aos ideais da Revolução Francesa era recorrente na imprensa periódica, como parte constituinte de seu caráter informativo. (MELLO, 2008, p. 16).

Essa é uma primeira leitura possível. No entanto, se considerarmos que a França estava negociando seu reconhecimento da República do Brasil em troca do reconhecimento do país de seus supostos direitos sobre o norte do Amapá, isso só ocorreu em 20 de junho de 1890. Era uma mudança completa de forma de governo. Naquele período, ter e dar reconhecimento a uma nova forma de governo era algo bastante complexo nas relações internacionais. Ao retomarmos a análise da imagem, podemos perceber que sobre sua cabeça não está representado o *barrete*, mas um elmo alado. Uma representação recorrente da figura mitológica da Grécia antiga, a Deusa Minerva/Athena (imagem 35-1), considerada deusa da sabedoria e da ideia civilizadora, da ciência, das artes e da estratégia de guerra. O busto de Minerva já havia sido representado por Narciso Figueras no frontispício da revista *Galeria Ilustrada* (imagem 35-2) e o globo na forma esférica no qual a figura apoia um dos pés evoca, segundo Chevalier (2009, p. 472), o poder ilimitado e o domínio sobre a totalidade geográfica do universo.

Imagem 35 – 1. A estátua de Athena na fonte situada em frente ao Parlamento austríaco— Foto de Vkorost. 2. FIGUERAS, N.. Detalhe frontispício *Revista Galeria Ilustrada*. Litografia p&b 20,5 x 9,5 cm. Curitiba, 1888-1889. 3. STEK. Detalhe. O grande abraço da civilização. Litografia p & b, 33,x 52,5 cm.



Fonte: Jornal *Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 nov. 1889, p. 3-4.

O editorial que apresentou a República do Brasil encerrava confirmando sua intenção de tomar a data de 15 de novembro para o nome do jornal, como uma forma de homenagear aos membros do Governo Provisório. Além do tom otimista, revela também um evidente interesse em tornar-se um veículo representante dos interesses da República:

A nossa folha, que tomou por égide a data que consubstancia a reivindicação do passado, a aspiração do presente e as glórias do futuro da pátria brasileira, julga corresponder, na esfera de suas forças, a grandeza do acontecimento com a singela alegoria aos nossos glorificadores, reputando-a como a mais elevada homenagem prestada aos eminentes cidadãos que compõem o Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil. (CORREIA, 15 de Novembro. Editorial. *Quinze*. Curitiba, 24 nov. 1889, p. 01-2).

Outra litografia (imagem 36) referente à comemoração da entrada de 1890 circulou em Curitiba no primeiro dia do ano. O jornal *Quinze de Novembro* preparou uma edição especial para circular, acrescentando as páginas cinco e seis, tornando possível presentear seus leitores com a “Folhinha de 1890”. Era um calendário anual funcional, com os dias santos marcados apenas, mas também uma folha ilustrada, uma litografia que poderia até mesmo ser emoldurada, tanto pela beleza de sua ilustração quanto pelo que a imagem carregava de referenciais positivos, sendo plena de símbolos relacionados ao progresso e que sinalizavam não apenas o início

do ano de 1890, mas igualmente o início de um novo tempo: o republicano. Compondo a página, via-se o nome do jornal em destaque na parte superior e o da Tipografia e Litografia do Comércio a vapor. Naquele ano, a identidade visual do jornal estaria associada às boas novas trazidas pela República e provavelmente ocuparia um espaço na casa ou no comércio de seus assinantes.

Imagem 36– FIGUERAS, N. *Folhinha do Quinze de Novembro*. Autografia, p & b, 33 X 52,5 cm.

**Folhinha do Quinze de Novembro**  
PARA  
**1890**

**JANERO**  
1. J. de Souza  
2. J. de Souza  
3. J. de Souza  
4. J. de Souza  
5. J. de Souza  
6. J. de Souza  
7. J. de Souza  
8. J. de Souza  
9. J. de Souza  
10. J. de Souza  
11. J. de Souza  
12. J. de Souza  
13. J. de Souza  
14. J. de Souza  
15. J. de Souza  
16. J. de Souza  
17. J. de Souza  
18. J. de Souza  
19. J. de Souza  
20. J. de Souza  
21. J. de Souza  
22. J. de Souza  
23. J. de Souza  
24. J. de Souza  
25. J. de Souza  
26. J. de Souza  
27. J. de Souza  
28. J. de Souza  
29. J. de Souza  
30. J. de Souza  
31. J. de Souza

**FEBRERO**  
1. J. de Souza  
2. J. de Souza  
3. J. de Souza  
4. J. de Souza  
5. J. de Souza  
6. J. de Souza  
7. J. de Souza  
8. J. de Souza  
9. J. de Souza  
10. J. de Souza  
11. J. de Souza  
12. J. de Souza  
13. J. de Souza  
14. J. de Souza  
15. J. de Souza  
16. J. de Souza  
17. J. de Souza  
18. J. de Souza  
19. J. de Souza  
20. J. de Souza  
21. J. de Souza  
22. J. de Souza  
23. J. de Souza  
24. J. de Souza  
25. J. de Souza  
26. J. de Souza  
27. J. de Souza  
28. J. de Souza  
29. J. de Souza  
30. J. de Souza  
31. J. de Souza

**MARÇO**  
1. J. de Souza  
2. J. de Souza  
3. J. de Souza  
4. J. de Souza  
5. J. de Souza  
6. J. de Souza  
7. J. de Souza  
8. J. de Souza  
9. J. de Souza  
10. J. de Souza  
11. J. de Souza  
12. J. de Souza  
13. J. de Souza  
14. J. de Souza  
15. J. de Souza  
16. J. de Souza  
17. J. de Souza  
18. J. de Souza  
19. J. de Souza  
20. J. de Souza  
21. J. de Souza  
22. J. de Souza  
23. J. de Souza  
24. J. de Souza  
25. J. de Souza  
26. J. de Souza  
27. J. de Souza  
28. J. de Souza  
29. J. de Souza  
30. J. de Souza  
31. J. de Souza

**ABRIL**  
1. J. de Souza  
2. J. de Souza  
3. J. de Souza  
4. J. de Souza  
5. J. de Souza  
6. J. de Souza  
7. J. de Souza  
8. J. de Souza  
9. J. de Souza  
10. J. de Souza  
11. J. de Souza  
12. J. de Souza  
13. J. de Souza  
14. J. de Souza  
15. J. de Souza  
16. J. de Souza  
17. J. de Souza  
18. J. de Souza  
19. J. de Souza  
20. J. de Souza  
21. J. de Souza  
22. J. de Souza  
23. J. de Souza  
24. J. de Souza  
25. J. de Souza  
26. J. de Souza  
27. J. de Souza  
28. J. de Souza  
29. J. de Souza  
30. J. de Souza  
31. J. de Souza

**MAYO**  
1. J. de Souza  
2. J. de Souza  
3. J. de Souza  
4. J. de Souza  
5. J. de Souza  
6. J. de Souza  
7. J. de Souza  
8. J. de Souza  
9. J. de Souza  
10. J. de Souza  
11. J. de Souza  
12. J. de Souza  
13. J. de Souza  
14. J. de Souza  
15. J. de Souza  
16. J. de Souza  
17. J. de Souza  
18. J. de Souza  
19. J. de Souza  
20. J. de Souza  
21. J. de Souza  
22. J. de Souza  
23. J. de Souza  
24. J. de Souza  
25. J. de Souza  
26. J. de Souza  
27. J. de Souza  
28. J. de Souza  
29. J. de Souza  
30. J. de Souza  
31. J. de Souza

**JUNHO**  
1. J. de Souza  
2. J. de Souza  
3. J. de Souza  
4. J. de Souza  
5. J. de Souza  
6. J. de Souza  
7. J. de Souza  
8. J. de Souza  
9. J. de Souza  
10. J. de Souza  
11. J. de Souza  
12. J. de Souza  
13. J. de Souza  
14. J. de Souza  
15. J. de Souza  
16. J. de Souza  
17. J. de Souza  
18. J. de Souza  
19. J. de Souza  
20. J. de Souza  
21. J. de Souza  
22. J. de Souza  
23. J. de Souza  
24. J. de Souza  
25. J. de Souza  
26. J. de Souza  
27. J. de Souza  
28. J. de Souza  
29. J. de Souza  
30. J. de Souza  
31. J. de Souza

**JULHO**  
1. J. de Souza  
2. J. de Souza  
3. J. de Souza  
4. J. de Souza  
5. J. de Souza  
6. J. de Souza  
7. J. de Souza  
8. J. de Souza  
9. J. de Souza  
10. J. de Souza  
11. J. de Souza  
12. J. de Souza  
13. J. de Souza  
14. J. de Souza  
15. J. de Souza  
16. J. de Souza  
17. J. de Souza  
18. J. de Souza  
19. J. de Souza  
20. J. de Souza  
21. J. de Souza  
22. J. de Souza  
23. J. de Souza  
24. J. de Souza  
25. J. de Souza  
26. J. de Souza  
27. J. de Souza  
28. J. de Souza  
29. J. de Souza  
30. J. de Souza  
31. J. de Souza

**AGOSTO**  
1. J. de Souza  
2. J. de Souza  
3. J. de Souza  
4. J. de Souza  
5. J. de Souza  
6. J. de Souza  
7. J. de Souza  
8. J. de Souza  
9. J. de Souza  
10. J. de Souza  
11. J. de Souza  
12. J. de Souza  
13. J. de Souza  
14. J. de Souza  
15. J. de Souza  
16. J. de Souza  
17. J. de Souza  
18. J. de Souza  
19. J. de Souza  
20. J. de Souza  
21. J. de Souza  
22. J. de Souza  
23. J. de Souza  
24. J. de Souza  
25. J. de Souza  
26. J. de Souza  
27. J. de Souza  
28. J. de Souza  
29. J. de Souza  
30. J. de Souza  
31. J. de Souza

**SETEMBRO**  
1. J. de Souza  
2. J. de Souza  
3. J. de Souza  
4. J. de Souza  
5. J. de Souza  
6. J. de Souza  
7. J. de Souza  
8. J. de Souza  
9. J. de Souza  
10. J. de Souza  
11. J. de Souza  
12. J. de Souza  
13. J. de Souza  
14. J. de Souza  
15. J. de Souza  
16. J. de Souza  
17. J. de Souza  
18. J. de Souza  
19. J. de Souza  
20. J. de Souza  
21. J. de Souza  
22. J. de Souza  
23. J. de Souza  
24. J. de Souza  
25. J. de Souza  
26. J. de Souza  
27. J. de Souza  
28. J. de Souza  
29. J. de Souza  
30. J. de Souza  
31. J. de Souza

**OUTUBRO**  
1. J. de Souza  
2. J. de Souza  
3. J. de Souza  
4. J. de Souza  
5. J. de Souza  
6. J. de Souza  
7. J. de Souza  
8. J. de Souza  
9. J. de Souza  
10. J. de Souza  
11. J. de Souza  
12. J. de Souza  
13. J. de Souza  
14. J. de Souza  
15. J. de Souza  
16. J. de Souza  
17. J. de Souza  
18. J. de Souza  
19. J. de Souza  
20. J. de Souza  
21. J. de Souza  
22. J. de Souza  
23. J. de Souza  
24. J. de Souza  
25. J. de Souza  
26. J. de Souza  
27. J. de Souza  
28. J. de Souza  
29. J. de Souza  
30. J. de Souza  
31. J. de Souza

**NOVEMBRO**  
1. J. de Souza  
2. J. de Souza  
3. J. de Souza  
4. J. de Souza  
5. J. de Souza  
6. J. de Souza  
7. J. de Souza  
8. J. de Souza  
9. J. de Souza  
10. J. de Souza  
11. J. de Souza  
12. J. de Souza  
13. J. de Souza  
14. J. de Souza  
15. J. de Souza  
16. J. de Souza  
17. J. de Souza  
18. J. de Souza  
19. J. de Souza  
20. J. de Souza  
21. J. de Souza  
22. J. de Souza  
23. J. de Souza  
24. J. de Souza  
25. J. de Souza  
26. J. de Souza  
27. J. de Souza  
28. J. de Souza  
29. J. de Souza  
30. J. de Souza  
31. J. de Souza

**DECEMBRO**  
1. J. de Souza  
2. J. de Souza  
3. J. de Souza  
4. J. de Souza  
5. J. de Souza  
6. J. de Souza  
7. J. de Souza  
8. J. de Souza  
9. J. de Souza  
10. J. de Souza  
11. J. de Souza  
12. J. de Souza  
13. J. de Souza  
14. J. de Souza  
15. J. de Souza  
16. J. de Souza  
17. J. de Souza  
18. J. de Souza  
19. J. de Souza  
20. J. de Souza  
21. J. de Souza  
22. J. de Souza  
23. J. de Souza  
24. J. de Souza  
25. J. de Souza  
26. J. de Souza  
27. J. de Souza  
28. J. de Souza  
29. J. de Souza  
30. J. de Souza  
31. J. de Souza

**TYPOGRAPHIA**  
— E —  
**LITOGRAFIA DO COMMERCIO**  
A VAPOR.  
Rua do Riachuelo  
**PARANA - CURITYBA.**

Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 1 jan. 1890, p. 3.

Vamos nos deter, pois, nessa imagem que chegou às mãos dos leitores com a função de ser o calendário de 1890 e ao mesmo tempo representar o jornal *Quinze de Novembro*, apresentando uma série de elementos relacionados à cultura e ao saber. Para abrir espaço para a República e tudo o que ela trazia consigo, os meses apertavam-se contra as laterais da página, em tamanho reduzido. Cada dia do mês, cada dia da semana e cada santo do dia<sup>157</sup> cediam espaço para as novidades da modernidade que, como bagagens trazidas para uma longa estada, se acumulavam em torno da figura feminina que representa a República, caracterizando o que Santaella (2012, p. 113) identifica como dominância<sup>158</sup> da imagem, um recurso utilizado para chamar o olhar do leitor, no qual a imagem é hierarquicamente superior ao texto. Nesse caso, além de a imagem ocupar um espaço de destaque, ela também estava carregada de informatividade.

É provável que a escolha de Narciso Figueras de retratar a República sentada – figura que normalmente é representada em pé ou em alguma ação – tenha uma intenção específica. Entre tantas possíveis, podemos supor que ela estaria ocupando e confortável no trono utilizado pela Monarquia e vindo para ficar. Observamos que seu trono não é simétrico, sendo os apoios de braços diferentes. Um deles, no qual ela apoia seu braço direito, foi ricamente decorado, remetendo aos entalhes comuns aos tronos monárquicos. Já o outro, no qual apoia sua mão esquerda, remete a uma coluna da antiga Grécia, berço de toda civilização ocidental.

A escolha do artista de representar uma coluna faz sentido se tomarmos como exemplo o referencial histórico, também abordado por Habermas (1997, I, p.158) sobre a organização política e social dos atenienses, que culminou na gênese daquilo que chamamos hoje de *democracia*. Este referencial também pode justificar o fato de a República estar sentada, pois foi nessa mesma posição que em 1828 Merry Joseph Blondel<sup>159</sup> (1781-1853), retratou Solon<sup>160</sup> (638 a. C. – 558 a. C.), antigo

---

<sup>157</sup> O Calendário de Santos (hagiológico), também conhecido como “efémerides dos santos”, era composto por uma seleção de santos católicos, para cada dia do ano. Era costume ser publicado nos almanaques anuais, que reuniam informações específicas de vários campos do conhecimento, entre estes os calendários de datas comemorativas, efemérides, astronômicos, fases da lua, entre outros..

<sup>158</sup> Ver mais em SANTAELLA, 2012, p. 113.

<sup>159</sup>Merry Joseph Blondel, pintor neoclássico francês.

<sup>160</sup>Solon (638 a.C. – 558 a.C.), estadista, legislador e poeta grego antigo, que criou a clésia (assembleia popular), da qual participavam todos os homens livres atenienses, filhos de pai e mãe atenienses e maiores de 30 anos.

personagem (imagem 37) que fez reformas abrangentes nas estruturas social, política e econômica da *pólis* ateniense. Chevalier (2009, p. 26) nos permite acrescentar ainda mais uma interpretação possível para a escolha da representação da coluna nesta imagem quando a considera como “símbolo a solidez de um edifício, quer seja ele arquitetural, quer seja social ou pessoal.”.

Imagem 37 – BLONDEL, M. J. Retrato do poeta e legislador Sólon de Atenas, 1828. Museu de Picardie, França.



Fonte: PORTRAIT..., s.d. Acervo do Museu de Picardie, França.

Outro registro que nos permite compreender essa escolha de Narciso é o fato de que, segundo Carvalho (1990, p. 75-80), quando o governo francês solicitou uma representação da República, recomendou que fosse representada sentada, com a

---

intenção de transmitir a impressão de tranquilidade, força e segurança. Podemos também considerar a possibilidade de que a litografia tenha sido elaborada simplesmente com o objetivo de ser fixada em um ambiente da casa do leitor. Dessa forma, a Tipografia e Litografia do Comércio e a “República” estariam fazendo parte do ambiente familiar durante o ano de 1890. No entanto, a construção detalhada da imagem, com a inserção de tantos elementos simbólicos, revela a intenção do artista em divulgar e inculcar nos leitores valores positivos ligados à ideia de República.

De acordo com Santaella (2012, p. 58), as representações visuais exigem que o seu observador domine alguns códigos convencionados culturalmente para que tenha acesso ao seu significado. A imagem elaborada para a “Folhinha do Quinze de Novembro” pode ser compreendida como reflexo do imaginário constitutivo da nacionalidade que, como afirma Velloso (1996, p. 92), foi construído ao longo do século XIX e que Figueras convenientemente associou muito bem às expectativas em torno da República e à imagem de empresa moderna que desejava afirmar para sua Tipografia e Litografia do Comércio a vapor.

Como exemplo de um esforço de educação visual, o uso de símbolos e signos mediados pelo *Quinze de Novembro* foi viabilizado pela litografia, técnica que, para Fabris (2008, p. 11), foi o esteio da comunicação e da informação visual. Identificamos entre os elementos por trás da cadeira – ou trono – o globo terrestre, representação espacial da terra em sua verdadeira forma, e um tinteiro com penas que remetem à escrita da história e da literatura. Os dois elementos, quando colocados lado a lado, denotam também a possibilidade de circulação da palavra escrita por todo o planeta.

Aos pés da figura feminina, vemos um vidro de formato muito específico que remete àqueles vidros utilizados na química (imagens 38, 39) em seus experimentos. Também compõe a imagem a representação de uma engrenagem, elemento diretamente ligado às engenharias, áreas de estudos que viabilizaram as grandes construções, o desenvolvimento dos meios de transporte e do maquinário industrial, este último também representado pelas enormes chaminés emitindo vapor e pelos navios ao fundo no horizonte, e pela bússola logo à sua frente. A música, a pintura, o teatro e a literatura estão representados pela imagem da lira, da paleta, do pergaminho e pelos ramos de louros nos dois lados da cadeira. Vemos ainda um

pacote fechado e uma caixa de madeira, que, segundo Chevalier (2009, p. 164), possui valor simbólico por seu conteúdo não revelado.

Imagem 38 – FIGUERAS, N. Detalhe. *Folhinha do Quinze de Novembro* 1890. Autografia p&b, 33 x 52,5 cm.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 1 jan. 1890, p. 3.

Algumas dessas representações, assim como o busto de Minerva citado anteriormente, já haviam sido utilizadas por Narciso Figueras na composição do frontispício da revista *Galeria Ilustrada*. Portanto, mesmo que não tenham sido apresentados seus significados simbólicos, não eram estranhas aos leitores, pois já faziam parte de seu referencial imagético. Tampouco eram referenciais relacionados exclusivamente ao ideário republicano.

Imagem 39 – FIGUERAS, N. Detalhes postos no primeiro plano do frontispício da revista *Galeria Ilustrada*. Litografia p&b, 20,5 x 9,5 cm. Curitiba, 1888.



Fonte: Revista *Galeria Ilustrada*. Curitiba, 29 nov. 1888, n. 01, frontispício.

Por sua dimensão e posição central na composição, o elemento que recebe maior destaque depois da República é o galo. Sobretudo devido à sua pose, essa ave é símbolo de altivez e orgulho. Também é reconhecido como emblema da França, figurando nos lampadários da ponte Alexandre III<sup>161</sup> (Imagem 40), em Paris.

A figura do galo também é utilizada pela maçonaria como símbolo de vigilância e de luz. É considerado o comunicador, aquele que anuncia o nascer do sol (CHEVALIER, 2009, p. 427). Neste caso, podemos crer que esteja representando

<sup>161</sup>A Ponte Alexandre III atravessa o rio Sena em Paris, França, concebida pelos arquitetos Joseph Cassien-Bernard e Gaston Cousin. Sua construção foi considerada como uma das maravilhas da engenharia do século XIX. Mesmo tendo sido inaugurada em 1900, para a Exposição Mundial e, portanto, depois da data na qual a imagem circulou no Paraná, nós a tomamos por referência devido à semelhança de representação.

também o anúncio de que um novo ano está nascendo e com ele um novo tempo para a República dos Estados Unidos do Brasil.

Imagem 40 – Ponte Alexandre III, Paris.



Fonte: VEZZANI, G., 2016.

Sendo a leitura sempre apropriação, invenção, produção de significados, conforme nos afirma Chartier (1998, p. 77), esta é apenas uma das incontáveis camadas de interpretação quando buscamos ler imagens consideradas símbolos e signos. É possível que cada leitor interprete-a de acordo com seu repertório imagético específico, que eventualmente pode nos escapar. Afinal, como nos diz Manguel (2001, p. 26-7), só podemos ver e identificar as coisas para as quais já possuímos imagens e referenciais identificáveis, assim como só podemos ler em uma língua, cuja sintaxe, gramática e vocabulário já conhecemos.

Na mesma edição foi publicado um soneto de João Manuel da Cunha, um texto carregado de esperança, no qual o leitor é conduzido a compreender e valorizar a escola como instituição de “redenção e luz” e exaltando a ciência como caminho que afastaria os homens da pobreza e os conduziria ao conhecimento:

Esperanças da pátria vinde a mim;  
Eu quero dar-vos instituições ridentes,  
Vergeantes tenras de um amor sem fim  
Eu vou tornar-vos legiões potentes.

Vinde a este berço que se chama escola  
Receber vida, redenção e luz  
Evitar certo da pobreza e esmola

Só a ciência ao Pantheon conduz,

Só a virtude gênios acrisola  
Sagrados dotes que a instrução produz.  
(CUNHA, *Quinze*. Curitiba, 1 jan. 1890, p. 4).

A seleção desse poema para compor a primeira edição do ano do jornal *Quinze de Novembro* é um exemplo dos termos e palavras que iriam se tornar cada vez mais frequentes nas páginas do jornal, o que torna evidente sua atuação como mediador cultural e educativo em diversas situações. Segundo Gomes e Hansen (2016, p. 9), esses mediadores assumem enorme relevância na construção de identidades culturais. É nesse sentido que o *Quinze de Novembro* também pode ser compreendido como agente educador, como veículo imbuído na transmissão de valores, comportamentos e difusão de conhecimentos, para o que fez uso tanto imagem quanto texto para compor naquela primeira edição do ano uma mensagem de confiança no potencial da educação para o progresso da Nação. Essa foi uma característica recorrente da imprensa no final do século XIX, marcada, naquele contexto, pelo otimismo em torno da mudança de regime político. Essas evidências, e tantas outras que abordaremos neste capítulo, nos levam a considerar o argumento de Pallares-Burke (1998) de que quando nos debruçamos sobre esse período, é preciso uma noção ampliada de educação.

A segunda litografia publicada, dentro da categoria de datas comemorativas, já comentada anteriormente, foi “A República arrancando o mal pela raiz” (imagem 1), assinada por Stek, a qual circulou em 5 de janeiro de 1890 e se referia diretamente ao ato da Proclamação da República.

O início da Quaresma de 1890 ocorreu em 19 de fevereiro, e a litografia elaborada por Stek para essa ocasião foi acompanhada da frase em latim pronunciada pelo padre católico, ao colocar cinza na cabeça de seus fiéis, na missa de quarta-feira de cinzas: “*Pulvis eris et in pulverem reverteris*” (és pó e em pó retornarás). No centro da litografia (imagem 41) em destaque, está representada a figura alegórica de um *farricoco*<sup>162</sup> (imagem 42-1-2) comum na “Procissão do

---

<sup>162</sup>Farricocos é como são conhecidos os devotos que participam da Procissão do Fogaréu. Os fiéis encapuzados representam os soldados romanos.

Fogaréu<sup>163</sup>. Vestido com uma túnica negra (balandraus) e na cintura uma corda, ele traz os pés descalços, estando a cabeça e o rosto cobertos por um longo capuz cônico e pontiagudo. Esse tipo de vestimenta provém das antigas procissões católicas de penitência.

---

<sup>163</sup> A Procissão do Fogaréu é uma cerimônia que simboliza a prisão de Jesus Cristo. É uma tradicional procissão católica que foi realizada pela primeira vez no Brasil em Goiás pelo padre espanhol Perestelo de Vasconcelos em 1745, e tem início na madrugada da quinta-feira santa e ainda hoje é realizada na cidade de Goiás.

Imagem 41– STEK. Quaresma de 1890. *Pulvis eris et in pulverem reverteris.*  
p & b, 33 x 52, 5 cm.

Litografia



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 19 fev. 1890, p. 3.

A indumentária representada na litografia *Quaresma 1890* é um traje de origem medieval, muito utilizado por penitentes que assim podiam expiar seus pecados sem ter que revelar publicamente sua identidade, sendo muito semelhante às vestimentas que ainda hoje são usadas nas celebrações da Semana Santa na Espanha. Ao seu lado carregam uma longa haste em cujo topo, de acordo com a tradição, era aceso o “fogaréu” (imagem 42-2). Quando está apagado, como no caso da imagem publicada no *Quinze de Novembro*, era um sinal de luto pela morte de Jesus.

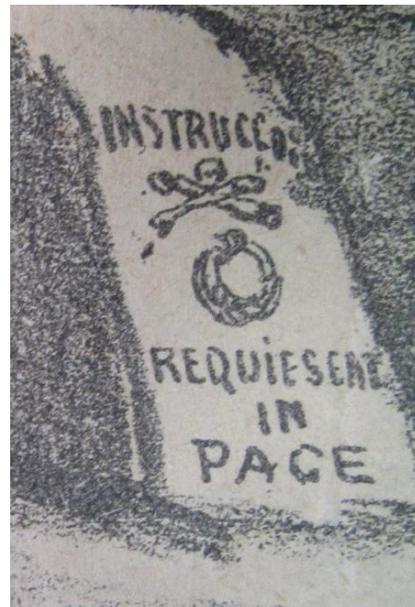
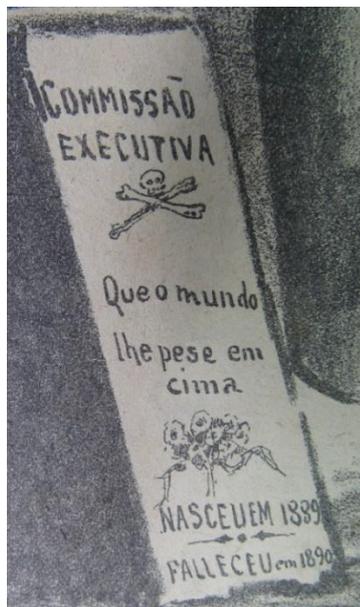
Imagem 42 – 1. Fiéis com vestimenta de Farricocos. 2. Farricocos carregando os fogarésus.



Fonte: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Devido à encadernação, a dobra que une as páginas do jornal não nos permitiu uma boa visualização do que a figura segura nas mãos (imagem 43). No entanto, parece um prato, e sua mão direita aponta para o que está dentro dele, um pequeno objeto branco, que consideramos como hipótese ser uma hóstia, simbolizando o corpo de Jesus. É uma data cristã, portanto tratamos essa imagem como pertencente à categoria de data comemorativa, porém as inserções no segundo plano feitas por Narciso Figueras na composição visual da cena fazem referência a fatos políticos ocorridos no Paraná naquele período. Além de remeter ao culto católico, a cena também contém uma série de inscrições indiciais (imagem 43-1-2-3-4), que aproximamos para melhor visualização, nas imagens a seguir.

Imagem 43 – STEK. Detalhes. Quaresma de 1890. 1. Comissão Executiva 2. Iluminação Pública 3. Instruções. Quaresma de 1890. *Pulvis eris et in pulverem reverteris*. Litografia p & b, 33 x 52, 5 cm.



Compondo o segundo plano, localizamos nas lápides (imagem 43-1-2-3) que compõem a cena mensagens paralelas à comemoração católica. Podemos ler em uma das lápides: “*Comissão Executiva (símbolo de veneno) Que o mundo lhe pese em cima. Nasceu em 1889 faleceu em 1890*”. Precisamos esclarecer que, naquele período, Curitiba debatia a formação de duas comissões executivas diferentes. Uma delas também era chamada de *Intendência Municipal*, havia sido nomeada logo após a dissolução da Assembleia e da Câmara pelo Governo Provisório e por não ser eleita pelo povo, ou mesmo pelos membros que por voto haviam constituído a Assembleia e a Câmara Municipal, o que havia gerado uma série de debates nos jornais que exigiam que fosse deposta.

Tal comissão foi composta por sete nomes: Vicente Machado da Silva Lima (chefe), José Celestino de Oliveira Júnior (vice), Victor Ferreira do Amaral e Silva, Francisco de Almeida Torres, Ernesto de Campos Lima, Cyro Persiano de Almeida Velloso e Maurício Sinke. Segundo Corrêa, esse grupo “detinha de fato o comando do Estado”. (2006, p. 57-8). Cabe acrescentar que os leitores do *Quinze de Novembro* foram alertados, no editorial de 14 fevereiro (ed. 71), que Maurício Sinke era, além de Chefe de Polícia, proprietário da empresa *Sinke & C.*, que havia sido, no Contencioso do Tesouro, oficialmente responsável pela cobrança da dívida dos Colonos<sup>164</sup> e que sua empresa tinha um contrato registrado, ao qual a redação teve acesso, onde constavam mais dois sócios, cada um com 33% dos lucros da empresa: o “Sr. Rios” e o também membro da *Intendência*, Ernesto Lima. No mesmo tom de denúncia justificado pela intenção de esclarecer seus leitores, o jornal segue com a acusação:

Prevaleceu-se do cargo político que ocupa, para amedrontar uns pobres polacos que pretendiam reunir-se para assuntos de seu interesse e onde entrava a ideia de pedir a rescisão da vexatória e extorquidora cobrança. Isto é pois muito sério e o Sr. Sinke não pode, não deve ser mais autoridade policial, porque pode, quando menos esperar, ser levado a praticar um ato

---

<sup>164</sup>Segundo editorial do *Quinze de Novembro* publicado em 9 de fevereiro de 1890, o governador José Marques Guimarães, seguindo do jornal, orientado pela comissão, deliberou que fosse cobrada dos colonos, uma dívida contratada pelo preço das terras, valor da casa, alimentação e outros auxílios, deduzida a importância dos salários que lhes forem abonados. A cobrança estava a cargo da empresa Maurício Sink & C., com ágio de 30% sobre o arrecadado e 5% de indenização pelo levantamento do cadastro das diversas colônias. Cabe destacar que os governos passados não executaram esta dívida (DIVIDA..., Editorial. *Quinze*. Curitiba, 9 fev. 1890, p. 1).

que não seja perfeitamente justo. (DIVIDA..., Editorial. *Quinze*. Curitiba, 14 fev. 1890, p. 1).

A outra comissão foi constituída quase dos mesmos membros e, também no centro de debate político, foi divulgada na imprensa pela secretaria do Governo no documento *Instruções para organização do Partido Republicano no Estado do Paraná*. De acordo com o editorial de 1 de fevereiro de 1890 (ed. 58), o Art. 1º do documento nomeava Marques Guimarães, que acabava de tomar posse como Governador do Paraná, também como diretor do Partido Republicano no Estado. O *Quinze* foi enfático ao manifestar e justificar seu desacordo, alegando que não seria compatível e nem recomendável o acúmulo das duas funções. No entanto, segundo o jornal, a terceira disposição do Art. 4º do documento ofendia os princípios republicanos ao declarar que seus membros seriam escolhidos por designação:

atendendo a circunstância de estar a Comissão Executiva [do Partido Republicano] da capital funcionando desde 1885, ficará ela constituindo o Diretório Central, completando-se o número de seus membros com a designação de dois cidadãos escolhidos por ela mesma. (INSTRUÇÕES..., *Quinze*. Curitiba, 01, fev. 1890, p. 02).

Segundo o *Quinze*, além de essa comissão não ter sido votada, assim como a da Intendência Municipal, em 1885, o Partido Republicano tinha “vinte e poucos trabalhadores convictos” e, no início de 1890, já contava com “centenas de homens, que se não foram sempre republicanos não seriam mais monarquistas”. Devido a esses números, a comissão executiva de 1885 não representava a opinião expressa do grande partido republicano, além de colocar em dúvida se a comissão teria o voto da maioria, sendo, portanto, “uma determinação anti-republicana e anti-patriótica”. (INSTRUÇÕES..., *Quinze*. Curitiba, 1 fev. 1890, p. 2).

No mesmo dia, o jornal *Sete de Março* (ed. 93) publicou um artigo com o título *Nova Oligarquia*<sup>165</sup> também repudiando a determinação da comissão composta por cinco cidadãos, pois, segundo o jornal, a reunião teria sido feita às vésperas da chegada do governador, sem a presença da imprensa, em família e à noite, sem que houvessem comparecido no ato os numerosos republicanos que haviam aderido à nova forma de governo. (NOVA..., *Sete de Março*. Curitiba, 1 fev. 1890, p. 4). Nem o *Quinze* nem o *Sete de Março* identificaram quem seriam os membros que estavam

---

<sup>165</sup> Na escrita da época “Nova Olygarchia”.

compondo a comissão. Apenas no jornal *A República*, órgão do Partido Republicano, localizamos a lista datada de 18 de janeiro de 1890, embora esta tenha sido divulgada apenas no primeiro dia de fevereiro nos três jornais mencionados: Vicente Machado da Silva Lima (presidente), Mauricio Sinke, Ernesto de Campos Lima e Francisco de Almeida Torres. (COMISSÃO. *A República*. Curitiba, 1 fev. 1890, p. 2-3).

Identificamos, porém, que os dois jornais anteriores referiam os integrantes como sendo em número de cinco, assim como Corrêa (p. 58-9) que cita também o nome de Chichorro Junior, editor do *A República*, e que, como veremos posteriormente, também se identificava como parte da comissão.

Para evitar equívocos, visto que os nomes de Vicente Machado, Francisco Torres, Ernesto Lima e Maurício Sinke se repetem em ambas as comissões, foi preciso definirmos as diferenças entre as comissões executivas: a de *Intendência Municipal* e a da *Comissão Executiva do Partido Republicano*, que foram citadas e representadas inúmeras vezes no *Quinze de Novembro*. No editorial de 14 de dezembro de 1889, é possível identificar a preocupação com a influência dos membros da comissão nos atos do Governador Marques Guimarães, que foi alertando serem eles “[...] um pólipó que parasitariamente quer se desenvolver-se sem ter – sequer – pedículo que lhe suporte o peso”. (INSTRUÇÕES..., *Quinze*. Curitiba, 2 fev. 1890, n. 59, p. 1).

Em outra das lápides (imagem 43-2) que aparecem na litografia se lê: “1889 - 1890 Iluminação Pública Orai por ela”, em referência ao debate que recentemente havia ocorrido nas páginas do *Quinze de Novembro*, em que se cobrava que o contrato do serviço de iluminação pública, a cargo de Lufrido Costa, fosse cumprido, a exemplo da publicação de 29 de novembro de 1889:

Não há dúvida: – por mais bem-intencionado que seja, por exemplo, o contratante da iluminação pública, por mais boa vontade que o anime, não poderá ele, por vários motivos que ninguém desconhece, oferecer um serviço satisfatório. O nosso sistema de iluminação já é por si tão deficiente e tão ronçeiro, que é impossível fazê-lo de modo a atender, ao mesmo tempo, as necessidades públicas e as reclamações particulares. Melhor do que nós, conhece o digno e distinto cavalheiro a quem está afeito atualmente esse serviço, as inúmeras dificuldades que se erijam para a consecução do fim a que se propôs: - fornecer-nos uma boa iluminação! (ILUMINAÇÃO..., *Quinze*. Curitiba, 29 nov. 1889, p. 1).

No final de janeiro de 1890, a iluminação pública voltou a ser tema de debate, ocupando o editorial, que se dirigiu à Intendência Municipal, para que cobrasse os acordos firmados por seus comissários naquele e em outros serviços públicos. De acordo com o jornal, o interesse do povo era posto em jogo quando as vantagens apresentadas pelo contratante da iluminação não eram cumpridas: iluminação da cidade nas noites de luar; concerto dos lampiões que não acendiam e a iluminação do jardim público. Além de apresentar aos seus leitores os termos do contrato, o jornal discorria em tom de denúncia:

É mais grave ainda o fato de pedir o contratante à intendência, verba para o concerto dos lampiões, que segundo pensamos será superior a 600\$. Quanto a iluminação do jardim, não vimos ainda um só lampião aceso. Não queremos analisar detidamente tais abusos que trazem um único fim – o prejuízo público. Queremos o cumprimento da lei e para tal chamamos atenção da ilustrada intendência, incapaz, julgamos, de encampar atos equívocos [...] (ILUMINAÇÃO..., *Quinze*. Curitiba 30 jan. 1890, p. 1).

Localizamos no *Quinze de Novembro* outros nomes que atuavam como membros ativos nas reuniões do Clube Republicano do Estado do Paraná, que não compunham a comissão, mas apontavam sobre os benefícios que alguns membros poderiam estar recebendo. Entre estes estavam: Francisco José Cardoso Júnior, José Correia de Freitas, Francisco de Paula M. Brito, Braziliano Moura, Gustavo Adolpho Mensing, Horácio Fagundes dos Reis, Agostinho Leandro da Costa, João Leandro R. da Costa e Lufredo José da Costa<sup>166</sup> (nesse caso, três eram membros de uma mesma família).

Na terceira lápide (imagem 43-3), "*Instruções requiescat in pace*" (Descanse em Paz) se vê mais uma inscrição indicial referente à publicação de um decreto do governador com instruções para organização do Partido Republicano no Paraná, também organizado pela já questionada comissão executiva. Este decreto foi publicado nos jornais e, na sequência, tanto o *Quinze de Novembro* quanto o jornal *Sete de Março* elaboram editoriais questionando suas ações em um tom de aconselhamento ao governador:

---

<sup>166</sup> Segundo Leão (1926, p. 1847), o Clube Republicano de Curitiba foi fundado pelo Dr. Eduardo Gonçalves juntamente com Ernesto Lima, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Lufredo Costa, José Celestino de Oliveira Junior, Joaquim Antonio Silva, Brasilino e Eduardo Moura, Rocha Bocaina e o Dr. Francisco de Almeida Torres.

E para que há de o bravo marinheiro governador, desprezar o elemento popular que o tem visto com tão bons olhos, que começa a estimá-lo, para satisfazer a vaidade ambiciosa e ridícula de meia dúzia de homens, que – segundo diz nosso distinto colega “7 de Março” escolheu a noite para nomear-se de comum acordo? (INSTRUÇÕES..., *Quinze*. Curitiba, 3 fev. 1890, p. 1).

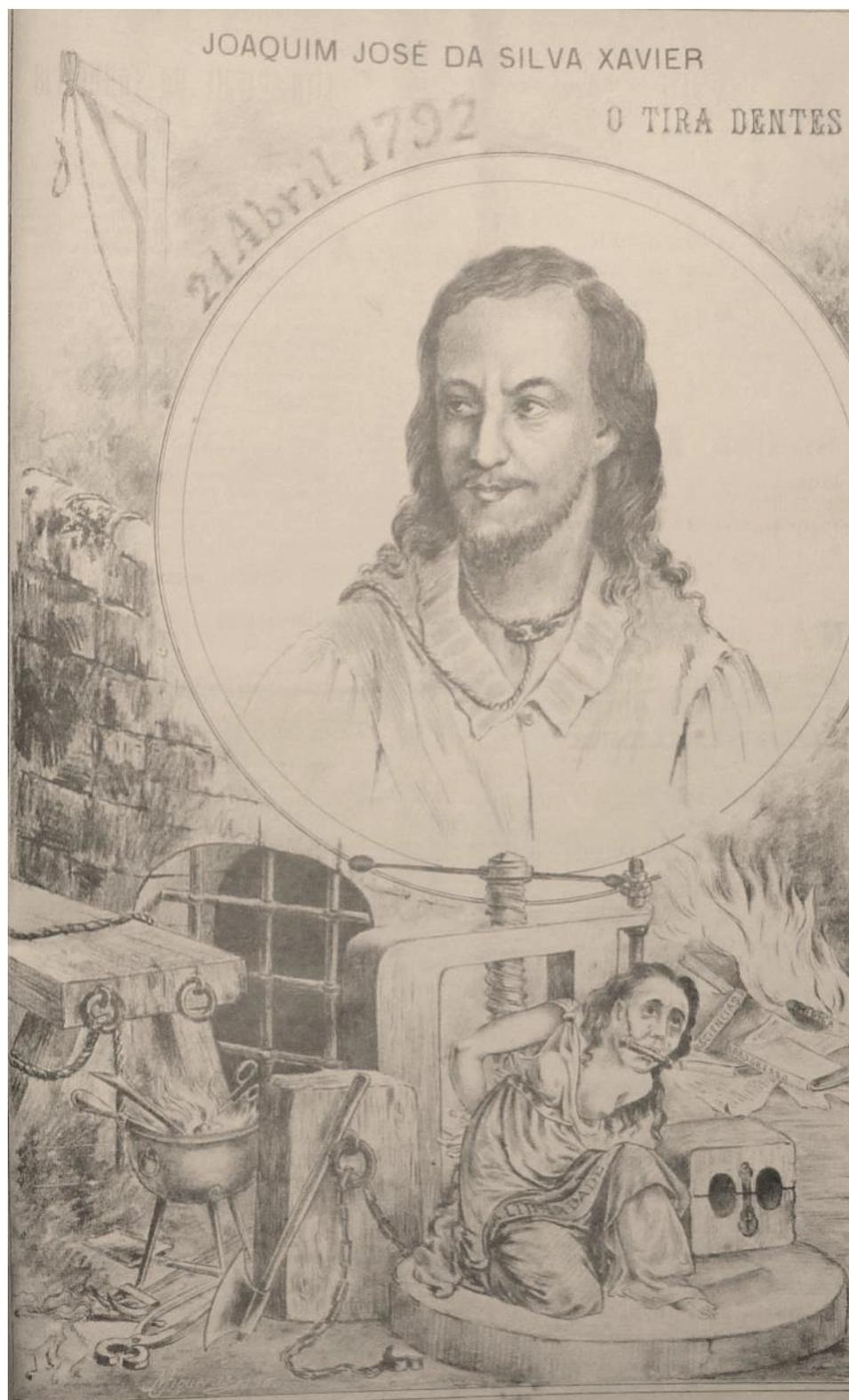
A capital do Paraná já apresentava problemas com infraestrutura desde antes da Proclamação da República, porém a urgência de alinhar-se com o progresso fez com que os jornais dessem evidência às situações emergenciais. Assim, o novo governante estaria informado sobre a situação, pois não havia tempo a perder, e as mudanças precisavam ser instauradas.

Dando sequência às datas comemorativas, em 30 de março de 1890 foi publicada “*A Proclamação da República no Pátio da Aclamação*” (Imagem 17) já comentada anteriormente. A última litografia dessa categoria, publicada em 21 de abril, poderia ser ao mesmo tempo data comemorativa e símbolo nacional, pois é uma homenagem a Tiradentes (Imagem 44). Esta litografia, além de trazer uma série de alegorias, traz a figura daquele que seria instituído como símbolo nacional e personagem histórico representativo da República no Brasil. De acordo com Carvalho (1990), logo após a proclamação, Tiradentes foi um dos heróis escolhidos para representar a nova forma de governo no Brasil, pois para o autor:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos serviço da legitimação de regimes políticos. (CARVALHO, 1990, p. 55).

Com o advento da República, a figura de Tiradentes, que anteriormente já vinha recebendo contornos de mártir e sendo comparado muitas vezes a Jesus Cristo, recebeu um apelo. Em 1890, assim como já havia ocorrido com o dia 15 de novembro, a data de 21 de abril foi declarada como feriado nacional.

Imagem 44 – FIGUERAS, N. Joaquim José da Silva Xavier – o Tira dentes (sic) – 21 de abril 1792. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 21 abr. 1890, p. 3.

A representação do busto de Tiradentes foi divulgada com a corda no pescoço e idealizado<sup>167</sup> com cabelos longos e barba, de acordo com a estética positivista<sup>168</sup> de representar as figuras (CARVALHO 1990, p. 55-74). Essa imagem foi veiculada em outros jornais naquele ano, a exemplo da *Revista Illustrada*, que a publicou no dia 26 de abril. No *Quinze*, além do busto, Figueras inseriu uma série de elementos na composição visual, que destacamos nas imagens a seguir.

Imagem 45 – FIGUERAS, N. Detalhe. Joaquim José da Silva Xavier – o Tira dentes (sic) – 21 de abril 1792. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm.



Jornal *Quinze de Novembro*. Curitiba, 21 abr. 1890, p. 3.

<sup>167</sup> Segundo Carvalho, não existiu nenhuma representação de Tiradentes feita por quem o tivesse conhecido, e em 1890 Décio Vilares, pintor positivista, havia distribuído uma litogravura onde o busto de Tiradentes estava ornado por palmas, símbolo do martírio e louros, simbolizando a vitória. (1990, p. 65).

<sup>168</sup> A estética foi outra área desenvolvida pelo comtismo, “aptidão estética do positivista”, uma teoria geral da arte. Segundo a estética positivista, a imaginação artística deve ter por inspiração o sentimento, por base a razão, e por fim a ação. [...] Trata-se de uma estética naturalista, em que o belo se subordina a uma noção de verdade e se põe a serviço do bem. [...] O estilo neoclássico revolucionário podia dar lugar ao romântico, sem com isso, quebrar a visão da natureza e finalidade da arte. (CARVALHO, 1990, p. 131-2). A introdução do livro — *Apreciação Geral da Arte* — revela a leitura que Gomes de Castro fez de um texto de Auguste Comte sobre estética (Comte, 1912). Era uma didática lição de estética positivista, em que as obras não tinham valor em si (estético, nem pecuniário), somente valor prático de adoração doméstica ou cívica. [...] Animação popular, entusiasmo, sensibilização eram as funções da arte.” A função da arte se enquadraria, dentro da doutrina positivista, num papel de promoção dos sentimentos altruístas e morais através da sensibilização e da mobilização emocional. Assim, a arte serve ao culto da Humanidade, já que o culto não é possível sem imagens. Nesse sentido, ela se torna um meio privilegiado e essencial para homenagear as grandes figuras históricas e suas contribuições para o desenvolvimento da Humanidade.

No canto esquerdo inferior da imagem elaborada, é possível vermos formas organizadas em uma mensagem visual: cordas, algemas, alicates, fogo, machado e prisão, elementos que remetem a tortura e flagelo (imagem 45-46). Ao lado, compondo a mesma cena, destaca-se uma figura feminina, cuja inscrição indicial representa a liberdade, a valer pelo busto exposto e as vestes. Ela tem lágrimas nos olhos, os braços presos nas costas limitando seus movimentos e na boca algo que a impossibilita de falar e/ou gritar. Atrás do seu corpo, há uma prensa (prelo) e, próximo a ela, livros, onde se pode ler “ciências”, “progresso” e “física”, que queimam em uma fogueira.

Imagem 46 – FIGUERAS, N. Detalhe. Joaquim José da Silva Xavier – o Tira dentes (sic) – 21 de abril 1792. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 21 abr. 1890, p. 3

A litografia de Tiradentes, que categorizamos como ‘data comemorativa’, também poderia figurar como retrato, e/ou charge, e/ou símbolo nacional. Este entrelaçamento de categorias se dá devido à característica polissêmica das imagens, geralmente carregadas de significados e de um grande número de informações visuais. Voltamos então nosso olhar para a bagagem de símbolos e signos que a República trouxe ao Brasil. Cabe lembrar, porém, que, mesmo bem desenhados, símbolos<sup>169</sup> e signos<sup>170</sup>, embora nos permitam acessar algumas chaves de interpretação, serão sempre passíveis de múltiplas interpretações. Não obstante, fica evidente que a primeira litografia, publicada em 24 de novembro, para comemoração da data de instauração do novo regime (“O grande abraço da civilização” – imagem 29) apresentava nos traços e na construção da sua mensagem visual um tom otimista pela República que definitivamente não fez parte da mensagem elaborada para lembrar o dia 21 de abril (imagem 44), muito representativa do desencanto sentido após os primeiros meses da sua instauração.

### 2.3 SÍMBOLOS NACIONAIS: A VISUALIDADE DA REPÚBLICA

Com o contexto de instauração do novo regime político era preciso posicionar os leitores quanto à situação da dívida externa e interna, sobre previsões orçamentárias do Paraná, sobre como seriam organizadas as eleições e também a respeito da importância do recenseamento na nova forma de governo, além das debatidas e questionadas ações da comissão executiva. Os leitores precisavam ser comunicados também sobre os limites estabelecidos às atribuições dos chefes dos Estados, decisões sobre eleições e dos debates em torno das definições sobre os símbolos nacionais, como brasões, moedas, selos, o hino e a bandeira nacional, que, aliás, foi tema do editorial de 28 de novembro de 1889, onde foi publicado o 4º decreto do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, datado de 19 de novembro:

---

<sup>169</sup>A imagem se torna um símbolo quando o significado de seus elementos só pode ser entendido com a ajuda do código de uma convenção cultural. (SANTAELLA, 2012, p. 58).

<sup>170</sup>A imagem na categoria de representação ocorre quando ela se assemelha a alguma coisa; sua função é a de evocar, a de significar outra coisa que não ela própria, utilizando o processo da semelhança. Se a imagem é entendida como *representação*, significa que é entendida como *signo*. (JOLY, 2007, p. 43).

[...] considerando que as cores da nossa bandeira recordam as lutas e as vitórias gloriosas do Exército e da Armada na defesa da pátria; considerando, pois, que essas cores, independentemente da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e integridade da pátria entre outras nações: DECRETA:

Art 1º A bandeira adotada pela República mantém a tradição das antigas cores nacionais – Verde e Amarela – do seguinte modo: - um losango amarelo em campo verde tendo no meio da esfera azul celeste, atravessada por uma zona branca, em sentido oblíquo e descende da esquerda para a direita com a legenda: - ordem e progresso – pontuada por 21 estrelas entre as quais as da constelação do Cruzeiro, dispostas na sua situação astronômica quanto a distância e aos tamanhos relativos, representando os 20 Estados da república e o município neutro. (A BANDEIRA. *Quinze*. Curitiba, 28 nov. 1889, p. 2).

Em 22 de dezembro de 1889, o modelo oficial decretado da Bandeira Nacional (imagem 47) circulou como suplemento especial independente, entre as páginas 2 e 3 e em cores, para todos os assinantes. Cabe lembrar que, para a elaboração do encarte colorido da Bandeira do Brasil, foi necessário um maior investimento do *Quinze de Novembro*, visto que para cada cor (verde, amarelo e azul) foi necessária a produção de uma matriz em pedra, uma nova entintagem e mais uma passada pela prensa litográfica.

Imagem 47 – Suplemento do *Quinze de Novembro* – A bandeira da República (segundo o modelo oficial) (22 dez 1889, anexo p. 3) frente e verso do suplemento.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro* – A bandeira da República (suplemento). Curitiba, 22 dez. 1889, anexo p. 3

Lado a lado (imagem 48) podemos perceber quais foram as mudanças implementadas pelo Governo Provisório para Bandeira Nacional da República Federativa do Brasil.

Imagem 48 – 1. Bandeira Imperial do Brasil (1822-1889), 2. Bandeira Provisória da República (15 a 19 de novembro de 1889) – 3. Bandeira Nacional oficial (19 nov. 1889 aos dias atuais).



Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA, [s.d.].

A Bandeira Imperial do Brasil (imagem 48-1) foi criada por um decreto de 18 de setembro de 1822. Logo após a independência do Brasil, vigorou como símbolo Nacional de 1822 até a chegada da República. Criada pelo pintor Jean Baptiste Debret, com colaboração de José Bonifácio de Andrada e Silva, foi composta de um retângulo verde e nele, inscrito, um losango ouro, ficando no centro deste o Escudo de Armas do Brasil, onde as estrelas representavam as províncias brasileiras. O retângulo verde está vinculado às cores da Casa de Bragança, em Portugal. Uma das justificativas para o uso do losango amarelo é a de que esteja vinculado às cores da Casa de Habsburgo da qual a Imperatriz Leopoldina era descendente direta e, no centro da bandeira, o brasão do Império, que veremos na sequência.

Ao lado, está a Bandeira Provisória da República (imagem 48-2), que foi criada em caráter provisório para substituir à bandeira imperial, assim que foi proclamada a República, vigorando pelo curto período de 15 a 19 de novembro de 1889. Essa bandeira foi retratada pelo *Quinze de Novembro* compondo a cena da litografia “*O grande abraço da civilização*” (imagem 29), no segundo plano, onde figuram seis bandeiras, entre as quais uma com lista e estrelas, que, de acordo com Carvalho (1990, p.111), poderia ser considerada a bandeira da proclamação, que havia sido hasteada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1889, evidentemente inspirada na bandeira dos Estados Unidos. Proposta por José Lopes da Silva Trovão (1848-1925) e hasteada no navio “Alagoas”, que conduziu a

família Imperial ao exílio, mas que não chegou a ser utilizada pelas Forças Armadas. Ao lado, a Bandeira Nacional, que acabava de ser anunciada aos brasileiros e está em vigor até hoje. Foi projetada em 1889 pelos positivistas Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927) e Miguel Lemos (1854-1917)<sup>171</sup>, com desenho de Décio Villares (1851-1931), onde podemos perceber que o brasão imperial havia sido substituído por uma esfera azul-celeste onde se lê em verde o lema positivista do século XIX: “*Ordem e Progresso*”.

Com a Bandeira Nacional<sup>172</sup>, deu-se início à apresentação de outros dois símbolos da República ali publicados. Inseridos no espaço de uma coluna, mas não em encarte, esses foram devidamente descritos aos leitores:

Temos o prazer de dar hoje aos nossos leitores, o símbolo da República Federal Brasileira. Ordem e Progresso – síntese perfeita da moderna orientação dos povos, ela estabelece ou antes encaminha o movimento para o bem futuro, debaixo de uma marcha sólida e imperturbável; Ordem e Progresso – palavras que, como aquelas que aparecem a Constantino, nos tempos idos, entre os fulgores de uma visão, hão de ser e já são o ideal do presente século. (SÍMBOLO, *Quinze*, 11 fev. 1890, p. 1).

Se considerarmos que, assim como a bandeira, também os símbolos das Armas Nacionais (imagem 49-1) e os que seriam utilizados para os selos e sinetes (imagem 49-2), foram anunciados no 4º Decreto do Governo Provisório de 19 de novembro de 1889, o *Quinze de Novembro* já havia publicado uma nota sobre o decreto em 28 de novembro de 1889 explicando como seria a Bandeira Nacional com sua “esfera celeste a qual se debuxa no centro da bandeira tendo em volta as palavras – República dos Estados Unidos do Brasil”. (A BANDEIRA. *Quinze*. Curitiba, 28 nov. 1889, p. 2). No entanto, a circulação dos símbolos nacionais nas páginas do *Quinze* se deu com certo atraso (somente em fevereiro do ano seguinte). Uma hipótese que poderia justificar a demora é que a redação tenha tido acesso ao livro

---

<sup>171</sup>Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, juntamente com Benjamin Constant haviam fundado, em 1876, a Sociedade Positivista Brasileira, a primeira do Brasil.

<sup>172</sup> A bandeira recebeu novas alterações em 1960 quando foi adicionada uma estrela simbolizando a criação dos Estados da Guanabara, por ocasião da transferência da capital para Brasília), depois outra estrela em 1968 para representar a elevação do território do Acre em Estado e ainda em 1992 com o acréscimo de mais quatro estrelas, para adequar-se a nova configuração de Estados no Brasil (encampamento do Estado da Guanabara pelo Rio de Janeiro, criação dos Estados do Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia, Amapá e Roraima). A bandeira atual conta com 27 estrelas (26 Estados mais o Distrito Federal).

que havia sido anunciado em suas próprias páginas, haja vista que, na publicação de Porto (1890, p. 247 e 248), já haviam sido inseridos em cores duas estampas anexas impressas pela Imprensa Nacional. No texto do decreto<sup>173</sup>, tanto o original quanto o publicado no jornal, há uma informação que também consta na obra divulgada, sobre a elaboração da bandeira “segundo o modelo debuxado no anexo n.1” e das Armas nacionais que “são as que figuram na estampa n. 2”. (PORTO, 1890, p. 208).

Imagem 49 – 1. Armas nacionais 2. Selos e sinetes.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 11 e 12 fev. 1890, p. 01 e 03.

Imagem 50– Brasão Imperial



Fonte: CÍRCULO MONÁRQUICO BRASILEIRO, [s.d.].

<sup>173</sup> Também disponível para consulta na internet.

Se compararmos ao brasão utilizado pelo Império (Imagem 50), percebemos que houveram modificações expressivas, pois foi excluída a esfera armilar, simbolizando o mundo e o poder majestático de Portugal e, por extensão, entre os povos de sua origem e também a cruz da Ordem de Cristo e a Coroa Imperial. Foram mantidos o círculo com estrelas brancas e os ramos de café e tabaco, que continuam representando as riquezas nacionais. Passa a ter destaque uma estrela de cinco pontas e, no centro, o Cruzeiro do Sul sobre uma espada que, sobre seu punho, tem uma faixa com a inscrição “República Federativa do Brasil” e outra faixa, abaixo, com “15 de novembro” (direita) e “de 1889” (esquerda).

O símbolo das Armas Nacionais deve estar exposto nos prédios do governo federal, e também estaduais, municipais e nos quartéis militares e policiais e em todos os papéis oficiais de nível federal. O Selo Nacional foi constituído por uma esfera com as estrelas, semelhante ao usado na Bandeira Nacional, apresentando a inscrição República Federativa do Brasil e deve ser utilizado para autenticar documentos oficiais e atos do governo e para autenticar documentos e correspondências.

A simbologia republicana<sup>174</sup> precisava ser estendida para além da escolha da bandeira, dos símbolos das armadas, dos selos e das moedas. Assim como foi necessária a construção de um personagem que encarnasse um herói cívico, o hino nacional, segundo Carvalho (1990, p. 108), pode ser considerado como “a única vitória popular no novo regime, ganha à revelia da liderança republicana”. Houve uma preocupação dos jornais no intuito de “orientar o povo” e, nesse sentido, citando e apoiando um artigo publicado no jornal *Correio Paulistano*, o *Quinze de Novembro* assume sua posição, quando surgem debates se deveria ou não ser criado um novo hino para o Brasil, a exemplo da *Marselhesa*<sup>175</sup>, composta por Rouget de Lisle, que havia se tornado a expressão da nação francesa. Segundo Joseph Jurt (2012, p. 477), o hino francês “era um canto patriótico que enaltecia a pátria armada diante do

---

<sup>174</sup> Carvalho (1990) discorre sobre como ocorreram as escolhas da bandeira e do hino naquele período, em seu capítulo ‘Bandeira e hino: o peso da tradição’ (p. 109-128).

<sup>175</sup> Segundo a lenda, o prefeito de Estrasburgo, o barão de Dietrich, teria pedido, na noite de 25 para 26 de abril de 1792, a Rouger de Lisle, servindo em Estrasburgo na ocasião, que escrevesse um canto de guerra, após a declaração de guerra à Áustria, em 20 de abril de 1792: “Até agora, nenhum canto patriótico despertou o entusiasmo tão necessário em tempos de guerra; poeta e músico como o senhor o é, capitão, cabe ao senhor escrever um hino para ser cantado em todas as ocasiões em que for preciso despertar a paixão patriótica” (Paquette 1992, p. 243 *apud* JURT, 2012).

inimigo”. Isso o diferenciava do caso do hino brasileiro, instituído desde a Independência do Brasil, e cuja manutenção foi defendida pela imprensa com os seguintes argumentos:

[...] [o hino brasileiro de 1823] não tem significação política. É nacional e não imperial. Começa por não ter letra, reúne a vantagem que, em relação a bandeira, expressivamente sintetizou o decreto de 19 do corrente: - simboliza a perpetuidade e a integridade da pátria entre outras nações.

E essa música que, desde largos anos, tem soado entusiástica em todos os dias festivos da vida nacional. O exército, a armada, todas as classes: a nação inteira ama-a e comove-se ao ouvi-la. Não há um coração brasileiro que se conserve indiferente ao som do hino nacional.

Confiamos pois, que, mais uma vez, o governo geral saberá respeitar a suscetibilidade do povo, e corresponderá o seu ardente anheloma [sic.]—atendo o hino brasileiro de 1823.

Praticará por esse modo mais um ato de elevado critério político; porque, se outra for a música adotada pelo governo, se a república repugnar o hino da nação: este adquirirá com isso uma significação política que não tem. Será uma música reacionária, criada pelo desacerto do governo.

Não, não esperamos, não cremos que se pratique erro tamanho. O governo dará mais uma prova de previdência e de civismo, opondo-se a projetada proscricção do nosso hino nacional. (A BANDEIRA..., *Quinze*. Curitiba, 30 nov. 1889, p. 2).

Ao assumir a fala e as justificativas apresentadas aos leitores do jornal paulista para manutenção do hino já instituído, o *Quinze de Novembro* se aproveita do tom de aconselhamento para além das fronteiras do governo do Paraná, dirigindo-se então ao Governo Provisório.

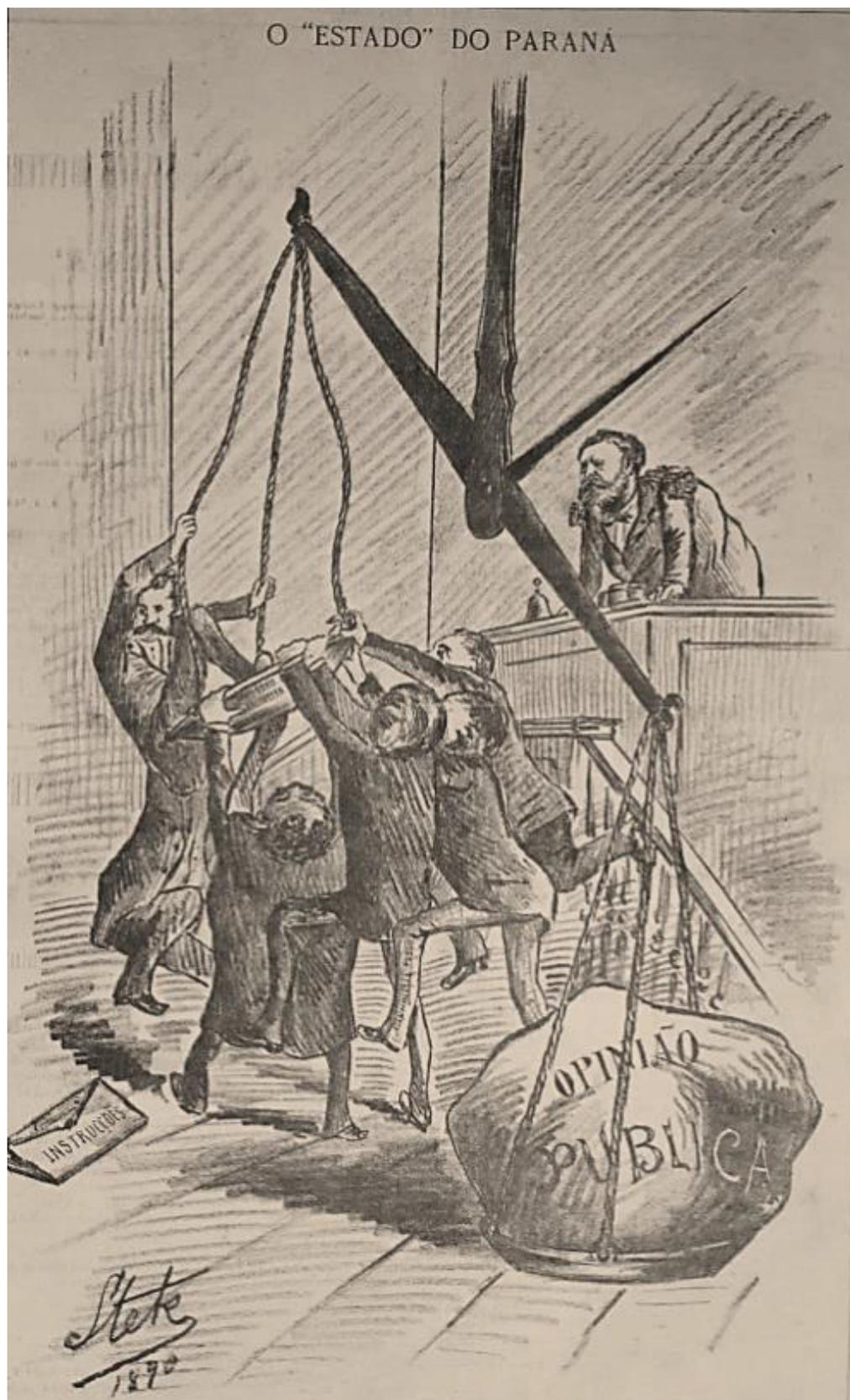
## 2.4 CHARGES: CRÔNICAS VISUAIS

Como já tratamos da publicação dos retratos, das datas comemorativas e dos símbolos que entraram em diálogo com os leitores paranaenses pelas páginas do *Quinze de Novembro*, lançaremos então nosso olhar às charges, um tipo de desenho de cena com humor e crítica, que podia ser ou não acompanhado de texto expresso, em balões, títulos ou legendas. As charges veiculadas na imprensa eram muito comuns no século XIX, tendo como tema algum acontecimento do contexto da época, de caráter geralmente político, local ou nacional, em que os personagens envolvidos eram retratados por caricatura. Nas charges do *Quinze*, identificamos um elaborado trabalho tanto gráfico como intelectual, onde a imagem fortalecia e potencializava a palavra. Usaremos como exemplo de crônica imagética a primeira

charge publicada no *Quinze de Novembro*, que não por acaso figurou na mesma edição em que a primeira *Crônica da Semana* invadiu o espaço destinado ao folhetim *Vencedores e Vencidos*, de Tony Révillon.

Na charge elaborada por Stek (imagem 51), que circulou no domingo, dia nove de fevereiro de 1890, a crônica encerrava a semana iniciada em três de fevereiro. A imagem, que é hierarquicamente superior ao texto e o domina, além de ser mais informativa do que as palavras do título, ocupou lugar de destaque, fazendo uso ambíguo da palavra “Estado”, que, colocada entre aspas, recebeu ainda mais destaque. Com o novo regime, o Paraná havia pouco deixara de ser Província para compor um dos Estados da República do Brasil e realizando assim um dos desejos dos republicanos paranaenses, porém a palavra também pode ser entendida, principalmente pelo uso das aspas, como substantivo masculino com sentido de “a situação” em que as coisas se apresentam ou “as condições” em que estas se encontram em determinado momento.

Imagem 51 – STEK. O “Estado” do Paraná. Litografia p&amp;b, 33 x 52,5 cm.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 9 fev. 1890, p. 3.

Os personagens estavam bem caracterizados, a exemplo da figura que apenas assiste à ação de cima de um púlpito, de pé, com as mãos apoiadas sobre a mesa, vestindo uma farda. Podemos identificar nela o governador do “Estado”, o Capitão de Mar e Guerra José Marques Guimarães (imagem 52-1), que havia assumido o cargo em 4 de dezembro e já tinha sido retratado no jornal em 8 de dezembro (imagem 24-2). No detalhe seguinte (imagem 52-2) podemos identificar cinco homens, número que corresponde aos membros da comissão executiva, que, como já citamos, era composta por Vicente Machado (chefe), Francisco Torres, Chichorro Júnior, Ernesto Lima e Maurício Sinke. A inscrição no prato da balança se refere diretamente a essa “comissão executiva” (imagem 52-2), que os homens tentam segurar. Com um dos pés posicionado dentro do prato, tentando equilibrar-se, está o único dos homens de quem se pode ver o rosto, possivelmente Vicente Machado o chefe da tal comissão e figura bem conhecida dos paranaenses.

Imagem 52 – STEK. Detalhe. 1. Capitão de Mar e Guerra José Marques Guimarães 2. Membros da Comissão Executiva. O ‘Estado’ do Paraná. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 9 fev. 1890, p. 3.

A opinião pública (imagem 53-2) foi representada como contrapeso da “comissão executiva” no outro prato da balança com maior peso. Mesmo estando na lateral da imagem, ainda se mantém como representação de maior força, tanto pela sua tonalidade como por suas dimensões, mas especialmente pelo fato de figurar em primeiro plano.

Imagem 53 – STEK. Detalhe. 1. Instruções Comissão Executiva. 2. Opinião Pública.. O “Estado” do Paraná. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 9 fev. 1890, p. 3.

Um envelope (imagem 53-1) na posição oposta da “opinião pública”, chama atenção por estar representado sem outros elementos em seu entorno, ficando bem visível ao leitor. Nele, em caixa alta, está escrito “Instruções” e, na aba que fecha o envelope, novamente “Comissão executiva”. Podemos compreender essa inserção quando recorremos a outro dos debates políticos que estavam em pauta nas editoriais. Além da comissão executiva que substituíra os membros eleitos da assembleia e da câmara, foi criada outra comissão que havia organizado e distribuído na imprensa as instruções para a organização do Partido Republicano. Ambas já foram abordadas quando tratamos da litografia *Quaresma de 1890* (imagem 41). O curioso desta charge foi a abordagem indireta e de alerta aos leitores de que as duas comissões eram formadas pelos mesmos membros.

Outras inscrições foram inseridas de forma mais discreta, nas pernas dos homens que executavam a ação, onde a leitura é mais difícil e demanda certo esforço do leitor: *Iluminação de um Palácio* (imagem 54-1), *Iluminação Pública* (imagem 54-2), *Advocacia* (imagem 54-3). Assim como a comissão, a questão da iluminação pública já foi citada anteriormente. Portanto, cabe destacar que as classificações das imagens que utilizamos na elaboração do texto não obedecem a uma ordem cronológica, pois a litografia *Quaresma de 1890* circulou em 19 de fevereiro de 1890 e O “Estado” do Paraná, no dia 9. No dia 3 de fevereiro, porém, haviam circulado na primeira página, na sequência do editorial, novas considerações sobre a situação do contrato da iluminação e, na terceira página da mesma edição

(n. 60), dentro da *Seção Livre*, uma nota contradita de Lufrido Costa, datada de 31 de janeiro, foi dirigida à redação do jornal *Quinze de Novembro*, reclamando do tom “por demais áspero” dirigido ao serviço da capital paranaense. Rebatendo, ponto a ponto, a análise do contrato divulgada pelo articulista com relação à iluminação, inclusive nas noites de luar, Lufrido Costa justificou que o compromisso expresso se referia unicamente às noites de luar nebulosas. Quanto ao concerto dos lampiões, o contrato se referia apenas aos que eram suscetíveis de concerto, e a verba seria, portanto, para reforma destes. (COSTA, *Quinze*. Curitiba, 3 fev. 1890, p. 3). Esse tipo de diálogo público que ocorre nas páginas do *Quinze de Novembro* como respostas às questões levantadas nos editoriais do jornal nos aponta para quem são seus os possíveis leitores: poderiam ser, além dos redatores dos outros jornais, também os prestadores de serviço da capital, ou qualquer cidadão que pudesse estar envolvido em alguma questão elencada pelo jornal para ser debatida em suas páginas, a exemplo de cada um destes membros da comissão retratados, seus amigos e inimigos, ou os que eram contra ou a favor.

Imagem 54 – STEK. Detalhe. 1. Instruções Comissão Executiva 2. Opinião Pública. O ‘Estado’ do Paraná. Litografia p&b, 33 x 52,5 cm.



Fonte: Jornal *Quinze de Novembro*. Curitiba, 9 fev. 1890, p. 3.

Sobre a inscrição “*Iluminação do Palácio*”, não identificamos referências diretas. No entanto, é preciso registrar que as comunicações do governo eram publicadas nos seguintes termos: “Ordem do Dia n. 1. Palácio do Governo”, “Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado do Paraná” ou ainda, “o Governador em seu palácio”. A figura em destaque, que se equilibra no prato da balança e tem a inscrição “*advocacia*” na sua perna suspensa no ar, apresenta mais uma evidência que aponta para a representação de Vicente Machado que, além de membro das comissões, também era advogado atuante em Curitiba.

“*A República bane os Loyos!*” Esta é a legenda que acompanhava a charge (imagem 55) elaborada por Stek que chegou aos leitores do *Quinze de Novembro*, em 23 de fevereiro de 1890, mais uma crônica visual rica em significados, em que cada elemento que compõe a cena ilustra uma parte dos debates instigados pela imprensa na Curitiba oitocentista que buscava se acomodar na República.

Dessa vez, a palavra não está no título da charge, ocupando uma posição de menor destaque na legenda. Porém, assume uma função mais descritiva da cena que está representada na charge. Não por casualidade, circulou no dia em que a imprensa divulgava que a Comissão Executiva do Partido Republicano havia sido deposta<sup>176</sup>. No editorial do dia, os leitores puderam acompanhar a narrativa que afirmava que o “povo curitibano” havia sido o vencedor do embate:

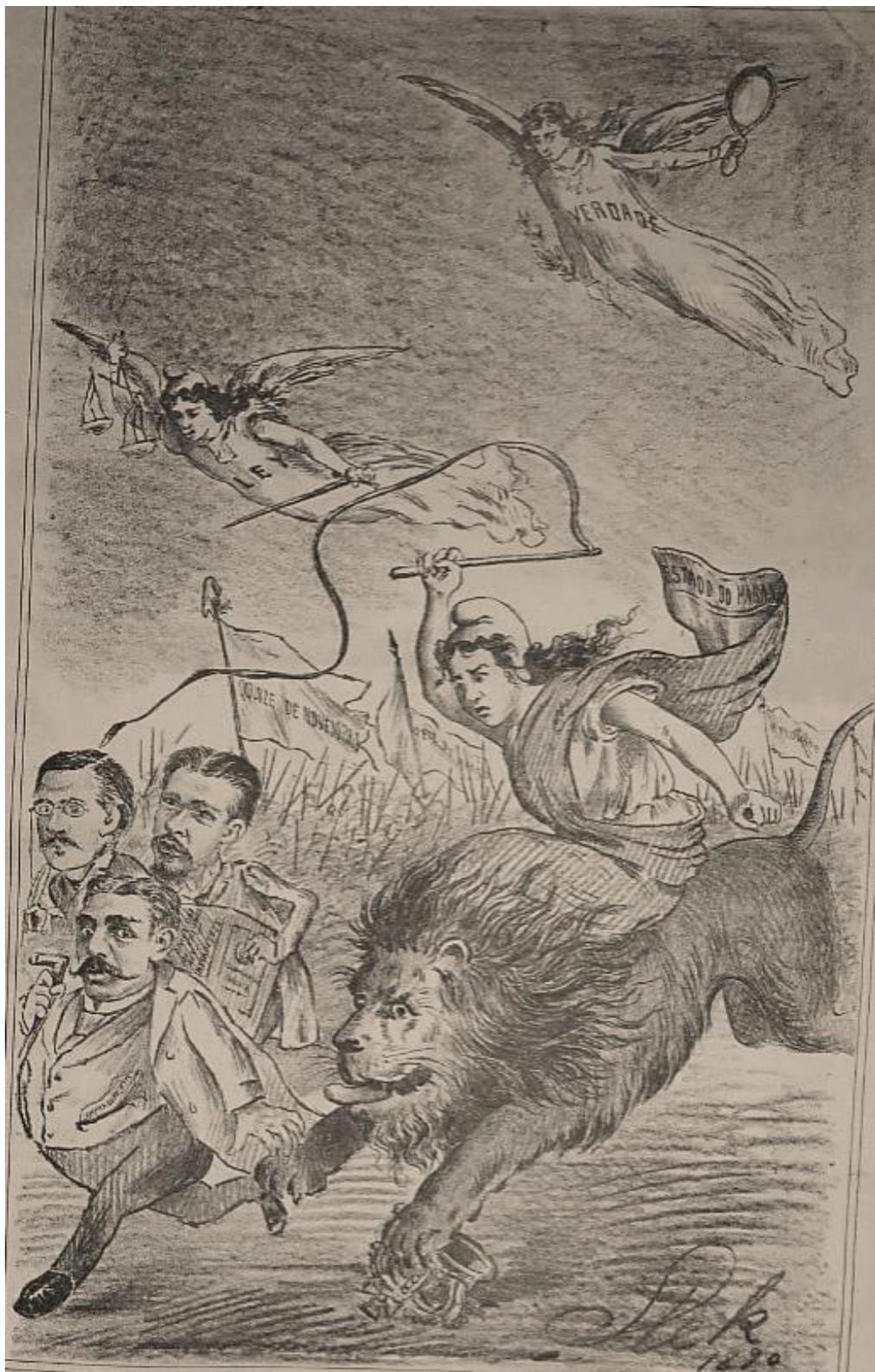
Não devem, não podem continuar a desempenhar os cargos para os quais foram nomeados, os cidadãos componentes da comissão executiva, deposta pela força da vontade do povo, que é soberano, que é absoluto. A maioria da esdrúxula ex-comissão foi uma verdadeira esponja que conseguiu absorver tudo. O povo desta capital entendeu, em boa hora, que semelhante gente não lhe merecia confiança; Que os seus direitos estavam sendo postergados por insensatos ambiciosos; Que eles não representavam a sua vontade, dele povo, que nunca foi consultado sobre a exótica comissão; [...] o povo curitibano reunido em massa, e em altos e estrondosos protestos, com viva indignação pela tal comissão, anulou poderes que não conferira e que foram-lhe usurpados audaciosamente.[...]

---

<sup>176</sup> O editorial do dia 11 de março de 1890 informa que, após uma reunião popular, à qual comparecerem cerca de oitocentas pessoas, foi organizado o Plano de Organização da Política Republicana do Estado do Paraná, que veio substituir as *Instruções* [...] documento assinado por Francisco Cardoso Junior, J. Correia de Freitas, Genoroso Marques dos Santos, Guilherme Leite, Major Norberto Bezerra, Lufrido José da Costa, Chichorro Junior, Joaquim Monteiro, Francisco de Paula Brito e José Pereira Santos Andrade. (REUNIÃO. Editorial. *Quinze*. Curitiba 11 mar. 1890, p. 1).

portanto, por honra própria, deixem os cargos que não lhes pertenceu. (POR HONRA, *Quinze*. Curitiba, 23 fev. 1890, p. 1).

Imagem 55 – STEK. A República bane os Loyos! Litografia p&b. 33 x 52,5 cm.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 23 fev 1890, p. 3.

Nesse mesmo artigo foi comunicada a demissão<sup>177</sup> do Delegado de Polícia, Maurício Sinke, que havia sido denunciado no já comentado editorial de 14 de fevereiro. Dois dias antes, porém, em 21 de fevereiro (ed. 78), Chichorro Júnior, um dos membros da dita comissão, fez uso do espaço da primeira página do *Quinze*, geralmente reservada aos temas do editorial, para anunciar que, por desacordos, havia deixado a referida comissão e o cargo de editor do jornal *A República*. A deposição da comissão se deu logo após a saída de Marques Guimarães do governo e a designação de Uladislau Herculano de Freitas<sup>178</sup> (1865-1926) em 18 de fevereiro, para governar o Paraná.

O peso maior da imagem está na parte inferior, onde acontece toda a ação. A figura de maior destaque é o leão feroz que corre na direção de três personagens. O leão está montado pela emblemática figura feminina símbolo da República, já descrita e retratada em outras imagens do jornal, mas que, nessa representação, tem as vestes cobertas por um tecido mais escuro, desenhado de forma a indicar que está em movimento pela velocidade do deslocamento do leão. Na ponta do tecido está a inscrição “Estado do Paraná” e, na mão, a figura segura um chicote (imagem 56) direcionado para os três personagens que compõem a cena. Essas inserções trazem a referência de que, com a chegada da República no Brasil, o Paraná estaria investido de seu poder. O leão segura em sua pata esquerda, na base da imagem, bem ao centro e em primeiro plano, uma coroa, símbolo da monarquia. Esta está, porém, representada isolada e não sobre uma cabeça, indicando perda do poder monárquico.

---

<sup>177</sup> Assumiu como Chefe de Polícia interino *Emygdio Westphalen*.

<sup>178</sup>Uladislau Herculano de Freitas foi designado em 18 de fevereiro e ficou no cargo por curto período, até 4 de março 1890, quando assumiu Américo Lobo Leite Pereira (1841-1903), que ficou no cargo de 4 de março a 28 de julho de 1890.

Imagem 56 – STEK. Detalhe 1. A República bane os Loyos! Litografia p&b. 33 x 52,5 cm



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 23 fev 1890, p. 3.

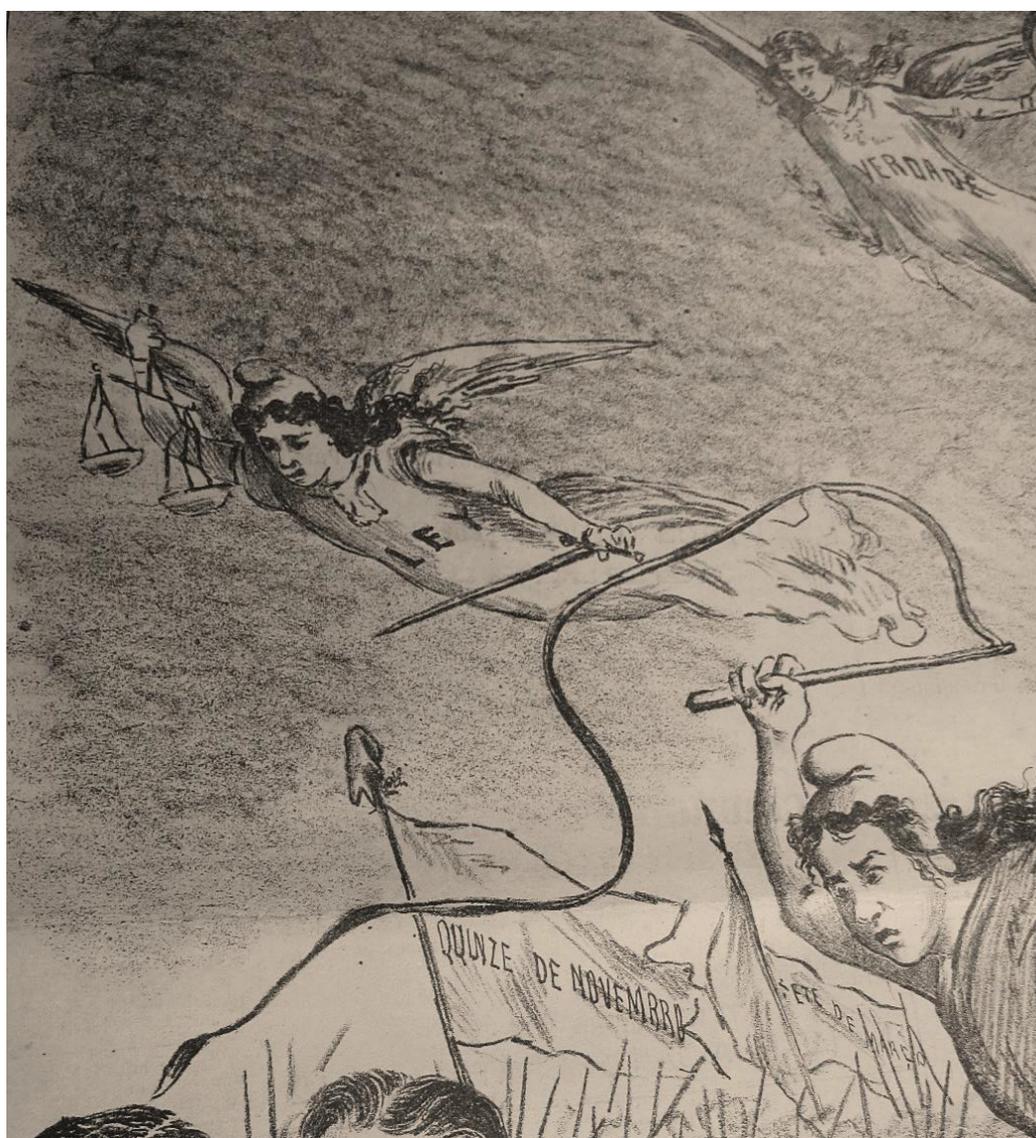
Com a aproximação do detalhe acima (imagem 56), podemos ver, compondo o segundo plano, três bandeiras sendo carregadas por um grande grupo de pessoas, onde estão identificados os nomes de três jornais representando a imprensa: *Quinze de Novembro*, *Sete de Março* e *O Progresso*<sup>179</sup>.

Na parte superior da cena (imagem 57), destacam-se duas figuras femininas com asas, como se fossem anjos a observar e conduzir o grupo. Uma, que está mais próxima da ação, sendo representada com barrete (liberdade), uma espada (luta) e

<sup>179</sup> Embora o jornal *O Progresso* conste na lista publicada no jornal *Quinze* em março de 1890 como um dos jornais paranaenses recebidos pela Biblioteca do Estado do Paraná, junto ao *Quinze de Novembro*, *A Republica*, *Clube Curitibano*, *Sete de Março*, *Dezenove de Dezembro*, *Pátria Livre* (JORNAIS. *Quinze*. Curitiba, 12 mar. 1890, p. 1) não encontramos exemplares disponíveis no acervo da Biblioteca Pública do Paraná, apenas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional a edição 71 de fevereiro de 1891, na qual é identificado como sendo proprietário e editor José Ferreira de Barros e como “jornal dedicado aos interesses do Estado do Paraná”.

uma balança (justiça), tem a inscrição “lei”, uma referência direta à situação que estava sendo vivida no Paraná, mas que denota confiança na forma de governo, em que a lei, acreditava-se, estava acima de todos e investida de liberdade, justiça e espírito de luta. Acima da lei e de todos, está representada a “Verdade”, que carrega em uma das mãos um ramo de louro (vitória) e, na outra, um objeto semelhante a um espelho, que pode nos levar a interpretar que a verdade deve espelhar-se em si mesma, ou ainda, olhar apenas para si, não se deixando influenciar por outros fatores.

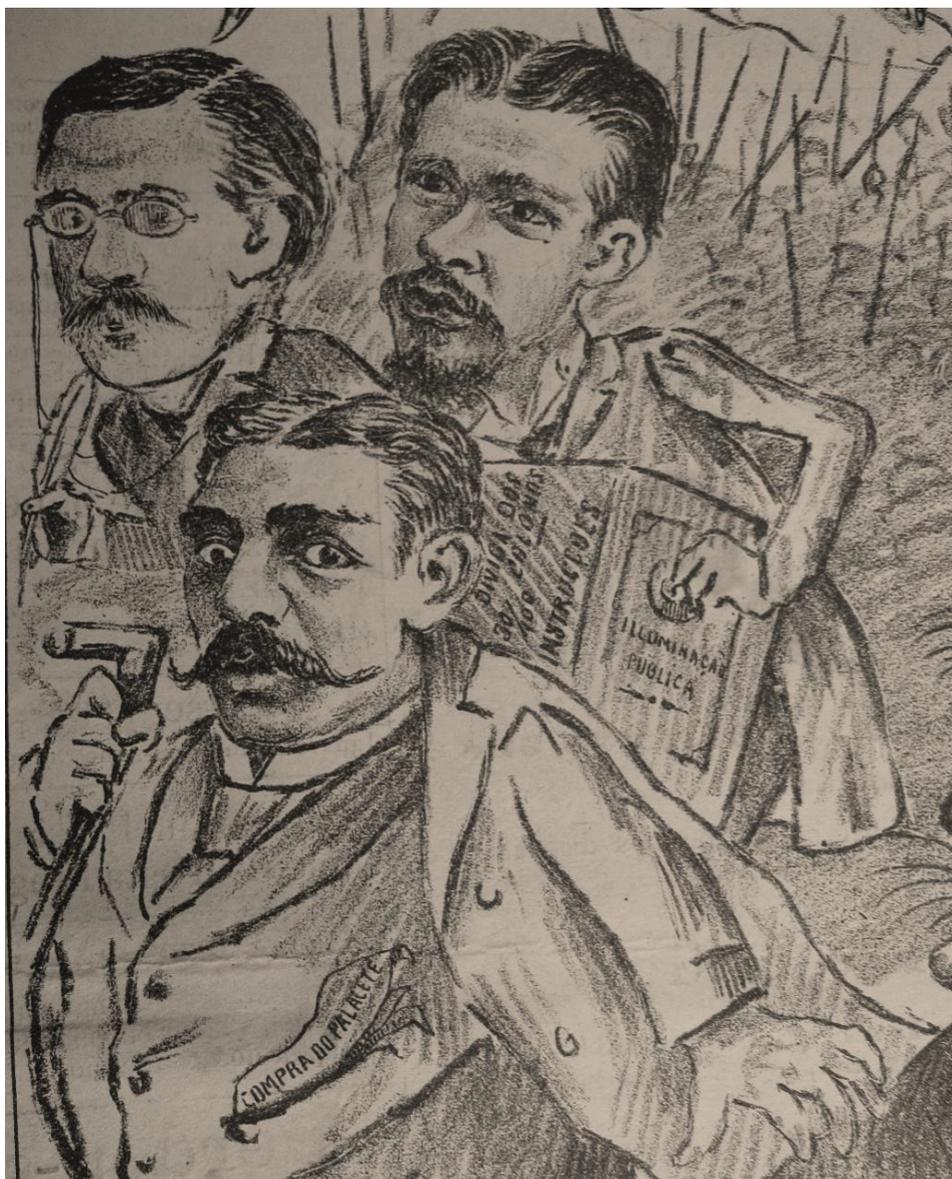
Imagem 57– STEK. Detalhe 2 A República bane os Loyos! Litografia p&b. 33 x 52,5 cm.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 23 fev 1890, p. 3.

No detalhe a seguir (imagem 58), é possível identificar três personagens, de rostos bem definidos e cujas representações contêm detalhes que possivelmente eram característicos de cada um.

Imagem 58 – STEK. Detalhe 3. A República bane os Loyos! Litografia p&b. 33 x 52,5 cm.



Fonte: Jornal *Quinze de Novembro*. Curitiba, 23 fev 1890, p. 3.

Um dos três tem bigode, penteado com uma divisão lateral, usa óculos *pince-nez* arredondado e tem na mão uma pena, representando possivelmente Chichorro Júnior, que, como já vimos, havia recentemente deixado a comissão executiva do partido e a redação do jornal *A República*. O outro tem barba e bigode, cabelo penteado dividido ao meio, e tem nas mãos um livro onde se lê: *Dívida dos colonos*

3/100, *Instruções e Iluminação pública*, fazendo alusão aos debates que vinham ocorrendo, nos quais estava envolvido diretamente Maurício Sinke. A figura de maior destaque foi representada de corpo inteiro, seguindo uma característica das charges, em que a cabeça é maior que o corpo, onde se destaca a expressão assustada, olhando na direção do leitor. O personagem tem um grande bigode de pontas levantadas, que está além do rosto, um penteado bem marcado dividindo seu cabelo ao meio, carrega na mão uma bengala e está vestindo um costume completo, saindo do bolso de seu colete um papel com a inscrição “*compra do palacete*”<sup>180</sup>, indícios que nos remetem novamente a Vicente Machado. Uma charge resumia, com detalhes, os acontecimentos daquela semana: uma crônica imagética.

Menezes Doria, redator-chefe do *Quinze de Novembro*, havia se ausentado por alguns dias a fim de, na Capital Federal, melhorar o serviço de correspondência telegráfica do jornal. Tertuliano Teixeira Freitas<sup>181</sup> havia ficado responsável pela redatoria durante sua ausência e, em sua homenagem, redigiu o editorial do dia 2 de março de 1890:

O nosso erudito e infatigável chefe [da redação do jornal], as suas vistas, sempre guiadas para o bem de todos, dirigiram-se aos combates da imprensa, contra esses inimigos dos nossos costumes, das nossas leis e do bem estar de todo cidadão honesto. O ardor com que encetou e prosseguiu o Dr. Menezes Doria na acusação levantada contra o injurídico e imoral contrato de cobrança da dívida colonial, é um dos florões mais vivos de seus sentimentos nobres. [...] combateu ele por estas colunas aquele contrato; chamou atenção pública para as desgraças que do mesmo podiam provir a colonização e tal fora a lógica incisiva que convenceu a todos, tendo a mais eloquente prova na imprensa de todo o País. [...] Parece-nos que a verdade calou no ânimo de todos; que as nossas colunas tão bem dirigidas, tiveram o maior triunfo [...] e eles desapareceram com a rapidez com que a luz se apaga. Eis o que significa a ilustração que hoje oferecemos ao público. (HOMENAGEM, *Quinze*. Curitiba, 2 mar. 1890, p. 1).

Cabe ponderar a afirmação do autor da nota acima, de que a “lógica incisiva que convenceu a todos” se deveria à influência de Menezes Doria como jornalista durante o período em que atuou como redator no *Quinze de Novembro* em nome de

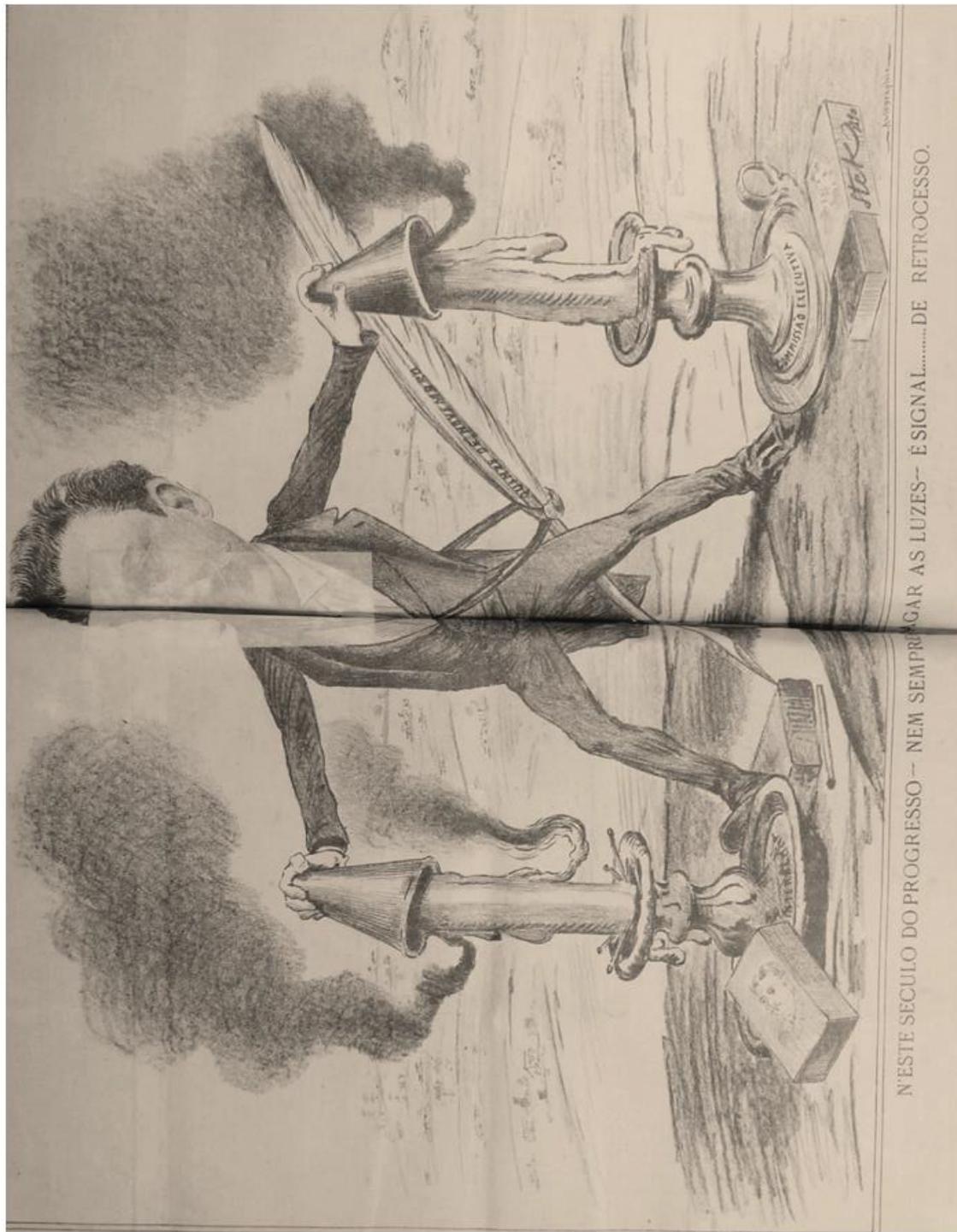
<sup>180</sup> Provavelmente a compra do palacete, referida por inscrição indicial, foi um assunto importante, no entanto não localizamos, até o momento, informações sobre o tema para esclarecer ao leitor.

<sup>181</sup> Na ocasião, embora não tenha sido apresentado ou se identificado, localizamos no editorial da edição n. 102, de 17 de março de 1890 uma homenagem a Tertuliano Teixeira de Freitas, identificando-o como advogado, “grande legista”, jornalista habituado às mais violentas lutas, “curto período que ele dirigiu o jornal” é um início da autonomia que o proprietário Narciso Figueras dava aos seus editores chefes.

ações patrióticas. Fica, portanto, a pergunta de Sirinelli (2003, p. 235): “teriam estes intelectuais, em uma determinada data, influído no acontecimento?”

Nessa mesma edição foi inserida uma charge (imagem 59) assinada por Stek, especialmente dedicada à atuação de Doria, posicionada nas páginas centrais, para ser visualizada pelo leitor na posição horizontal, com legenda própria, porém foi apresentada anteriormente no texto do editorial, que esclarecia quem era o homenageado e as ações que estaria representando. Nesse caso, podemos considerar que, mesmo compondo páginas separadas, percebe-se o que Santaella (2012, p. 113) identifica como *dominância textual*, pois a charge estava cumprindo também uma função ilustrativa. No entanto, se considerarmos apenas as páginas onde foi publicada, a imagem passa a ser hierarquicamente superior ao texto da legenda (“Neste século de progresso – nem sempre apagar as luzes é sinal ... de retrocesso”), ocorrendo assim a “dominância da imagem” (SANTAELLA, 2012, p. 113-4), pois além de ser mais informativa para o leitor que estava acompanhando os debates, por suas inscrições indiciais, também ocupava um espaço de destaque.

Imagem 59 – STEK. Neste século de progresso – nem sempre apagar as luzes é sinal ... de retrocesso. Litografia p&b, 71,5 x 52,5 cm.



O personagem retratado (Imagem 60) já havia sido identificado pelo editorial como sendo Menezes Doria. Como ocorreu com a imagem central da *Quaresma de 1890*, a encadernação das edições prejudicou a visualização do seu rosto, mas podemos perceber que seu corpo foi retratado magro. A posição das pernas e a musculatura lhe conferem agilidade no “combate” descrito pelo editorial, pois está executando duas tarefas ao mesmo tempo, uma com cada mão, e ainda carrega como acessório a pena (símbolo do jornalismo) com a inscrição “*Quinze de Novembro*”, jornal do qual era redator-chefe e por quem estava sendo homenageado. Esta homenagem, aliás, mesmo tendo sido justificada por ocasião de sua ausência, nos faz considerar a possibilidade de ter sido pensada pelo proprietário como uma propaganda do jornal da competência e da articulação do seu redator-chefe.

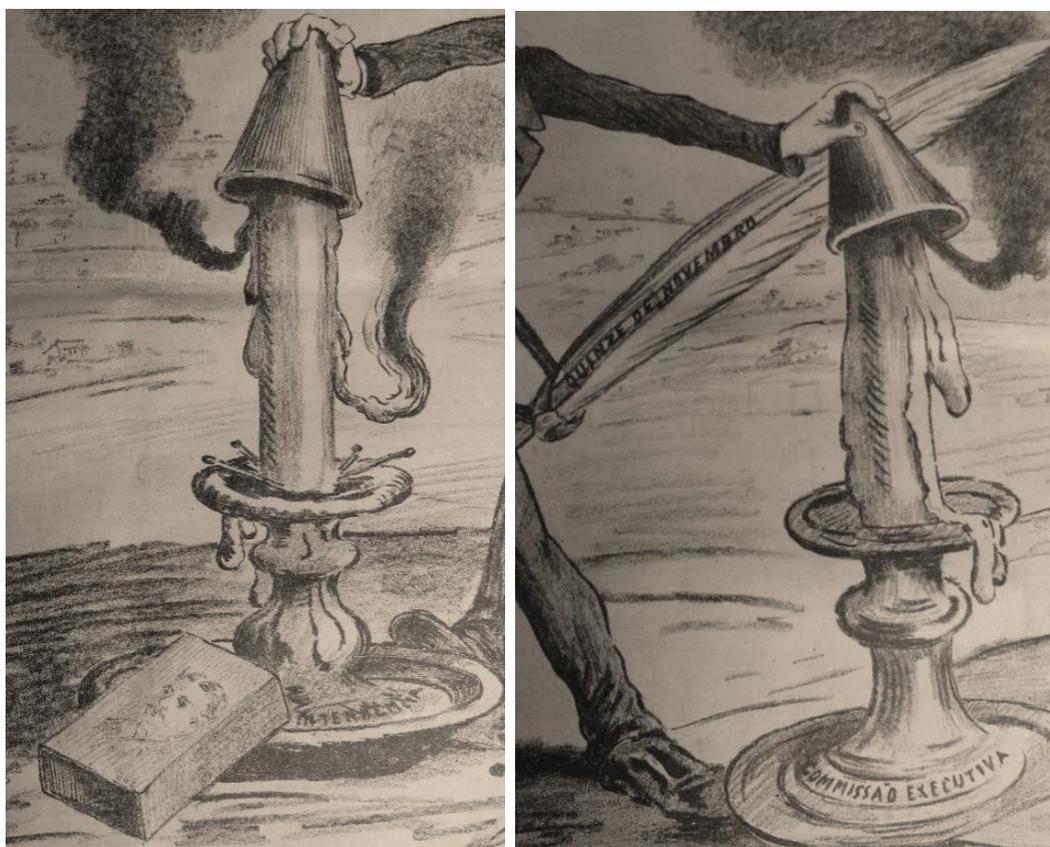
Imagem 60 – STEK. Detalhe. Neste século de progresso – nem sempre apagar as luzes é sinal... de retrocesso. Litografia p&b, 71,5 x 52,5 cm.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 2 mar. 1890, p. 2-3.

Na ampliação dos detalhes (imagem 61), podemos identificar sua ação com a mão esquerda apagando uma vela. No suporte, vemos apoiada uma pequena caixa de fósforo, em que se vê o rosto de Vicente Machado e onde também está a inscrição “*Intendência*”. Próximo à vela, estão quatro palitos já queimados, numa possível referência aos membros da comissão, visto que, com o retrato na caixa, somariam os cinco já referidos em outras charges. A mão direita apaga outra vela, onde se lê “*Comissão Executiva*”, que acabara de ser deposta e desapareceria com a “rapidez com que a luz se apaga”. (HOMENAGEM..., *Quinze*. Curitiba, 2 mar. 1890, p. 1).

Imagem 61 – STEK. Detalhe 2. Neste século de progresso – nem sempre apagar as luzes é sinal... de retrocesso. Litografia p&b, 71,5 x 52,5 cm.



Fonte: Jornal *Quinze de Novembro*. Curitiba, 2 mar. 1890, p. 2-3.

A última charge (imagem 62) foi publicada em 23 de março de 1890, ocupando uma página, assim como a anterior, também na posição horizontal. A legenda foi posicionada na base da página, facilitando o entendimento da cena, pois revelava qual é a ação que está sendo retratada e quem era o personagem em destaque no centro da imagem: “As colônias representadas pelos seus vários produtos

manifestaram em todos os tempos ao sr. Maurício Sinke as patrióticas vaias de que é merecedor”. Nesse caso, imagem e texto estão integrados, estabelecendo uma relação definida por Santaella (2012, p. 115) como *complementaridade*, quando a imagem ilustra a legenda ao mesmo tempo em que o texto comenta a imagem. Isso posto, é possível observar que o *Quinze de Novembro* fazia uso desse tipo de recurso, reforçando o argumento de Joly, de que “a linguagem não só participa na construção da mensagem visual, mas transmite-a, completando a mesma, numa circularidade simultaneamente reflexiva e criadora”. (2007, p. 11).

Imagem 62 – STEK. As colônias representadas pelos seus vários produtos manifestaram em todos os tempos ao sr. Maurício Sinke as patrióticas vaías de que é merecedor.



A exemplo dos detalhes ampliados (imagem 63) que nos permitem, assim como permitiam ao leitor do jornal, identificar quais os tipos de produtos produzidos nas colônias do Paraná naquele período, basicamente estão representadas frutas e verduras, entre as quais abacaxi, cenoura, uva, rabanete, banana e abóbora. Isso se relaciona com o fato de que o solo paranaense era fértil em vários tipos de culturas e também que as atividades das colônias eram essencialmente agrícolas, produzindo e fornecendo alimentos para o Estado.

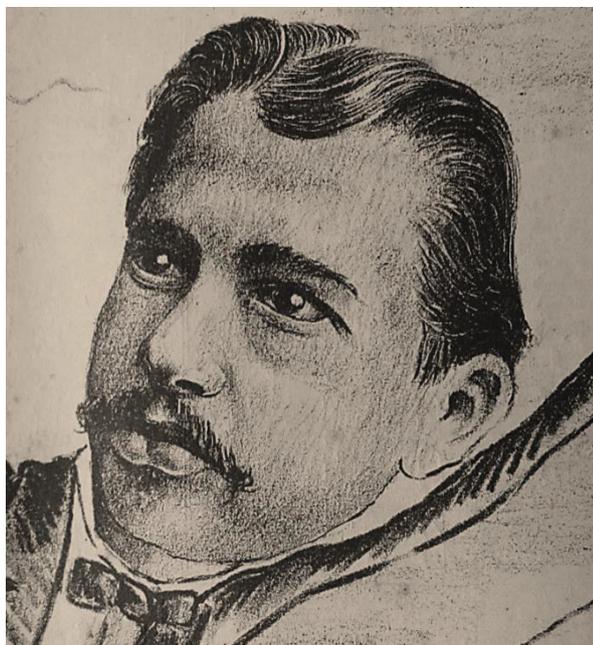
Imagem 63 – STEK. As colônias representadas pelos seus vários produtos manifestaram em todos os tempos ao sr. Maurício Sinke as patrióticas vaias de que é merecedor.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 23 mar. 1890, p. 3.

A figura em destaque na litografia produzida por Stek era Maurício Sinke (imagem 64), também identificado pela legenda, representado de forma caricata, com a cabeça muito maior que o corpo. Esse era um personagem conhecido dos leitores, pois já havia sido retratado no *Quinze*. Chefe de Polícia demitido recentemente, havia sido membro da comissão da *Intendência Municipal* e também da *Comissão Executiva do Partido Republicano* que havia acabado de ser deposta, segundo o jornal, devido a acusações publicadas na imprensa contra a cobrança “imoral” da dívida dos colonos.

Imagem 64 – STEK. Detalhe. As colônias representadas pelos seus vários produtos manifestaram em todos os tempos ao sr. Maurício Sinke as patrióticas vaias de que é merecedor.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 23 mar. 1890, ed. 108, p. 3.

Na casaca (imagem 65), traje no qual foi representado Maurício Sinke, foram inseridas discretamente a frase “*adeus primo Rufino*” e “*vende-se 30/100*”, esta última fazendo uma referência ao lucro, dividido entre os sócios, que a empresa *Sinke & C.* teria tido com a cobrança da dívida colonial.

Imagem 65 – STEK. Detalhe. As colônias representadas pelos seus vários produtos manifestaram em todos os tempos ao sr. Maurício Sinke as patrióticas vaias de que é merecedor.



Fonte: *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 23 mar. 1890, ed. 108, p. 3.

A maioria das personalidades que foram retratadas nas charges publicadas no *Quinze*, se observarmos a elaboração cuidadosa de sua caracterização e feições no intuito de representá-los de forma mais realista possível do ponto de vista fisionômico, poderiam ser classificadas também na categoria de *retratos*, a exemplo da figura de Maurício Sinke (imagem 64). No entanto, trata-se de caricaturas, pois mesmo havendo características em comum e semelhanças com um retrato, há também diferenças, pois neste tipo de representação o artista concentra-se no desenho do rosto, de modo a permitir que o retratado seja reconhecido pelo leitor dentro da cena da charge.

Imagem 66 – Retrospectiva dos rostos inseridos nas charges: José Marques Guimarães, Vicente Machado, Chichorro Junior, Maurício Sinke e novamente Vicente Machado.



Fonte: Jornal *Quinze de Novembro*. Curitiba 1889-1890.

Dos personagens caricaturados e apresentados na Imagem 66, somente Menezes Doria teve sua imagem publicada como homenagem. Os outros, ao contrário, tiveram seus rostos inseridos em cenas de denúncia, fazendo com que fossem reconhecidos pelos leitores pelas suas ações. Sidney Chalhoub (2009, p. 17) identifica como crônica híbrida o texto quando acompanhado da charge, muito embora, para além de suas relações com a crônica literária criada no século XIX, esta estará sempre repleta de subentendidos e aberta a múltiplas interpretações. Questões e debates políticos e sociais importantes do contexto em que estavam inseridas eram tratados com humor e ironia. Para Marcelo Balaban (2009, p. 24), a força desse tipo de crônica ilustrada estava justamente nessa ambiguidade das associações repletas de sentidos e alegorias.

Apoiados na definição de Joly (2007) e Santaella (2012) da imagem como representação visual artificialmente criada, produzida e reproduzida, transitamos pelo território da visualidade ao qual teve acesso, pelas páginas do *Quinze de Novembro*, o leitor oitocentista do Paraná. Ao apresentarmos as imagens elaboradas

e selecionadas para comporem a diagramação gráfica do jornal, foi possível compreender como se deu o processo de construção do que foi vivenciado, visto, sentido, imaginado e projetado, tanto pelos leitores, quanto pelos seus editores naquele contexto social e político em que o Paraná deixou de ser uma província e buscava afirmar-se como Estado Federação da República do Brasil. Não podemos esquecer, no entanto, que a imagem também pode designar algo que não está visível, pois, segundo Joly (2007, p. 13), sua produção se dá por um sujeito que a reconhece por estar imerso em tempo e lugar determinados. Ficam para nós as perguntas: o que não foi representado? O que foi selecionado para não estar, não ser visto, ser apagado, ocultado dos olhos do leitor?

### 3. MINEIROS DO FUTURO: “– COM A PALAVRA, OS EDITORES”

*Mineiro do futuro, o jornalista tem de mergulhar no fundo abismo das paixões humanas, sempre latentes no seio das multidões, para dele sair, como o mergulhador do Oriente, com as mãos iluminadas pelas pérolas da verdade. (A RECEPÇÃO, Quinze, 26 nov. 1889, p. 01).*

O *Quinze de Novembro* se apresentou estrategicamente ao público leitor em um contexto que lhe permitiu atuar como mediador de questões importantes abordadas em suas páginas. Isso se deu num momento de “febre pelo progresso, pelo movimento, pela agitação, pela vida” (CORREIA, *Quinze*, 27 nov. 1889, p. 1), o que nos permite analisar o papel testemunhal e educativo dos jornais como fonte de conhecimento, bem como o papel do redator e do editor (jornalistas) também como educadores: “mineiros do futuro”.

Por que o *Quinze de Novembro* utilizou para o jornalista a metáfora de mineiro do futuro? Cabe lembrar que quando os bandeirantes encontraram regiões potenciais para extração de ouro, deram início a um movimento migratório conhecido como “corrida do ouro<sup>182</sup>”, no final do século XVII e durante todo o século XVIII, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal. Por consequência, segundo afirma Boris Fausto (2007, p. 49-65), apesar de inicialmente o grande fluxo de pessoas para a região ter gerado graves crises de subsistência, “a economia colonial tomou força e as áreas mineradoras progrediram significativamente”. Portanto, um minerador sempre procura por riquezas ainda escondidas e que, quando encontradas, podem trazer prosperidade, progresso e esperança de um futuro melhor. Já se vivenciara o espaço de experiência e das melhorias que estavam aliadas à ação de um mineiro. O horizonte de expectativa estava, sim, baseado no passado e tinha-se a sensação de que o futuro tão esperado havia chegado.

Há, também, outra possível referência metafórica nesse pequeno trecho que destacamos, no qual o jornalista é comparado com um “mergulhador do Oriente” que terá suas “mãos iluminadas pelas pérolas da verdade”, referências à orientação e

---

<sup>182</sup>A corrida do ouro ou febre do ouro designa um período de migração súbita e em massa de trabalhadores para áreas onde se fez alguma descoberta de quantidades comerciais de ouro. Este movimento migratório ocorreu em vários países. Na América do Norte, a maior corrida do ouro ocorreu na Califórnia, em 1848, e por volta de 1849 já havia 80 mil garimpeiros na região. No Canadá, no território de Youkon, cerca de 30 mil pessoas migraram para a região entre 1896 e 1899.

aos princípios da Maçonaria<sup>183</sup>. Não trataremos, pois, nesta pesquisa, a este respeito, mas é importante considerar que, no Paraná de 1853 e 1891, entre presidentes e vice-presidentes da Província e governadores e vice-governadores do Estado, 100% dos 47 nomes<sup>184</sup> que assumiram esses cargos, independente se eram liberais ou conservadores, monarquistas ou republicanos, foram maçons<sup>185</sup>. Segundo José Castellani (1993), a mais antiga potência maçônica brasileira é chamada de Grande Oriente do Brasil e participou ativamente em momentos cruciais da história brasileira, como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

Na sua primeira edição, o *Quinze de Novembro* levantou sua bandeira, ainda vibrando sob os brados da República, revelando sua crença no papel da imprensa, como portadora de conhecimento, conduzindo a todos em direção do progresso:

É grande, pois, o povo que procura nas entranhas da terra os elementos de um progresso sólido e duradouro. É maior, porém, aquele que também vive, e principalmente alimenta-se desta espécie de aspiração intermitente, que tanto e tão nobremente trabalha os grandes espíritos – o amor do saber. (A NOSSA..., *Quinze*, Curitiba, 24 nov. 1889, p. 1).

Se considerarmos a imprensa como um palco, como sugere Habermas (2003), convém lembrar que, para atuar nesse espaço, como jornalista, editor e/ou proprietário de um jornal ou revista, era preciso, além de possuir talento para a escrita e eventualmente capital financeiro, estar preparado para atuar com

---

<sup>183</sup> No Paraná constam na lista da Maçonaria: Alfredo Romário Martins, Amazonas de Araújo Marcondes, Augusto Stresser, Balbino Candido da Cunha, Candido Lopes pai, Ciro Velloso, Dario Velloso, David Carneiro, Francisco Dias Negrão, Francisco José Cardoso Júnior, Gabriel Ribeiro, Generoso Marques, Idelfonso Pereira Correia, Jayme Ballão, Jesuino da Silva Lopes, Jesuino Marcondes de Oliveira Sá, João David Pernetta, João Meneses Doria, João Negrão, Joaquim Chichorro, Julio David Pernetta, Justiniano de Mello e Silva, Lindolfo Pires Rocha Pombo, Manoel Silveira Netto, Sebastião Paraná, Theophilo Soares Gomes. Deodoro da Fonseca Quintino Bocaiuva. (MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE, s.d.)

<sup>184</sup> Chegamos a este número, comparando as listas oficiais de presidentes e vice-presidentes, governadores e vice-governadores, que assumiram o cargo, mesmo que temporariamente ou interinos, com a lista de sócios da maçonaria, disponível *online* no Museu da Maçonaria. Consideramos apenas os nomes, pois alguns voltaram ao cargo em mais de um mandato ou interinamente.

<sup>185</sup> Entre 1853 e 1891, 63 governantes do Paraná foram maçons. O acesso à lista de nomes está disponível em [http://museumaconicoparanaense.com/Governadores\\_do\\_Parana.htm](http://museumaconicoparanaense.com/Governadores_do_Parana.htm) Acesso em: 26 fev. 2018. Sobre a história do grande oriente no Brasil, consultar CASTELLANI, 1993.

desenvoltura nas cenas de poder. Segundo Barbosa (2010, p. 155), no século XIX o jornalista atuava também como um produtor de bens simbólicos, transformando-se em um verdadeiro formador de conceitos, normas e padrões permitidos. Consideremos ainda o argumento de Miceli (1977, p. 15), que identifica o jornalismo daquele período como principal instância de produção cultural, que, além de benefícios e gratificações, também proporcionava visibilidade intelectual.

Apoiados em distinções oriundas do acesso a instrumentos de saber e de relações de poder, que Gondra e Schueler (2008, p. 68) nomearam como “nobreza cultural”, os jornalistas eram responsáveis pelas escolhas tanto da forma quanto dos conteúdos do jornal, resultado direto de estratégias impositivas de seleção e organização de um pequeno grupo, imbuído em registrar, organizar e fazer circular um amplo conjunto de conhecimentos em temas especializados.

O *Quinze de Novembro* aproveitou aquele momento de euforia política de novos atos e decretos para decretar sua própria independência, declarando para seus leitores uma posição de imparcialidade:

Não temos liame de espécie alguma, que nos prenda a grupos ou individualidades. De uma vez para sempre fique positivamente acentuada a nossa posição: - completa imparcialidade de julgamento, inteira e absoluta independência no modo de ver e apreciar as coisas. (A NOSSA..., *Quinze*. Curitiba, 24 de nov. 1890, p. 1).

Essa imparcialidade, apesar de declarada e reafirmada no discurso, não se efetivava na prática, pois era evidente o tom de entusiasmo com a nova forma de governo, de tal modo que Bega (2013, p. 386), em sua pesquisa, quando se refere ao jornal *Quinze de Novembro*, identifica-o como “um periódico de defesa de interesses da recente República”. Manter-se em terreno imparcial, orientando e encaminhando a opinião pública, seguindo a norma própria da imprensa independente, de não receber financiamento e não estar filiado a nenhum partido político, foi uma tarefa esquecida algumas vezes pelos seus editores no processo de afirmação perante o público leitor.

Trabalharemos a seguir com as evidências de que, para ocuparem suas páginas como editores e colaboradores, esses intelectuais deveriam antes gozar de reconhecimento e profissionalismo na esfera pública. Nesse sentido, podemos utilizar a metáfora do *ambiente teatral* de Habermas (2003, p. 108-110), no qual os atores, representados pelos autores, se apresentam no palco, enquanto os

espectadores, materializados na figura dos leitores, assistem nas galerias. Não podemos perder de vista, porém, que o sucesso desses atores/autores é decidido em última instância nas galerias pelo interesse de seus leitores nas suas atuações.

Os selecionados para assumirem o desafio imposto pelo cargo de editor de um jornal percebiam na prática que, ao estarem à frente da redação, sentiam-se e eram vistos por seus leitores como indivíduos dotados de uma missão moral superior, que compreendia educar e contribuir para a unidade nacional (ANDRADE, 2015, p. 13). Como tal, transformavam-se em verdadeiros formadores de conceitos, normas e padrões permitidos. (BARBOSA, 2010, p. 155).

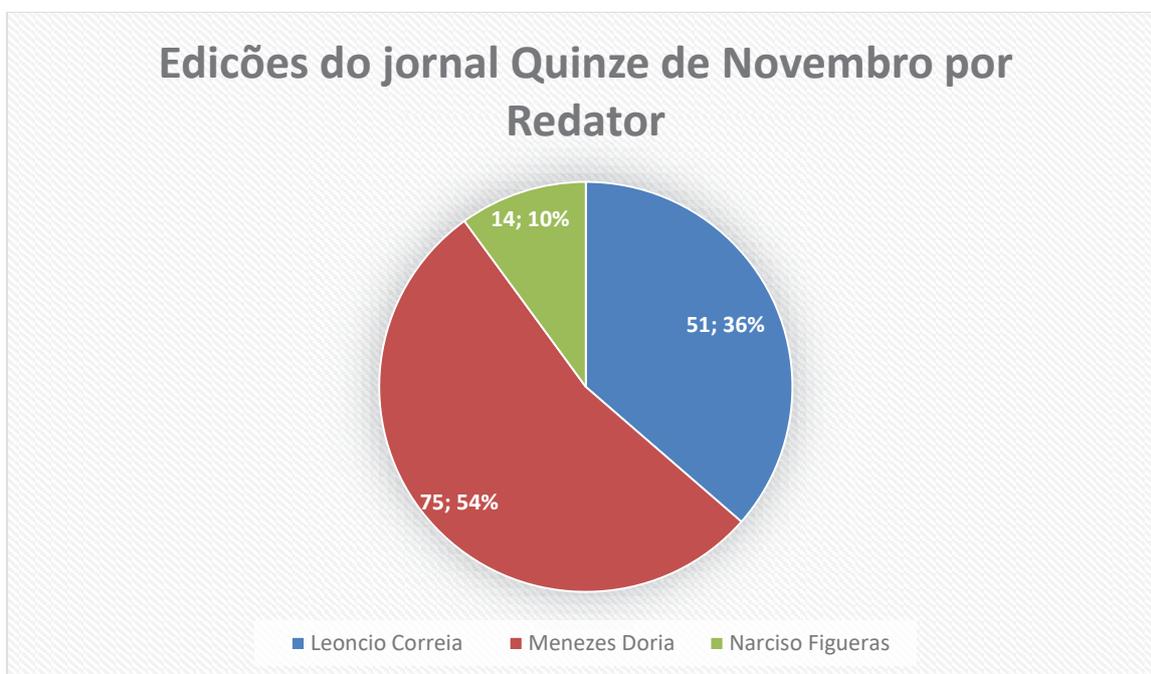
O fenômeno da edição marcou o momento em que o texto passou a se constituir como objeto, exigindo tipos de letras e formatos específicos, ocupando espaços selecionados, organizados em seções, para, a partir daí, encontrar os seus leitores. As redações dos jornais e revistas eram ocupadas por generalistas que, oriundos de outras formações profissionais, eram alçados à condição de jornalistas, entre os quais parecia haver uma espécie de consenso sobre o papel privilegiado da imprensa reconhecida como “soberana e grandiosa deusa da opinião”. (BARROS, 1890, p. X).

A imprensa constituiu-se em uma ferramenta indispensável para a constituição da modernidade e da identidade nacional (MOREL, 2005, p. 169), questões que eram recorrentes dentro das redações. Atuando diretamente no processo de transmissão e circulação cultural, eles advogavam, segundo Gondra e Schueler (2008, p. 68), pela difusão das luzes e pela educação dos cidadãos, sendo até mesmo mencionados e identificados como “construtores do Estado Nacional”. (MOREL, 2008b, p. 39). Podemos identificá-los como intelectuais mediadores, pois, como redatores, assumiram o papel de facilitar a compreensão dos conteúdos e informações, permitindo o acesso do leitor a determinados códigos, que muitas vezes são produtos de outros tempos e de culturas diferentes, para melhor compreensão dos debates em circulação no jornal.

As atuações e os desafios aceitos pelos “mineiros do futuro” Leoncio Correia, Menezes Doria e pelo próprio Narciso Figueras, na condição de editores do *Quinze de Novembro*, colocava-os na posição de mediadores em questões importantes dentro desse momento histórico, numa afirmação do papel de educadores por eles

assumido como produtores de conhecimento vinculados direta ou indiretamente à intervenção político-social.

Gráfico 2 – Edições do jornal *Quinze de Novembro* por redator



Fonte: Elaborado pela autora.

O artigo que selecionamos para dar início ao item “mineiros do futuro” é muito representativo para o entendimento dos leitores e sobre a visão dos editores, da sua árdua tarefa de um jornalista de “mergulhar no fundo do abismo das paixões humanas para sair dele, como mergulhador do Oriente” (A RECEPÇÃO, *Quinze*. Curitiba, 26 nov. 1889, p. 1), tomando para si o compromisso com a verdade, em um momento da história política do Brasil que seria necessário exercer, junto ao povo e ao governo, uma dupla função: colaboração e fiscalização.

Após iniciar sua trajetória entrando em circulação em 24 de novembro de 1889, o jornal teve três diferentes fases, que podem ser identificadas tanto pela mediação quanto pelos desafios enfrentados por seus editores. Um traço comum entre esses homens era o exercício de atividades profissionais nos setores de educação, jornalismo ou diplomacia, as quais, como nos lembra Rama (1985, p. 79), eram típicas de uma cidade modernizada e tornaram-se a expressão do crescimento e da diversidade das atividades intelectuais nas décadas de 70 e 80 do século XIX. Dentro dessa configuração, a função de mediador cultural passou a ser exercida por

um conjunto diversificado de atores que também marcavam presença em clubes, agremiações e sociedades (GOMES; HANSEN, 2016, p. 9) fundando e definindo estatutos. Ao mesmo tempo em que figuravam em algumas listas como professores, também atuavam como médicos, advogados, deputados, oradores, literatos e artistas. Era, portanto, como Bega identifica em sua pesquisa, no ambiente de socialização das redações dos jornais e das oficinas, que se reuniam “os jovens postulantes à vida intelectual.” (2013, p. 382).

Nas páginas do *Quinze de Novembro*, estiveram disponíveis para seus leitores poemas, artigos, charadas, contos, versos, curiosidades, informações, conhecimento, debates éticos, etc. A crença no potencial educativo do jornal ficou evidente em vários de seus artigos, tanto dos editoriais quanto de seus colaboradores, entre estes os paranaenses Manuel Silveira Netto, José Saldanha Sobrinho, Estácio Correia, Jayme Ballão, Partilho Ferreira, Carlos Delfim de Carvalho, Alfredo de Campos, Domingos Nascimento, Manoel Pernetta, João Teixeira Raposo, o Padre Navázio e o professor Líbero Badaró Teixeira Braga, que, além de colaborador do *Quinze de Novembro*, também era um anunciante frequente do jornal. Desses colaboradores, apenas duas mulheres assinaram seus poemas: Amélia Oliveira e Daniella.

Alguns nomes acreditamos serem pseudônimos, a exemplo de “Marcos”, “Dr. Grillo”, “Fabrício”, “Bibiano”, “o Mappista” e “Eustachio da Purificação”. Não descartamos, porém, que entre estes possam estar nomes próprios e até mesmo mulheres. Entre os autores de expressão nacional, identificamos Olavo Bilac, Machado de Assis, Bernardo Lisboa, A. Martins, Duarte de Azevedo, Constantino Correa, Coelho Netto e o publicista Luiz V. Varella. Houve também a participação de estrangeiros. Cabe lembrar, que grande parte dos trabalhos, se não todos, eram transcrições apenas, e não uma colaboração enviada para publicação pelo próprio autor: John Stuart Mill, Cadet Tricot, Latino Coelho, Fausto Leal, Guerra Junqueiro, o italiano Giovanni Vergara, Charles Mouselet, Charles Yriate, Catulle Mendés, Alberto de Oliveira Pierre Salles, Charles Baudelaire, Sêneca, o estadista general Bartholomeu Mitre da Argentina e, de Lisboa, textos de Luciano Cordeiro e também do atuante jornalista português Manuel Pinheiro Chagas<sup>186</sup> (1842-1895).

---

<sup>186</sup> Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, português, foi escritor romancista, historiador, dramaturgo, político e jornalista, sendo também diretor de vários periódicos de Lisboa: *O Panorama* (1837-1868),

Não percebemos mudança expressiva de colaboradores durante as diferentes redatorias do jornal. No entanto, é importante registrar que, no período de Leoncio Correia, houveram muito mais comunicados do Exército e transcrições de outros jornais locais, nacionais e estrangeiros do que durante a atuação de Menezes Doria e Narciso Figueras. Acreditamos que isso se deva ao fato de este editor ter atuado logo após a proclamação, como veremos no decorrer deste capítulo.

### 3.1 A REDAÇÃO LEONCIO CORREIA (24 DE NOVEMBRO DE 1889 A 25 JANEIRO DE 1890)

Narciso Figueras, durante o período de edição da revista *Galeria Ilustrada*, já havia tido como redatores Nestor Pereira de Castro<sup>187</sup> e Gabriel da Silva Pereira<sup>188</sup> (1851-1901), no entanto, para assumir a redatoria do jornal *Quinze de Novembro*, buscou por outros profissionais, talvez na tentativa de diferenciar-se da revista ou mesmo de identificar seu jornal com um redator de maior representatividade dentro da sociedade paranaense. O primeiro a assumir o cargo de redator-chefe do jornal foi Leoncio Correia<sup>189</sup> (1865–1950). A ele coube

---

*Arquivo Pitoresco* (1857-1868), *O Ocidente* (1878-1915), *Jornal do Domingo* (1881-1888), *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (1859-1865), *A Ilustração Portuguesa* (1884-1890) entre outros.

<sup>187</sup> Nestor de Castro foi redator-chefe da revista *Galeria Ilustrada* de 20 de novembro de 1888 a 14 de julho de 1889. Sua primeira experiência como jornalista em Curitiba foi no jornal *Dezenove de Dezembro* e colaborador do jornal *A República*. (CAROLLO, 1979).

<sup>188</sup> Gabriel da Silva Pereira, escritor, redator da revista *Galeria Ilustrada* no período de 20 de julho (ed. 17 do segundo semestre) até sua última edição em 29 de setembro de 1889. Também foi colaborador dos periódicos: *Iris Paranaense* (1873-1874), *Revista Paranaense* (1881), *Dezenove de Dezembro*. E, junto com J. Moraes foi um dos autores que produziram suas obras antes de 1880. Na década 1890 publicou apenas nos jornais *República* e *Gazeta do Povo* (DICIONÁRIO..., 1991, p. 350-353).

<sup>189</sup> A grafia do nome Leoncio Correia foi encontrada com alguma variação. Optamos pela utilizada na sua própria assinatura, localizada no livro de sua autoria *Meu Paraná* (1954). Foi Deputado Estadual no Paraná, de 1892 a 1897. Foi membro da *Academia Paranaense de Letras*, do *Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*, da *Academia Carioca de Letras*, da *Federação das Academias de Letras*, no Instituto Brasileiro de Cultura, e outras instituições. Em Curitiba foi redator do jornal *Quinze de Novembro* e *Diário do Comércio*, com uma atuação voltada para o debate de ideias. Foi colaborador dos periódicos *Cidade do Rio*, *Vida Moderna* e *O País* onde se concentrava o grupo simbolista. Membro Acadêmico da *Academia de Letras do Paraná* e patrono da *Academia Paranaense de Letras*. Sócio fundador do *Centro Literário*. (DICIONÁRIO ..., 1991, p. 102-103) Leoncio Correia, fixou residência na Capital da República para cumprir seu mandato de Deputado Federal (1897-1900) fundou o Ginásio Leoncio Paixão, foi um dos fundadores da Sociedade Homens de Letras do Brasil junto com as maiores expressões da literatura brasileira do início do século XX. Além de diretor da Escola Normal, Leoncio Correia foi também professor e diretor do Colégio D. Pedro II, Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, da Imprensa Nacional e responsável pela edição do Diário

desvencilhar-se dos compromissos assumidos pela *Galeria Illustrada* e apresentar o jornal naquele novo cenário político e social, no qual cabia aos periódicos o compromisso de fazerem circular as novas propostas da República para o Brasil. Era preciso ir além das normas e decretos, aproveitando o momento de mudança para, além de atualizar o leitor sobre cada nova medida tomada pelo governo, também divulgar valores, ideias e educar para a República, contribuindo assim para a formação de um pensamento sintonizado com uma realidade que se pretendia progressista.

Leoncio Correia foi o “último exemplar da boemia”, segundo Bega (2013, p. 383-391) e Corrêa (2006, p. 124-130), que relatam parte de sua trajetória, examinam seus trunfos políticos e o seu êxito como jornalista. Essas autoras, por abordagens diferentes, investigaram seus vínculos familiares e afetivos e suas estratégias na construção da sua rede de sociabilidade. Sobrinho paterno do Barão de Serro Azul (Idelfonso Correia) e materno de Boaventura Clapp<sup>190</sup>, dois nomes ligados a investimentos empresariais de expressão e divulgados na imprensa como incentivadores do progresso do Paraná, Correia teve sua formação realizada no Rio de Janeiro, onde deu início ao curso de Humanidades e, mais tarde, Medicina, abandonando-os, segundo Bega (2013) devido à sua intensa vida boêmia e ao seu trânsito frequente entre Curitiba e a Capital Federal. Em 1887, já havia lançado seu terceiro livro (*Volatas*). Seus princípios republicanos “vêm do início dos anos 1880, quando atuou como jornalista militante na Confederação Abolicionista Paranaense, juntamente com o Rocha Pombo”. (BEGA, 2013, p. 384). Esses princípios podem ter influenciado a escolha de Figueras por Leoncio Correia para assumir como redator-chefe do *Quinze de Novembro*

Temos pistas de como Correia teceu, produziu e ampliou sua rede de sociabilidade ao observarmos sua atuação antes de assumir o cargo de chefe da redação do *Quinze de Novembro*. Na edição do jornal *A República*, que circulou em 27 de abril de 1888, seu nome consta como parte do grupo fundador de duas

---

Oficial da União. Fonte: [http://www.espiritismogi.com.br/biografias/leoncio\\_correia.HTM](http://www.espiritismogi.com.br/biografias/leoncio_correia.HTM) Acesso em: 20/12/2012

<sup>190</sup> Boaventura Fernandes Clapp adquiriu em 1883 a concessão para construir uma linha férrea urbana e fundou a Empresa Ferro Carril Curitibano, mediante a contrato junto com a Câmara Municipal. Clapp inaugurou sua primeira linha em 8 de novembro de 1887. Há divergências sobre sua nacionalidade, por vezes referem-se a ele como estadunidense e outras como brasileiro.

associações: dos artistas e dos tipógrafos. No Clube Republicano, junto a cerca de 30 artistas, ele próprio expôs os objetivos daquela associação, ficando a diretoria constituída por Rocha Pombo (presidente), Lindemanm (vice-presidente), Santo Elias (primeiro secretário), João Leandro (segundo secretário), G. Messing (tesoureiro), V. Vanderlei<sup>191</sup> (procurador) e Leoncio Correia como orador, figura importante nesse tipo de sociedade. Definida a diretoria, foi nomeada a comissão para organização dos estatutos, formada por Mariano de Lima, M. Gonçalves<sup>192</sup> e Silveira Junior. O jornal se manifestou em prol da sociedade que se iniciava, incentivando a iniciativa: “provável que assim, fortes pela união, conquistem o respeito a que tem jus a classe dos homens que trabalham honestamente”. (ASSOCIAÇÃO, *A República*. Curitiba, 27 de abr. 1888, p. 3).

Na mesma edição, o jornal *A República* (p. 5) divulgou uma pequena nota de boas-vindas ao *Sete de Março*, novo jornal que começava a circular, na qual o jornalista Justiniano de Mello e Silva consta como redator e o poeta Leoncio Correia como parte da redação do jornal. Esse pode ser um indício de que, apesar de colaborar em diversos jornais, seu nome ainda estava fortemente ligado à literatura, não sendo ainda reconhecido no meio como jornalista, principalmente se colocado lado a lado com Mello e Silva, que já vinha há mais tempo construindo sua reputação nessa área, tendo, segundo Santos e Ferronato (2017, p. 103), já atuado como colaborador em diversos periódicos, a exemplo do *25 de Março* (1876), *O Paranaense* (1877), *Gazeta Paranaense* (1882), *Jornal do Commercio* (1882).

Leoncio Correia<sup>193</sup>, interessado em movimentar-se nessa configuração, foi um dos fundadores e o primeiro presidente do Centro Tipográfico<sup>194</sup> Paranaense, que teve sua sessão inaugural em fevereiro de 1889. Esta associação, composta de tipógrafos residentes na capital, estava sob a proteção do Centro Tipográfico da Corte<sup>195</sup> e se propunha a lutar em defesa dos interesses da classe. A diretoria da sociedade foi assim constituída:

---

<sup>192</sup> Não constam e não localizamos os primeiros nomes de G. Messing, V. Vanderlei e M. Gonçalves.

<sup>193</sup> Leoncio Correia já era sócio do Club Republicano.

<sup>194</sup> Na escrita original: Centro Typographico.

<sup>195</sup> Na escrita original Centro Typographiico da Corte. Em São Luis, no Maranhão, já sediava desde 1857 o primeiro sindicato de gráficos nas províncias, a Associação Tipográfica Maranhense, a ecoar

Presidente – Leoncio Correia; Vice – Joaquim Antonio da Silva; 1º secretário – J. B. Valões; 2º secretário – Clementino Paraná; Tesoureiro – J. Ascensão; Procurador – Carlos Maia. Conselheiros: Belmiro d’Almeida, José Esmeralda, Vidal da Silva, João T. Lobo, Antonio S. Assumpção e João L. P. Carvalho. (FATOS..., *Galeria Illustrada*, 20 fev. 1889, p. 72).

Os tipógrafos e gráficos formavam uma categoria profissional que estava na vanguarda da organização operária em todo o mundo. Um estudo sobre a organização destes profissionais revelou que:

[...] devido a certas características de sua profissão, os gráficos levavam vantagem sobre os demais trabalhadores. Pela natureza de sua ocupação, o gráfico precisava saber ler e escrever, numa época em que a maioria da população era analfabeta. Isto aconteceu em todo o mundo ocidental. (FERREIRA, 1978, p. 109).

Não há, na bibliografia consultada, indícios de que Leoncio Correia tenha atuado como tipógrafo, mas sua posição de presidente desta associação colocava-o em diapásão com um tipo de profissional privilegiado e considerado como elite entre os trabalhadores ligado ao “mais intelectual dos ofícios manuais” devido ao acesso diário e à leitura dos textos produzidos nas redações, montado tipograficamente nas oficinas e revisado pelos editores, ampliando assim seu conhecimento em várias áreas e tornando-os profissionais imprescindíveis na popularização das novas ideias durante o século XIX. (FERREIRA, p. 1978).

Reconhecendo talento, virtude e saber como elementos da única aristocracia legítima do nosso século, Correia (1889, p. 1-2), ao assumir cargo de redator-chefe do jornal *Quinze de Novembro*, convocou em seu primeiro editorial a “reunião de todas as forças na preparação do solo paranaense para o cultivo das letras, das artes e das ciências” (A NOSSA. *Quinze*, 24 nov. 1889, p. 1) que, segundo ele, seriam os únicos elementos dinâmicos capazes de elevar a estrutura social. Durante os dois meses em que esteve responsável pela redatoria do jornal, Leoncio Correia esteve incumbido de informar sobre as vantagens do novo regime político. Sem deixar de cumprir a missão assumida pelo jornal, buscava leitores interessados em colaborar com a República, colocando a educação numa posição central neste processo:

Os que pensam colaborar na grandeza da pátria não poderão prestar serviços mais gratos, que os que levantam as grandes fibras da comunhão em que vivem, vitalizando-as ao esforço da educação. Esta educação deve

---

as reivindicações que desde 1853 repercutiam na Corte, durante as reuniões da Imperial Associação Tipográfica Fluminense. (GORDINHO, 1991, p. 26).

adaptar-se aos destinos que ao povo assinala a nova ordem das coisas que surge, fazendo-o considerado no meio em que vive pela inteira confiança adquirida de sua existência social e política e pelo completo conhecimento de seus deveres e seus direitos. (A NOSSA..., *Quinze*, 24 nov. 1889, p. 1).

Leoncio Correia não só assumiu como editor mas também foi um orador inflamado dos festejos patrióticos, a exemplo de sua participação na posse do Coronel Francisco José Cardoso Junior, Governador Provisório do Estado do Paraná, da sacada do edifício da Câmara Municipal, de onde discursaram Ernesto Lima, Dr. Vicente Machado e Leoncio Correia e depois seguiram para o Clube Republicano, onde voltou a discursar. Nesta ocasião, sua fala foi seguida pela de Jayme Ballão e Manoel Pernetta. (ACLAMAÇÃO..., *Quinze*. Curitiba, 24 nov. 1889, n. 1, p. 4). Neste tipo de comemoração, era de praxe que tomassem a palavra muitos dos participantes. Seus artigos continham um tom de entusiasmo exagerado quanto às decisões tomadas pelo Governo Provisório, parecendo ter sido difícil manter o compromisso de imparcialidade anunciado pelo *Quinze de Novembro*. Em um de seus editoriais, há indícios de que sua participação como membro ativo das comemorações republicanas tenha gerado comentários:

Há muita gente, em geral de muita má-fé, e, não sabemos por que razão, muito pouco inclinada a confiar no patriotismo e na abnegação de seus concidadãos, que em face do atual estado de coisas, período de transição política e social, em que forçosamente há de operar-se um choque, porque a mudança levada a efeito, pelos heróis do dia 15, é de fato uma mudança radical e não, como erradamente alguém pensa, tão somente uma mudança de rótulo. (RECONSTRUÇÃO, *Quinze*, 4 dez. 1889, p. 1).

Colocando-se como cidadão e homem de letras que era, podemos perceber em seu texto a intenção de atuar como um dos “construtores da opinião que almejavam conduzir a sociedade a algum tipo de progresso e de ordem social” (MOREL; BARROS, 2003, p. 43). Tentando justificar os atos do Governo Provisório, Correia argumenta:

Governo Provisório que, composto de homens de elevado patriotismo e inteligência, homens que conquistaram essa posição, não por uma usurpação, como pode parecer, mas pelo trabalho ininterrupto de longos anos em busca da terra que os viu nascer, pela honestidade e pelos talentos – essa mesma ditadura é boa por que é necessária. O povo conta e deve confiar nos bravos que estão a testa dos destinos da nação. Agora é esperar desassombradamente as consequências do grande desmoronamento do dia 15. Por enquanto a época é puramente de transição; começa-se a reconstrução do novo edifício. É preciso tempo, é preciso calma. Querer de momento colher grandes resultados, é exigência absurda. Refletindo-se convenientemente no que se fez e no que se tem por fazer, uma palavra

sequer se pode levantar. O organismo de nossa vida social e política vai ser inteiramente novo, todas as prerrogativas de que gozam outros países, amoldadas ao nosso meio, vão ser estabelecidas, outra atmosfera, enfim, vai pesar sobre nossas cabeças. Da boa e sólida contextura dos alicerces do novo e gigantesco edifício, dependem a nossa segurança e felicidade futuras. (RECONSTRUÇÃO, *Quinze*. Curitiba, 4 dez. 1889, p. 1).

No período em que esteve à frente do *Quinze de Novembro*, seus editoriais abordaram questões relativas a diferentes temas, entre os quais os seguintes: o posicionamento do jornal, a boa receptividade de seus leitores, os elogios à pessoa de D. Pedro II, que também se identificava como republicano, em torno das comemorações da Proclamação da República demonstrando seu otimismo e esperança sobre se fazer uma transição pacífica para o novo regime, solicitações de melhorias necessárias para o progresso do Paraná e da sua capital.

Leoncio Correia foi o responsável pelos textos de apresentação e de recepção dos governadores Francisco José Cardoso Junior e José Marques Guimarães, mantendo um tom conciliatório e confiante nas suas ações para o desenvolvimento do Estado, sobre as novas configurações dos partidos e cargos do governo nacional, estadual e municipal. Apresentou ao leitor Quintino Bocayuva, Eduardo Mendes Gonçalves e homenageou o paranaense Manuel Correia de Freitas. Também descreveu e apresentou o significado dos novos símbolos nacionais, dissertou sobre a grande naturalização<sup>196</sup>, destacando o quanto os imigrantes já haviam contribuído e poderiam contribuir ainda mais com o progresso nacional e também valorizou a importância da organização da classe dos artistas e operários para o progresso do Paraná.

Despediu-se de 1889, confiante no futuro e recebeu com entusiasmo e esperança o ano de 1890. Debateu com o jornal *A República* sobre a composição da *Comissão da Intendência Municipal*, criticando o governo e exigindo seriedade no projeto da iluminação pública da capital. Instigou os leitores a “meditar” sobre algumas ações do governo. Abordou questões sobre a necessidade de regulamentação do serviço doméstico, citando o exemplo dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O tom de esperança e confiança de Leoncio Correia

---

<sup>196</sup>O governo republicano decretou em 14 de dezembro de 1889, o que foi chamado pela imprensa como “grande naturalização” pela qual passariam a ser brasileiros todos os estrangeiros residentes no país que não manifestassem, no prazo de seis meses, o propósito de conservar a respectiva nacionalidade.

com a chegada da República se revelou nos traços das oito imagens (Tabela 1) selecionadas para publicação nestes dois meses, das quais seis foram assinadas por Narciso Figueras<sup>197</sup>, sendo cinco retratos de políticos republicanos e uma a data comemorativa da entrada do ano de 1890. As assinadas por Stek<sup>198</sup> estavam relacionadas a datas comemorativas referentes à instauração da nova forma de governo.

Depois de assinar como editor-chefe 51 edições, Leoncio Correia<sup>199</sup> anunciou sua saída em 25 de janeiro de 1890:

Deixando hoje a chefia da redação desta folha, desobrigo-me também de toda e qualquer responsabilidade com relação a ela. Durante o curto período que tive a honra de dirigir o “Quinze de Novembro”, procurei sempre me inspirar nos elevados ideais em que se esteiam os mais caros princípios da sociedade moderna. Se não o fiz com brilhantismo dos talentos privilegiados, resta-me, ao menos, o consolo de ter procurado servir à minha terra pelos meios mais dignos e honestos, dentro da acanhada esfera das minhas aptidões. (CORREIA, *Quinze*. Curitiba, 25 jan. 1890, p. 1).

Narciso Figueras, na edição seguinte, dirigiu-se ao público, justificando a saída de Correia da redação do jornal e declarando que nunca lhe faltou ânimo para discutir as questões de que tratou. Agradecendo-lhe toda a dedicação e esforços, lembrava que o redator que iria assumir seu lugar, Menezes Doria, possuía a “ilustração e a independência” necessárias para dirigir um jornal imparcial.

Leoncio Correia havia mantido um discurso conciliatório frente às mudanças políticas, impostas pelo governo paranaense, sobre a influência da Intendência Municipal, que não havia sido eleita, mas ainda assim apoiava, justificando esse tipo de imposição como necessária para uma transição pacífica e organizada para o novo regime, posicionamento que pode ter desagradado tanto os que consideravam a eleição pelo voto como base da República, como os que julgavam aceitáveis alguns tipos de imposição em nome da paz, ou talvez da manutenção de seus cargos

---

<sup>197</sup> Narciso Figueras assinou os retratos do Coronel Francisco José Cardoso Jr., Cap. De Mar e Guerra José Marques Guimarães, Quintino Bocayuva, Dr. Eduardo Mendes Gonçalves e Manoel Correia de Freitas e 1890 a Folhinha do Quinze de Novembro.

<sup>198</sup> Stek assinou as imagens referentes às datas comemorativas da Proclamação da República “O grande abraço da civilização” e “A República arrancando o mal pela raiz”.

<sup>199</sup> Outras notas e artigos publicados durante a editoria de Leoncio Correia serão tratados durante os capítulos. Neste subcapítulo, o objetivo é fazer uma apresentação rápida e cronológica dos editores.

políticos. Afinal, não podemos esquecer os fortes vínculos familiares e afetivos de Correia, não muito interessados em grandes mudanças na organização política e social do Paraná, pois, segundo Corrêa (2006, p. 124), faziam parte das oligarquias ervateiras.

Naquele contexto de mudanças, a imprensa procurava manter-se como uma tribuna de debate mantendo um espaço, geralmente pela *Seção Livre ou Cartas*, para que leitores e colaboradores-leitores se manifestassem sobre vários assuntos. A saída de Correia repercutiu nos jornais locais, tanto que no *A República*, João Teixeira Raposo registrou seu posicionamento e sua pouca afinidade com o novo redator que assumiria o *Quinze de Novembro*:

Havendo da parte de muitas pessoas a persuasão de que sou um dos redatores do *Quinze de Novembro*, corre-me o dever, agora que deixou a redação dessa folha o meu amigo Leoncio Correia [...] declarar que nenhuma coparticipação tenho no que sai publicado nas colunas daquele jornal. Apenas, a pedido de Leoncio Correia, traduzo o folhetim-romance, cuja publicação será mantida [...] Esta minha declaração é hoje imprescindível, porquanto acha-se a testa da redação do *Quinze de Novembro* um homem com o qual não posso ser de forma alguma solidário. (RAPOSO, *A República*, jan. 1890, p. 3).

Podemos vislumbrar, por esta pequena nota de esclarecimento e opinião, na qual Raposo declarava que colaborava com o *Quinze de Novembro* devido à sua afinidade com Leoncio Correia e manifestava abertamente seu antagonismo com o novo redator-chefe, como se davam as conexões e como amizades e antagonismos interferiam nas configurações das redes de sociabilidade, revelando sua natureza mutável. Esta é uma característica estrutural do fluxo de configuração, identificada pela análise de Norbert Elias (2008, p. 143) como consequência de seu equilíbrio flutuante e elástico. Alguns dias depois de Correia deixar a redação do *Quinze*, o jornal *A República*, sob a direção de Joaquim A. Silva, anunciava

Entra amanhã para a redação de *A República* o distinto poeta e brilhante jornalista Leoncio Correia. Hoje, que o mérito é o elemento mais forte de conquista, o talento deve confiar em si, deve trabalhar e esperar. *A República* rejubila-se com esta nobre aquisição. (NOTÍCIAS, *A República*, 31 jan. 1890, p. 3).

Antecedendo seu nome, já se lê “distinto poeta e brilhante jornalista” e, poderíamos acrescentar também à frente de seu nome, “intelectual mediador” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 22), pois Leoncio Correia tratava de acumular diversas funções e posições que tinham por objetivo divulgar ideias e fatos e também mediar

reflexões a respeito. Cabe lembrar que o jornal *A República* era órgão do Partido Republicano e havia assumido o papel de jornal oficial do governo, assim que chegou o primeiro Governador do Estado do Paraná. É bom lembrar que, no período da Monarquia, as comunicações do governo ficavam a cargo do *Dezenove de Dezembro*. No jornal eram publicados todos os decretos oficiais, e seus artigos manifestavam apoio incondicional a todos os atos do governo e da Intendência Municipal. O fato de Leoncio Correia ter assumido um cargo dentro do *A República* é um indício de que ele poderia estar desconfortável da redação do *Quinze de Novembro*, visto que o proprietário do jornal já havia manifestado sua intenção de independência e imparcialidade política.

No entanto, Correia se manteve em movimento dentro da rede constituída pela imprensa, a ponto de alcançar outros centros como o Rio de Janeiro. Em 20 de maio de 1890<sup>200</sup>, na seção *Correspondência* do jornal *A República*, encontramos a seguinte nota assinada por Sebastião Paraná: “Apareceu na Capital Federal a *Folha Popular*, redigida habilmente por Oscar Rosas<sup>201</sup>, Emiliano Pernetta, Leoncio Correia, Emílio de Menezes<sup>202</sup> e outros literatos de raça como eles”. (PARANÁ, 1890, p. 3). O novo jornal seria um investimento de um grupo formado por um catarinense, que já atuava no jornalismo do Rio de Janeiro desde 1880, e três paranaenses. Localizamos também, sobre a *Folha Popular*, outras notas publicadas. Em setembro, a *Revista Ilustrada*, também da Capital Federal, além publicar um poema de Leoncio Correia, intitulado “Canção”, também anunciava o jornal e enaltecia a competência dos seus redatores:

O Emiliano Pernetta e o Leoncio Correia, estes dois boêmios cheios de talento e de excessivo amor à arte, são os redatores principais da *Folha Popular*. Artistas conscienciosos, estimadíssimos pelo público leitor desta terra, hão de fatalmente dar ao novíssimo colega uma extração e um impulso admiráveis. (PEQUENOS..., *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, set. 1890, p. 3).

---

<sup>200</sup> Em agosto de 1890 localizamos textos dele no jornal *Cidade do Rio*, sob a direção José do Patrocínio.

<sup>201</sup>Oscar Rosas Ribeiro de Almeida (1864-1925), jornalista, político e poeta brasileiro, nasceu em Desterro, Santa Catarina e transferiu-se como jornalista para o Rio de Janeiro em 1880. Atuou como secretário do jornal *Novidades* divulgando o simbolismo em suas páginas na década de 1890.

<sup>202</sup>Emílio Nunes Correia de Menezes (1866-1918), paranaense, jornalista e poeta parnasiano, imortal da Academia Brasileira de Letras, à época (1890) havia sido nomeado para o recenseamento como escriturário do Departamento da Inspeção Geral de Terras e Colonização.

Note que não são utilizados os termos *senhores*, ou *doutores*, como era de praxe, o que denotava certa intimidade com os dois “boêmios”. Aliás, nesse contexto, era assim que se autodenominavam os grupos de intelectuais que frequentavam cafés e redações de jornais. Para Nicolau Sevcenko, esses grupos, além exaltar e declamar sobre a ideia de progresso e de modernização, posicionavam-se como agentes de transformação e mais, como a “própria condição do seu desencadeamento e realização” (SEVCENKO, 1989, p. 80). Portanto, “boêmio” era um elogio muito bem-vindo.

Ainda em setembro, dia 7, o jornal *A Tribuna*<sup>203</sup>, também no Rio de Janeiro, divulgou o lançamento da *Folha Popular*, como órgão neutro, para o dia 15 do mês. Há indícios de que houve certo atraso nesse lançamento, pois cinco meses depois da divulgação anterior assinada por Sebastião Paraná, em 2 de outubro, o jornal *O Paíz* divulga uma nota a respeito da comemoração dos 6 anos do jornal, na qual registra a presença de Leoncio Correia, juntamente com Emiliano Pernetta e Emilio Menezes, nos seguintes termos: “com uma significativa manifestação que nos foi feita por um grupo de rapazes alegres e talentosos, que em nome da *Folha Popular*, a simpática colega que deve hoje começar a ser publicada”. (FOLHA, *O Paíz*. Rio de Janeiro, 2 out. 1890, p. 1).

Na mesma página, *O Paíz* avisava que a *Folha Popular* deveria começar a ser publicada definitivamente no dia seguinte (3 de outubro 1890). Não obstante, apesar da grande divulgação pelos seus muitos contatos na imprensa e da parceria de Emiliano Pernetta e Leoncio Correa, o jornal não foi editado por muito tempo, pois, segundo Cassiana Lacerda Carollo (1976) em seu artigo “Dois bilhetes (inéditos) de Emiliano Pernetta a Emílio de Menezes”, havia uma referência no diálogo destes, sobre a edição de 33 edições da *Folha Popular* e que esta provavelmente teria sido a última a ter circulado em 13 de novembro de 1890.

Depois de anunciada a saída de Correia, o jornal *Quinze de Novembro* rapidamente fez sua adaptação para receber o novo redator. As questões da imparcialidade e da entrega diária passaram a fazer parte do frontispício do jornal, que deixou de publicar com destaque o nome de Leoncio Correia e colaboradores

---

<sup>203</sup> Jornal *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 7 set. 1890, n. 69, p. 3.

diversos<sup>204</sup>, e passa a se identificar como “folha diária ilustrada”, citando então Narciso Figueras como editor-proprietário.

Dessa forma, fazendo sua primeira incursão como redator de um jornal, tomaria posse, em 26 de janeiro de 1890, João Menezes Doria<sup>205</sup> (1857–1934), apresentado por Narciso Figueras:

Não poupando esforços para bem servirmos os interesses do público, conseguimos que tomasse a si a pesada tarefa de redigir esta folha, o distinto paranaense Sr. Dr. Menezes Doria a quem sobram talento, ilustração e independência para criteriosamente encaminhar um jornal imparcial como o “15 de Novembro”. Jornalista experimentado, nada lhe falta para que, correspondendo à proteção que o público tem dispensado a este jornal, eleve-o ainda mais, e é por isso, que ao hábil médico nos entregamos de corpo e alma. (FIGUERAS, *Quinze*, 26 jan.1890, p. 1).

A apresentação se encerra comunicando que, para melhor servir seu público, a partir daquela data, o jornal seria diário, portanto a publicação passaria a ser editada também às segundas-feiras. É provável que essa mudança na frequência do jornal fosse uma adaptação ao novo sistema de redação que seria implantado por Menezes Doria. Essa prática permitiu que o redator imprimisse ao jornal o seu ritmo próprio.

### 3.2 O COMBATE DE JOÃO MENEZES DORIA (26 DE JANEIRO DE 1889 A 15 ABRIL DE 1890)

Assim como Leoncio Correia, Menezes Doria (1857-1934) também não era desconhecido naquele espaço de sociabilidades, tendo em vista que o ecossistema gerado nas redações dos jornais e revistas era alimentado pela rede de agentes interessados na distinção e na força da palavra escrita. Fazendo uso da epígrafe “para ser útil”, Menezes Doria começa sua apresentação destacando a importante

---

<sup>204</sup> O anúncio de Leoncio Correia deixando a chefia da redação do jornal é publicado no dia 25 de janeiro de 1890, quando o frontispício já havia mudado, portanto é provável ou que Narciso Figueras tenha feito esta editoria ou que Menezes Doria já tivesse assumido nesta data, muito embora tenha sido comunicada apenas no dia 26.

<sup>205</sup> A título de curiosidade, João Menezes Doria era o acusado de ser o amante de D. Corina, morta pelo esposo (Dr. Campos) em virtude da acusação. A população de Ponta Grossa exigiu que Menezes Doria abandonasse a cidade três dias depois do assassinato de D. Corina, estaremos aprofundando esta questão, pois segundo fontes que estamos investigando, este fato influencia na atuação de Menezes Doria na redação do jornal *Quinze de Novembro*.

missão da imprensa e finaliza apontando para as qualidades necessárias a um redator de jornal:

Paládio dos direitos, das ideias, do aperfeiçoamento das sociedades modernas, a imprensa é o mais vasto e o mais nobre campo de batalha que apresenta-se ao homem que não tem espírito atrofiado pelo desalento e pela descrença. [...] A imprensa incumbe esse preparo e para isso é necessário que o jornalista pronuncie-se como redator de um jornal que tem solidariedades a manter, créditos a zelar, circunspeção a guardar. O redator abstrai-se como indivíduo para aparecer como princípio, como um complexo das tendências e aspirações sociais. [...] (DORIA, *Quinze*. Curitiba, 26 jan. 1890, p. 1).

Ficou dessa forma expressa a intenção do redator de fazer uso das páginas do jornal como um espaço de divulgação e circulação de ideias e projetos de civilização e educação. Esse tipo de ação foi identificada por Morel (2005) em suas pesquisas sobre as transformações dos espaços públicos na corte imperial, dando-nos indícios de que essa prática seria mantida pelos agentes da imprensa também na República.

Durante sua gestão na redatoria, que atravessou as administrações de governo<sup>206</sup> de José Marques Guimarães, Herculano de Freitas e Américo Lobo, Doria apresentou o hino da República e exaltou o governo quando este instituiu casamento civil, considerando ter sido um passo importante na direção ao progresso. Porém, também deixou impressa sua desesperança com o governo ao tratar de questões como: recenseamento, desapropriação de terras para estrada de ferro e a cobrança dos impostos exagerados dos colonos. Seus editoriais revelavam que as ações advindas com a República haviam rompido com seu horizonte de expectativa, e o que ficava impresso a cada edição era a tensão diante daquela uma nova experiência.

Como redator, Menezes Doria estimulou e mediou as reflexões dos leitores sobre questões polêmicas, a exemplo do não cumprimento do contrato da iluminação pública e do projeto que priorizava apenas o calçamento da rua XV de Novembro em detrimento das outras ruas da capital ainda cobertas de lama. Denunciou também o pouco caso da *Intendência Municipal* com a salubridade pública. Aliás, os atos da

---

<sup>206</sup> Leoncio Correia apresentou José Marques Correia, mas saiu da redação do *Quinze de Novembro*, no dia seguinte em que ele assumiu o governo.

*Intendência* com anuência do governo foram tema de muitos de seus editoriais, assim como a crítica ao apoio irrestrito do *A República* às imposições políticas. Também questionou todos os artigos do 4º decreto do governo do Estado com as *Instruções para organização do Partido Republicano no Estado do Paraná*.

A maioria de suas críticas foram transformadas por Stek em crônicas visuais, bastando lembrar que, das onze litografias publicadas durante a sua redatoria, três foram charges sobre situações envolvendo membros atuantes na política<sup>207</sup>. Uma das charges, porém, exaltava os resultados atribuídos à sua atuação analítica, combativa e ética frente à redatoria do jornal. Elaborada por Stek, a charge (imagem 59), como já vimos anteriormente, teve como personagem principal Menezes Doria e como temas a deposição da comissão executiva do Partido Republicano e a situação da iluminação pública. Esta referência, aliás, é um forte indício de que o proprietário do *Quinze de Novembro* apoiava as críticas e o posicionamento de Doria a respeito do contexto de disputa de poder político que estava se instaurando no Paraná, o que nos leva a considerar que ser um jornal independente e imparcial para Narciso Figueras significava apenas não contar com o patrocínio de nenhum tipo de instituição política, assegurando liberdade para debater todos os assuntos. Embora fosse evidente seu entusiasmo com a República, as imposições em seu nome traziam uma relativa incerteza quanto ao futuro e o progresso do Brasil.

Este tom de crítica dos artigos de Menezes Doria esteve representado inclusive em uma das duas<sup>208</sup> litografias referentes a datas comemorativas. A *Quaresma 1890* (Imagem 41) foi elaborada com inscrições indiciais (imagem 43) que denotavam sua intenção crítica, que a aproximavam mais de charge do que da comemoração católica. No entanto, também houve os personagens homenageados que tiveram editoriais sobre suas trajetórias e foram retratados por Narciso Figueras. Menezes Doria apresentou aos leitores Francisco Glycério (imagem 26-2), Dr. Manoel Euphrásio Corrêa (imagem 25-3), Americo Lobo Leite Pereira (Imagem 21-3), Dr. Ismael da Rocha (imagem 24-3). Stek assinou o retrato do Monge Tybagy (imagem 12), porém sem a intenção de homenageá-lo, mas de criticar duramente

<sup>207</sup>O ‘Estado’ do Paraná (imagem 51), A República dos Loyos (imagem 56), As colônias representadas pelos seus vários produtos manifestaram em todos os tempos ao sr. Maurício Sinke as patrióticas vaias de que é merecedor (imagem 62).

<sup>208</sup> A Proclamação da República no Campo da Aclamação (imagem 17 ) atribuída a Augusto Stresser.

tanto a figura do monge, quanto a crença crescente dos paranaenses em seus milagres. Entretanto, ao mesmo tempo em que criticava a população por seu excesso de credence, o jornal abria espaço para um anunciante que oferecia “diligências econômicas” para visitar o monge em março de 1890, indicando a dependência do jornal de seus anunciantes para manter sua publicação.

Menezes Doria também registrou com pesar a mudança para o Rio de Janeiro de José de Freitas Saldanha Sobrinho, presidente do Clube do Estudantes, incentivador da reunião que organizou a Sociedade Promotora da Instrução do Povo, a qual abordaremos no capítulo seguinte, e de Sebastião Paraná, sócio ativo do Clube dos Estudantes, professor de Geografia e Corografia do Brasil e História Universal do Ginásio Paranaense (atual Colégio Estadual do Paraná), professor da *Escola Normal de Curitiba* e do *Colégio Parthenon*. Ambos haviam sido incentivadores e organizadores da *Escola Noturna*<sup>209</sup> e nela atuaram voluntariamente como professores. A mudança desses profissionais para o Rio de Janeiro poderia nos indicar uma certa descrença com o futuro do Estado do Paraná naquele cenário. No entanto, tais movimentações se justificavam se considerarmos que, naquele momento, para esses paranaenses, a capital federal simbolizava o sonho de todo intelectual por se constituir como centro polarizador e divulgador de tudo que se pretendia novo, constituindo-se em *locus* privilegiado para a consagração de autores. (OLIVEIRA, 1990, p. 23). Estar em trânsito parecia ser a melhor opção nesse momento de agitação política.

No período em que atuou como chefe da redação do *Quinze de Novembro*, observamos um expressivo crescimento de anúncios de Escolas e Colégios. Tendo sido também publicada a série de artigos de Líbero Badaró Teixeira Braga<sup>210</sup> (1857-1909) sobre a educação popular, que será analisada no próximo capítulo. Nas páginas do *Quinze* também receberam destaque a Escola de Artes e Indústrias do Paraná de Mariano de Lima, o Instituto Paranaense<sup>211</sup>, a Escola do Batel, a Escola

---

<sup>209</sup> A organização da Escola Noturna será um dos temas tratados no capítulo 4.

<sup>210</sup> Líbero Badaró Teixeira Braga era irmão do cônego João Evangelista Braga. Juntos em 1879 fundaram o Colégio Curitibano. Também é citado como professor em Morretes e, na Lapa, podemos acompanhar parte de sua trajetória como professores da Escola Noturna na pesquisa de Juarez Anjos, 2015.

<sup>211</sup> Criado em 1876 o Instituto de Educação do Paraná abrigava, provisoriamente, o Liceu (Ginásio) Paranaense e a Escola Normal, entre outras atividades. (Ver mais em IWAYA, 2000).

Noturna e o estímulo e incentivo do jornal para a criação da Associação Promotora do Ensino pelo Clube dos Estudantes<sup>212</sup>.

Não demorou para Menezes Doria se posicionar contra o comando de Vicente Machado da Silva Lima à frente do Partido Republicano, acabando por deixar a redação por estar tomando parte nas disputas políticas do momento, depois de 2 meses e meio, período em que foi responsável por 75 edições (52 a 127). As desavenças entre Vicente Machado e Menezes Doria tiveram início em 1889 quando ambos ainda residiam em Ponta Grossa<sup>213</sup>, ocasião em que estiveram envolvidos em um drama em que Menezes Doria foi acusado de ter se envolvido com Corina Portugal, casada com Alfredo Marques de Campos. Desde 1881, Doria atendia como o médico de boa parte das famílias dos fazendeiros da região, tendo também assumido uma cadeira como deputado provincial, para o biênio de 1888/1889 como monarquista liberal. Dessa forma, já encarnava a liderança do grupo de oposição à ala política de Vicente Machado. Ex-magistrado, membro do Partido Liberal e advogado, Vicente Machado atuava como Juiz Municipal de Ponta Grossa desde 1883 e havia se convertido recentemente ao credo republicano no seu discurso de posse na Assembleia em 1887. Ambos eram, portanto, duas lideranças fortes e opostas em Ponta Grossa.

Corina Portugal havia sido acusada de adultério e assassinada pelo esposo, que, por sua vez, acusou Menezes Doria de ser amante de sua esposa. Vicente Machado se ofereceu para defender o esposo traído, dando início a um processo contra Doria de grande repercussão na imprensa paranaense, com notas publicadas na *Gazeta Paranaense*, *Dezenove de Dezembro*, e inclusive no Rio de Janeiro, cidade onde Corina havia nascido. O assassino foi absolvido por unanimidade e Doria, antes mesmo de ter início o julgamento do crime, foi acusado de traidor dos bons costumes, sendo obrigado por um grupo de pessoas lideradas por Vicente Machado a deixar Ponta Grossa em 24 horas. Recordamos esse fato no intuito de esclarecer

---

<sup>212</sup> No capítulo 4, abordaremos as questões sobre a criação da Sociedade Promotora da Instrução Pública, a Escola do Batel, a Escola Noturna e escolas particulares anunciantes no *Quinze de Novembro*.

<sup>213</sup> Josué Corrêa Fernandes publicou em livro *Corina Portugal: história de sangue & luz* (1999) uma minuciosa pesquisa sobre o motivo desta desavença. O autor, reunindo uma série de notas de jornais e documentos oficiais, constrói sua narrativa através uma série de episódios ocorridos em Ponta Grossa em 1889, nos quais Menezes Dória se viu acusado de ter se envolvido com Corina Portugal, casada com Alfredo Marques de Campos.

novas referências a essa situação, as quais surgiram durante a redatoria de Menezes Doria no *Quinze de Novembro*.

A rede formada pela imprensa, com suas pequenas notas sobre fatos do cotidiano oitocentista, nos permitiu captar situações e ações, que, sem registros oficiais, muitas vezes poderiam ter passadas despercebidas. As páginas dos jornais que circularam no mesmo período do *Quinze* nos permitiram acesso ao extratexto<sup>214</sup> (PESAVENTO, 2004a) para que pudéssemos identificar como se organizaram os grupos, quais suas influências e motivações e, principalmente, com quem dialogavam. Podemos então compreender melhor o contexto que resultou na saída de Doria do *Quinze de Novembro*, em 15 de abril de 1889, visto que um pouco antes sua atuação como redator havia sido motivo de destaque nas páginas do jornal.

Neste intuito, seguimos as pistas impressas nos jornais. O *Sete de Março* publicou uma nota em que esclarecia aos leitores que, durante as comemorações de Tiradentes, João de Menezes Doria fora preso e conduzido à capital da República devido a “uma discussão ou troca de palavras” com o governador Américo Lobo no Teatro S. Theodoro:

Lá se foi, barra fora, um cidadão que aderiu à nova ordem de coisas, mas que não se resignou a ficar calado diante das altas autoridades, a quem não ousamos censurar com receio de termos o mesmo destino.... Consinta o sr. Dr. Américo Lobo que não louvemos o seu ato, por mais bem pensado que fosse. (DEPORTAÇÃO, *Sete de Março*. Curitiba, 26 abr. 1890, p. 4).

*A República*<sup>215</sup>, aproveitando-se da situação, publicou em 6 de maio de 1890 um aviso à sociedade paranaense que, segundo o jornal, era uma transcrição de uma notícia do *Diário do Comércio* de São Paulo, onde Doria era descrito como indivíduo perigoso:

O dr. João de Menezes Doria, médico residente em Curitiba, capital do Estado do Paraná, proferiu, por ocasião das festas que se celebraram em homenagem a Tiradentes, um violentíssimo discurso<sup>216</sup> contra o governo. Por este motivo foi preso por ordem do Governador do Estado. [...] Menezes Doria é por demais conhecido na Capital Federal e no Estado do Paraná.

<sup>214</sup> O extratexto é toda aquela bagagem que o historiador possui, referente ao um contexto mais amplo e que pode intervir na estratégia de cruzamento com os dados da análise. (PESAVENTO, 2004, p. 68).

<sup>215</sup> O nome de Vicente Machado passa a constar como redator político no frontispício do jornal *A República* em 20 de maio de 1890 (ed. 118).

<sup>216</sup> Não localizamos este discurso nas fontes consultadas.

Na sua qualidade de médico tinha entrada em casa de várias famílias do Rio<sup>217</sup>, entrada que ficou sendo terminantemente proibida em virtude da falta de respeito com que s. s. costumava tratar a honra sagrada do lar doméstico. Devido a *gentilezas* muito graves, esse indivíduo foi intimado a retirar-se há anos da Capital Federal, indo residir no Paraná onde motivou no ano próximo findo, um celebre crime de adultério em que o marido enganado viu-se coagido a assassinar a esposa com 32 facadas! Doria é um indivíduo perigosíssimo a sociedade. Cumpre a justiça dar-lhe destino com a sua índole. (DR. DORIA. *A República*. Curitiba, 6 mai. 1890, p. 2).

A prisão de Menezes Doria foi resultante do severo decreto<sup>218</sup> do Governo Provisório que extinguiu a liberdade de imprensa, também conhecido como “Decreto Rolha” e que entrou em vigor pouco mais de um mês após a Proclamação da República. O decreto previa penas militares para os que conspirassem contra o governo, nestes termos:

O Marechal Deodoro da Fonseca, considerando “que com prejuízo da ordem e da paz pública tem se posto circulação falsas notícias e boatos aterradores, com intuito manifesto e antipatriótico de favorecer condenáveis especulações; [...] Decreta:

Art. 1º Ficam sujeitos ao regime do Decreto nº 23 de dezembro de 1889, todos aqueles que derem origem ou concorrerem pela imprensa, por telegrama e por qualquer outro modo, para pôr em circulação falsas notícias e boatos alarmantes, dentro ou fora do país, como sejam os que se referirem a disciplina dos corpos militares, a estabilidade das instituições e a ordem públicas.

Art. 2º Exclui-se da generalidade desta disposição a análise ou discussão oral ou escrita, por mais severa que seja, sobre os atos do governo, tendo por fim denunciar, corrigir ou evitar os erros da publica administração, contando que não tenha injúria pessoal.

Art. 3º Quando qualquer destes delitos for cometido fora da Capital Federal, o delinquente será para ela conduzido preso e ali submetido ao julgamento da comissão instituída pelo referido decreto.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário. [...] (DECRETO, 1889. p. 316-317).

Isso resultou na limitação das atividades jornalísticas, na apreensão de edições e na perseguição de profissionais. Vale observar que, entre os assinantes do “Decreto Rolha”, estavam alguns republicanos históricos, a exemplo de Campos

<sup>217</sup> Apesar de Menezes Doria ter cursado parte de seu ensino secundário e se formando em medicina (1879) no Rio de Janeiro e sua esposa ser natural de Niterói, não localizamos nas fontes pesquisadas nenhuma referência sobre ele ter atuado como médico no Rio de Janeiro, mas não descartamos esta hipótese, pois formou-se em 1879 e só em 1881 começou a clinicar em Ponta Grossa.

<sup>218</sup> Decreto nº 85 de 23 de dezembro de 1889. In: Decretos e Resoluções do Governo Provisório. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1890. p. 316-317. Assinado por Marechal Manoel Deodoro da Fonseca e todo seu ministério, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Manuel Ferraz de Campos Salles, Ruy Barbosa, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocaiúva, Demétrio Nunes Ribeiro, Aristides da Silveira Lobo.

Salles, Quintino Bocayúva e Aristides Lobo<sup>219</sup>, que militaram fortemente nas páginas da imprensa para instaurar uma República laica e liberal, e que estavam, naquele momento, dando anuência para que fosse cerceada a liberdade de expressão. (MARTINS; LUCA, 2006, p. 36). Paradoxalmente, o novo regime, ao mesmo tempo em que censurava a palavra, dava espaço e visibilidade à profissão de jornalista através dos membros de seu ministério. Cabe lembrar que, desde 1821, a legislação portuguesa já havia suavizado a censura, solicitando, que os autores assinassem seus textos, no intuito de possibilitar o processo de responsabilização e a aplicação das penas, caso fosse necessária uma intervenção. Segundo Gordinho, esse cenário mudou com o advento da República, pois

em termos de ideias e de produção cultural, é sinônimo, nos primeiros tempos, de censura férrea, empastelamento de publicações, destruição de máquinas e perseguição de autores. Mais duros efeitos teriam as ações das autoridades nos Estados. Retrato autêntico da derrocada nos ramos editorial e gráfico. (GORDINHO, 1991, p. 37).

Este também foi o cenário em que se deu a extinção do jornal *Dezenove de Dezembro*. Fundado por Cândido Martins Lopes (1854-1890)<sup>220</sup> como órgão oficial do Partido Liberal, o jornal circulou com sua primeira edição em 1º de abril de 1854, apenas três meses depois da instalação da Província do Paraná. Após a Proclamação da República, em 24 de novembro de 1889, o jornal teve rescindido, com o Tesouro, o contrato para a publicação dos atos oficiais emitidos pelo governo do Paraná, ficando estes sob a responsabilidade do *A República*. Em fevereiro de 1890, já como propriedade de Jesuíno da Silva Lopes, que havia assumido o jornal após a morte de Cândido Lopes, o *Dezenove de Dezembro* colocou em circulação sua última edição que, como forma de protesto, foi às ruas em branco, apenas com a primeira página impressa com o texto do decreto que fez calar a imprensa.

Esta foi uma tentativa autoritária do governo republicano de impor limites às atividades jornalísticas e à liberdade de expressão, uma das características mais importantes das sociedades democráticas, com o intuito de neutralizar o poder da imprensa escrita junto à opinião pública, pois a imprensa escrita, segundo Martins e Luca, foi

---

<sup>219</sup> Quintino Bocayúva e Aristides Lobo eram também jornalistas de profissão.

<sup>220</sup> Cândido Martins Lopes introdutor da imprensa no Paraná. A *Typographia Paranaense*, na Rua das Flores, n.º 13, foi responsável pela impressão primeiro número do jornal *Dezenove de Dezembro*.

[...] historicamente o primeiro meio de comunicação de massa, papel central na defesa dos interesses dos cidadãos contra quaisquer tipos de violações e abusos cometidos pelo Estado. A origem da noção de quarto poder, forjado na Inglaterra do início do século XIX, era esta: aos periódicos caberia a nobre função de vigiar a atuação do executivo, legislativo e judiciário. (MARTINS; LUCA, 2006, p. 11)

Segundo o jornal *A República*, o governo do Estado, com apoio do Governo Provisório, havia relaxado a prisão de Menezes Doria, com a condição de que não retornasse ao Estado do Paraná, e já autorizando sua prisão se ele fizesse qualquer tentativa nesse sentido. (PRISÃO. *A República*. Curitiba, 10 de jun, 1890, p. 2). Seu afastamento foi temporário, pois alguns anos mais tarde, junto aos maragatos<sup>221</sup>, como coronel do Exército Libertador, assumiu o cargo de Governador Revolucionário do Paraná, pelo período de 21 de janeiro a 24 de março de 1894, quando fez circular o texto, chamado como “*Manifesto do Dr. João de Menezes Doria ao Paraná*”, do qual destacamos o último parágrafo:

Unamo-nos, pois, paranaenses, e amparados pela justiça da causa que defendemos, retemperemos no nosso patriotismo, as forças enfraquecidas pela tirania – Floriano – e marchemos tendo por divisa: tudo pela Pátria! Tudo pela Liberdade! Curitiba, 22.1.1894. (CARNEIRO. 1994, p. 128).

De acordo com Carneiro (1994, p. 126), com o fim da Revolução Federalista em agosto de 1895 e a consequente vitória de Marechal Floriano, Doria e um grupo de amigos exilaram-se em Buenos Aires, e ele só retornou ao Brasil na condição de anistiado.

A última edição do *Quinze de Novembro* sob a tutela de Doria havia circulado em 14 de abril e, no dia seguinte, o jornal não saiu às ruas. Narciso Figueras precisou organizar-se rapidamente, assumindo assim o jornal como editor-proprietário e, mais uma vez, a frase que identificava o jornal em seu frontispício foi alterada de “folha diária ilustrada” para “folha imparcial ilustrada”.

---

<sup>221</sup> A Revolução Federalista, considerada pela bibliografia como uma guerra civil, foi uma revolta armada ocorrida no Brasil, entre os anos de 1893 e 1895 e seus conflitos atingiram três Estados da região sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná. (FAUSTO, 2007, p. 255).

### 3.3 A MEDIAÇÃO DE NARCISO FIGUERAS (16 DE ABRIL A 02 MAI. 1890)

Sob o comando de Narciso Figueras na editoria do *Quinze de Novembro*, ratificando novamente sua intenção de neutralidade. Na ocasião, foi feito um comunicado em seu nome, no editorial, ao público leitor:

É, pois, em virtude de uma nova feição que vamos dar ao nosso jornal, feição toda característica de uma folha neutra, que de hoje em diante seremos, sem apego a nenhuma parcialidade política, com vista de bem servir ao público e prestar ao país e a este Estado toda nossa dedicação e esforço a bem de seu engrandecimento e prosperidade. [...] Louvaremos o que for digno de louvor, como censuraremos os atos da pública administração que merecerem censuras e com todas exerçamos de ânimo. Ao ilustrado Dr. João de Menezes Doria agradecemos a coadjuvação que nos prestou durante o tempo que estive à frente da redação desta folha. (FIGUERAS. Ao Público, *Quinze*. Curitiba, 16 abr. 1890, p. 1)

Em nota posterior, na mesma edição, Figueras esclarecia sua posição como “mediador da opinião pública” (QUINZE, *Quinze*. Curitiba, 16 abr. 1890, p. 1), afirmando dedicar-se aos interesses morais e materiais do Estado do Paraná e reconhecer o período especial em que se encontrava a situação política. Com relação aos assuntos tratados durante as 14 edições em que esteve à frente da redação, Figueras manteve-se afastado de assuntos mais polêmicos, tornando o *Quinze de Novembro* mais informativo do que combativo, procurando manter seu compromisso de uma postura política “imparcial” e ao mesmo tempo aprofundando temas “ilustrados” sem esbarrar em amenidades. Embora evitasse enfrentamentos diretos com os atos do governo do Paraná, não perdeu a oportunidade de abordar assuntos políticos. Não obstante o fez de uma maneira mais geral, a exemplo do editorial sobre plebiscito ou constituinte, utilizando uma retórica menos engajada, em tom informativo, e apresentando o longo e sequencial texto do filósofo/economista inglês John Stuart Mill, com considerações sobre Governos Representativos Federais<sup>222</sup>. Dissertou também sobre opinião pública, sobre a

---

<sup>222</sup> As considerações de Stuart Mill sobre o Governo Representativo é uma análise da realidade inglesa do século XIX, no qual destaca que a forma representativa seria o melhor sistema governamental dedicado às sociedades adiantadas. O Governo Representativo deveria assegurar o direito das minorias, deixando que a maioria prevaleça nas questões políticas, tendo o Estado como objetivo principal à promoção da virtude e da inteligência da sua população. O autor defende que o povo é o dono final do governo e o Legislativo é o agente, que deve controlá-lo e fiscalizá-lo.

importância da educação pública e da instrução das classes laboriosas para o desenvolvimento do Brasil, assunto do capítulo seguinte.

Não obstante, temos que considerar que, apesar de procurar manter-se no terreno da imparcialidade e de ter inserido em suas edições apenas uma litografia na sua gestão redatorial, esta foi a imagem mais carregada de significados intrínsecos: *Joaquim José da Silva Xavier Tira dentes – Homenagem do “Quinze de Novembro”* (imagens 44, 45, 46), da qual só acessamos algumas das múltiplas chaves de interpretação expressas por Figueras depois de conhecermos o contexto de criação desta litografia. A figura feminina, símbolo da liberdade, está presa, com lágrimas nos olhos, braços presos nas costas e a boca silenciada. Próximo a ele estão representados elementos que, como já comentamos, remetiam a situações de tortura e de flagelo. Essa imagem foi, possivelmente, um protesto velado sobre a prisão de João de Menezes Doria após as comemorações de Tiradentes, que, segundo as palavras do jornal *Sete de Março*, “não se resignou a ficar calado” diante da autoridade do governador Américo Lobo, a quem também não se ousava criticar após instauração do decreto de censura “com receio de termos o mesmo destino....” (DEPORTAÇÃO, *Sete de Março*. Curitiba, 26 abr. 1890, n. 104, p. 4).

Narciso Figueras era ousado e combativo, muito mais trabalhando na elaboração minuciosa e detalhista de suas crônicas visuais do que produzindo textos. Procurava manter seu nome em sigilo quando fazia suas charges. Manter-se neutro tendo os redatores<sup>223</sup> e assumir o pseudônimo Stek para assinar as críticas imagéticas inseridas nas suas charges, parece ter funcionado para Figueras. Não obstante, manter-se “muito” neutro em um período de definições políticas pode ter sido um erro estratégico, e na tentativa de evitar as punições previstas pelo “*Decreto Rolha*”, sua “Folha Imparcial Ilustrada” logo anunciou em suas páginas a suspensão da publicação:

Motivos imperiosos obrigam-me a suspender os trabalhos do meu estabelecimento, bem assim a publicação do jornal “Quinze de Novembro” e procurarei resolver o mais breve possível a regularização da marcha industrial da minha casa. Aos srs. Assinantes da capital que reformaram as suas assinaturas no mês de maio, peço o obséquio de, logo que a casa resolva os seus negócios, virem receber a importância de suas assinaturas, assim como os assinantes de fora, também será restituído o saldo dos

<sup>223</sup> Leoncio Correia e Menezes Doria não assinaram mais nenhum artigo para o jornal após deixarem a redação.

meses que tiverem a seu favor; para o que peço aos srs. Assinantes e devedores que venham liquidar suas contas. Curitiba, 2 de maio de 1890. (FIGUERAS, *Quinze*. Curitiba, 2 mai.1890, p. 1).

Não deixando passar em branco o encerramento de mais um concorrente, o jornal *A República* publicou uma nota irônica, relacionando o fim do *Quinze* com a epidemia que atingia a Europa e já havia feito muitas vítimas em Morretes:

Sucumbiu à influenza, moléstia cuja existência teve a honra de ser declarada oficialmente pelo sr. Dr. Inspetor de Higiene, e logo com um atestado de óbito! O *Quinze* não gostou que aquela autoridade fosse a primeira a meter medo a população; foi falar, e, como o peixe morre pela boca, espichou por seu turno a canela com atestado passado pelo Figueras. Adeus! Ó bando de *pintarroxos*, *pintalugas* e *marissocas*. (FOI-SE, *A República*. Curitiba, 4 mai. 1890, p. 2).

Mesmo chegando ao Paraná com a intenção de focar seus esforços na direção de uma “revolução” gráfica, possibilitando que Nivaldo Braga publicasse a *Revista do Paraná*, e investido na fundação de sua própria revista, Narciso Figueras não foi um nome que identificamos no Paraná como tendo feito parte de diretorias de clubes e associações, nem como colaborar em outros jornais. Suas oficinas não constam como local de impressão dos jornais pesquisados no período. Como professor, consta que tenha atuado apenas na Escola de Belas Artes e Indústrias de Mariano de Lima. Não podemos, portanto, considerar somente a possibilidade de que as vendas do *Quinze de Novembro* não estivessem cobrindo as despesas. Talvez um dos “motivos imperiosos” que o obrigaram a suspender a publicação do jornal e também a fechar as portas da Tipografia e Litografia do Comércio tenha sido uma dívida executada por Idelfonso Correia, o Barão de Serro Azul e tio de Leoncio Correia. Apenas dois meses depois do encerramento das atividades do *Quinze de Novembro*, foi decretada sua falência, publicada em edital no jornal *A República* em 19 de julho de 1890:

[...] diz o barão de Serro Azul, que Narciso A. Figueras Girbal é devedor ao suplicante da quantia de dezenove contos oitenta e seis mil e quatro centos e vinte réis (19:086\$400) a fora juros decorridos desde primeiro corrente, por letras já vencidas ao seu Banco do Crédito Público a quantia de dois contos seis centos e vinte réis ( 2:641\$420) [...] importando a totalidade de vinte e três contos sete centos e vinte e sete mil oitocentos e vinte réis, e toda ela proveniente de fornecimento de dinheiro, papel, maquinismos, e diversos objetos para a Tipografia e Litografia do Comércio de cujo estabelecimento é o suplicante Narciso A. Figueras Girbal proprietário e sob cuja a firma foi dito estabelecimento fundado e gerido nesta praça; sucede que tenha cessado seus pagamentos o mesmo suplicado [...] os bens que possui o suplicado não chegam para pagamento do suplicante Barão do

Serro Azul e muito menos para os demais credores [...] que o suplicado tem distraído bens e vendido dissimuladamente [...]. (ABERTURA de falência e convocação de credores. *Jornal A República*. Curitiba, 25 jul. 1890, n. 173, p. 3)

O leilão da massa falida ocorreu em 4 de outubro de 1890, tendo sido organizado por Miranda Rosa, um dos mais constantes anunciantes do jornal *Quinze de Novembro*. Entre os bens descritos no catálogo do leilão, constavam: prelos A Lauset, Poirier, Marinoni, para litografia e tipografia, com todos os utensílios, motor a vapor com todos os utensílios, correias, transmissores; prensas litográficas, pedras e lâminas para litografias, máquinas de perfurar, cortar, numerar, e todos os utensílios de encadernação; tipos, linhas, emblemas e todo material e utensílios de tipografia; tintas de impressão tipográfica e litográfica, verniz, etc.

Também estavam relacionados grande sortimento de papel, envelopes, cartões, objetos de escritório, impressos, mobília e utensílios das oficinas e do escritório; mobília de uso, piano, vasos, objetos de ornamentação, livros, fotografias e litografias. (GRANDE..., *A República*. Curitiba, 1 out.1890, p. 4). Havia ainda uma caixa fechada com exemplares da *Galeria Illustrada*, indício de falhas na administração, pois se as edições da revista foram impressas em número maior do que as assinaturas contratadas, houveram gastos que não foram cobertos e, ainda assim, talvez confiante no progresso que chegaria com a República, foram feitos investimentos para publicação do *Quinze de Novembro*.

No dia 18 do mesmo mês do leilão, em um dos salões da agência do Banco Crédito Público, acontecia a assembleia geral de instalação da *Companhia Impressora Paranaense*<sup>224</sup>. No livro de atas das assembleias gerais da Companhia, publicado em 21 de dezembro de 1890 nas páginas do jornal *A República*, consta como incorporador dos bens de Narciso Figueras o Barão de Serro Azul, representado por David Carneiro, que declarou terem sido arrematadas:

[...] as máquinas litográficas, tipográficas com os respectivos materiais e a papelaria da massa falida de Narciso Figueras pelo valor de dezessete contos cento seis mil quatrocentos e vinte reis (17.406\$420) preço que se deve considerar vantajoso em virtude de se acharem as máquinas e oficinas já montadas; bem como tendo sido adquirida todas as maquinas das oficinas do “Dezenove de Dezembro”, no valor de nove contos de reis

---

<sup>224</sup>Na ocasião, foram nomeados para diretoria: Constante de Souza Pinto, Jesuino da Silva Lopes e Virissimo Gonçalves Pereira.

(9.000\$) para base das operações da sociedade. [...]. (CERTIFICO, *A República*. Curitiba, 21 dez.1890, p. 3).

A ata reposiciona as discussões da historiografia<sup>225</sup> referente ao assunto, em pesquisas que afirmam que a Imprensa Paranaense foi resultado da fusão entre as oficinas da Tipografia Lopes, administrada por Jesuíno Lopes, que publicava o jornal *Dezenove de Dezembro*, e a Tipografia e Litografia do Comércio, o que não deixa de ter certo fundamento. Porém as fontes agora revelam detalhes de como aconteceu essa “fusão”: o *Dezenove de Dezembro* encerrou suas atividades ao perder o subsídio do governo ligado à Monarquia para publicação das notas oficiais. Com a chegada da República, redirecionou-se esse financiamento para o jornal *A República*, negociando as máquinas de suas oficinas. Por outro lado, a cobrança de dívida do Banco do Crédito Público de propriedade do Barão de Serro Azul, gerou abertura de falência de Narciso Figueras, que, sem ter como quitar sua dívida, viu seus bens irem a leilão, sendo estes comprados pelo próprio Barão, possivelmente por um preço “vantajoso”.

Não houve, então, uma proposta de fusão. O que ocorreu, segundo o noticiado pela imprensa da época, foi a compra de duas oficinas desativadas. Outro equívoco que tem se perpetuado pela historiografia citando 1888 sendo o ano de fundação da Imprensa Paranaense<sup>226</sup> pelo Barão de Serro Azul, o que, segundo a ata específica, foi somente em 1890. Este erro talvez se justifique pela fotografia (imagem 67) a seguir, que divulga a história da empresa, na qual, como podemos observar, na fachada do prédio onde funcionava, tem a inscrição “Imprensa Paranaense Oficinas a vapor fundadas em 1888”. Consideramos como hipótese para justificar tal engano o fato de que o maquinário das oficinas tivesse funcionado naquele local desde esta data, ou mesmo uma estratégia de Idelfonso Correia para dar credibilidade à sua nova empresa. Afinal, como a Imprensa Paranaense tinha como prioridade a produção de rótulos para embalagens erva-mate para exportação, a confiança no serviço poderia estar vinculada à experiência. Portanto o tempo de funcionamento era relevante aos olhos dos seus possíveis clientes.

---

<sup>225</sup>CARNEIRO (1975), PILOTTO (1976), CAROLLO (1979), ODAHARA (1996), KAMINSKI (2004), CORRÊA (2006), MYSKIW(2008), MARACH (2013) e BEGA (2013).

<sup>226</sup> (BEGA, 2013, p. 438).

Imagem 67 – Prédio da Impressora Paranaense, 1909.



Fonte: Coleção Julia Wanderley. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná / Diretoria de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural / Fundação Cultural de Curitiba

Após encerrar a publicação do jornal *Quinze de Novembro*, Narciso Figueras não se afastou da arte, tendo se dedicado, no Rio de Janeiro, ao ensino da “arte da escrita bela”, como é muitas vezes chamada a caligrafia, ao assumir o cargo de professor de caligrafia na *Escola Normal do Distrito Federal*. Afinal, ele já tinha experiência como professor desta disciplina na *Escola de Belas Artes e Indústrias* de Mariano de Lima e, compondo o corpo docente e mais tarde a diretoria da Escola Normal, estava uma figura conhecida de Narciso Figueras, Leoncio Correia<sup>227</sup>, que havia sido colaborador da revista *Galeria Ilustrada* e redator chefe do jornal *Quinze de Novembro*.

O ensino de caligrafia passou a ser sua atividade principal, pois dedicou-se a desenvolver um novo sistema de pautados para ser utilizado nessa disciplina no ensino de caligrafia, denominados *Pautados Calligraphic's Metrificados*<sup>228</sup>. Um artigo

<sup>227</sup> Leoncio Correia fixou residência na Capital da República para cumprir seu mandato de Deputado Federal (1897-1900). Fundou o Ginásio Leôncio Paixão e foi um dos fundadores da Sociedade Homens de Letras do Brasil junto com as maiores expressões da literatura brasileira do início do século XX. Além de diretor da Escola Normal, Leoncio Correia foi também professor e diretor do Colégio D. Pedro II, Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, da Imprensa Nacional e responsável pela edição do Diário Oficial da União. Fonte: [http://www.espiritismogi.com.br/biografias/leoncio\\_correia.HTM](http://www.espiritismogi.com.br/biografias/leoncio_correia.HTM) Acesso em: 20/12/2012 .

<sup>228</sup> Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial, anno XXXI, n. 313. Capital Federal, 19 de novembro de 1892 o Ministério da Agricultura, por decreto de 25 de outubro último foi concedida patente sob

descrevendo minuciosamente essa obra de Figueras foi publicado no *Jornal do Brasil* em 7 de março de 1898, afirmando que essa coleção seria “a obra mais completa que até aquele momento havia sido publicada”. (LIVROS..., *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 mar. 1898, p. 2).

Segundo Gasparello e Villela (2004, p. 2), nos espaços da *Escola Normal do Distrito Federal* foram desenvolvidos, por seus professores, vários investimentos em livros didáticos e dispositivos pedagógicos que conformaram a instrução secundária, a exemplo dos currículos das disciplinas em formação, estatutos, os regulamentos, os programas, os exames, os concursos, as disciplinas escolares e as formas de ensinar e aprender. O nome de Narciso Figueras fazia parte da lista do corpo docente do curso diurno da *Escola Normal*, das disciplinas de Pintura e Desenho e Caligrafia durante o período de 1891 até 1917, quando localizamos a comunicação de seu falecimento no jornal *Correio da Manhã*, em 22 de fevereiro daquele ano. (FALECIMENTOS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1917, p. 4).

Em consonância com o conceito de ‘ecossistema’ pensado por Sirinelli (1996, p. 242-4), Leoncio Correia, Menezes Doria e Narciso Figueras, assim como outros redatores e colaboradores, aprendizes, tipógrafos, litógrafos e impressores, estavam todos reunidos em ambientes férteis, onde cultivavam e desenvolviam relações pessoais, profissionais e de sociabilidade intelectual. Por vezes deixavam transparecer relações de amizade e hostilidade, produzidas e estimuladas pela exposição de seus horizontes de expectativas, opiniões e ideologias, muitas vezes advindas de diferentes espaços de experiências sobre a sociedade paranaense, sobre o contexto brasileiro e até mesmo sobre o que sobre a República.

---

número 1.519 a Narciso Figueira, morador nesta Capital Federal, para um novo systema de pautados denominados – Pautados Calligraphic’s Metrificados” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1899) A tem a patente concedida por 15 anos de acordo com publicação do *Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1899).

#### 4. O JORNAL *QUINZE DE NOVEMBRO*: EMPRESA EDUCADORA

[...] A imprensa é a voz do mundo. Onde há luz, está a providência. Quem reprime o pensamento, atenta contra o homem. De todos os círculos, de todos os esplendores do espírito humano, o mais largo é a imprensa; seu diâmetro é próprio diâmetro da Civilização; Falar, escrever, imprimir, publicar... São os círculos sucessivos da inteligência ativa; são essas ondas sonoras do pensamento. (Victor Hugo. A Imprensa. Jornal A República. Natal, 04 mai. 1897).

O fascínio pelo pensamento e pela obra de Victor Hugo (1802-1885), escritor, poeta, romancista e dramaturgo francês, foi muito significativo na vida literária e artística brasileira durante o século XIX. Esse autor foi lido, traduzido, admirado e citado na imprensa e em discursos políticos. Para ele, falar, escrever, imprimir, publicar eram “os círculos sucessivos da inteligência ativa” e, nas últimas três décadas, as pesquisas em História da Educação estiveram atentas a estas “ondas sonoras do pensamento”, investigando a estreita relação entre os jornais e a educação e ampliando o campo de possibilidades analíticas, que podem ser distintas e, ao mesmo tempo, complementares.

Segundo Pallares-Burke (1998), os jornais produzidos no Brasil oitocentista, assim como na Europa, acreditavam no poder das ideias em aprimorar a sociedade e tinham intenção de serem veículos desses conhecimentos. Isso posto, é importante que, ao investigarmos a imprensa periódica, possamos compreendê-la também como empresa interessada em educar seus leitores, preparando-os como partícipes de projetos civilizatórios. Segundo a autora, a imprensa, “no seu veio mais propriamente cultural do que noticioso, assumiu explicitamente as funções de agente de cultura, de mobilizadora de opiniões e de propagadora de ideias.” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 145-146). No entanto é possível e necessário tecer reflexões em torno dos assuntos que eram julgados importantes para a educação informal de seus leitores e, ainda, fazer uma análise dos conteúdos que circulavam em suas páginas relativos à educação escolar, a qual passou a ser objeto de especial atenção.

O jornal *Quinze de Novembro*, assim como a revista que o antecedeu, mesmo não estando associado diretamente à escola formal, atuou como veículo mediador de questões importantes para a educação no período de instauração da República, momento em que a palavra escrita multiplicou seu uso e sua potencialidade. Afinal,

era necessário imprimir otimismo nas mudanças, decretos, novos cargos e no novo horizonte para os brasileiros. O Governo Provisório, através do Decreto n. 6, de 19 de novembro de 1889, manteve à exclusão dos analfabetos do direito de voto, que figurava na Lei 3.029, de 09 de janeiro de 1881, conhecida como Lei Saraiva, no entanto extinguiu o voto censitário, que exigia renda mínima (LEÃO, 2012, p. 1). Essa iniciativa que virou tema principal da seção *Ao Correr da Pena*, assinada por Marcos. Selecionamos como exemplo dessa expectativa de poder participar das decisões do país o trecho no qual o autor afirma aos leitores que “o eleitorado agora não sai das mãos dos mandões, da oligarquia: sai das escolas! [...] O sufrágio universal! Belo grito, reivindicação de direitos barbaramente tolhidos, única válvula exata da opinião nacional.” (MARCOS, *Quinze*. Curitiba, 27 nov. 1889, p. 3). O autor concluía o texto assinando “Marcos – eleitor!”. Esta evidência, entre tantas que abordaremos neste capítulo, nos confirma que, ao nos debruçarmos sobre o jornal *Quinze de Novembro*, é importante trabalharmos com a noção ampliada de educação.

Nesse primeiro momento, o lema nacional da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, inspirado nas ideias positivistas de Auguste Comte de “ordem e progresso” e que, até o momento, tinha muito mais de otimismo do que progresso, estendia também as possibilidades da educação, cuja importância já havia sido fomentada pelos ideais da Revolução Francesa quando a imprensa periódica assumiu a função de agente da cultura, potencializando tanto as relações ilustração e educação quanto imprensa e educação. Cabe lembrar que, no momento posterior à Independência do Brasil, o processo de escolarização já havia sido um dos elementos centrais de afirmação do Estado Imperial na construção da nação. (FARIA FILHO; INÁCIO, 2012, p. 53).

Este contexto de criação e circulação do *Quinze de Novembro*, no qual os envolvidos acreditavam que sua missão era conduzir, “esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião tendo como arma a palavra escrita” (LUCA, 1999, p. 47) nos permite considerá-lo como mediador de um processo de tentativa de transformação de mentalidades, segundo Pallares-Burke (1998, p. 147), de “arcaicas” em “ilustradas”.

A crença no potencial educativo do *Quinze de Novembro* ficava evidente em vários de seus artigos, tanto dos editoriais quanto de seus colaboradores, a exemplo

do texto do atuante jornalista português Manuel Pinheiro Chagas<sup>229</sup> (1842-1895), enviado de Lisboa e datado de 7 outubro de 1889, antes da proclamação, e publicado pelo jornal em novembro, reconhecendo a atuação da imprensa do Brasil:

Cumprindo, por assim dizer, este dever de família, permitam-me que saúde a grande imprensa brasileira, que tão nobremente tem sabido cumprir o apostolado desta nobre instituição, defendendo com a sua palavra de fogo e com as mais nobres causas da liberdade da alma humana. (CHAGAS. *Quinze*. Curitiba, 29 nov. 1889, p. 2).

Além de reconhecer a atuação e o potencial dos jornais e do jornalismo brasileiro, o texto de Pinheiro Chagas também é revelador das múltiplas formas de sociabilidade mediadas e possibilitadas pela imprensa. (MOREL, 2005, p. 64). Outro exemplo revelador nessa direção foi o editorial (n. 19), dedicado a Quintino Bocayuva, convidado a compor o ministério e que, como jornalista, havia feito uso das páginas da imprensa para educar “a alma” dos leitores:

É um herói e um vidente. Vem do seio do povo, vai para os braços da história. [...] Da ampla e luminosa janela da imprensa diária tem, com tenacidade fervorosa, educado a alma popular, despejando dela, como um nababa<sup>230</sup>, os fabulosos tesouros de seu peregrino talento. [...]. (CORREIA. *Quinze*. Curitiba, 15 dez. 1889, p. 3).

Em nome da liberdade e da educação da alma popular, a imprensa buscava imprimir, no imaginário da sociedade oitocentista, seu caráter de “nobre instituição” e de uma “ampla e luminosa janela” de acesso à civilização, instituindo-se como espaço e lugar de divulgação ideias e de educação. O *Quinze de Novembro* buscava firmar-se, junto aos seus leitores, como jornal interessado em conduzir os paranaenses naquele contexto de mudanças:

Queremos dizer que, empenhado como está o nosso governo na grande obra da reconstrução política do País, é mister, é imprescindível que esta obra monumental da qual está pendente a felicidade de um povo, seja levantada sobre bases sólidas, que possam suportá-la e sustentá-la no presente e em todo o futuro; e essas bases só a educação popular, mas – a verdadeira educação, ou aquela que os brasileiros, na sua maior parte,

---

<sup>229</sup> Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, português, foi escritor romancista, historiador, dramaturgo, político e jornalista, sendo também diretor de vários periódicos de Lisboa: *O Panorama* (1837-1868), *Arquivo Pitoresco* (1857-1868), *O Ocidente* (1878-1915), *Jornal do Domingo* (1881-1888), *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (1859-1865), *A Ilustração Portuguesa* (1884-1890), entre outros.

<sup>230</sup> Nababo era príncipe ou governador que, entre os séculos XVI e XIX, vivia na Índia muçulmana. Usado como substantivo, refere-se a pessoa muito rica e que faz alarde de sua riqueza ou ostenta sua vida luxuosa.

não receberam ainda, podemos ministrar-lhe-ás. (BRAGA, *Quinze*. Curitiba, 18 dez. 1889, p. 1-2).

Ao acompanharmos os campos semânticos construídos pelos dicionários em torno da ideia de civilidade/civilização (LIMA, 2012, p. 1-29), foi possível percebermos como seus sentidos e significados foram sendo modificados. Com o início da Era Moderna<sup>231</sup>, segundo exemplo de Gondra e Schueler (2008, p. 67), o termo *civilidade* passa a ser compreendido como sinônimo de “cortesia, urbanidade, boas maneiras, polidez, etiqueta e boa educação”. Não obstante, para uma nação ser civilizada, seu povo deveria ser educado. Havia um esforço conjunto entre o *Quinze de Novembro* e seus colaboradores, jornal e jornalista no papel de educadores, criando condições de debate entre eles e com seus leitores sobre as necessidades do recente Estado do Paraná. Se o progresso era a direção a ser seguida com a República, é possível compreendermos, então, nesse tipo de enunciado, o jornal como agente social, pois, segundo Vieira (2007, p. 7), intervenções como essa demonstram o interesse da imprensa em orientar formas de pensar, de sentir e agir.

#### 4.1 FORÇAS EDUCATIVAS: O JORNAL COMO ARTICULADOR DE NOVOS ESPAÇOS DE EXPERIÊNCIA

Na voz da imprensa, as classes equilibram-se; as ciências, as letras, as artes vigorizam-se e a sociedade avança a conquista do futuro! E é por isso que a tipografia é a primeira das artes e a mais importante, e os seus levitas, homens prestantes à sociedade, tanto como o padre e o médico, o lavrador e o sábio. (A ARTE..., *Quinze*. Curitiba, 12 abr. 1890, p. 2).

Ao longo do século 19, foi sendo construída uma eficiente via de mão dupla entre a imprensa e o mundo intelectual. Enquanto a imprensa apresentava novos meios técnicos para reprodução de texto e imagem, configurando-se como um dos mais importantes vetores culturais da mediação, ao mesmo tempo despertava a atenção de intelectuais interessados em suas numerosas possibilidades como divulgadora da educação e instrução. (GOMES; HANSEN, 2016, p. 17-23). Suas reivindicações, antes predominantemente políticas, referiam-se mais a problemas sociais e econômicos, aos quais dedicavam tempo e esforço, elaborando páginas e

---

<sup>231</sup> Período de transição do feudalismo para o capitalismo.

mais páginas de editoriais no intuito de reunir forças para a construção de projetos políticos e culturais. O período entre 1840 e 1914 foi identificado por Costa, Schwarcz e Souza (2000) como “tempo das certezas” que os jornais se assumiram como lugares privilegiados de conhecimento, tomando para si o papel educativo. O fato é que, nesse jogo de interesses que envolvia a imprensa e o intelectual, os impressos passaram a ser considerados indispensáveis em qualquer sociedade que se almejasse moderna.

Entre a população, alguns brasileiros mais entusiasmados acolheram com o mais decidido e arrojado patriotismo a Proclamação da República no Brasil. Nas páginas do jornal *Quinze de Novembro*, eram comuns exaltações, das quais destacamos um pequeno trecho, que revelava não só seu entusiasmo e otimismo com a chegada da tão civilizada República, mas a confiança de que seus leitores estavam no mesmo diapásão: “como existe em vosso magnânimo coração o mesmo ardente fogo de amor pela Pátria Republicana – nossa Mãe adorada”. (DÍVIDA..., *Quinze*. Curitiba, 1 dez. 1889, p. 1). Entre tantas declarações registradas em notas e artigos, poderíamos facilmente transcrever muitas páginas de empolgadas confissões de patriotismo, entusiasmo e esperança trazidos pela República ao Paraná.

Nesse cenário de euforia, a sociedade se organizou, encetando movimentos em torno do pagamento das dívidas dos Estados e da Nação e também em prol da escolarização. Essas iniciativas foram amplamente motivadas e divulgadas pela imprensa, fomentando uma série de ações para arrecadação de dinheiro entre os cidadãos e também projetos de caráter educativo. De acordo com as pesquisas de Gondra e Schueler (2008, p. 62), através dessas iniciativas se desenvolveram formas e práticas diversas para promover os projetos de educação e de nação, identificadas pelos autores como “forças educativas”.

No Paraná, dois movimentos tiveram início simultaneamente. O primeiro foi a campanha de pagamento da dívida externa e interna do Brasil, proposta pelos militares, divulgada pelos jornais e abraçada pelo povo, que se organizou em reuniões em clubes e associações para decidir como seria feito o recolhimento dos valores doados. Localizamos ação congênere na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, por uma iniciativa que partiu da *Escola Militar do Rio de Janeiro* e que acabou reverberando em outros Estados brasileiros. Citamos como exemplos as

iniciativas, citadas em nota no jornal *Quinze de Novembro* em 1 de dezembro de 1889, da Escola da Marinha do Rio Grande do Sul e do Paraná, divulgando que os oficiais haviam deliberado, em comum acordo, ceder um dia de seus respectivos soldos, durante 6 meses, para coadjuvarem o pagamento da dívida nacional externa, a contar de 1º de janeiro a 30 de julho 1890. (NOTICIÁRIO, *Quinze*. Curitiba, 1 dez. 1889, p. 1). Nesse mesmo dia também foi publicada uma carta do Comandante do 17º Batalhão de Infantaria direcionada ao governador, afirmando ter solicitado uma colaboração em dinheiro de todos os oficiais de seu batalhão, para assim se associarem:

[...] a nobilíssima e patriótica ideia, se levada a efeito a subscrição popular, com o fim se ser paga a enorme dívida externa contraída pelos governos do regime passado; cumpre-me dizer que o 17º batalhão de infantaria, até o presente também na vanguarda do que pode haver de mais alevantado em patriotismo, acolheu com o mais decidido e arrojado entusiasmo ao que lhe está crente de ser a continuação da gloriosa obra que encetaram os nossos concidadãos e concluíram os nossos camaradas no sempre memorável 15 de novembro. [...] Esta corporação genuinamente republicana, que foi que e que será até o último alento, terá o prazer de depositar em vossas mãos tão puras e perfumadas, o produto da subscrição. (DÍVIDA..., *Quinze*. Curitiba, 1 dez. 1889, p. 1).

Essa foi uma iniciativa do exército. No entanto, os civis também estavam se organizando com o mesmo intuito. Com o título “Reunião Patriótica”, uma pequena nota convidava os curitibanos para uma reunião no Clube Militar<sup>232</sup> com o objetivo de tratar sobre como o Paraná poderia contribuir para o pagamento desta dívida. Logo abaixo, o *Correio* comunicava que seus funcionários, de janeiro a junho de 1889, estariam doando um dia de ordenado para colaborarem com a campanha. (REUNIÃO. *Quinze*. Curitiba, 1 dez. 1889, p. 1). No entanto, não tardou para os militares do Rio Grande do Sul se manifestarem. Segundo o *Quinze de Novembro*, o jornal *Correio do Povo* estava publicando uma série de artigos divulgando os valores pagos aos marinheiros e soldados, revelando que seus ganhos eram “muito inferiores a qualquer carregador de cesto [...] A República não deve ter, nem por mais um só dia, um exército tão miseravelmente retribuído” (SOLDO..., *Quinze*. Curitiba, 11 dez. 1889, p. 2). Esta nota publicada em um jornal gaúcho e replicada

---

<sup>232</sup> Nos convites e comunicados de reuniões publicados no *Quinze de Novembro* eram frequentes as reuniões de civis nas dependências do Clube Militar, o que revela que havia uma forte influência do exército na sociedade paranaense.

pelo *Quinze* é um indício de que a situação dos militares no Paraná não era diferente, deixando-nos a questão de que, se os marinheiros e soldados estavam com dificuldade para colaborar com o pagamento da dívida, talvez esse ato de “generosidade espontânea” tenha sido uma ordem superior.

“A alma brasileira dilata-se; a bolsa particular alarga-se; o gigante americano desperta”. Assim inicia o editorial de 3 de dezembro de 1889 do *Quinze de Novembro*. A ideia de pagamento da dívida externa começava a ser pensada e divulgada também para solucionar as dívidas do Estado. Com esse intuito, outros profissionais, representados por seus instrumentos de trabalho, passam a ser possíveis colaboradores: “O livro, a espada, o arado, a enxada, o pincel, o buril, a pena, tudo se estreita num abraço de irmão, para formar os alicerces da pátria reconstruída.” (DÍVIDA. *Quinze*. Curitiba, 3 dez. 1889, p. 1). Novamente esse era um reflexo do ocorrido no Rio de Janeiro, onde o Ministro da Fazenda<sup>233</sup> havia recomendado que as comissões encarregadas das subscrições para o pagamento da dívida externa fossem convertidas para pagamento da dívida interna<sup>234</sup>. (DÍVIDA..., *Quinze*. Curitiba, 3 dez. 1889, p. 1). No final de dezembro daquele ano, foi divulgada uma lista com 67 nomes, juntamente com as quantias (variando entre 10 e 1\$) que haviam sido doadas para o pagamento da dívida interna do Paraná<sup>235</sup>, que seria agenciada pelo Cap. José M. Bezerra da Silva Costa. Também encarregada dessa arrecadação, Januária Eneas Sotto-Maior informou que já havia recolhido para o Tesouro do Estado a quantia de 850\$000, com a colaboração dos moradores de Guarapuava<sup>236</sup>. (DÍVIDA..., *Quinze*. Curitiba, 26 mar. 1890, p. 1).

Simultaneamente se deu um segundo movimento, no intuito de fortalecer o ensino público, tema citado pelo Governador Provisório José Marques Guimarães, por ocasião de seu discurso na Arcádia Paranaense<sup>237</sup>, no qual assegurava aos

---

<sup>233</sup> Ministro da Fazenda e interinamente da Justiça, Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

<sup>234</sup> Segundo a nota, a dívida interna da Capital Federal já somava 4.734.841:300\$ (DÍVIDA. *Quinze*. Curitiba, 03 dez. 1889, p. 1).

<sup>235</sup> DÍVIDA..., *Quinze* Curitiba, 31 dez. 1889, p. 2.

<sup>236</sup> Foram doadores: Comendador Pedro Lustosa Siqueira (500\$000), Alferes Elias Cortes (50\$000), diversos senhores (300\$000). (DÍVIDA. *Quinze*. Curitiba, 26 mar. 1890, p. 1)

<sup>237</sup> *Sociedade Arcádia Paranaense* era uma associação que tinha por fim comemorar as épocas mais notáveis de história da Província (MELLO, 2008, p. 59). Foi fundada em 1887 pelo professor Nivaldo

presentes que “faria tudo pelo progresso deste Estado, principalmente na instrução popular”, destacando que, para tanto, precisava do apoio de todos os paranaenses. Esteve presente nesta reunião e reagiu ao discurso do governador o presidente do Clube dos Estudantes, José de Freitas Saldanha Sobrinho, que rapidamente fez um chamamento público dentro da seção *Colaboração* do *Quinze de Novembro*:

[...] paranaenses, é preciso trabalhar com a coragem para que o governo do Estado possa realizar inteiramente as grandes ideias que tem em vista. Ao meu ver, os primeiros que se devem colocar à frente do grande movimento da iniciativa particular hão de ser os moços. Nós é que havemos de dar o grande exemplo de patriotismo e de coragem aos homens do presente, cuja maioria conserva-se criminosamente inativa. É preciso que a mocidade mostre de quanto é capaz quando o entusiasmo patriótico faz vibrar o seu coração, efervecendo-lhe o sangue revoltoso que corre pelas veias. O clube dos Estudantes, que vai apresentar-se em campo, espera o auxílio de todos os paranaenses patrióticos. (SOBRINHO, *Quinze*. Curitiba, 24 dez.1889, p. 1-2).

É evidente que um discurso realizado dentro de uma sociedade como a Arcádia Paranaense, que, segundo afirma Mello (2008, p. 59), foi fundada em 1887 com adesão e apoio de toda a elite intelectual de Curitiba, não estava direcionado a toda população. Cabe considerar também que, entre os associados, estavam tanto redatores dos jornais locais, a exemplo de Leoncio Correia, redator do *Quinze de Novembro*, quanto o presidente do Clube dos Estudantes, José de Freitas Saldanha Sobrinho, que, aliás, assinou a nota acima mencionada.

Na mesma edição saiu publicada uma nota sob a epígrafe de “*Reunião Patriótica*”, onde o Clube dos Estudantes do Paraná<sup>238</sup> convidava a todos os paranaenses interessados pelo desenvolvimento futuro do Estado a comparecerem no dia 25 de dezembro, ao meio dia, no salão do Clube Militar, a fim de tratar da fundação de “uma poderosa sociedade popular, promotora da educação e instrução do povo paranaense”. (REUNIÃO..., *Quinze*. Curitiba, 24 dez.1889, p. 2). No dia divulgado pelo jornal, aconteceu a reunião em que Saldanha Sobrinho expôs seu

---

Texeira Braga, que, no mesmo ano, fundou a Revista do Paraná, impressa na Tipografia e Litografia do Comércio de Narciso Figueras e com litografias assinadas pelo artista.

<sup>238</sup> Ainda são necessários investimentos de pesquisa sobre o Clube dos Estudantes do Paraná, criado a partir da união dos clubes existente: dos Estudantes e Dr. Pedrosa.

objetivo de fundar a Sociedade *Promotora da Instrução do Povo*<sup>239</sup> na capital do Paraná.

Embora esta tenha sido uma iniciativa dos estudantes, na ocasião, foi nomeada também uma comissão, composta pelos oficiais Coronel Cardoso Junior e Major Pimentel e pelo médico e jornalista Menezes Doria, encarregada de organizar os estatutos da nova sociedade com a intenção de assegurar apoio financeiro e credibilidade frente à população e a outros Estados, que já contavam organizações similares, a exemplo da Sociedade Promotora da Instrução de Campinas (1871), da Sociedade Propagadora da Instrução Pública de Pernambuco (1872), da Sociedade Propagadora da Instrução de São Paulo (1873), da Sociedade Mantenedora da Biblioteca Pública Pelotense (1875) e da Associação Promotora da Instrução da Corte (1874). (CANDIÁ, 2014, p. 3). Entre os diretores da *Sociedade Promotora da Instrução do Povo* estavam Barão do Serro Azul (presidente), José Ferreira Pinheiro (vice-presidente), João Pamphilo de Assumpção (1º secretário), Justiniano de Mello (orador) e Rocha Pombo (tesoureiro). A nota a seguir descreve que o evento teria sido encerrado com entusiasmo:

Os estudantes, que tomaram a si o encargo de angariar sócios, já tinham consignado até ontem às 11 horas o elevado número de 107 assinaturas. É preciso que o povo compreenda todo o alcance da ideia patriótica dos moços e preste-lhe todo apoio. A nossa mocidade está se preparando dignamente para as grandezas do futuro. Avante! (REUNIÃO..., *Quinze*, 24 dez. 1889, p. 2).

A iniciativa da “mocidade estudiosa” da capital foi parabenizada em nota publicada no jornal *Sete de Março*, pelos seus esforços em promover a criação de uma sociedade que impulsionasse a instrução popular. (CLUBE..., *Sete de Março*. Curitiba, 28 dez. 1889, p. 4). Aproveitando o ânimo geral, no dia seguinte, utilizando as dependências do Instituto Paranaense, realizou-se uma sessão para dar posse à diretoria, ficando os estudantes encarregados de angariar sócios para a nova sociedade, os quais, na ocasião, comunicaram que já haviam conseguido 200 assinaturas, inclusive de algumas senhoras<sup>240</sup>, tendo encontrado “a mais animadora

---

<sup>239</sup> Sobre a Sociedade Promotora da Instrução do Povo, também não foram localizadas informações, apenas o que foi divulgado na imprensa do período.

<sup>240</sup> Algumas senhoras também estavam envolvidas também de angariar donativos para o pagamento da dívida do Estado.

boa vontade por parte da população mais esclarecida desta capital” (CLUBE..., *Quinze*. Curitiba, 29 dez. 1889, p. 1).

A forma com que a *Sociedade Promotora da Instrução* foi constituída é resultante dos movimentos gerados pela dinâmica das relações e dos diálogos travados através da imprensa que, além de dar visibilidade aos envolvidos, nos revela os esforços de afirmação e ação desse grupo na criação desse novo espaço de sociabilidade, em consonância com o que Jean Sirinelli (1996, p. 242-4) identifica como “ecossistemas”. É provável também que esse tipo de reunião tenha sido reflexo da expansão do movimento associativo identificado por Morel (2005, p. 64) como consequência da ação de várias forças sociais que começaram a emergir no cenário brasileiro entre os anos de 1820 e 1840 e que ainda reverberavam pelo Brasil, ecoando também em terras paranaenses.

Cabe lembrar que um dos importantes desdobramentos da Revolução Francesa ocorreu em junho de 1793 na Convenção Nacional, quando foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>241</sup>, de autoria de Louis Michel Lepelletier (1760-1793) que preconizava (Art. XXII) que a instrução era uma necessidade de todos, pela qual a sociedade devia “favorecer com todo seu poder os progressos da razão pública e colocar a instrução ao alcance de todos os cidadãos”. (LUZURIAGA, 1959, p. 48). Segundo Faria Filho e Lopes (2012, p. 47), esta declaração teve reflexos no pensamento e nos discursos ocorridos no Brasil, tendo em vista que, no que se referia à educação, nossas relações com a França eram anteriores ao final do século XVIII. Educar e instruir as camadas mais amplas da população eram os objetivos expressos nos estatutos da maioria das agremiações (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 68).

---

<sup>241</sup>Na França, a primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão reconhecia a igualdade, especialmente perante a lei e a justiça e reforçava o princípio da separação entre os poderes. Foi adotada em seu princípio, antes de 14 de julho de 1789, mas seu texto final foi aprovado pelos deputados em 26 de agosto de 1789. Em decorrência de uma série de acontecimentos pós Revolução Francesa, foi publicada uma nova Declaração em 1793. No século XIX, seus princípios inspiraram textos similares em numerosos países da Europa e da América Latina. (DECLARAÇÃO..., [s.d.]

Assumindo mais uma vez o papel de divulgador e incentivador desta ação do Clube dos Estudantes, o *Quinze de Novembro* publicou na íntegra um ofício redigido por Saldanha Sobrinho ao Governador do Estado, nos seguintes termos:

O Clube dos Estudantes do Paraná congratula-se convosco pelas excelentes intenções que tendes manifestado em favor do progresso do Estado do Paraná, em todos os ramos da sua atividade, e principalmente no que diz respeito à educação e instrução do povo. Os moços paranaenses que desejam ardentemente ver o seu Estado natal na frente do movimento progressista da Confederação Brasileira e que acham-se grandemente animados pelos grandiosos acontecimentos que desde 15 de novembro tem impulsionado em um mês, mais do que em um século a civilização e engrandecimento da Pátria, [...] O Clube dos Estudantes do Paraná, atendendo ao vosso justíssimo pedido, quer ser a primeira corporação do Estado a oferecer-vos o seu fraco, mas decidido e ativo concurso. O Clube dos Estudantes vai, de hoje em diante, trabalhar com todas as suas forças para auxiliar-vos, fazendo todo o possível para despertar o patriotismo e a atividade dos paranaenses. E querendo auxiliar-vos com atos e não com palavras, cidadão, o Clube dos Estudantes roga-vos que vos digneis de conceder-lhe a Escola Oliveira Bello para ali manter a sua custa e servindo de mestres diversos sócios moralizados, estudiosos e patriotas, um curso primário e secundário gratuito que possa ser frequentado pelas crianças pobres e pelos homens do trabalho, que não podem frequentar escolas diurnas. Estudo e perseverança. (SOBRINHO, *Quinze*. Curitiba, 28 dez. de 1889, p. 3).

Utilizando a imprensa como mecanismo de contato, divulgação e visibilidade, clube e governo estabeleceram um diálogo público quando a resposta ao ofício foi divulgada no expediente do jornal *A República*:

[...] louvando o procedimento do Clube dos Estudantes, declaro em resposta ao vosso ofício datado de ontem, que fiquei ciente de que, o mesmo Clube, tendo fundado em 7 do corrente um curso noturno que funcionava em casa particular, passou desde dia 13 deste mês, a funcionar na Escola Oliveira Bello, para tal fim cedida por este governo; assim também, que servem de professores os seguintes sócios daquele clube: Canrobert Costa, Antonio Pombo, Sebastião Paraná, Brazilio Costa e Saldanha Sobrinho. (EXPEDIENTE. *A República*. Curitiba, 17 jan. 1890, p. 1).

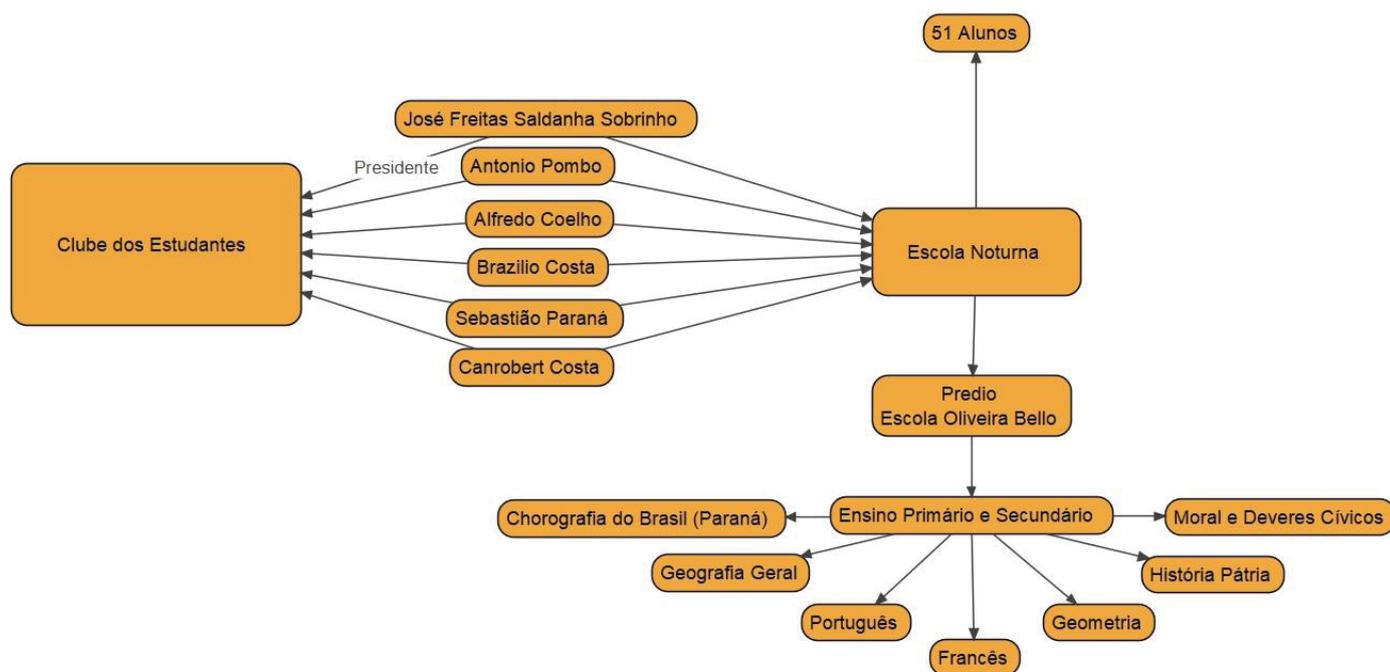
A “mocidade estudiosa”, apoiada em distinções oriundas do acesso a instrumentos de saber e a relações de poder, teve seus nomes vinculados à “nobreza cultural”, para fazermos uso do termo utilizado por Gondra e Schueler (2008, p. 68). Em 18 de janeiro de 1890, os jornais *Dezenove de Dezembro* e *A República* anunciaram que o Clube dos Estudantes havia fundado em 7 de janeiro, com apoio do governador do Estado, nas dependências da Escola Oliveira Bello<sup>242</sup>, um curso

<sup>242</sup> Pelos jornais do período sabe-se que ela logo retornou a administração do governo e esteve fechada para uma série de reformas que julgavam ser urgentes.

noturno gratuito, com aulas todas as noites das 19 às 21 horas, para primário e secundário, que poderia ser frequentado por aqueles que não tinham como estar presentes nas aulas diurnas.

Do corpo de professores faziam parte os membros do Clube dos Estudantes Canrobert Costa, Antonio Pombo, Sebastião Paraná, Brazilio Costa e Saldanha Sobrinho<sup>243</sup>. As matérias lecionadas incluíam português (primário e secundário), aritmética prática, geografia geral, chorografia<sup>244</sup> do Brasil e especialmente do Paraná, história pátria, geometria prática e francês, e fazendo também preleções (aulas didáticas e educativas) sobre moral e deveres cívicos.

MAPA 2 – Membros do Clube dos Estudantes e organização da Escola Noturna



Fonte: Elaborado pela autora.

O prédio da Escola Oliveira Bello, concluído em 1884, já havia sido construído com fundo de particulares. O terreno (Aquidaban esquina Ratcliff)<sup>245</sup> onde foi

<sup>243</sup> Com exceção de Sebastião Paraná, todos ainda eram estudantes do Instituto de Educação.

<sup>244</sup> Chorografia ou *Corografia* era uma disciplina que fazia descrições histórico-geográfica de um lugar.

<sup>245</sup> Hoje Emiliano Pernetta com Desembargador Westphalen

construída como “casa escolar”<sup>246</sup>, à época destinada ao sexo feminino, foi uma doação de Echolastica Joaquina de Sá Ribas Franco (viúva do Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco) e uma comissão de senhoras foi organizada para arrecadar fundos<sup>247</sup> para sua construção com a intenção de não utilizar recursos dos cofres públicos. (CASTRO, 2008, p. 25). O jornal *Dezenove de Dezembro*, ao noticiar sua inauguração, exalta a generosidade dos paranaenses:

Amanhã, terá lugar a inauguração da Escola Oliveira Bello, do sexo feminino. [...] Sim, leitores. É este um acontecimento único, em que a instrução e a liberdade, unidas intimamente num consorcio indissolúvel, assim como duas<sup>248</sup> enormes estrelas, lançam uma larga projeção luminosa sobre os destinos civilizadores desta província. A alma popular, sempre generosa e boa. [...] Que o povo paranaense, ávido de progresso, continue a elevar-se à altura deste século de abolição e ciência. (O DIA..., *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 27 set. 1884, n. 226, p. 2).

O prédio disponibilizado, assim como a Escola Noturna, foram resultantes de forças educativas geradas pela ação da própria sociedade civil. O primeiro, a partir de uma força mobilizada ainda na Monarquia, depois da visita do Imperador ao Paraná em 1880, quando este incentivou a construção de casas escolares<sup>249</sup>. O segundo, logo no início da República, mobilizado por estudantes, com apoio da comunidade, já contava em 28 de dezembro de 1889, como registra o jornal *Quinze de Novembro* desta data (p. 3), com vinte alunos matriculados, entre crianças e adultos, que ali estavam em busca de instrução, “dando trabalho ao espírito”. Pelos jornais, os leitores foram informados de que as aulas noturnas continuavam a funcionar regularmente no edifício da Escola Oliveira Bello. Em 2 de fevereiro de 1890, A *República* publicou nota destacando a importância dessa iniciativa, que havia sido

---

<sup>246</sup> O Imperador D. Pedro II por ocasião de sua visita ao Paraná em 1880, fez doações para construção de casas escolares na província, disponibilizando projetos das casas escolares da Corte. (CASTRO, 2008, p. 24-5). Segundo Bencosta apesar do prédio da Oliveira Bello ter sido ser escola, deixou de existir na primeira metade do século XX, aparecendo na documentação de ensino como grupo escolar somente na década de 1910. (2001, p. 121).

<sup>247</sup> Foram colaboradoras Francisca Corrêa Alves de Araújo, esposa do Comendador Antonio Alves de Araújo (500\$000), Baronesa de Guaraúna (500\$000) e a previsão era que o prédio fosse concluído com 12000\$000.

<sup>248</sup> Na ocasião também foi inaugurado o Liceo d’Ouro da Municipalidade.

<sup>249</sup> No Paraná, além do prédio da Escola Oliveira Bello, outras casas escolares foram construídas sobre terrenos doados por particulares (IWAYA, 2000, p. 25) o que demonstra a ação de forças educativas similares.

[...] fundada e mantida pelo esforçado e patriótico clube dos estudantes desta capital. Esta utilíssima aula é atualmente frequentada por 27 alunos entre crianças e adultos. A matrícula, segundo nos informam, continua a estar franqueada a todas as pessoas que a pretenderem. (AULA..., *A República*. Curitiba, 2 fev. 1890, p. 3).

Os incentivos da sociedade continuaram a motivar a ação, pois o jornal anunciava que havia se juntado ao corpo docente da escola o estudante do Instituto de Educação Alfredo Coelho. A nota destacava ainda outros auxílios recebidos:

Consta-nos que diversos cidadãos, atendendo a grande conveniência da manutenção daquela escola que já conta com 51 alunos na sua matrícula, tem procurado favorecer os louváveis intuits da mocidade, concorrendo com donativos. O cidadão Assis Teixeira ofereceu ultimamente ao Clube dos Estudantes 50 exemplares de livros escolares, para serem distribuídos pelos alunos da escola. O distinto moço Sebastião Paraná ofereceu também para o mesmo fim alguns exemplares do seu Esboço Geográficos do Paraná. Muito bem! (ESCOLA..., *A República*. Curitiba, 9 fev. 1890, p. 2).

O Clube dos Estudantes e a sociedade haviam formado uma “força educativa” que dava indícios de ser um sucesso. Porém apenas vinte dias depois, o *Quinze de Novembro* publicou uma pequena nota na qual constava que haviam sido encerradas as aulas da Escola Noturna que os sócios do clube dirigiam gratuitamente. (CLUBE..., *Quinze*. Curitiba, 1 mar. 1890, p. 2). Somente no final daquele mês de março, o Governo do Estado, em ato oficial, comunicou, para os devidos fins, que o Clube dos Estudantes participara oficialmente, no dia 27 anterior, do ato que fechou a aula noturna, mantida às custas do clube, na escola Oliveira Bello. (INSTRUÇÃO..., *Quinze*. Curitiba, 1 mar. 1890, p. 1).

O motivo deste súbito encerramento não foi esclarecido pela imprensa na ocasião, o que nos causa certo estranhamento, visto que, pelos jornais<sup>250</sup>, a comunidade estava acompanhando as atividades na Escola Noturna, seus horários, professores e o número de alunos que estavam frequentando o estabelecimento. Depois desse encerramento, os jornais do período deixaram de publicar sobre a iniciativa, embora continuassem divulgando, com notas curtas, as reuniões do Clube dos Estudantes.

Esbarrando no problema da instabilidade e existência efêmera da instituição, fica em aberto até o momento a seguinte questão: por que uma escola com prédio,

---

<sup>250</sup> Localizamos notas sobre o funcionamento da Escola Noturna nos jornais locais *Sete de Março*, *A República* e *Dezenove de Dezembro*.

professores, alunos, doações e apoio da comunidade teria sido subitamente encerrada? Consideramos como primeira hipótese possível que a mudança para a Capital Federal<sup>251</sup> de Sebastião Paraná, em 11 de fevereiro de 1890 e, na sequência, em 20 de março, de Saldanha Sobrinho, até então presidente do Clube dos Estudantes, tenha desestabilizado as atividades do grupo. A outra possibilidade seria de que o grande número de professores voluntários pudesse ter ocasionado o abandono por eles das disciplinas ministradas depois de passada a motivação inicial, o que aponta para a ocorrência frequente de descontinuidades características daquele período de transição.

Segundo Ferreira (1978, p. 48), no século XIX “a fundação de jornais, clubes, circulação de livros e revistas científicas, debates sobre os problemas sociais e políticos e divulgação de informações internacionais” desencadeou uma série de ações que acabaram por preparar o terreno para a união das classes de trabalhadores. O *Quinze de Novembro*, como parte dessa corrente de comunicação, atuou como divulgador e mediador de alguns desses encontros. Por meio de nota publicada em 22 de dezembro de 1889, percebemos que, naquele momento, no contexto de Curitiba, dois grupos começavam a se organizar: os operários e os artistas. Várias notas foram publicadas, as primeiras no intuito assegurarem ao público “fundarem um congresso em todo o Estado e por meio dele tratarem do progresso da classe e do bem comum da Pátria” (CONGRESSO..., *Quinze*. Curitiba, 14 dez.1889, p. 3). Outras notas buscavam interessados em ingressarem na nova associação que se organizava:

[...] é de nosso dever comunicar que foi por iniciativa dos cidadãos: Manoel Azevedo da Silveira Junior, Manoel Francisco Leite, Eleutério Carneiro, Izaías Fernandes de Lima, Manoel Caron e José Manoel Cardoso, será instalada nesta capital uma associação com o fim de congregar os operários de todo o Estado para por este meio desenvolver-se a instrução e outros elementos de progresso, preparando-se assim a classe para tomar parte no grandioso trabalho encetado no dia 15 de novembro – a reconstrução da Pátria. (CONGRESSO..., *Quinze*. Curitiba, 22 dez. 1889, p. 2).

De acordo com Ferreira (1978), o evento identificado como sendo o *Congresso Operário* foi realizado entre 15 e 20 de abril de 1906 no Rio de Janeiro,

---

<sup>251</sup> Segundo nota publicada no jornal *Quinze de Novembro*, Nestor Victor também havia deixado a capital paranaense em 24 de dezembro de 1889 para fixar residência no Rio de Janeiro (*Quinze*, Curitiba, 25 dez. 1889, n. 27, p. 3).

então Distrito Federal, com a união dos sindicatos, ligas e associações dos trabalhadores brasileiros. Na ocasião, os participantes foram aconselhados pelos membros da organização a criarem cursos de aperfeiçoamento técnico e escolas noturnas com a matéria de geometria para os sócios. Isso nos leva a considerar que, embora tenham anunciado o evento no *Quinze de Novembro* como sendo o primeiro Congresso de Operários, este tenha sido um encontro local, com a intenção de expor e debater proposições para benefícios da sua classe, visto que poderiam encontrar representatividade frente às mudanças esperadas com a República. No Paraná, a Sociedade Beneficente Protetora dos Operários<sup>252</sup> já havia sido fundada em 1883 por Manuel Azevedo da Silveira Netto, que havia sido aprendiz de tipógrafo, aluno de Mariano de Lima e colaborador de Narciso Figueras nas oficinas, na revista e no *Quinze de Novembro*.

Logo após o congresso que reuniu os dois grupos, seriam definidos os direitos e deveres dos associados. Um pouco antes, em 17 de janeiro, circulou um aviso, com o título “Artes e Artistas”, assinado por Mariano de Lima, de que haveria uma conferência:

Tomo a liberdade de convidar pedindo-lhe que não faltem, a todos os artistas sem distinção de categoria ou posição a reunirem-se na Escola de Artes e Industrias do Paraná, no próximo domingo ao meio dia, se o tempo permitir, afim de assistirem a uma conferência cujo o fim exclusivo é tratar de interesses relativos às classes laboriosas. (LIMA. *Quinze*. Curitiba, 16 jan. 1890, p. 04).

O grupo finalmente acabou se instituindo como Clube dos Operários e Artistas<sup>253</sup> passou então a se reunir para tratar “dos legítimos e urgentes interesses das referidas classes”. Organizados como tal, poderiam se fazer representar entre outros centros de cultura, associações e clubes literários que, de acordo com Ferreira (1978, p. 57), atuavam também como centros irradiadores de cultura.

---

<sup>252</sup> Também identificada na historiografia como Sociedade Beneficente Protetora dos Operários.

<sup>253</sup> Dentro de um critério de autodefesa e proteção que se uniram os trabalhadores das mais variadas categorias profissionais, fundando as primeiras sociedades mutualistas e caixas beneficentes, que seriam mais tarde as ligas e uniões, embriões dos sindicatos. Estas primeiras associações dos operários urbanos têm a sua representação na Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, cujos objetivos eram a formação profissional e a instrução pública, numa época em que no Brasil estes assuntos eram perigosos: “Em 1841 fundou-se em Recife a Sociedade dos Artistas mecânicos e Liberais, que manteve o Liceu de Artes e Ofícios. (FERREIRA, 1978, p. 34).

O imigrante português Antonio Mariano de Lima<sup>254</sup> tinha muito interesse na fundação deste clube, pois em julho de 1886 havia fundado a Escola de Desenho e Pintura, segundo Luciana Santana, uma instituição voltada à formação de artistas e ao ensino de ofícios, tendo sido, segundo a autora, “a primeira do gênero no Paraná e uma das primeiras do Brasil”, (2004, p. 8). Desde o início, Mariano de Lima fez uso da imprensa local para divulgar sua intenção de ensinar, a exemplo da nota publicada no jornal *Dezenove de Dezembro* informando aos leitores que se propunha a contemplar “três dias de cada semana ao ensino gratuito de desenho às pessoas que se quiserem dedicar a essa arte”. (TÓPICOS ..., *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 19 jul. 1886, p. 1).

Como apoio à sua ação gratuita, o governo da Província liberou o uso dos salões do Instituto Paranaense<sup>255</sup> à noite, em dias alternados. O apoio e a divulgação da imprensa local parece ter sido importante para Mariano de Lima, pois a procura pelas matrículas em sua Escola de Desenho e Pintura foi expressiva, segundo relatórios analisados por Santana (2004, p. 25-28), o que possibilitou sua inauguração oficial, com o início do ano letivo, em 6 de janeiro de 1887, somente com as aulas de desenho e pintura.

De acordo com a autora, a escola, de iniciativa privada, funcionava com dificuldades, dependendo de doações de terceiros, apesar de ter sido inaugurada como órgão de educação pública e contar, portanto, com o apoio financeiro do Governo da Província. Como a escola era particular, mas os cursos eram gratuitos, um acordo previa que o governo arcasse com as despesas da escola (material utilizado, um zelador e um inspetor), sendo que diretor e professores não receberiam pagamento pelas suas atividades. (SANTANA, 2004, p. 24-28). Mariano de Lima então precisava que os paranaenses tivessem conhecimento de suas atividades na escola, pois assim poderia contar com maior número de doações para que pudesse manter seu funcionamento.

---

<sup>254</sup>Antônio Mariana de Lima nasceu na cidade de Trás os Montes, em Portugal, onde fez cursos profissionalizantes de pintura, modelagem escultura e cenografia. Chegou ao Brasil em 1882, desembarcou no Rio de Janeiro, onde se estabeleceu por cerca de um ano, vindo para Curitiba em 1884, contratado para executar a pintura dos cenários do Teatro São Teodoro, obra em que trabalhou até 1885. (SANTANA, 2004, p. 19). Ver mais: OSINSKI, 1998.

Tendo percebido o retorno e a importância da imprensa para seu negócio, Mariano de Lima, em 4 de março de 1888, fundou o periódico *A Arte*, vinculado à Escola de Desenho e Pintura, com o objetivo de ganhar mais visibilidade, divulgando os trabalhos realizados por seus alunos e tratando sobre temas relativos à arte e ao ensino de artes e ofícios. Foram seus colaboradores algumas figuras conhecidas da imprensa local, entre os quais Justiniano de Mello, Emiliano Pernetta, Leoncio Correia, Nestor Victor e Rocha Pombo. (SANTANA, p. 46-50). Porém, mesmo com a justificativa apoiada na manutenção da escola, o jornal só teve sua segunda edição em janeiro de 1895<sup>256</sup>. Diferente do jornal, a escola cresceu, tanto em número de alunos quanto de cursos ofertados e em junho de 1889, mudou-se das salas que ocupava no Instituto Paranaense para o prédio da antiga Escola Carvalho (Rua Aquidaban<sup>257</sup>).

Segundo Osinski (1998, p. 198), embora a Escola de Desenho e Pintura já estivesse denominada como Escola de Belas Artes e Indústrias<sup>258</sup> em diversos documentos, somente após a Proclamação da República esta passou a ser a denominação oficial, determinada por decreto, em 29 de novembro de 1889<sup>259</sup>, fato que também foi anunciado pelo *Quinze de Novembro*: “O governador do Estado do Paraná, por decreto n. 1 de ontem datado determinou que a Escola de Desenho e Pintura existente nesta cidade se denominasse – Escola de Artes e Indústrias do Paraná.” (ESCOLA..., *Quinze*. Curitiba, 30 nov. 1889, p. 3). No entanto, em dezembro do mesmo ano, logo após a chegada do governador José Marques Guimarães (03/12), foi publicada no editorial de 7 de dezembro, no jornal *Quinze de Novembro*, junto às despedidas de um governador e às recepções de outro, uma referência sobre o fechamento da escola:

Pois senhores! Será possível que o nosso horóscopo se apague? Que o farol de tantos moços será impunemente cuspidos pelos burgalhões audazes de um oceano domável? Será possível que a ex-aula de desenho e pintura, a atual Escola de Artes e Indústrias do Paraná esteja fechada por falta de recursos? Eis de tudo a nota triste, tristíssima, ver... ia dizendo, perdoai-

<sup>256</sup> Segundo Santana (2004, p. 50) a justificativa para longa interrupção do periódico seria “a falta da maturidade requerida para a manutenção de um órgão daquela natureza”.

<sup>257</sup> Atual rua Emiliano Pernetta.

<sup>258</sup> Utilizamos nesta pesquisa a denominação publicada no jornal *Quinze de Novembro*.

<sup>259</sup> PARANÁ. Decreto-lei n.º 1, de 29 de novembro 1889, citado por Santana 2004, Cadorei 2015, Francisco, 1992.

me!- Vergonhosa... Boa e fecunda lição para que os que desejam trabalhar desinteressadamente, como Mariano de Lima, pelo progresso do lugar e pela educação do povo. (ECOS..., Editorial. *Quinze*. Curitiba, 7 dez. 1889, p. 01).

A campanha pela manutenção da escola de Mariano de Lima continuava. Em 11 de dezembro, o *Quinze de Novembro* publicou uma carta assinada como “W...”, que dava a entender que teria sido enviada para o redator, recomendando a leitura de artigos de dois jornais da Capital Federal:

Não sou paranaense mas, antes de tudo, sou brasileiro e ainda principalmente amante das artes. Tendo lido uma notícia em seu conceituado jornal a respeito da Escola de Desenho e Pintura, significando em termos sinceros o desgosto que advirá do estaque de uma fonte de solida instrução para a nossa mocidade, [...] Felizmente temos fé que o atual governo acompanhará os anteriores no empenho que fizeram a bem desta instituição e saberá animar o seu distinto diretor, que tem provado toda a abnegação em seu benefício. W... (ESCOLA..., *Quinze*. Curitiba, 11 dez.1889, p. 3).

Em sua carta, recomendava a leitura e fazia a transcrição de um artigo que havia sido publicado no *Diário do Comércio* do Rio de Janeiro, sob o título *Instrução Pública*:

O ensino do desenho artístico, torna-se uma das primeiras necessidades em todos os estabelecimentos que se propõem a dar instrução ao povo. Muitas vezes a imprensa ocupou-se a apontar aos passados governos, quais as grandes vantagens que obteríamos com o ensino artístico, com o fim de desenvolver em nossa mocidade de todas as classes o sentimento da compreensão do belo. Nunca disso se tratou; mas agora, que o governo provisório inspirado em patriotismo ardente, promove o engrandecimento da nossa pátria, agora que nomeou comissões para darem parecer sobre a reforma de instrução, pedimos que essa reforma se estenda a todos os estabelecimentos em que se dá instrução ao povo. (ESCOLA..., *Quinze*. Curitiba, 11 dez.1889, p. 3).

O leitor que enviou a carta segue fazendo algumas reflexões sobre a importância do ensino de desenho, não só para os artistas e artesãos, mas também para outros tipos de profissões, sem deixar claro se essas eram suas ou do autor artigo que sugeriu como leitura:

O ensino do desenho artístico é uma das primeiras necessidades de todos os países civilizados. Não se pode deixar de admitir, que qualquer homem mesmo quase analfabeto, deixe de servir-se de um lápis para fazer sua orientação sobre qualquer objeto, cuja a forma precisa demonstrar. O próprio lente de medicina que possui estudos elevados, muitas vezes sente a necessidade de recorrer a lousa para facilmente explicar aos seus alunos a configuração de qualquer parte do organismo humano. O mestre da oficina, sem que sinta a compreensão do belo obtida pelo desenho artístico,

jamais poderá conduzir os seus operários ao aperfeiçoamento dos artefatos. (ESCOLA..., *Quinze*. Curitiba, 11 dez.1889, p. 3).

O texto segue ainda destacando que noções de arte são para muitas profissões, até mesmo para um fotógrafo que, mesmo tendo a câmera para fazer o registro, não excluiria a necessidade de eventuais retoques. Segundo o autor, noções de arte também seriam importantes para o comerciante. Caso este tivesse necessidade, encomendaria pintura de tabuletas e em paredes de anúncios, evitando assim receber trabalhos com erros de perspectiva, onde “difícilmente se distingue um leão de um gato, uma árvore gigantesca confundindo-se com frágil arbusto, um amontoado de coisas sem perspectiva, ou um porta-machado com as pernas diminutas, porque era preciso ocupar aquele espaço com determinadas letras garrafais!” (ESCOLA..., *Quinze*. Curitiba, 11 dez.1889, p. 3). O autor ainda considera que, sem o ensino de desenho nas escolas, o aprendizado pode ser considerado incompleto, nos seguintes termos:

Seria longo enumerar as vantagens que se podem obter pelo ensino do desenho artístico em nossas escolas de ambos os sexos, quer encarando esta disciplina pelo lado industrial, quer pelo lado social. Não há dúvida, que o governo mantém o desenho linear em muitas escolas e até o desenho de máquinas, mas isso não basta, porque aquele ensino não sendo artístico, nele não se vê a compreensão do belo, porque é preciso saber idear, e saber copiar sem medir, e este é incompleto, por que os que o aprendem não tiveram nossos do desenho artístico aqui apontado. (ESCOLA..., *Quinze*. Curitiba, 11 dez.1889, p. 3).

Para concluir, lembrou um conselho de França Junior<sup>260</sup> (1838-1890), publicado na seção *Echos Fluminenses* do jornal *O Paíz* (1885-1887): “todo homem tem obrigação de ler, escrever, contar e desenhar.” (ESCOLA..., *Quinze*. Curitiba, 11 dez.1889, p. 3). Localizamos a crônica à qual o autor se referia, que havia sido publicada em 1886 sob a epígrafe *O desenho*, onde fazia considerações sobre a arte do desenho ser uma necessidade “indeclinável” nos países civilizados e expunha a situação do ensino de desenho no Brasil:

O pedreiro, o carpinteiro, o sapateiro, o médico, o advogado, todas as classes sociais dela precisam para a consecução completa de seus fins. Entretanto, no Brasil, infelizmente, assim não se pensa. Os governos têm

---

<sup>260</sup> Joaquim José da França Júnior é importante como painel crítico do Rio de Janeiro no fim do século XIX. A obra de França Júnior reforça a tradição cômica do teatro brasileiro. Ele foi promotor público e curador da Vara de Órfãos no Rio de Janeiro, secretário do Governo da Província da Bahia e, como jornalista, autor de folhetins bastante populares à época, publicados em *O Paíz*, *O Globo Ilustrado* e *Correio Mercantil*. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, s.d.)

olhado para este importante ramo de educação nacional com a mais criminosa indiferença. Exigem-se atestados, habilitações, concursos dos que se propõem a ensinar qualquer disciplina. Nada se exige, porém, daqueles que nos ensinam o desenho. Daí esses aleijões, essas criações informes que observamos a cada passo nos nossos edifícios, e o estado em que se acham muitas indústrias brasileiras algumas das quais têm prosperado unicamente por um milagroso esforço de iniciativa individual. (FRANÇA JÚNIOR, 1886 *apud* SILVA, 2012).

Além de expor a responsabilidade do governo brasileiro sobre essa questão, França Júnior aconselhou os pais de família:

[...] Tratem de educar o mais possível o gosto, a fim de serem mais escrupulosos na escolha dos professores. Não basta que qualquer sujeito anuncie pelos jornais que dá lições de desenho para que esteja no caso de conhecer aquele importante ramo das artes gráficas. O desenho não é simples brinquedo, nem mero passatempo; é uma necessidade. [...] Lancem, pois, os governos e pais de família as suas vistas para o que fica dito: Todo o homem tem obrigação de ler, escrever, contar e desenhar. (FRANÇA JÚNIOR 1886 *apud* SILVA, 2012).

Havia uma preocupação clara com o ensino de desenho no Brasil, já manifestada por Abílio Cesar Pereira Borges<sup>261</sup> (1824-1891) quando publicou seu manual *Geometria Prática Popular* em 1882, em que defendia a obrigatoriedade do ensino de desenho linear ou geométrico em todas as escolas públicas do país. Segundo Ana Mae Barbosa (1978, p. 53), esta foi a primeira tentativa de educação popular baseada na ideia de se propagar o ensino do desenho e assim educar a nação para o trabalho industrial.

A chegada da República parecia ser o momento ideal para reacender a proposta lançada por Borges, e o jornal *Quinze de Novembro*, na tentativa de manter acesa a chama da Escola de Artes e Indústrias do Paraná, publicou, na sequência, na seção *Cartas do leitor*, um lembrete do compromisso assumido por Francisco José Cardoso Júnior com a manutenção da escola. O texto do decreto só foi publicado na íntegra pelo jornal em 12 de dezembro, depois da chegada no novo governador:

Decreto n. 1 - O governo provisório do Estado do Paraná, decreta:  
 Art. 1º A Escola de Desenho e Pintura existente nesta cidade, passa a denominar-se – Escola de Artes e Indústrias do Paraná.  
 Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado do Paraná, 29 de novembro de 1889. Francisco José Cardoso Júnior Jornal. (DECRETO..., *Quinze*. Curitiba, 12 dez. 1889, p. 3).

<sup>261</sup>Abílio Cesar Borges, Barão de Macaúbas, médico, pedagogo e educador.

Neste mesmo dia, o editorial, intitulado “Os *Artistas*”, iniciou com a seguinte afirmação: “Se há em nosso País classe cuja importância seja absolutamente desconhecida por uns e desdenhada por outros, essa classe é a dos artistas.” (OS ARTISTAS. *Quinze*. Curitiba, 12 dez. 1889, p. 1). O texto segue afirmando que, para o Brasil alcançar “aos grandes e assombrosos progressos deste século” e ser uma potência de primeira ordem como os Estados Unidos da América do Norte, seria necessário apoiar nosso ensino nos mesmos princípios de instrução e educação. Segundo o editorial, a fibra artística do organismo brasileiro estava sob a influência de uma paralisia contínua. Sem sua atividade, o progresso do país estaria comprometido:

Para deixar nitidamente provada a indiferença com que se tem olhado, entre nós, a manifestação auspiciosa do engrandecimento artístico, basta notar que enquanto se fecha aos visitantes, por falta de recursos, a Escola de Artes e Industrias do Paraná, que é a nossa sala de recepção, deixam-se expostos aos olhos curiosos uma infinidade de cubículos... Não! A honrada classe dos artistas precisa assentar os alicerces de uma vida nova e profícua, renunciando os seus membros no papel que até aqui tem representado – de servos da gleba. [...] Nos países da Europa, em que a educação tem atingido ao mais requintado apuro, os grandes orgulham-se de mostrar aos seus concidadãos a sua perícia de oficial de ofício, enquanto que nós nos satisfazemos em exibir o falso brilho das nossas lanterna e... da nossa ignorância. (OS ARTISTAS. *Quinze*. Curitiba, 12 dez. 1889, p. 1).

A edição do dia 12 de dezembro de 1889 do jornal *Quinze de Novembro* parece ter sido elaborada especialmente. Com o intuito de colaborar com Mariano de Lima na manutenção de sua escola, alertava todos os seus leitores, do governador ao comerciante, do industrial ao pequeno artesão, sobre a importância da organização dos artistas e do ensino do desenho como molas propulsoras do progresso. Para potencializar as questões propostas pelo jornal e estimular ações congêneres no Paraná, foi transcrita na seção *Várias Notícias* uma nota do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, que havia circulado em 5 de dezembro daquele ano, informando o leitor paranaense que na Capital Federal havia sido composta uma comissão por Rodolfo Bernardelli, Amoedo e Souza Lobo, para representar os artistas e redigirem uma mensagem ao Ministro do Interior (Ruy Barbosa), pedindo-lhe que tornasse obrigatório no Brasil o ensino de desenho aos candidatos à matrícula nos cursos superiores. (ENSINO..., *Quinze*. Curitiba, 12 dez. 1889, p. 2).

Entre os decretos diários e a repercussão dos problemas na administração do Estado com as ações imputadas pela comissão de Intendência Municipal, o jornal manteve a campanha pela Escola de Belas Artes e Indústrias, ainda no intuito de arregimentar forças educativas para esta causa:

Completa amanhã 3 anos que foi criada nesta capital a escola acima, de uma incontestável utilidade e que, sob a direção do Sr. Mariano de Lima, tanto tem contribuído para a educação popular no Paraná. Foi ela instalada a 6 de janeiro de 1887, em meio de um desanimo geral, e hoje graças a perseverança e heroica força de vontade do seu digno diretor, representa uma das melhores coisas que possuímos. (ESCOLA..., *Quinze*. Curitiba, 04 jan. 1890, p. 1).

A campanha veiculada pelo *Quinze de Novembro* parece ter tido repercussão positiva, pois, segundo Osinski (1998, p. 196), as aulas na Escola de Artes e Indústrias foram inauguradas oficialmente em 6 de janeiro de 1890. No entanto, Mariano de Lima publicou no jornal um quadro com horários das disciplinas e professores, onde fazia pública a reabertura das aulas em 24 de março. Até lá, ele continuaria suas ações para conscientizar os paranaenses da importância do ensino de desenho para todo tipo de profissionais, ministrando e convidando para conferências na escola “todos os artistas sem distinção de categoria ou posição” (LIMA. *Quinze*. Curitiba, 16 jan. 1890, p. 4), o que incluía assim artesãos e trabalhadores de oficinas mecânicas, funilarias, serralherias, relojoeiros, tipógrafos, litógrafos, impressores, entre outros.

A situação da escola parece ter se estabilizado com o anúncio oficial de reabertura das aulas na página de anúncios do *Quinze de Novembro* em 22 de março, com turmas nos períodos da tarde e à noite. O quadro de professores foi composto segundo tabela abaixo, onde podemos identificar a colaboração de especialistas. A disciplina de anatomia, por exemplo, era ministrada pelo médico legista de Curitiba. A de caligrafia ficou sob a responsabilidade de Narciso Figueras, artista litógrafo, calígrafo e proprietário das oficinas Tipografia e Litografia do Comércio, já a de geometria esteve a cargo de Coriolano Silveira da Motta, também professor desta disciplina no Instituto Paranaense. É possível identificar também o protagonismo do desenho dentro do currículo apresentado, visto que, além da própria matéria de desenho e também de pintura, este estava presente em conteúdos referentes à anatomia, geometria, arquitetura, caligrafia, mecânica, escultura e perspectiva.

Tabela 3 – Organização da Escola de Artes e Indústrias do Paraná por matéria e professor

<b>Matéria</b>	<b>Professor</b>
História	Custódio Teixeira Raposo
Estética	Dr. João Pereira Lagos
Anatomia	Dr. Victor Ferreira do Amaral
Geometria	Capitão Coriolano Silveira da Motta
Aritmética	Arthur Ferreira de Loyola
Arquitetura	Henrique Henning
Mecânica	Rodolpho Walvi
Caligrafia	Narciso Figueiras
Escultura	Paulo d'Assumpção
Desenho	Mariano de Lima
Perspectiva	Mariano de Lima
Pintura	Mariano de Lima

Fonte: ANÚNCIO. Escolas de Artes e Indústrias do Paraná. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 22 mar. 1890, p. 04.

Estavam citados, como parte do quadro pessoal, Alcidez Munhoz (taquígrafo) e Leon Nicola (porteiro, zelador, servente). Mariano de Lima, que, além de professor de desenho, pintura e perspectiva, também respondia pelos encargos de diretor da instituição. José Teixeira Raposo ministrava a matéria de história e também desempenhava o cargo de secretário, o que denota comprometimento com o funcionamento da escola, pois os integrantes da instituição não recebiam ordenados em nenhuma das funções. Também revela o potencial deste tipo de força educativa, que, com a iniciativa de Mariano de Lima, o apoio da comunidade e a visibilidade dada pelos jornais, conseguia manter uma escola com tamanha infraestrutura, que, aliás, foi descrita nas páginas do jornal, pelo colaborador que se identificou como Zig “velho republicano”, com capacidade de colocar o Paraná na vanguarda do

progresso, especialmente nas áreas das indústrias, das artes e das ciências. Com a descrição do autor, foi possível ao leitor acompanhar como estavam montadas as salas especiais da escola e, com sua mediação, foram apresentadas as qualificações do professor Rodolpho Walvi, encarregado da disciplina de mecânica, que havia sido responsável pela montagem de um vapor no Porto do Amazonas.

O “velho republicano” também aproveitou o espaço aberto nas páginas do *Quinze de Novembro* para sugerir a Mariano de Lima que fossem inseridas no programa disciplinas de música, para que assim a escola pudesse ser “completamente artística”. Na ocasião, recomendou três “distintos e habilitadíssimos” professores os “Srs. Cidri, Destri e Setragni”, que, segundo ele, haviam demonstrado “profundas aptidões na arte musical” durante a apresentação de um concerto em Curitiba, que havia ocorrido recentemente. Em tom de graça com o diretor, acrescentou ainda que deveriam entrar no programa matérias técnicas para colocação de telefones e instalação de para-raios, (ZIG. Reportagem. *Quinze*. Curitiba, 25 mar. 1890, p. 2), uma referência às outras atividades de Mariano de Lima, que, segundo Santana (2004, p. 24), também trabalhava como pintor retratista e instalador de para-raios e campainhas.

As iniciativas particulares para construção do prédio da Escola Oliveira Bello, as ações referentes ao pagamento das dívidas externas e internas, a mobilização em torno da criação e do funcionamento da Escola Noturna e a campanha para manutenção da escola de Mariano de Lima são exemplos de ações populares e experiências educativas que não se limitaram a determinações administrativas oficiais e independiam da forma de governo pois, como acompanhamos, ocorreram tanto na Monarquia quanto na República. Tais ações foram possíveis de serem captadas pelos jornais, o que reforça o argumento de Gondra e Schueler (2008, p. 289) de que, no Brasil oitocentista, em se tratando de história da educação, não podemos trabalhar com “a ideia de uma suposta unidade nos projetos e nas experiências educacionais e sociais.” Para os autores, essa característica da pesquisa nos impõe

[...] a necessidade de adotarmos uma perspectiva que considerasse a dinâmica, pluralidade e simultaneidade dos tempos sociais e históricos. Operando com esse jogo incessante do olhar que observa continuidades e descontinuidades, permanências e rupturas, em certos momentos ultrapassamos os marcos cronológicos determinados, na medida em que os

objetos e fontes nos interrogavam sobre a fertilidade de dialogar com outros presentes. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 290).

Não obstante, antes nos aprofundarmos nas questões propostas, é preciso compreender as relações entre as instâncias dos poderes público e particular. Torna-se necessário, para esta pesquisa, que a investigação recue ou avance cronologicamente acompanhando ora o contexto que circundava o *Quinze de Novembro*, ora aquele que antecedeu a instauração da República.

#### 4.2 O JORNAL CONTRA “A HIDRA VIVAZ DA IGNORÂNCIA.”

São por demais conhecidos os predicados da imprensa para aquilatar-se lhe o valor. Sobre ela repousa a garantia e a segurança dos direitos e das liberdades públicas e individuais. A ela está incumbida a hercúlea missão de matar a hidra vivaz da ignorância, de purgar a face da terra dos monstros que a infestam, de conduzir o homem a terra da promessa. (PARA SER ..., *Quinze*. Curitiba, 26 jan. 1890, p. 1).

O termo *ilustração* foi utilizado por Roque Spencer Maciel de Barros para caracterizar o pensamento de uma geração (1870) que acreditava que os problemas do Brasil eram provocados principalmente pela ignorância e que o país poderia ser iluminado somente pelas luzes da ciência, da cultura e das racionalidades modernas. Segundo o autor, esta foi uma geração ilustrada, que “guardou a crença absoluta no poder das ideias, a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens”. (BARROS, 1959, p. 22-3). No contexto da República, aquele era um momento histórico crítico, pois esta, mesmo tendo sido muito esperada e propagandeada, ainda não havia sido vivenciada em solo brasileiro. O que se lia no jornal *Quinze de Novembro* eram possibilidades daquilo que poderia vir a ser expectativas que, segundo Koselleck (2006, p. 310), estão ligadas às pessoas e às suas relações, ao “ainda-não”.

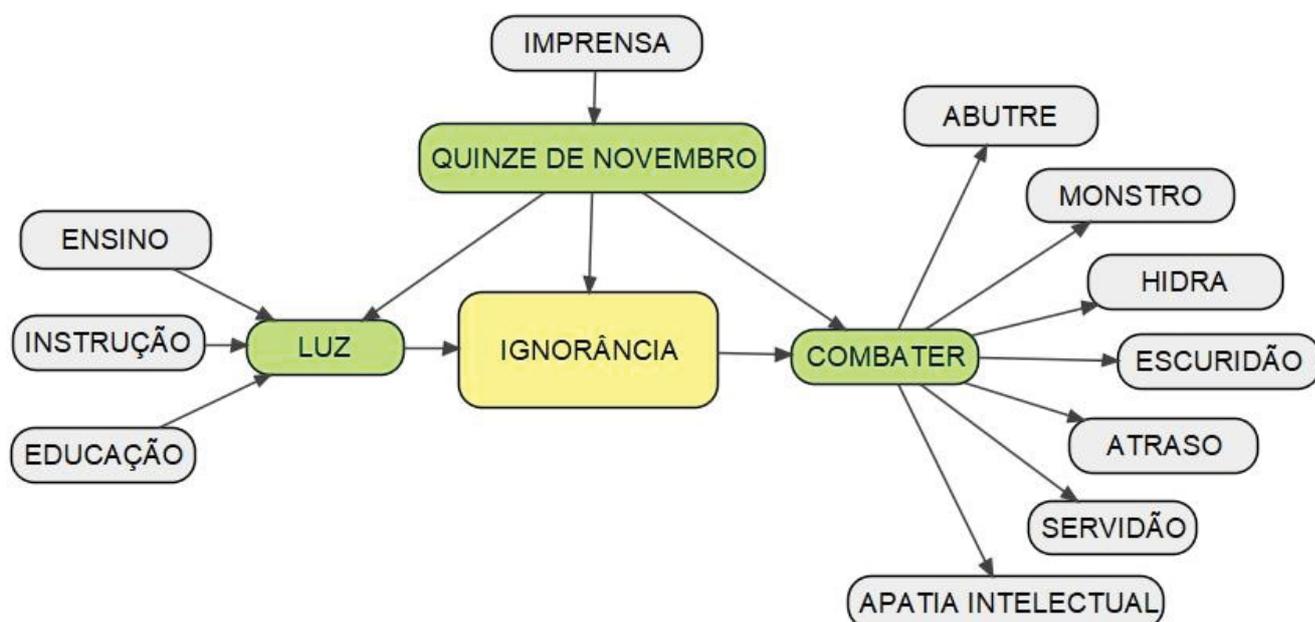
O termo *ignorância* provém do latim *ignorantia* e significa “ausência de conhecimento”:

Em um sentido genérico, a ignorância é a atitude daquele que, não sabendo utilizar as suas capacidades racionais, engana-se quanto à qualidade de seus conhecimentos, tomando por verdade o que não passa de uma opinião falsa ou incerta e expondo-se à ilusão e ao erro. O “só sei que nada sei” socrático exprime a ignorância filosófica, ou seja, a que permite o acesso ao saber, já que se reconhece como ignorância, abrindo o caminho para o conhecimento. É neste sentido que Sócrates afirmava também que “o

conhecimento da ignorância é o início da sabedoria". (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 137).

No contexto da instauração da forma de governo republicana, era importante esse reconhecimento da ignorância, para que se desse início a todo um processo de busca pelo conhecimento. O jornal *Quinze de Novembro*, em várias situações, além expor aos seus leitores o sentido do termo, também fez uma análise da situação da educação e das possibilidades de mudança. O mapa a seguir é resultado da análise do uso da palavra *ignorância* nos textos publicados no *Quinze*, onde podemos perceber seu vínculo direto com a situação de atraso e apatia intelectual do país e, também, o uso de metáforas relacionando a *ignorância* como monstro, abutre, hidra e com a situação de ausência total de luz, a escuridão. A ignorância só poderia ser combatida pelas luzes da educação, do ensino e da instrução.

MAPA 3 – Uso da palavra *ignorância* nas edições do jornal *Quinze de Novembro*.



Fonte: Elaborado pela autora.

Havia no discurso da imprensa oitocentista uma declarada adesão às teses positivistas de Comte, especialmente àquelas científicas de combate à ignorância e à obscuridade. Segundo Pallares-Burke (1998, p. 149), nestes discursos ficava explícito seu propósito educacional e sua fé no poder reformador da educação como ensino. Isso também se refletiu nas páginas do jornal *Quinze de Novembro*, que

acreditava ser, como veículo, um “paládio” dos direitos, das ideias e do aperfeiçoamento das sociedades modernas.

O editorial dedicado à Arte Tipográfica retrata muito bem qual é a visão que o articulista que representava o jornal tinha do poder da imprensa, comparando Guttemberg a um novo Messias:

Cristo pregará à humanidade as palavras de paz. e de amor, de liberdade e de progresso, e Cristo ascenderá aos paramos do infinito, e a sua doutrina lavrará entre os homens. [...] Mas no século XV, no ano de 1440, um homem aparece no centro da Alemanha, que vem – novo Messias – espalhar a luz difundida pelas palavras de Cristo. [...] Guttemberg era o inventor da imprensa que surgia, era a luz que se espalhava por cima das trevas, era o íris da liberdade que se antolhava a escravidão! O século XV foi uma época memorável nos fatos da história da humanidade! Colombo descobre a América e Guttemberg inventa a imprensa! Então a humanidade ressurgiu do obscurantismo, e admirou-se em face de si e da opressão. O despotismo dos reis e a teocracia estremeceram, porque o - verbo - ia esclarecer o espírito dos povos! O abutre da ignorância esvoaçou ao longe e os homens sentiram em si a seiva da ideia nova! Apareceu a imprensa, a alavanca de Arquimedes, e o mundo abalou-se ante a mais importante e a *mais magnífica* invenção do gênio do homem. Apareceram os livros, os livros desfizeram-se em jornais, e o povo abriu os olhos do espírito e do coração a nova era que lhes inaugurou! (A ARTE..., *Quinze*. Curitiba, 12 abr. 1890, p. 2).

O editorial segue informando aos leitores que a chegada da imprensa havia sido saudada pelo povo e aceita pelos reis, que os imperadores da Alemanha haviam concedido aos tipógrafos regalias e privilégios; que o uso do brasão da nobreza, na Itália, foi acolhido com entusiasmo; que a França lhes deu proteção e que Portugal havia lhes concedido foros de fidalguia. Por todos os lugares a imprensa,

[...] ante o moderno, cresce, vigora, é imensa, respeitável e grande, no meio do século findo representa um grande papel, e sustenta-se no século XIX como a mais poderosa alavanca do progresso e torna-se – um poder no centro dos poderes -, e no meio dos povos e dos reis que equilibram seus direitos nas novas constituições políticas! A imprensa ergue-se, e um eminente escritor francês exclama – a imprensa é o 5º poder do Estado! - E nenhuma voz vem contestar esta verdade, porque a imprensa representa no jornal que é o livro do povo na frase dulcíssima do poeta das *Escavações*, no parlamento onde a nação se representa, no livro e na brochura, que percorre o mundo da cabana do pobre até o palácio do rico. (A ARTE..., *Quinze*. Curitiba, 11 abr. 1890, p. 2).

Até a Proclamação da República havia o poder moderador, exercido pelo imperador, com o objetivo de harmonizar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A hipótese que consideramos sobre a referência da imprensa como um quinto poder é que, naquele período de transição de sistema de governo, ainda fosse

considerada a necessidade de um poder moderador, assim o *Quinze de Novembro* faria parte de um quinto<sup>262</sup> poder. Ao debater as decisões do governo com o jornal *A República*, que havia se assumido como jornal oficial do governo e defendia as ações governamentais que estavam sendo implementadas, o *Quinze*, assim como outros jornais, que haviam assumido o título de imparcial, também se colocavam ao lado do “povo”, trazendo à tona, para reflexão, decisões políticas, analisando contratos, leis e reformas de interesse público, como já vimos anteriormente.

A imprensa também foi retratada para os leitores do *Quinze de Novembro*, neste editorial, como expressão de uma arte fundamental capaz de fazer circular qualquer tipo de manifestação do pensamento, rompendo os limites dos museus, dos teatros e das academias:

A música que fala a alma, a pintura que aos olhos, o teatro que edifica os costumes, nenhuma dessas artes tem mais utilidade e é mais nobre do que a imprensa, porque sem a tipografia os homens jazerão na ignorância e na servidão, as artes e as ciências não teriam passado do que então eram, e Verdi, Rubens, e Talma, e Lamartine, e Newton, e Lavosier, e Humboldt, e Gonçalves Dias, e Napoleão, e Cavour não teriam existido! Rousseau e Voltaire, Lacordaire e Jouffroy não teriam vindo a luz do entendimento! A literatura não teria tido o progresso que há feito, e todas as coisas sociais não teriam atingido o grande marco do século das luzes e do progresso! (A ARTE..., *Quinze*. Curitiba, 12 abr. 1890, p. 2).

A chegada da República foi comemorada nas páginas do *Quinze de Novembro* com imagens litográficas como *Arrancando o mal pela raiz* (imagem 1) e *O grande abraço da civilização* (imagem 29), mas também em textos elaborados por editores que não esconderam suas expectativas, satisfeitos e esperançosos, porque acreditavam que da República em diante a educação popular seria favorecida generosamente:

Só a boa escola, ou aquela em que o povo aprende a cumprir os seus grandes e múltiplos deveres simplesmente por dever, é o verdadeiro meio regenerador não somente dos povos decaídos, porém ainda de todos aqueles que, do mesmo modo que nós os brasileiros atualmente, se ocupam com patriótico empenho da gloriosa obra – reconstrução da Pátria! [...] porque dela quase exclusivamente, depende a felicidade da grande nação brasileira e da manutenção do seu atual sistema de governo, felizmente inaugurado à “15 de Novembro” último! - “Derrame-se a instrução sobre a cabeça do povo, disse Chateaubriand, e dever-se-lhe-á esse batismo.” – É assim que em todos os tempos, principalmente nos modernos, as questões relativas a instrução e a educação do povo tem

---

<sup>262</sup> Tendo em vista a o contexto brasileiro atual, podemos dizer que em pouco tempo a imprensa pulou de quarto, para o primeiro poder!

provocado a meditação dos homens pensadores e excitantes a solicitude dos estadistas, manifestando-se nos governos dignos de tal nome insistente e generoso desvelo pelo progresso das ciências e pela gloria das letras. (BRAGA, *Quinze*. Curitiba, 15 dez. 1889, p. 1-2).

Na edição que circulou em 18 de dezembro de 1889, os leitores foram conduzidos pela crença de que o governo que havia assumido o Estado do Paraná teria a educação popular como uma das questões administrativas de “transcendental” importância para poder, daquele período republicano em diante, produzir os mesmos benéficos e salutareos resultados que havia produzido em países como os Estados Unidos da América do Norte, na Alemanha, na Suíça, na França e na Inglaterra, países estes que já haviam reconhecido a necessidade da existência de um ministério destinado especialmente à administração da instrução pública. (EDUCAÇÃO..., *Quinze*. Curitiba, 18 dez. 1889, p. 1 – 2). Era nítida a expectativa de que, com a República, o Brasil e o Estado do Paraná entrariam em uma fase de reformas e melhoramentos. Afinal, o povo precisava ser *educado* para compreender e aceitar as mudanças ocorridas com a queda da Monarquia, pois, na opinião do autor, o povo, em sua maioria, ainda não estava preparado para

[...] receber o verdadeiro batismo da instrução, ou ilustrar-se capazmente, afim de poder orientar melhor o seu espírito, as suas ideias e tendências e desterrar para sempre os prejuízos e preconceitos que, desde longa data ou de tempos tradicionais, viciaram e atrofiaram os seus sentimentos políticos. (BRAGA, *Quinze*. Curitiba, 15 dez. 1889, p. 1-2).

Sim, aceitar o fim da Monarquia era um dos argumentos em prol da educação popular, pois, segundo jornal, quem conhecia o centro do Estado do Paraná e convivia com as “classes mais ignorantes em um estado quase semi-selvagem”, poderia ouvir repetidos comentários e lamentos sobre a “revolução pacífica” ocorrida em 15 de novembro:

Diz esse pobre povo que a república é o governo déspota que vem tirar-lhe a liberdade que ele gozava sob a sombra da monarquia e usurpar-lhe os diversos direitos que aquela conferiu-lhe; que de agora avante prevalecerá a lei do mais forte; que não será crime o apoderar-se do alheio; e que o domínio da cidadão não será mais inviolável e sagrado, assim como sua propriedade será comum a todos, etc., correndo até a repugnante versão de que será arvorada a guilhotina, dando lugar todo um conjunto de absurdos imaginados pela ignorância a pânicos, terrores e desalentos inúmeros! Tão lamentável circunstância parecerá incrível para aqueles que têm resumido o mundo nos centros mais civilizados onde tem vivido sempre e de onde não retiram-se uma só única vez; mas, para aqueles que tem, como nós, abandonado esses centros civilizados para ir ao ermo pregar o evangelho do ensino, ou fazer a luz nesses cérebros obscurecidos pela

ignorância, será uma verdade patente! (BRAGA, *Quinze*. Curitiba, 15 dez. 1889, p. 1-2).

O que ficava implícito nas entrelinhas para os leitores paranaenses era o fato de que, por já estarem na condição de “leitores”, não poderiam aceitar esse tipo de posicionamento frente ao novo sistema de governo. Eles também foram indiretamente convocados a fazer seu papel como cidadãos esclarecidos e se, por acaso, conhecessem algum “ignorante” que se manifestasse contrário à República, deveriam argumentar em sua defesa. Afinal, era tempo de proclamar a esperança:

[...] desterrar do ânimo do povo esses prejuízos e preconceitos absurdos, originados pela ignorância em que tem permanecido até hoje; é tempo, enfim, de convencê-lo por meio da verdade positiva e sincera de que – o governo atual é o governo da paz e da bem entendida liberdade, que foi instituído para proclamar e manter os seus direitos e promover a sua felicidade, e não o governo déspota e cruel imaginado pela sua ignorância. Sim, faça-se isto, convença-te ao povo, e brevemente vê-lo-emos alegre, entusiasta e grande, proclamar convicto a majestosa ideia de democracia, consagrar-se-lhe com devotamento e defender com heroicidade a santa causa que ela representa, porque o povo Brasileiro é bom, magnânimo e nobre, e em seu coração se aninham os mais acrisolados sentimentos, entre os quais – o do santo amor à pátria! Oriente-se o espírito e o coração do povo pela educação, e veremos o nosso querido Brasil tornar-se em breve feliz e poderoso. (BRAGA. *Quinze*. Curitiba, 15 dez. 1889, p. 1-2).

Além de motivar forças educativas que resultaram na Escola Noturna e na manutenção da Escola de Belas Artes e Indústrias, o *Quinze de Novembro* também elencou o que seria imprescindível a uma boa instituição escolar: primeiro, que fossem bem providas com os necessários móveis e utensílios; segundo, que os professores fossem mais generosamente gratificados, e com mais pontualidade, pelo seu trabalho; terceiro, que a infância indigente e desvalida fosse favorecida com vestuário, livros e tudo que precisasse para frequentar a escola com decência. O quarto item elencado pelo autor era que a direção central do ensino público fosse confiada a homens capacitados e dedicados exclusivamente ao ensino e, finalmente, como quinto, que as nomeações de agentes fiscais do ensino local recaíssem sobre homens também capazes por suas habilitações e pelo seu patriotismo, de desempenhar condignamente esse cargo.

Sobre esse último item, o texto foi bem direto sobre o perfil das pessoas que possivelmente vinham exercendo essa função nas escolas paranaenses como “inutilidades incapazes moral e intelectualmente”, daí o questionamento sobre como um professor poderia ser avaliado e fiscalizado por “tais analfabetos”. (BRAGA.

*Quinze*, Curitiba 28 dez. 1889, p. 1-2). O autor da campanha *Educação Popular* era o professor Líbero Badaró Teixeira Braga e, pouco antes, o leitor do jornal havia tomado conhecimento, por uma pequena nota, de que o governo havia concedido a Braga um provimento vitalício do magistério<sup>263</sup>. (INSTRUÇÃO..., *Quinze*. Curitiba, 24 nov. 1889, p. 3). Portanto, era o olhar de um professor para seus agentes fiscais.

Esses itens faziam parte de um debate ativo na imprensa do período, pois em 11 de dezembro de 1889 o jornal *A República*, mesmo sendo órgão oficial do governo, havia revelado um ponto em comum entre os jornais nessa discussão, quando comparou o vencimento de 986\$ réis diários recebidos pelos professores como sendo menor do que receberia “qualquer mercenário” (INSTRUÇÃO..., *A República*. Curitiba, 11 dez. 1889, p. 2). No entanto, o editorial logo criticava a forma como seriam selecionados os professores para assumirem 100 cadeiras, após a Lei Balbino já citada, sem exigir a prova de suficiência que comprovasse a capacidade profissional dos candidatos. Segundo o jornal *A República*, esse valor, mesmo sendo pouco, poderia ser entregue a “100 atletas da ignorância” e não a professores realmente capacitados. (INSTRUÇÃO..., *A República*. Curitiba, 11 dez. 1889, p. 2). No mesmo dia, o jornal *Dezenove de Dezembro* veio esclarecer que a subvenção, que a nosso entender era o vencimento divulgado de 986\$ réis diários, era apenas um auxílio, pois, nessa condição apresentada, o professor não precisava ser exclusivamente empregado no ensino, podendo assim completar sua renda com outras atividades. (ESCOLAS..., *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 11 dez. 1889, p. 2).

Essa questão foi abordada por Líbero Braga no texto comentado acima. Mesmo considerando uma prioridade a gratificação generosa dos professores, o autor não abordou a necessidade de o professor ter dedicação exclusiva ao ensino, ficando isso reservado aos membros que estivessem ocupando a direção central do ensino público. O autor, aliás, parecia estar no centro deste debate, pois, além de professor público beneficiado pelo governo com provimento vitalício, também era anunciante no jornal *Quinze de Novembro* como diretor-proprietário de um

---

<sup>263</sup>Líbero Braga já havia sido professor de Manuel Azevedo da Silveira Netto em Morretes.

estabelecimento de ensino particular, a *Escola Realista*<sup>264</sup>, onde divulgava que ficavam reservadas nove matrículas para serem concedidas pelo governo do Estado.

Havia, porém, uma “*Triste verdade*” da qual os leitores do jornal foram informados no editorial de 20 de março de 1890: o fato de que a ignorância imperava nas massas. Segundo o texto, um “cidadão indiferente e baldo<sup>265</sup> de patriotismo é um ente ignorante e limitado, ignorante de seus direitos e deveres sociais, limitado nas suas aspirações, no conhecimento de seu valor intrínseco como homem livre e como cidadão”. (TRISTE..., *Quinze*.Curitiba, 20 mar 1890, p. 1). De acordo com a descrição do jornal, as aulas nas escolas primárias eram calcadas por uma “estúpida” rotina, onde se ministrava um

[...] ensino medíocre e acanhado das quatro operações, da leitura, da escrita e de alguns preceitos de gramática vernácula. O que respeita a formação do cidadão e do homem livre, passa no mais absoluto silêncio. O homem formado por nossas escolas, não sabe o que há de fazer dos conhecimentos de pura especulação com que lhe enchem o espírito. (TRISTE..., *Quinze*. Curitiba, 20 mar. 1890, p. 1).

Podemos supor que o leitor, mesmo sendo habilitado ao ato da leitura, era considerado parte desta massa ignorante, pois mesmo tendo frequentado a escola descrita, era possível que não tivesse recebido a orientação que julgavam necessária para formar um cidadão. Podemos afirmar que esse argumento expresso no *Quinze de Novembro* foi parte de um movimento, identificado por Faria Filho (2012, p. 33-4) como “de produção da sociedade moderna, ligado ao processo de transformação das instituições de formação e socialização (a família e a igreja, principalmente), de fundação e estruturação de nações e dos estados modernos, de construção do capitalismo e de institucionalização da ciência moderna”. A descrição não foi apenas uma crítica ao sistema educacional vigente até então, mas como um alerta à sociedade de leitores paranaenses: a escola precisava mudar, ser uma instituição social, adequar-se à República. Era preciso colocar em ação certos princípios liberais, em que a educação passava a ocupar um lugar fundamental na formação das novas gerações de cidadãos no Paraná. E já não era sem tempo, pois estes ideais já vinham sendo cultivados desde a Revolução Francesa.

---

<sup>264</sup> A Escola Realista, fundada em 6 de maio de 1889. Sobre a escola trataremos na sequência, quando entrarmos no tema das escolas particulares do período.

<sup>265</sup>Baldo: desprovido (de algo); carente, falho.

Segundo afirma o editorial, o aluno saía do ensino primário totalmente “ignorante” sobre questões de direito, mecânica, física, agricultura e dos fenômenos astronômicos, mesmo já estando preparado para receber algumas noções. A citação da necessidade dessas disciplinas nos revela uma preocupação com uma formação mais universal do aluno. O plano de estudos recomendado para o ensino secundário deveria preparar o aluno para várias carreiras, por exemplo, o funcionalismo, o comércio, a agrimensura, a mecânica, etc., ampliando o círculo de conhecimentos e estimulando a mocidade, correspondendo às necessidades que a “nova vida civilizada tem criado ao homem”. (TRISTE..., *Quinze*. Curitiba, 20 mar. 1890, p. 1). Esse era um pensamento recorrente no século XIX, segundo Celso Lafer, quando se via a educação como único caminho para assegurar as virtudes cívicas de cidadania e aperfeiçoar a convivência coletiva, impedindo a barbárie e o arbítrio. Era preciso, portanto, “transformar uma república de habitantes numa república de cidadãos”. (LAFER, 1989, p. 219).

Essa não foi a única “triste notícia” levada a público pela editoria do jornal. O ensino secundário também foi abordado, nesse caso especificamente referindo-se ao Instituto Paranaense, sem deixar de mencionar que eram “tão poucos” os que ali estudavam. No entanto, o articulista se absteve de avaliar as causas do “letargo” no qual se encontrava o estabelecimento, apenas recomendando que fosse feito um reforço no sentido da contratação de especialistas em certos ramos das humanidades. Não obstante, é importante considerar que, nas dependências do Instituto Paranaense, eram feitas as reuniões e conferências do Clube dos Estudantes e onde funcionava a Biblioteca Dr. Pedrosa do clube, que, segundo nota publicada no jornal, era de grande utilidade para os estudantes que frequentam esse estabelecimento. (BIBLIOTECA..., *Quinze*. Curitiba, 8 fev. 1890, p. 3). Isso, por si só, fazia do estabelecimento um local de encontro importante para os jovens estudantes.

Na edição 113, o Instituto Paranaense voltou a ser destaque no *Quinze de Novembro*, em um artigo que reconhecia sua importância para o Estado e a qualidade de seu corpo docente<sup>266</sup>, “tão bom como o melhor dos estabelecimentos congêneres da República Brasileira”. No entanto, o texto voltou a reiterar como era pequeno o número de alunos. As palavras de José Joaquim Franco do Valle, Diretor

---

<sup>266</sup> Cita os professores: Drs. Valle, Tertuliano, Justiniano, Lagos e Coriolano,

Geral da Instrução Pública do Estado do Paraná e também Diretor do Instituto, foram citadas no sentido de justificar como sendo causa a “indiferença da população do Estado, que talvez ache-o desnecessário”. (INSTITUTO..., *Quinze*. Curitiba, 28 mar. 1890, p. 2). O autor encerrou lembrando aos leitores que essas questões estavam diretamente vinculadas aos desenvolvimentos futuros do Estado e ofereceu espaço em suas colunas a todos os membros do corpo docente do Instituto que quisessem debater e auxiliar na busca de uma solução positiva, outro indício de que o jornal se propunha a ser um espaço de mediação de debates e estímulo à articulação de forças educativas. No entanto, não houve contribuições dos professores, nem de autoridades, ficando assim, a responsabilidade pelo pouco número de alunos nas costas da população.

Segundo Vieira (2007, p. 14), a imprensa pode refletir “a quantidade e a qualidade da ação e da organização de grupos sociais”, e essa foi a impressão que ficou no jornal, o pensamento de um grupo que acreditava que a imprensa tinha a missão de “matar a ignorância” e o *Quinze de Novembro*, aproveitando-se da instauração da República, levantou a bandeira pela educação. Em suas páginas, o leitor paranaense tinha uma visão receptiva do novo sistema de governo, mas também acesso a uma análise racional da situação da educação no Paraná. Era possível ler tanto sobre esperança quanto sobre inquietude nas palavras de homens concretos, os quais, guiados por uma filosofia do progresso, eram plenos de expectativas e otimismo, sendo capazes de contrabalançar a análise pessimista da situação do país. Confirmavam, dessa forma, o argumento de Oliveira de que a Proclamação da República foi um momento de crise da sociedade brasileira, em que “cresceu a consciência dos problemas do país e construíram-se soluções em que a busca da identidade nacional predomina sobre as visões e os interesses parciais”. (OLIVEIRA, 1990, p. 13). Ao partirmos do uso frequente do termo *ignorância*, foi possível revelar um Paraná em consonância com as ideias circulantes no Brasil republicano, as quais atribuíam à ignorância a causa dos problemas nacionais e, como solução, propunham como único caminho a ser percorrido para civilização e o progresso da nação: a educação!

### 4.3 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A ESCOLA COMO PRODUTORA E PRODUTO

É tempo, pois, de estabelecer-se a propaganda do ensino por toda a parte; é tempo de levar-se a luz da verdade a todos os recantos desta grande pátria; é tempo de desterrar do ânimo do povo esses prejuízos e preconceitos absurdos, originados pela ignorância em que tem permanecido até hoje. (EDUCAÇÃO..., *Quinze*. Curitiba, 20 dez. 1889, p. 1).

Entre anúncios de tecidos, roupas feitas “estrangeiras”, cachimbos, louças, ourives e relojoeiros, secos e molhados, oficinas de funilaria, loterias e corridas de cavalo e inúmeros serviços oferecidos pelas oficinas da Tipografia Litografia do Comércio, era possível encontrar também, disputando espaço na mesma página, anúncios de colégios e escolas particulares. Esses anúncios dividiam espaço com o discurso pela instrução pública, que ficava reservado para compor as páginas internas do jornal, tendo por vezes que disputar o espaço com comerciantes da instrução.

Tudo dava a crer que a República proclamada educaria, instruiria, e formaria os homens cultos e os cidadãos livres. O que se escrevia e o que se lia no jornal espelhava a certeza no poder da educação e da escola para colocar o Brasil e o Paraná nos trilhos do progresso e do desenvolvimento. Esta crença, no entanto, não era somente vinculada à República. O que se chamava “pensamento republicano” e seu suporte teórico-ideológico, já se faziam presentes na Monarquia, pois, segundo afirma Barros (1986, p. 8), entre 1870 e 1889 novas ideias já apontavam para o potencial da educação e do espírito científico. Não obstante, podemos retroceder um pouco mais para perceber que essa não foi uma prerrogativa apenas da República, pois há algum tempo no Brasil, desde a Revolução Francesa, a educação já era considerada fundamental na formação das novas gerações de cidadãos, sendo reverenciada e cultivada por intelectuais brasileiros. Isso, de alguma forma, já havia se refletido na nossa legislação, pois

[...] nossos legisladores estiveram atentos ao que na França acontecia em matéria de educação. Assim, por exemplo, em 1835, momento em que no Brasil as Assembleias Provinciais começaram a legislar sobre a educação elementar. (FARIA FILHO; LOPES, 2012, p. 48).

No Brasil, segundo Faria Filho (2012, p. 37), a imprensa, considerada um instrumento propício para disseminar a instrução e conhecimentos úteis, vinha sendo utilizada pelos intelectuais desde a Independência para mediar e difundir discursos civilizatórios e a necessidade de escolarização. Isso posto, buscamos compreender como se dava, no contexto e nas páginas do *Quinze de Novembro*, a organização, o funcionamento e as relações estabelecidas entre as iniciativas particulares e o poder público. Partimos, pois, dessas categorias definidas por Aline Limeira<sup>267</sup> (2010), ao se dedicar a essas mesmas questões que formavam uma intrincada relação de forças. A autora elenca o Estado Imperial como organizador dos espaços formais e institucionalizados de ensino aprendizagem, entre os quais estão escolas e cursos noturnos. Percebemos, nesta pesquisa, situação análoga em relação à recém-instaurada República Federativa dos Estados Unidos do Brasil.

Conforme dados coletados em 1889 por Ricardo Pires de Almeida, o Estado do Paraná contava à época com uma população de 190.083 habitantes, com uma proporção de 3,75% de alunos em relação ao total da população. No final da Monarquia, a instrução pública da Província do Paraná<sup>268</sup> havia sofrido com o decreto da Lei n. 917, de 31 de agosto de 1888<sup>269</sup>. Como vimos anteriormente, foi possível acompanhar nas páginas da revista *Galeria Ilustrada* as repercussões desta lei que fechou 168 escolas públicas, a qual foi apelidada pela imprensa como “Lei Balbino”, “Lei do Bota Abaixo”, ou também “Lei da Reforma Disforme”<sup>270</sup>. Foram muitas as críticas publicadas nos jornais direcionadas ao Dr. Balbino da Cunha<sup>271</sup>, então Presidente da Província, decorrentes das polêmicas políticas sobre instrução pública

---

<sup>267</sup> Limeira (2010) insere na categoria de forças públicas as manifestações religiosas muito atuantes no período por ela investigado. Como tais manifestações não estavam presentes no jornal *Quinze de Novembro*, não foram consideradas nesta análise. Muito embora se inserissem em alguns debates, não abordam especificamente temas sobre ensino.

<sup>268</sup> Nos dados coletados em 1889 pelo contemporâneo José Carlos Pires de Almeida (1989, p. 292) a Província do Paraná contava com uma superfície territorial de 221.310 km<sup>2</sup>, população de 190.083 habitantes, densidade populacional por km<sup>2</sup> de 0.86 habitantes e com uma receita de 603:105\$161.

<sup>269</sup> PARANÁ. Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Paraná (1888-1889) Typ. Da Penitenciária. Curitiba, 1912, p. 18-20

<sup>270</sup>A cerca da Lei Balbino consultar o artigo de VEZZANI, I. *Revista Galeria Ilustrada: repercussões ilustradas da Lei Balbino na Província do Paraná (1888-1889)* p. 269-294. In: VIEIRA, C. E.; STRANG, B.; OSINSKI, D. R. B. (orgs.). *História intelectual e educação: trajetórias, impressos e eventos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

<sup>271</sup> Dr. Balbino da Cunha era representante do Partido Conservador indicado pelo Império para Presidente da Província do Paraná.

e, com o agravamento da situação política ocorrida com a mudança de gabinete no Império, de Conservador para Liberal, em 18 junho de 1889 (ALVES, 2014, p. 296), Balbino entregou o governo em 29 de maio de 1889 a Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, líder do Partido Liberal e opositor direto de seu governo. (CARNEIRO, 1994, p. 405).

Ainda sofrendo pressão exercida pela imprensa e tentando reverter o colapso causado no sistema de instrução pública, em 28 de julho de 1889 o governo em exercício colocou em vigor um decreto que reestabelecia algumas cadeiras da instrução primária que haviam sido suprimidas. Ainda assim, somente em 9 de novembro de 1889 tornou-se pública a decisão da criação, durante no período monárquico, de 100 cadeiras de instrução primárias subvencionadas. Essas cadeiras deveriam contemplar o ensino de leitura, escrita, das quatro operações elementares de aritmética e religião, ficando livre aos professores o ensino de gramática portuguesa e de noções de geografia do Brasil (SÁ. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 9 nov. 1889, p. 1). Tais subvenções foram algumas das medidas que haviam sido tomadas pelo governo provincial, no intuito de resolver a precariedade das finanças públicas, auxiliando a estabelecer cadeiras definitivas de instrução elementar: leitura, escrita e as quatro operações fundamentais da aritmética nos bairros mais populosos.

Essa medida suscitou novos debates nas páginas da imprensa local, pois as concessões dessas subvenções não dependeriam de provas de habilitação dos novos professores, como acontecia anteriormente, e estes poderiam concorrer com outros que já exerciam o cargo de professores públicos, em igualdade de circunstâncias, por alguma cadeira mais vantajosa. (SÁ. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 9 nov. 1889, p. 1). Já na República, e ainda na tentativa de reverter os efeitos daquela lei, em 11 de dezembro de 1889, a imprensa passou a levantar novos questionamentos, fazendo considerações sobre a eliminação da prova de suficiência<sup>272</sup>, que comprovava a capacidade profissional dos candidatos a

---

<sup>272</sup> Esta prova já não era exigida desde a publicação do Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 16 de julho de 1876 que ainda estava em vigor e também previa para os casos de incapacidade do professor a possibilidade de o governo suspender ou transferir para outro professor a subvenção. (PARANÁ, 1877).

professores, alegando que dessa forma as subvenções<sup>273</sup> poderiam ser entregues a professores desqualificados (INSTRUÇÃO..., *A República*, Curitiba, 11 dez. 1889, p. 2). Cabe lembrar que com a República ocorreram mudanças na configuração dos papéis dos jornais oficiais, quando *A República* assume como órgão do Clube Republicano e do governo, desempenhando funções de comunicação entre o poder instituído e o público que, anteriormente, estava a cargo do jornal *Dezenove de Dezembro*.

Acompanhando o debate ocorrido pela imprensa, percebe-se que os leitores poderiam facilmente acessar informações sobre o que se discutia a respeito do ensino público dentro da Assembleia Provincial e mais, receber informações importantes para a compreensão desse debate, a exemplo da explicação sobre o que representava na prática a subvenção de 100 escolas particulares:

Ora, subvenção quer dizer auxílio, adjutório; assim, subvencionar escola particular coisa é muito diferente de – criar cadeira de instrução, que pressupõe escola pública e professor público, exclusivamente empregado no ensino. O professor particular recebe do chefe de família um estipêndio e pode exercer qualquer indústria compatível com o magistério. A subvenção é apenas um subsídio, com que a província o anima e auxilia a manter a sua escola, a qual pode ser frequentada por muitos alunos, cujos pais não tenham meios de retribuir ao professor. [...]. (ESCOLAS..., *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 11 dez. 1889, p. 2).

Réplicas e contrarréplicas eram práticas comuns da imprensa do período, através das quais os jornais falavam uns para os outros “por meio de uma conversa tornada pública”, confirmando a hipótese de Barbosa (2010, p. 11) de que através da imprensa é possível desvendar parte do complexo circuito da comunicação de determinados grupos, evidenciando que os redatores eram também leitores ativos em diálogo permanente entre si e com seus leitores.

Foi preciso este recuo cronológico para compreendermos como a *Lei Balbino* afetou o sistema da instrução pública ainda no período imperial, tornando-se tema de inúmeras charges e artigos publicados na revista *Galeria Ilustrada*, e quais foram seus desdobramentos logo após a instauração da República, visto que o jornal *Quinze de Novembro* não publicou nenhuma nota a esse respeito, mesmo tendo levantado sua bandeira a favor do ensino público com a colaboração de Líbero

---

<sup>273</sup> A verba prevista para subvenção no regulamento era de 36:000\$ anuais, com este valor, o professor ou professora de cada uma dessas escolas teria um ganho de 986\$ diários.

Badaró Teixeira Braga<sup>274</sup> ao publicar uma série de artigos sob o título “*Educação Popular*”. O primeiro artigo sobre o tema circulou entre os paranaenses em dezembro de 1889, portanto simultaneamente aos debates que ainda ocorriam na imprensa em torno da tal lei. Pelas palavras do professor Teixeira Braga, o *Quinze de Novembro* expunha para seus leitores, entre os quais se incluíam membros do governo, situações problemáticas como a dos professores do Estado do Paraná, revelando que eram necessárias mudanças urgentes:

[...] O professorado há muito que sofre, e sofre muito, nós o sabemos por experiência própria. As classes do centro não têm sido favorecidas, na educação de seus filhos e que, na sua maior parte permanecem ainda em quase completa ignorância, o que podemos afirmar, sem receio de contestação, porque observamos *de visu*. Muito há de fazer-se, pois, ou tudo está por se fazer ainda em matéria de i instrução pública, neste futuro Estado. No nosso humilde posto, pois, continuamos a prestar a um e outro todo nosso fraco, mas decidido apoio. (BRAGA, Educação..., *Quinze*. Curitiba, 18 dez. 1889, p. 1-2).

Como podemos acompanhar na continuidade do artigo, o *Quinze de Novembro*, assim como grande parte da imprensa do período, fez ecoar o brado pela educação:

[...] Só a boa escola, ou aquela em que o povo aprende a cumprir os seus grandes e múltiplos deveres simplesmente por dever, é o verdadeiro meio regenerador não somente dos povos decaídos, porém ainda de todos aqueles que, do mesmo modo que nós os brasileiros atualmente, se ocupam com patriótico empenho da gloriosa obra – reconstrução da Pátria! Por isso é que a despeito de nossa obscuridade e fraqueza de nossas forças, nos lembramos, por nossa vez, correr ao encontro da grande reforma como o nosso atual sistema político, que, como é de esperar, se operará brevemente no sistema da educação popular, até hoje mal considerada e nada favorecida e aperfeiçoada em nossos Estado, senão em todo País. (BRAGA. Educação..., *Quinze*. Curitiba, 18 dez. 1889, p. 1-2).

Os artigos da campanha solicitavam ao governo que o sistema do ensino público fosse reorganizado ou reformado em favor da adoção de outro inteiramente novo, no intuito de impulsionar e desenvolver progressivamente a educação popular no Paraná, considerado até então estacionado. Isso posto, deveriam organizar uma

---

<sup>274</sup> Líbero Badaró Teixeira Braga era irmão do cômico João Evangelista Braga. Juntos em 1879 fundaram o Colégio Curitibano. Também é citado como professor em Morretes e na Lapa. Podemos acompanhar parte de sua trajetória como professores da Escola Noturna na pesquisa de Juarez Anjos, 2015.

reforma definitiva sobre o ensino público, que abrangesse um plano mais amplo e aperfeiçoado do que se tinha. Segundo Líbero Braga, para essa tarefa a direção central do ensino deveria ser confiada a homens que se dedicassem “exclusivamente ao árduo desempenho desse nobre encargo”. (BRAGA. Educação..., *Quinze*. Curitiba, 25 dez. 1889, p. 1- 2). Na sequência, o autor convidava o leitor para refletir e ponderar um pouco sobre a importância do ensino popular:

Trata-se de operar uma tal reforma em uma época em que estão sendo envidados todos os melhores esforços do patriotismo brasileiro em prol da grandiosa obra – reconstrução política da Nação; por isso mesmo é indispensável que ela seja feita em harmonia com a nossa instituição política atual, para que possa produzir os mais benéficos e almejados efeitos, porque é mister e imprescindível educar-se esmeradamente a geração atual por uma escola mais aperfeiçoada, que possa formar perfeitamente o seu caráter, visto nela repousaremos os futuros e grandes destinos da Republica Federal Brasileira.[...] a causa da educação popular, por considerarem-na – o verdadeiro e único fator de todas as prosperidades! (BRAGA. Educação..., *Quinze*. Curitiba, 3 jan. 1890, p. 1).

O autor segue seu texto com a intenção de se instituir como uma autoridade no assunto, argumentando que trabalhava há quinze anos em prol da educação, mantendo seu voto de servir a Pátria “educando com dedicação e zelo ao maior número possível de seus filhos, nossos jovens e esperançosos futuros cidadãos, a quem estão reservados importantes destinos junto a mesma”. (BRAGA, Educação..., *Quinze*. Curitiba, 18 dez. 1889, p. 1-2). Na primeira edição do *Quinze de Novembro*, pouco antes da publicação dessa série de artigos, conforme já mencionamos, foi comentado que o governo havia concedido ao professor Líbero Badaró Teixeira Braga um provimento vitalício do magistério. Portanto, ele recebia do governo como professor público, e além de colaborador do *Quinze de Novembro*, também era um anunciante frequente do jornal.

Como colaborador, Braga defendia a escola pública. Já como proprietário da *Escola Realista*<sup>275</sup>, um estabelecimento de ensino particular fundado em 6 de maio

---

<sup>275</sup> A escola funcionava em regime de internato e externato, faziam parte do corpo docente da escola figuras importantes, tais como: Pe. Alberto (Doutrina e Moral Cristã), José F. da Rocha Pombo (História Universal); Leoncio Correia (Retórica e Poética); Sebastião Paraná (Chorografia do Paraná); Pe. José Tedeschi (Italiano); e o diretor Líbero Badaró Teixeira Braga (Português e Francês). Anexa à Escola Realista, funcionou a partir 01 de agosto de 1890, uma Escola Noturna, das 7 às 21 horas, que oferecia instrução primária compreendendo: leitura e escrita progressivas, gramática nacional e aritmética elementar aplicadas e doutrina cristã, mediante a uma mensalidade de 4\$000. E geometria elementar, geografia e história do Brasil, a cada disciplina eram pagos mensalmente 2\$000. Para o curso completo a mensalidade 5\$000, com pagamento adiantado.

de 1889 divulgava que, na “nobre profissão do ensino”, sua missão era conquistar e aguardar a confiança dos pais de famílias. (ESCOLA..., *Quinze*. Curitiba, 25 dez. 1889, p. 2). Como anunciante também divulgava que sua escola reservava nove matrículas, no regime de externato, para serem concedidas gratuitamente pelo governo do Estado a “meninos e moços de provada pobreza”. Conforme acordo firmado, seriam 3 vagas para alunos de 1º grau, 3 para o 2º grau e mais 3 para o 3º grau. Um aluno particular de externato teria que pagar prestações trimestrais dos seguintes valores: para o 1º grau, 9\$000, no 2º grau, 12\$000 e no 3º grau 45\$000. Estes valores, possivelmente, correspondiam à subvenção do governo na escola particular, pois, como abordamos anteriormente, a subvenção<sup>276</sup> do governo permitia que pudessem atuar também em estabelecimentos particulares, com o compromisso de receber também um número determinado de alunos não pagantes, assim como já havia sido esclarecido pelo jornal *Dezenove de Dezembro*,

Ora, subvenção quer dizer auxílio, adjutório; assim, subvencionar escola particular é coisa muito diferente de criar cadeira de instrução, que pressupõe escola pública e professor público, exclusivamente empregado no ensino. O professor particular recebe do chefe de família um estipêndio e pode exercer qualquer indústria compatível com o magistério. A subvenção é apenas um subsídio, com que a Província o anima e auxilia a manter a sua escola, a qual pode ser frequentada por muitos alunos, cujos pais não tenham meios de retribuir ao professor. (ESCOLAS..., *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 11 dez. 1889, p. 2)

Outro exemplo de colaboração, dessa vez da comunidade, foi o da *Escola Noturna* localizada no Batel<sup>277</sup>, administrada pelo professor Lindolpho Pombo, que divulgou nas páginas do *Quinze* que havia recebido auxílio para poder oferecer algumas vagas a alunos pobres. Algumas das doações estão registradas nas

---

<sup>276</sup>Conforme abordamos anteriormente o vencimento divulgado para os professores de 986\$ réis diários, era apenas um auxílio (subvenção) pois, nesta condição apresentada, o professor não precisava se exclusivamente empregado no ensino, podendo assim completar sua renda com outras atividades. (ESCOLAS..., *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 11 dez. 1889, p. 2).

<sup>277</sup> Durante os debates em torno da Lei Balbino, já comentados anteriormente, o *Sete de Março* publica um abaixo assinado, onde é possível perceber aproximadamente qual população escolar do bairro Batel e subúrbios: [...] o mais populoso da província, há uma população escolar, como abaixo se vê, superior a duzentos alunos. Ora, sendo a maior parte destes, filhos de pais pobres, teremos de forçosamente ver condenados ao cativo da ignorância aqueles de quem logo mais irá depender o futuro de tantas famílias, as quais precisam ter sempre diante de si um pouco dessa claridade santa que nos inspira e eleva para as concepções do verdadeiro bem e do justo, sem o que, sabe V. Ex., o que é e o que poderá ser um povo. Nesta fé esperamos da auspiciosa administração de V. Ex. que nos fará devida justiça. – Bairro do Batel, 24 de dezembro de 1888. Seguem 158 assinaturas, representando 390 crianças. (CAPITAL. *Sete de Março*. Curitiba, 2 jan. 1889, p. 3).

páginas dos jornais, como exemplo a feita pelo Comendador Joaquim Alves de Araújo, de coleções do livro de Hilário Ribeiro e outros materiais<sup>278</sup>:

Esta importante dádiva veio na melhor ocasião; pois havia no Batel muitos meninos pobres que não frequentavam a escola pública por falta de livros, penas, etc. E agora, graças ao patriotismo daquele grande coração, mais de 15 meninos pobres deste bairro podem, sem despende de um vintém receber o pão espiritual! [...]. Nós que temos a imediata responsabilidade do futuro destes jovens cidadãos, a educação dos quais consagramos 6 horas por dia; não podemos deixar de agradecer penhoradíssimos esta dádiva, cuja lembrança ficará eternamente gravada no fundo de nosso coração de paranaenses como um protesto de respeito e gratidão pura com aquele que obedecendo aos generosos impulsos de sua grande alma, não perde um momento de ser útil à nossa pátria e aos desfavorecidos da fortuna. (BENEMERÊNCIA. *Quinze*. Curitiba, 13 abr. 1890, p. 2).

Estes dois exemplos revelam pontos de contato entre o governo, a sociedade e os estabelecimentos particulares. Todavia, essa não era uma novidade da República, pois o Estado Imperial, para atender a população, já havia se aliado à sociedade civil, através de algumas contribuições financeiras e subvenções de iniciativas e experiências de instrução que surgiam motivadas por associações, sociedades e proprietários de colégios particulares. De acordo com Limeira (2014, p. 185-6), naquele contexto o espaço físico destinado ao ensino de uma escola particular deveria ser mantido pelo proprietário do estabelecimento. Uma escola privada seria aquela em que o professor fosse pago pelo proprietário do estabelecimento e os alunos pagassem para receber a instrução. Os acordos articulados entre as instâncias públicas e privadas permitiam também que um professor público pudesse receber alunos particulares (que pagavam mensalmente) no mesmo ambiente<sup>279</sup> (LIMEIRA, 2010, p. 153). O governo poderia conceder a um professor público provimento vitalício e este, ao mesmo tempo, manter sua própria escola particular, a exemplo do que vimos com Líbero Braga.

A ordem do Governo Provisório<sup>280</sup> era manter “a ordem”, e assim os exames continuaram ocorrendo. Afinal, o ano letivo de 1889 precisava ser finalizado e, nesse

---

<sup>278</sup> Nota dos objetos remetidos para Escola do Batel: 3 resmas de papel, 2 dúzias de lápis, 2 dúzias de canetas, 2 caixas de penas, 1 boião de tinta, 50 tabuadas, 12 coleções de livros de Hilário Ribeiro, 1º, 2º, 3º, 4º (DÁDIVA..., *Quinze*. Curitiba, 13 abr. 1890, p. 3).

<sup>279</sup> Acerca das possíveis configurações de ensino público e particular consultar a pesquisa de LIMEIRA, 2010 e SILVA, 2006.

<sup>280</sup> O Decreto n. 31, de 29 de janeiro de 1890, que promulgou o regulamento da instrução pública do estado do Paraná, esteve em vigência por menos de três meses, sendo revogado pelo Decreto de número 64, em 11 de abril de 1890 (PARANÁ, 1980, Decreto n. 64). O Decreto n. 64, assinado por

momento, de acordo com as normas vigentes, as instituições de ensino particulares deveriam submeter seus alunos a uma avaliação pública de seus conhecimentos. Esses exames eram validados nas academias de todos os Estados da República Brasileira. No Paraná, a comissão de avaliação era presidida pelo Diretor Geral da Instrução Pública do Estado do Paraná, José Joaquim Franco do Valle, sendo algumas delas acompanhadas pelo próprio governador do Estado, a exemplo dos exames do *Colégio São José*<sup>281</sup> noticiados no jornal (COLÉGIO..., Quinze, Curitiba, 17 dez. 1889, p. 2) e estas autoridades definiam publicamente as notas de cada prova. As páginas do jornal *Quinze de Novembro* deram lugar à publicação, possivelmente paga, dos resultados dos exames públicos das escolas particulares.

Esses exames também eram aplicados nas escolas públicas de todo Brasil. No entanto, a divulgação de seus resultados no Paraná era feita pelo jornal oficial do governo. Segundo Faria Filho e Inácio, os exames públicos foram adotados como parte de um conjunto de estratégias às quais

[...] recorreram intelectuais e políticos, dirigentes provinciais ou não, para produzir a legitimidade das práticas educativas escolares devido às amplas atribuições a elas conferidas no movimento de estruturação do Estado Nacional brasileiro no segundo quartel do século XIX. (FARIA FILHO; INÁCIO, 2012, p. 59).

No *Quinze de Novembro*, os estabelecimentos de ensino particulares, além de comporem a página destinada aos anúncios de comércios, eram também frequentemente citados em outros campos do *Quinze*, configurando o que Juarez

---

Américo Lobo Leite Pereira, governador do Estado do Paraná, apresentou que o novo regulamento de instrução primária e secundária do Estado não satisfazia naquele momento as necessidades do ensino público e expressava excedente de verba consignada para o desenvolvimento e oferta desse serviço. Desse modo, não havia uma legislação a ser adotada no estado e a estagnação no desenvolvimento das ações para o fomento do ensino. (MACHADO; MELO, 2012, p. 216).

<sup>281</sup> A capital do Paraná, também conta com o Colégio São José (1882-1899/misto), sob a direção de José Cupertino da Silva Costa, em regime de internato e externato, admitindo meninos e meninas como externos e meio pensionistas e um número limitado de meninos pensionistas. Ensinava-se português, francês, inglês, alemão, latim, geografia, história, aritmética, geometria, álgebra, filosofia, retórica, curso materno (para crianças pequenas) e cursos de música e pintura. No entanto as matérias apesar de estarem disponíveis, só começavam a ser ministradas quando houvesse matriculados no mínimo seis alunos. O sistema de ensino adotado pelo Colégio São José, também obedecia ao “admirável plano do método intuitivo, organizado por João de Deus” (COLÉGIO SÃO JOSÉ. *Quinze*. Curitiba, 14 jan. 1890, p. 2) em seus anúncios faziam referência que o curso materno era dirigido pela “esposa do diretor”, também responsável pelas aulas de piano. Além das aulas dos cursos primário e secundário, eram ofertados o ensino de escultura, desenho, pintura, dança, canto e prendas domésticas.

Bahia denomina como “anúncios indeterminados” (1972, p. 237), um tipo de publicidade programado para compor as páginas internas do jornal, como parte dos noticiários, reportagens ou até mesmo nas seções de variedades, não sendo facilmente identificado pelo leitor como matéria paga. Ocupavam também o espaço destinado aos *ineditoriais* que poderiam ou não ser pagos, como uma forma de publicidade que visava “prestigiar um produto ou serviço, sem objetivo direto de vender” (BAHIA, 1972, p. 238). Tal estratégia era comumente utilizada tanto pelo jornal quanto pelo anunciante. Compondo o texto desse tipo de anúncio, localizamos com frequência o uso de adjetivos positivos antecedendo a apresentação do estabelecimento de educação, a exemplo de “acreditado”, “conceituado”, “honrado” ou “louvável”. Já para qualificar os proprietários e/ou os professores foram utilizadas as expressões “digno”, “inteligente”, “criterioso”, “ilustradíssimo”, “distinto”, “zeloso”, “dedicado” e “perseverante”.

A leitura de todas as edições do *Quinze de Novembro* nos possibilitou reunir dados sobre os estabelecimentos de ensino particular (Tabela 4) que foram anunciantes de acordo com sua clientela, diretor ou proprietário e seu endereço. Percebemos, no entanto, que algumas instituições não informavam sobre seu endereço ou sobre quem seria seu diretor/proprietário. Ao compararmos com a listagem publicada por Etelvina Trindade (1992, p. 318), localizamos outras que não anunciavam no *Quinze de Novembro*, tais como o *Colégio Modelo*, o *Colégio Nossa Senhora da Luz*, o *Colégio Nossa Senhora da Conceição* e a *Escola Alemã*.

Tabela 4 – Escolas Particulares Anunciadas no jornal *Quinze de Novembro*

	<b>Nome da Instituição</b>	<b>Proprietário/diretor</b>	<b>Clientela</b>	<b>Endereço</b>
1	Colégio Nossa Senhora da Glória	Amélia d’Azambuja Nascimento	Feminino	Rua Imperador esq. Do Largo Zacarias
2	Colégio Saldanha	Luiza Candida Saldanha	Feminino	Praça Tiradentes
3	Colégio Parthenon Paranaense	Laurentino de Azambuja	Masculino	Rua Riachuelo esq. da Praça do Mercado
4	<i>Colégio São José</i>	José Cupertino da Silva Costa	Misto	Rua Aquidaban
5	Colégio Loyola			
6	Colégio Santa Luiza	Luiza Correia Netto		
7	Escola dos bons meninos	José Cleto da Silva <sup>282</sup>	Misto	
8	Escola Noturna	Lindolpho Pombo		Batel
9	Escola Particular	Jeronymo Durski	Mista	Batel
10	Escola Realista	Líbero Teixeira Braga	Mista	
11	Escola de Belas Artes e Industrias	Mariano de Lima	Mista	

Fonte: Jornal *Quinze de Novembro*. Curitiba 1889-1890. Anúncios de Escolas Particulares.

Naquele contexto, a presença das escolas e de seus métodos de ensino nas páginas do jornal pode ser entendida como parte de um processo de afirmação dos estabelecimentos de ensino que, segundo Luciano Faria Filho (2012, p. 33-4), buscavam se configurar como instituições sociais de central importância nas

<sup>282</sup> O “professor Cleto” (1843-1912), como era conhecido, foi responsável pela abertura de uma escola para escravos em 1871, sendo também sócio fundador do jornal republicano e abolicionista *Livre Paraná*. Sobre a interessante trajetória do professor Cleto, ver SILVA, 2016.

sociedades modernas”. O autor identifica também que esse processo tem sido objeto de estudo de inúmeras pesquisas da educação e, especialmente, da história da educação:

Estudos têm demonstrado que a crescente importância da escola como instituição social ocorre no interior – como produtora e produto – do movimento de produção da sociedade moderna, estando ligada ao processo de transformação das instituições de formação e socialização (a família e a Igreja, principalmente), de fundação e estruturação de nações e dos estados modernos, de construção do capitalismo e de institucionalização da ciência moderna. (FARIA FILHO, 2012, p. 33-4).

Nesta investigação, em acordo com a abordagem de Limeira (2010, p.12), entendemos como forças privadas aquelas exercidas pela “Sociedade Civil (agremiações, grupos, associações, sociedades, colégios particulares, clubes)”, não se limitando, portanto, a esfera privada ao espaço doméstico e familiar. Nesse contexto, a imprensa foi voz ativa, trazendo à tona a discussão sobre a necessidade de melhoria qualitativa do ensino como solução dos problemas sociais brasileiros e com potencial para colocar o Brasil entre as grandes nações do mundo. O *Quinze de Novembro*, já na sua primeira edição, acenou com essa bandeira, mediando e estimulando o desenvolvimento tanto das forças públicas quanto das privadas:

O cultivo das letras, das artes, das ciências, a solução dos problemas inerentes a cada uma delas, o movimento da aspiração contínua para o progresso, a realização deste – eis os elementos dinâmicos que elevam a estrutura social em que se manifestam. (A NOSSA..., *Quinze*. Curitiba, 24 de abr. 1889, p. 1).

Diferente do ensino público, cujos jornais, segundo Faria Filho e Inácio (2012, p. 56), mostravam “um esforço de produção da legitimidade do ensino elementar”, a reprodução e circulação dos resultados dos exames gerais dos alunos de colégios particulares nas páginas *Quinze de Novembro* revelam um investimento interessado na propaganda do ensino particular e na qualificação de seus proprietários. Tomamos como exemplo a nota publicada sobre os bons resultados dos alunos do *Colégio Parthenon Paranaense*<sup>283</sup>apresentado pelo jornal como “acreditado

---

<sup>283</sup> Naquele ano Laurentino de Azambuja era o diretor do Colégio Parthenon Paranaense. Nos seus anúncios davam destaque ao seu prédio ser todo destinado para o colégio, oferecendo espaço para acomodar para um grande internato, onde poderia receber alunos pensionistas semi-pensionistas e externos. Sua localização no centro da cidade também era valorizada, na rua Riachuelo esquina da Praça do Mercado, o que, segundo eles, facilitava o trânsito dos alunos externos. Assegurava aos pais de seus futuros alunos, a idoneidade e a competência de seus professores nas seguintes

estabelecimento de educação e ensino” (COLÉGIO..., *Quinze*. Curitiba, 7 dez., p. 3) e do *Colégio Saldanha* cujos exames exibidos por suas alunas excederam a expectativa da comissão examinadora:

[...] constituem mais eloquente atestado da dedicação inteligente, criteriosa e perseverante da preceptora, que mostra a mais louvável abnegação aplicando o melhor tempo de sua vida em tão difícil quanto sagrada missão. (COLÉGIO..., *Quinze*. Curitiba, 18 dez. 1889, p. 2).

O mesmo tipo de discurso elogioso se deu quando os colégios *Loyola*, *Nossa Senhora da Glória*<sup>284</sup>, *São José* e *Santa Luiza* e as *Escolas Realista*, *Escola Particular* do Batel, do professor Jeronymo Durski e do professor *Cleto*, publicaram seus exames habilitadores. Segundo Faria Filho e Inácio (2012, p. 59), as formalidades dessas práticas davam a ver

[...] posições de poder no campo da educação e modos de fazer a escolarização e instituir a escola. Além disso, não se pode deixar de chamar a atenção para o fato de que tais práticas produzem representações sociais sobre a escola e o mundo social.

Chama-nos a atenção o número expressivo de propagandas dos colégios particulares, levando-nos a tencionar e investigar, a partir de suas páginas de anúncios ou mesmo nas discretas notas acomodadas em suas colunas, como se faziam visíveis e como se organizavam esses estabelecimentos de ensino. Segundo dados levantados por Almeida (1989, p. 18), ainda no final do Império o ensino particular nas Províncias não poderia contar com menos de 180 mil crianças, e, deste universo, em 1860, o autor afirma que:

Os estabelecimentos privados de instrução primária e secundária continuavam a prosperar, e a maior parte deles oferecia aos pais de famílias suficientes garantias em relação à instrução.[...] As escolas públicas de meninos viram diminuir o número de seus alunos que de 1892, em 1866, desceu para 1.774; o mesmo fato se produziu na escolas públicas de meninas: elas contavam com 1.091 alunas em 1860 e somente 1.056 em 1861. (ALMEIDA, 1989, p. 104).

---

matérias: português (primário e secundário), francês, latim, inglês, alemão, matemáticas, geografia e história, e também tinha aulas de filosofia, retórica, escrituração mercantil, higiene escolar e música.

<sup>284</sup> Em 1890, o Colégio Nossa Senhora da Glória recebia alunas pensionistas, semipensionistas e externas e anunciou o início de seus trabalhos letivos no dia 7 de janeiro. O jornal recomendava aos leitores pais aquele estabelecimento de educação com a justificativa de seu bom desempenho nos exames parciais de português, análise lógica e gramatical, aritmética, geografia e história Pátria, executados em 18 de novembro de 1889 (COLÉGIO N. S. DA GLÓRIA. *Quinze*. Curitiba, 17 dez. 1889, p. 3).

No mesmo período, no contexto brasileiro, Almeida aponta que, em um universo de 55 escolas privadas, recebiam instrução 1.663 meninos e 992 meninas, percebendo-se que havia progressos, mas que estes não estavam a favor do ensino público, pois “enquanto as escolas públicas perdiam 153 alunos, as escolas privadas recebiam 343 a mais.” (ALMEIDA, 1989, p. 104).

Em um período no qual os médicos higienistas já defendiam a importância de “espaços higienicamente construídos e montados pra qualidade da saúde e da aprendizagem dos alunos” (LIMEIRA, 2010, p. 109), os anúncios traziam informações tanto sobre as condições do espaço físico dos estabelecimentos destinados ao fazer educativo, a exemplo da boa higiene, de seus ambientes arejados, suas amplas salas e de seus alojamentos bem distribuídos, quanto sobre a localização, que, assim como outro comércio qualquer, era fator de relevância. Segundo Faria Filho (2012, p. 33)., a inserção da escola na cena da cidade possibilita sua visualização e a compreensão de como a “instituição escolar se inscreve – constituindo e sendo constituída”.

Para Luciano Faria Filho (2012, p. 31-2), “estar na cidade é inevitavelmente “estar a ver”, e por certo “estar a ser visto”. Portanto, ao darem ênfase à localização de suas escolas dentro da organização da capital, os anunciantes queriam ser vistos como parte ativa de um projeto de modernidade, correspondendo ao argumento do autor de que “projetar a educação e o urbano é arquitetar a modernidade e o progresso, é racionalizar os condutos” (2012, p. 31-2).

Pela análise da configuração do mapa urbano da cidade de Curitiba de 1894, desenhado e litografado por Marcos Leschoud, tivemos um panorama aproximado do que seria a planta central da capital em 1890, visto que, com a chegada da República, o Largo Pedro II passou a chamar-se Largo Tiradentes e as ruas da Imperatriz e do Imperador, XV de Novembro e Marechal Deodoro. A maior mudança ficou por conta apenas do calçamento da rua XV de Novembro. Dessa forma, de acordo com as informações sobre os endereços publicados no jornal, identificamos como estavam localizados alguns dos estabelecimentos tanto de ensino particular,

como também alguns prédios de ensino público, dentro da configuração urbana da capital<sup>285</sup>, onde percebemos que havia relação de proximidade entre elas.

Limeira identificou, em suas pesquisas, o centro urbano do Rio de Janeiro como insalubre e desvantajoso para os estabelecimentos escolares, por não oferecer as condições sanitárias consideradas satisfatórias. Segundo a autora, “os estabelecimentos posicionados no núcleo urbano ficavam em desvantagem em relação à concorrência com os colégios das cidades mais afastadas” (LIMEIRA, 2010, p. 111). No Paraná, ao contrário, quanto mais próximo estivesse do núcleo urbano, melhor estaria posicionado o estabelecimento de ensino, a exemplo do *Colégio Saldanha*, que dava ênfase à sua localização na Praça Tiradentes, considerada pelo colégio como privilegiada ou ainda a referência de localização do anúncio do *Colégio Nossa Senhora da Glória* situado na rua Imperador na esquina do Largo Zacarias. Pelo mapa, podemos perceber que ambas mantinham proximidade com a rua Aquidaban, onde ficavam muitas casas de comércio, o Passeio Público, a Catedral, Teatro São Theodoro, o Mercado e a Estação da Estrada de Ferro.

Com menores investimentos na divulgação também estiveram presentes nas páginas do *Quinze de Novembro* o *Colégio Santa Luiza*<sup>286</sup>, dirigido por Luiza Correia Netto, e o Colégio Loyola. O maior número de anúncios dos comerciantes de ensino foi concentrado na primeira semana de janeiro de 1890, visto que o ano letivo dos colégios particulares se iniciaria entre os dias 3 e 8. Por três vezes, quatro colégios disputaram o espaço da mesma página de anúncios (imagem 68), como podemos ver no exemplo a seguir.

---

<sup>285</sup> A planta litografada esteve à venda para os leitores paranaenses a venda na Litographia Hoffemann, rua Riachuelo, por 1500, dúzia 15\$000.

<sup>286</sup> O Colégio Santa Luiza anunciou que o ano letivo de 1890 teria início em 2 de janeiro, diferente da maiorias dos estabelecimentos de ensino.



Assim como as escolas públicas, os estabelecimentos de ensino particulares também deviam se submeter aos exames públicos frente às autoridades legais, a fim de legitimar as práticas de ensino. Segundo Luciano Faria Filho e Marcilaine Inácio (2012, p. 55), esses exames ocupavam um lugar de importância na cena social das cidades como cerimoniais necessários de transição de uma sociedade não escolarizada para uma escolarizada. Em Curitiba, conforme o que se divulgava no jornal, assistiam a esses exames, além das autoridades que compunham a comissão avaliadora, as famílias dos alunos e os professores do curso primário e secundário. Cantavam-se os hinos das escolas e executavam-se peças musicais ao piano. As salas eram preparadas com trabalhos realizados pelos discentes durante o ano letivo.

A aprovação dos alunos era divulgada dentro do seguinte padrão: aprovados, aprovados com distinção e plenamente aprovados. Se houve reprovados, não foram registrados no jornal. Na ocasião do evento, encerrados os exames, as instituições distribuíam prêmios aos alunos que se destacassem. Naquele ano foram entregues joias pelo *Colégio Saldanha*<sup>287</sup>. Já o *Colégio São José*<sup>288</sup>, além de medalhas,

---

<sup>287</sup> [...] o mais poderoso elemento da pedagogia moderna é que tem produzido assombrosos resultados em nações adiantadas, principalmente nos Estados Unidos da América do Norte, esse método que como por encanto avigora o espírito da idade precoce, impulsiona-o para o mais tardio exercício do raciocínio, - é com admirável perícia disciplinado este estabelecimento da sólida educação. No ensino, diz um notável pedagogista, o período mais importante é o que decorre na aula de primeiras letras. Os que assumem, pois, o encargo de ensinar crianças nessa quadra da vida, deviam de ser especialmente aparelhados para ele, adestrados na cultura dos sentidos, peritos em ensinar *coisas reais, formas reais, cores e sons reais*, cada qual com a palavra que o represente, hábeis, afinal, em encaminhar o espírito, a retificar as suas concepções E a inteligente professora do colégio a que nos referimos, adquiriu a mais perfeita compreensão de preceitos tão salutares, o que claramente se pode depreender da presteza, vivacidade e correção que as meninas manifestavam nas questões, aliás difíceis, que lhes foram propostas pela comissão. É preciso que a população de nossa capital, que é tão solícita em dotar os seus filhos com uma educação esmerada, observe com atenção a verdade do juízo que temos expedido nestas linhas em favor de tão útil escola, em que não se depara com o aparato que fascina e ilude; - tudo ali é singelo e modesto, o que mais realça o mérito da professora e torna recomendável o seu colégio. (COLÉGIO SALDANHA. *Quinze*. Curitiba, 15 dez. 1889, p. 2).

<sup>288</sup>A capital do Paraná, também conta com o Colégio São José (1882-1899/misto), sob a direção de José Cupertino da Silva Costa, em regime de internato e externato, admitindo meninos e meninas como externos e meio pensionistas e um número limitado<sup>288</sup> de meninos pensionistas. Em seus anúncios no jornal *Quinze de Novembro*, publicados pela primeira vez em 12 de janeiro de 1890, percebemos um destaque para o prédio, por ser próprio e construído especialmente para abrigar o Colégio (a rua do Aquidaban, n. 11), segundo o anúncio, com todas as condições higiênicas e situado em um dos melhores pontos da capital. Ensinava-se português, francês, inglês, alemão, latim, geografia, história, aritmética, geometria, álgebra, filosofia, retórica, curso materno (para crianças pequenas) e cursos de música e pintura. No entanto as matérias apesar de estarem disponíveis, só começavam a ser ministradas quando houvesse matriculados no mínimo seis alunos<sup>288</sup>. (CUPERTINO. Anúncio. *Quinze*. Curitiba, 25 mar. 1890, p. 4).

ofereceu aos seus alunos brinquedo, lápis dourado, tinteiro, os livros *Flores da Infância*<sup>289</sup> e *O Poder da Verdade*, um “novo” Atlas Geográfico com mapas coloridos, dicionários de língua portuguesa e as biografias de Guttemberg de Galileu. Toda essa organização e formalidade davam muita visibilidade aos exames públicos dos alunos, a exemplo dos ocorridos no Estado de Minas Gerais, citado pelos autores, como tendo sido

[...] um acontecimento público e solene que movimentava as vilas e as cidades, mobilizava os professores, os alunos, as famílias, as autoridades locais, eventuais visitantes e a imprensa. (FARIA FILHO; INÁCIO, 2012, p. 55).

Além de dar destaque ao desempenho de seus alunos, alguns mecanismos internos dessas escolas também ganharam visibilidade nas páginas do *Quinze de Novembro*. Ao compilarmos os anúncios e analisarmos as bancas divulgadas por cada instituição, identificamos nos currículos as seguintes matérias: português, retórica e poética, gramática, análise lógica e gramatical, leitura e escrita ditada, além de aritmética, matemáticas, geometria e contabilidade. De conhecimentos gerais, eram contempladas: geografia, geografia universal, história e geografia do Brasil, história pátria e história universal. Entre as línguas ensinadas estavam latim/línguas vernáculas, alemão, francês e inglês. Também eram oferecidas aulas de piano, música, dança e canto, desenho linear, escultura, desenho e pintura, além de catecismo/doutrina cristã e filosofia.

Identificamos ainda que, além de adjetivos de boa conduta e ética a respeito do diretor (a) e/ou proprietário (a) do estabelecimento de ensino e dos professores, também se dava uma certa ênfase aos respectivos familiares. Podemos citar como exemplo dessa prática o *Colégio São José*, que em seus anúncios fazia referência ao fato de que a “esposa do diretor” ministrava aulas de piano. (COLÉGIO..., *Quinze*. Curitiba, 14 jan. 1890, p. 2). Também o *Colégio dos Bons Meninos*, ao anunciar o início de suas atividades na capital paranaense, mencionava que o estabelecimento era dirigido pelo professor *José Cleto* da Silva, e sua “digna família”. Outro exemplo identificado foi o anúncio da *Escola Realista*, que divulgava como missão “conquistar

---

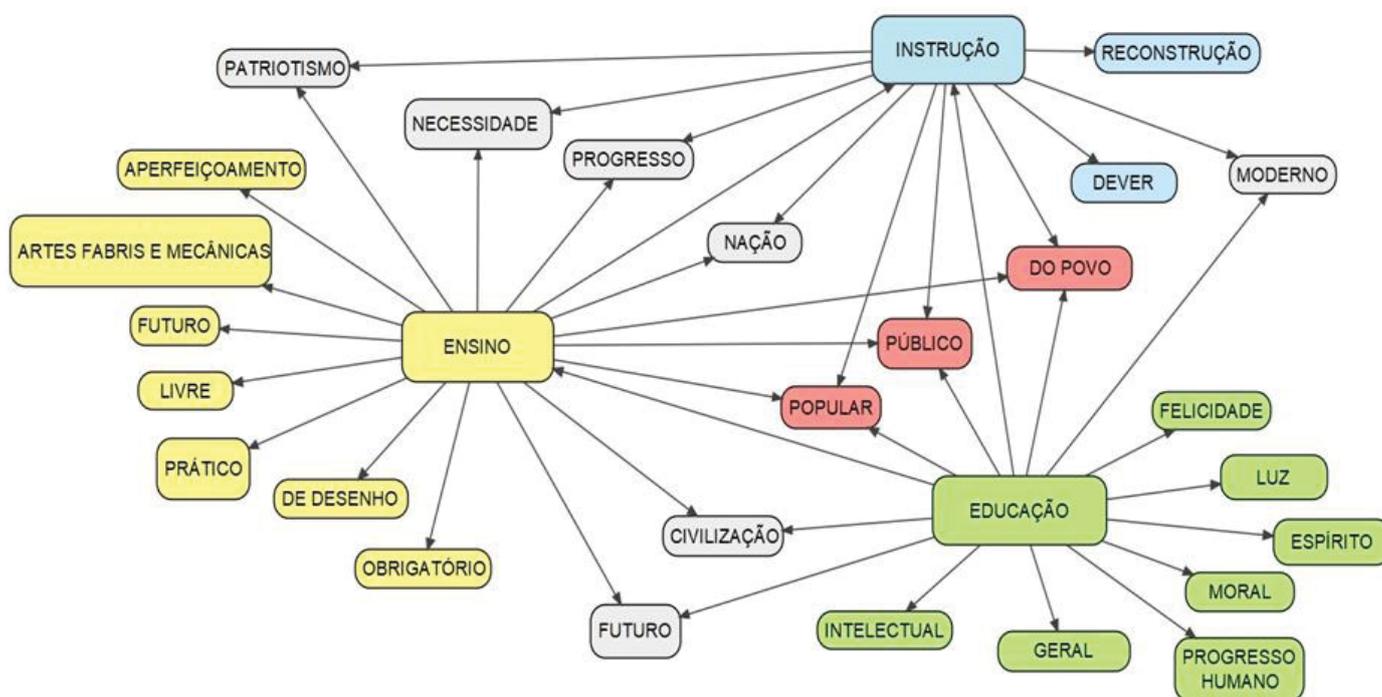
<sup>289</sup> *Flores da infância: contos e poesias morais*. Lisboa: Livraria de Madame François Lallemand, 1880. Obra de contos realistas de Maria Rita de Chiappe Cadet (?-1885), autora de uma obra significativa no âmbito da literatura infantil, considerada uma das obras mais significativas da autora. (PATRIARCA, 2012, p. 95).

e aguardar a confiança dos pais de famílias”. (ESCOLA..., *Quinze*. Curitiba, 25 dez. 1889, p. 2). Este último, diferente dos anteriores, focava seu interesse na família do aluno. Essa referência denotava a preocupação das instituições particulares de ensino de serem identificadas como *familiares*, o que parecia ser um diferencial importante para as famílias dos alunos. Tanto a visibilidade dada aos exames públicos quanto o destaque à característica familiar da instituição parecem ter sido formas de conquistar a adesão da população paranaense quanto ao investimento dessas instituições na expansão e na qualidade do ensino particular e aos valores a ele vinculados.

Os anúncios publicados no *Quinze de Novembro* deixaram expostos indícios acerca de como foram representados aspectos do ensino particular e questões em torno do cotidiano escolar, do funcionamento e da organização dos estabelecimentos, sua localização e espaço físico, seus métodos de ensino, o desempenho de seus alunos e das disciplinas ministradas. Também é possível obter informações sobre a rede de profissionais da educação que estavam envolvidos naquilo que podemos chamar de *comércio educativo*, tomando emprestada a expressão utilizada por Limeira (2010).

Ensino, instrução e educação foram palavras recorrentes tanto nos editoriais e artigos de colaboradores quanto nas páginas de anúncios. Seleccionamos também os termos a elas relacionadas para que pudéssemos traçar um panorama da construção destes discursos que chegavam impressos aos leitores do *Quinze de Novembro*. A palavra *ensino* geralmente estava acompanhada de um qualitativo, havendo referências sobre ensino do povo, ensino público e ensino popular. Identificamos o aconselhamento das formas de ensino obrigatório, livre e prático e ainda referências sobre ensino de desenho, das artes fabris e mecânicas.

MAPA 4 – Rede formada pelas palavras *ensino*, *educação* e *instrução* no jornal *Quinze de Novembro*



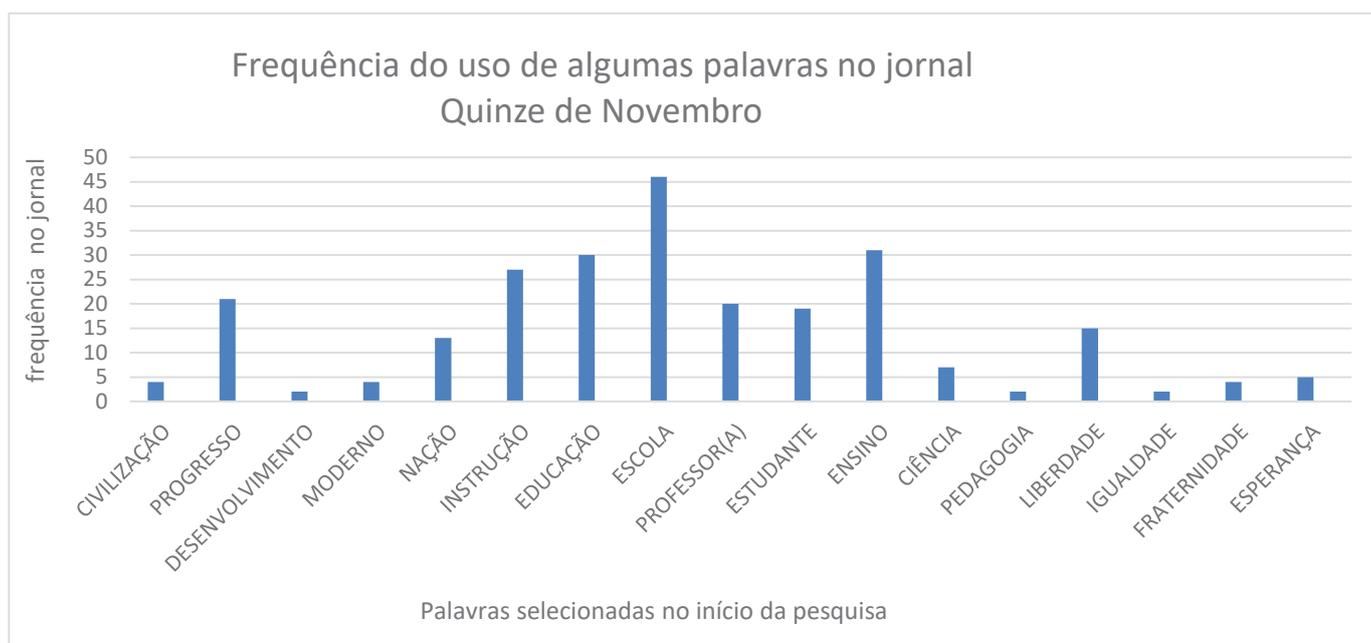
Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos ver, para o leitor do jornal, o ensino estava ligado à necessidade, civilização, patriotismo, nação, aperfeiçoamento, futuro e progresso. Ao selecionarmos referências da palavra *instrução* nas edições do *Quinze de Novembro*, percebemos que seu uso, assim como o de *ensino*, estava ligado a *público*, *popular* e *do povo*, *necessidade*, *progresso*, *futuro* e *civilização*. No entanto *patriotismo*, *nação* e *aperfeiçoamento* foram substituídos por *reconstrução*, *dever*, *moderno*, *luz* e *educação*. *Educação*, para os leitores do *Quinze de Novembro*, foi uma palavra que chegou impressa (assim como *ensino* e *instrução*) e deveria ser pública, popular e do povo, ligada às noções de patriotismo e civilização. Porém falava-se sobre educação geral, educação intelectual, moral e do espírito, como fonte primária.

No início desta pesquisa, selecionamos algumas palavras no intuito de identificarmos a frequência com que foram citadas no *Quinze de Novembro*, (gráfico 3). Essa análise, no entanto, nos revelou algumas surpresas, por exemplo, apesar de se falar muito em educação, o termo *pedagogia* foi utilizado apenas uma vez.

*Liberdade* foi repetida aos leitores, muito mais do que *esperança*. No entanto o que fica evidente é a expressiva frequência do uso de termo *escola*.

Gráfico 3 – Seleção de palavras utilizadas com frequência no jornal *Quinze de Novembro*



Fonte: Elaborado pela autora.

Percebemos também, pelos mapas elaborados, que o pensamento dos editores e colaboradores do jornal no Paraná estava em sintonia com a produção de outros autores brasileiros, que, segundo Roque Spencer Maciel de Barros (1986, p. 22-3), estavam dominados pela crença absoluta no poder da educação como único caminho para atualização e modernização dos homens e da nação. Mesmo dependendo, em grande e parte, dos investimentos do ensino particular, o discurso assumido pelo *Quinze de Novembro* buscava, além de motivar a ação de forças educativas, divulgar a importância do ensino público para o progresso do país, instituindo-se como voz autorizada das ideias defendidas não só pelo novo sistema de governo, mas também daquelas que circulavam no meio social local e nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de folhear e refofearmos cada uma das páginas do *Quinze de Novembro* inúmeras vezes a cada nova pergunta e a cada novo debate a ser enfrentado, cumpre-me tecer algumas considerações, que, por ora, parecem finais, mas que não se encerram como uma edição fechada de um jornal impresso. Espero, muito pelo contrário, que cada uma de suas 142 edições possa, daqui em diante, se tornar porta de acesso a outras chaves de leitura. Meu desejo é que essas portas se abram ainda muitas vezes, por mim e por outros pesquisadores interessados na história da educação, da imprensa, do século XIX, do Paraná e do início da República, pois tão importante quanto finalizar uma pesquisa é abrir novas possibilidades, suscitar novas questões e novos olhares.

Instituindo-se estrategicamente como voz autorizada das ideias defendidas não só pelo novo regime republicano, mas também daquelas que circularam no contexto paranaense, o *Quinze de Novembro* foi relevante como veículo agregador e motivador para o encontro de forças educativas, transcendendo o papel de mero divulgador de iniciativas da própria sociedade oitocentista paranaense. Eram muitas as transformações decorrentes da Proclamação a serem divulgadas, as quais iam da mudança de nomes de ruas e jornais, passando pela criação e organização de novos cargos e instituições. Ficaram impressas também, em suas páginas, evidências de mudanças nas expectativas do seu idealizador e de seus colaboradores, as quais, por sua vez, refletiam anseios cheios de esperança do povo em geral.

Essas mudanças trouxeram mais do que movimentações físicas, ficando também registrado o movimento das tendências de pensamento de paranaenses expressas por intelectuais atuantes no meio social, muitos deles vinculados à imprensa. Tais tendências, ao mesmo tempo em que tinham a imprensa como meio de divulgação, também eram, de certa forma, geradas por ela. Como autores dos discursos e das reflexões ali veiculados ao grande público, esses intelectuais também se constituíram como leitores em um momento em que o lema nacional estava fortemente inspirado nas ideias de “ordem e progresso”, mas cujos horizontes vislumbrados davam muito mais a ler. Nesse sentido, a proposta da edição de um jornal diário ilustrado chamado *Quinze de Novembro* para substituir uma revista

declarada como de “tipo europeu” como a *Galeria Illustrada* foi resultado de um esforço motivado pela “expectativa de progresso”, a qual em muito transcendia o lema positivista, motivando intelectuais, políticos e artistas paranaenses a participar ativamente do processo civilizatório que julgavam ter se iniciado com a instauração da República no Brasil.

A crença no poder das ideias para a formação de um bom cidadão fez com que grupos por eles formados se reunissem em torno das redações dos jornais. Escrevendo e publicando com a intenção de educar os seus leitores, contribuíam assim para o estreitamento das relações entre os jornais e os processos educativos. No caso do *Quinze*, que, como veículo, tinha interesse de opinar, de participar de debates e também fomentá-los, todo este esforço resultou em um jornal que fazia circular entre os leitores paranaenses desde atos oficiais e decretos até notícias e reflexões que diziam respeito às mudanças necessárias para colocar o Paraná nos trilhos do progresso.

Ao desembarcar em Curitiba com suas oficinas da Tipografia e Litografia do Comércio, Narciso Figueras trouxe um avanço técnico que contribuiu para o desenvolvimento da imprensa no Paraná. Não só implementou mudanças nos modos de impressão e de redação, mas também incluiu elementos visuais nas páginas de seu periódico, buscando ampliar o universo letrado através de um mundo que se dava a ver também de forma visual. Aliando palavra e imagem, foi partícipe, no contexto local, da implementação da imprensa moderna ilustrada.

Nas páginas do *Quinze de Novembro* percebemos a presença de diferentes vozes, que refletiam as interações e interlocuções ocorridas naquele contexto republicano. Durante o período de veiculação do jornal, foi possível analisar movimentações pertencentes à configuração de um jogo, onde estavam sendo debatidos e definidos novas regras e valores, entre os quais se inseria o papel da educação dentro daquele novo cenário histórico em que o Paraná deixava de ser província para assumir foros de Estado.

De modo mais específico, o *Quinze de Novembro* foi um veículo utilizado por seus redatores, articulistas e colaboradores para se posicionarem, divulgando aos seus leitores os debates que ocorriam a respeito da educação e da instrução no Paraná, no que se refere às necessidades e mudanças urgentes impetradas em nome da República. Assim sendo, a cada mudança de editoria, um jornal diferente

era impresso. Leoncio Correia movimentou-se politicamente sem grandes enfrentamentos políticos. Já Menezes Dória assumiu um discurso mais enérgico e crítico. Por fim, coube a Narciso Figueras, malgrado suas declaradas intenções de imparcialidade, revelar, nas entrelinhas, uma visão mais sutil das questões em pauta, embora igualmente crítica. No entanto, mesmo de formas distintas, todos eles atuaram como construtores da opinião de seus leitores e muitas vezes revelaram a intenção de conduzi-los, convidando-os à reflexão sobre questões sociais, políticas e educacionais, e mobilizando-os para a resolução dos problemas de sua cidade, estado e país.

Foi possível contemplar cada página do jornal como um espaço de ação social e política de homens imersos no cotidiano oitocentista, onde se dava a justaposição de diferentes experiências passadas e distintas perspectivas de futuro. Elas nos fazem entrever não apenas um único tempo histórico, mas tempos diversos, os quais, muitas vezes sobrepostos, interferiam no sentido de imparcialidade declarado, revelando nuances diversas expressas em cada redator ou colaborador, cada réplica e contrarréplica, cada seleção de tema ou imagem.

As imagens, aliás, foram literalmente um capítulo à parte. Transitar pelas 20 litografias elaboradas e selecionadas para comporem a diagramação gráfica do jornal e buscar compreender como se deu seu processo de construção foi um grande e complexo desafio. Cada elemento representado mostrou-se pleno de significados, instituindo simbologias vinculadas ao ideário republicano ou tecendo críticas à política e ao dia a dia da cidade ou do novo Estado em construção. O maior número dessas imagens foram retratos de homens que com a República assumiram lugares de destaque dentro do cenário político paranaense e nacional. Para Narciso Figueras, aquele era o momento ideal para dar visibilidade aos seus investimentos em tecnologia de impressão e reprodução feitos na *Tipografia e Litografia do Comércio*, utilizando-se dos recursos disponíveis para estabelecer um vínculo de confiança entre o leitor e o jornal. Ao apresentar o retrato dos novos governantes aos leitores do jornal, Figueras permitia que um olhar de reconhecimento se estabelecesse entre eles, fazendo com que dali em diante o retratado não fosse mais um estranho.

Litografias como as pensadas para comemorar o fim da Monarquia, a Proclamação da República, o início do ano de 1890 ou a Quaresma, bem como

aquelas que introduziram os símbolos nacionais, além de apresentarem uma mensagem visual de otimismo pela República, também aproximavam os leitores daqueles que seriam os novos símbolos nacionais do Brasil. No entanto, um tom de natureza diversa foi percebido nas charges e nas inscrições indiciais feitas em algumas das ilustrações referentes às datas comemorativas. Tais imagens abordavam temas políticos locais, com humor e crítica, retratando até alguns dos personagens envolvidos, num elaborado trabalho gráfico e intelectual, tornando-se crônicas híbridas com texto e imagem. No caso da última litografia publicada no *Quinze de Novembro*, referente a Tiradentes, já não há traços de humor, mas desencanto com os atos do Governo Provisório.

É possível afirmar que nenhuma imagem publicada no *Quinze de Novembro* foi imparcial, pois mesmo nas que traziam como tema retratos ou homenagens foram inseridos símbolos e inscrições que revelaram muito do posicionamento de Narciso Figueras. Isso ocorria especialmente quando ele utilizava o pseudônimo de “Stek”, momento em que seu lápis se tornava mais afiado e crítico, colaborando na constituição da cultura, do conhecimento e da visualidade de seus leitores.

Na perspectiva de compreendermos a educação como uma prática cultural, na qual ações educativas podem ser formais ou informais, entendemos que os processos relacionados à educação muitas vezes escapam das determinações estabelecidas pelas formas administrativas ou regimes de governo. Assim sendo, podemos afirmar que o *Quinze de Novembro* atuou como veículo mediador nesse processo de transformação de mentalidades. Gerou, fomentou e orientou debates, influenciando a opinião pública em questões concernentes à urgência da educação.

O *Quinze de Novembro* também foi arena de debate e de combate de profissionais da imprensa em processo ativo de formação e aprendizagem, em um período em que as páginas dos jornais refletiam a conjuntura política e social, com o poder de influenciar na escolha dos cargos, estabilizando ou desestabilizando a permanência de seus ocupantes e alterando, eventualmente, leis e decretos. Assim, aqueles profissionais orbitavam em torno da redação do *Quinze de Novembro*, compartilhando e produzindo, transformando o jornal em um “lugar” e também em um espaço de experiência.

Fazendo reverberar o eco do discurso que circulava por quase todas as capitais brasileiras, que acreditavam que grande parte dos problemas do Brasil eram

provocados pela ignorância, o *Quinze de Novembro*, além expor aos leitores o sentido do termo, também analisou, por esse prisma, a situação da educação no Paraná, apontando o poder reformador da educação do povo como uma via para mudança desse cenário. Em alguns momentos, foi possível perceber, nas entrelinhas, que o jornal convocava seus leitores, como cidadãos esclarecidos que julgava serem, a argumentarem em defesa da República, qualificando de “ignorantes” os que não compreendiam e não aceitavam a queda da Monarquia e induzindo a opinião pública a relacionar a República ao combate ou distanciamento da ignorância. Essa convocação implícita nos discursos poderia deixar desconfortável o leitor que simpatizava com o regime deposto, que, por constrangimento, receio ou mesmo censura, acabava não se manifestando nas páginas do jornal.

No intuito de contribuir para a diminuição do tão propalado problema da ignorância, o *Quinze de Novembro* fomentou e deu visibilidade a ações de forças educativas. Muito foi publicado sobre as mudanças que deveriam ocorrer nos processos educativos. Houve também apelos em defesa da manutenção de escolas, da criação de aulas noturnas que pudessem ser frequentadas por trabalhadores, e também do ensino artístico, técnico e profissional. Era preciso educar para o progresso que viria na esteira da forma republicana de governo. Não obstante, o *Quinze de Novembro* silenciou a respeito do fechamento de escolas ainda no período monárquico, em consequência da Lei Balbino, um dos temas centrais da revista *Galeria Ilustrada*, o que fazia parecer que os problemas criados na Monarquia não cabiam à República, nem no espaço jornal, tão ocupado com publicações de atos do governo e do exército e com os debates em torno das comissões políticas.

Longe de se constituir como espaço estanque e isolado, o jornal foi uma arena aberta à expressão de ideias, dando visibilidade e legitimidade ao discurso de seus colaboradores. Debateu, confrontou e dialogou com outros veículos congêneres, estabelecendo com eles uma série de interseções e relações. Seus editores e colaboradores estavam sempre em movimento, fundando jornais, revistas, clubes literários, sociedades ou escolas. Eles foram, em momentos distintos, redatores, editores, impressores, litógrafos, diretores e proprietários de outros veículos e negócios. Ocuparam também cargos na política, no magistério, cadeiras nas Academias de Letras. Escreveram livros de história, de poemas, criaram métodos de

caligrafia e também tratados pedagógicos. Estiveram direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social e interessados em assumir papéis como produtores de conhecimento e comunicadores de ideias. Foram, ao mesmo tempo, autores e leitores, inimigos e amigos, admiradores e difamadores, formando um “ecossistema” vivo, próprio e único.

O jornal *Quinze de Novembro* surgiu no “sopro das liberdades públicas” que chegava ao Paraná pela ainda inédita experiência de circular na República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Como afirmava no seu primeiro editorial, entrou na arena pública “sem receios, sem ódios, sem ressentimentos” (A NOSSA..., *Quinze*. Curitiba 24 nov. 1889, p. 1), mas não foi dessa forma que a deixou. Tanto movimento na arena trouxe certa instabilidade à estrutura necessária para manter o *Quinze de Novembro*. A mudança de alguns de seus colaboradores para o Distrito Federal, a instituição da censura à imprensa e possíveis falhas na administração do jornal e das oficinas são alguns dos fatores que devemos considerar terem contribuído para o encerramento das atividades de Narciso Figueras na capital do Paraná.

O jornal aqui analisado deixou impresso seu conteúdo testemunhal daquele período histórico e o seu papel educativo como fonte de informação e conhecimento e a expectativa daqueles que, calcados nos ideais de civilização e progresso, assumiram o papel de “mineiros do futuro”, na expectativa de serem reconhecidos também como educadores.

Para pensar a educação no Paraná oitocentista através das páginas de um jornal ilustrado, em um momento histórico de muita dinâmica político-administrativas, foi preciso perceber, nas entrelinhas, o que eram permanências e onde estavam as rupturas. Essa busca muitas vezes exigiu que fizéssemos avanços e recuos temporais, pois só assim seria possível construirmos uma perspectiva de análise considerando a simultaneidade dos tempos históricos e assim revelar apenas uma pequena cena possível dessa vasta e complexa dinâmica de ações educativas.

Voltando às portas às quais nos referimos no início dessas considerações, cada edição do *Quinze de Novembro* apresenta uma série de temas ou questões, os quais, ou por opção, ou por limitações impostas pelo tema, não foram possíveis de serem abordados ou aprofundados nesta tese. Assim, muito há ainda por ser investigado a partir dessa fonte-objeto, a exemplo do debate sobre a grande

naturalização e a situação dos imigrantes frente às imposições do novo governo, do princípio das discussões sobre as regras trabalhistas, da organização dos operários e artistas. Com foco na literatura, seria importante investigar a trama tecida pelos autores citados, tanto nacionais quanto estrangeiros. Também ficou por ser feito o aprofundamento de análises comparativas do *Quinze de Novembro* com os outros jornais do Paraná, a exemplo do *Sete de Março* e *A República*, e de seus diálogos que percebemos expressivos. Seria igualmente pertinente a comparação direta com o jornal *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, que circulou no Rio de Janeiro e que, antes da proclamação, se chamava *O Sexo Feminino*. Por último, cabe lembrar que as imagens litográficas presentes tanto no jornal quanto na revista *Galeria Illustrada* podem ainda ser analisadas como objetos artísticos, assim como suas charges, que podemos considerar fazerem parte dos primeiros passos do surgimento do gênero *história em quadrinhos* no Paraná.

Os jornais são mapas que apontam para infinitos caminhos de pesquisa, alguns dos quais podem nos levar a lugar nenhum. Porém, se tivermos o foco como bússola, poderemos voltar a eles muitas vezes, percorrendo trajetos diversos a cada viagem realizada. Isso possibilitará o desvendamento de debates intrincados e a respostas a perguntas feitas, mas que nos levarão a outras questões. Por isso, gostaria de encerrar com um trecho da crônica *A reforma pelo jornal*, de Machado de Assis, autor que abriu esta pesquisa, publicado originalmente no jornal *O Espelho* (RJ) em 23 de outubro de 1859. Nele, o grande escritor resume o poder da imprensa de influenciar mentes e sua penetração no corpo social, requisitos indispensáveis para projetos de transformação como os educacionais:

A primeira propriedade do jornal é a reprodução amiudada, é o derramamento fácil em todos os membros do corpo social. Assim, o operário que se retira ao lar, fatigado pelo labor quotidiano, vai lá encontrar ao lado do pão do corpo, aquele pão do espírito, hóstia social da comunhão pública. A propaganda assim é fácil; a discussão do jornal reproduz-se também naquele espírito rude, com a diferença que vai lá achar o terreno preparado. A alma torturada da individualidade ínfima recebe, aceita, absorve sem labor, sem obstáculo aquelas impressões, aquela argumentação de princípios, aquela argüição de fatos. Depois uma reflexão, depois um braço que se ergue, um palácio que se invade, um sistema que cai, um princípio que se levanta, uma reforma que se coroa. Malévola faculdade — a palavra! (ASSIS, 1970, p. 45)

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. (org.). **História do livro e da leitura**. São Paulo: Mercado das Letras, 2000.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia de França Júnior. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/franca-junior/biografia>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

ALBERT, P.; TERROU, F. **História da imprensa**. 1. ed. brasileira. Tradução: Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALMEIDA, J. R. P. de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500- 1889)**. São Paulo: Editora da PUC- SP, 1989.

ALONSO, A. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, L. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzato Editores, 1996.

ANAIS, Biblioteca Nacional. Catálogo de Jornais e revistas do Rio de Janeiro (1808-1889) existentes na Biblioteca Nacional. Vol. v.85. Rio de Janeiro: Divisão de publicações e divulgação da Biblioteca Nacional, 1965.

ANDRADE, J. M. F. de. **História da fotorreportagem no Brasil**: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ANDRADE, R. G. **Burocracia e economia na primeira metade do século XIX**: a Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro, 1808-1850. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1980.

ANDRADE, D. E. A imprensa como tribuna dos intelectuais do século XIX: o Guanabara em defesa da arte e dos artistas nacionais. In: ENGEL, M. G.; SOUZA, F. F.; GUERELLUS, N. S. (Org.). **Os intelectuais e a imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015. p. 13-46.

ANJOS, J. J. T. dos. A hemeroteca Professor Osvaldo Pilotto, na biblioteca do Museu Paranaense: um acervo para as pesquisas em História da Educação no Paraná (1857-1946). **X Congresso Nacional de Educação – Educere**. PUC do Paraná, Curitiba, nov. 2011. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4319\\_2372.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4319_2372.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Pais e filhos na Província do Paraná:** uma história da educação da criança pela família. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ARAÚJO, R. L. de. **Raul Pompeia:** jornalismo e prosa poética. São Paulo: USP Tese (Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARAÚJO, S.; CARDOSO, A. Trabalhadores da imprensa operária paranaense entre 1890 e 1935.” **Cadernos de jornalismo e editoração.** (ECA/USP), dez. 1988, p. 71-85.

ARGAN, G. C. **Imagem e persuasão:** ensaios sobre o barroco. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARNHEIM, R. **Arte & percepção visual:** uma psicologia da visão criadora. Tradução: Ivonne Terezinha de Faria. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

ASCIUTTI, M. M. R. **Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ASSIS, M. de. A reforma pelo jornal, 1859. **Machado de Assis – Vida e obra.** Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica>> Acesso em: 1 mar. 2018.

ASSIS, M. de. A Reforma pelo jornal. 23 de outubro de 1859. In: **Obras Completas de Machado de Assis.** Crônicas, 1º volume (1859-1863). Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1970

ASSIS, M. de. **Esau e Jacó.** Cotejado com a edição original, da Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1904. São Paulo: Ática, 1998.

ASSIS, M. de. O jornal e o livro. In: Coleção digital Machado de Assis. Brasília: Ministério da Educação, UFSC (NUPIII), **Portal Domínio Público**, 2008.

ASSIS, M de. **Bons dias!** 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

AUGRAS, M. **Opinião pública – Teoria e Pesquisa.** Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

AZEVEDO, S. M. **Brasil em imagens:** um estudo da revista *Ilustração Brasileira* (1876-1878). São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BACHELARD, G. **A terra e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**. 3.ed. São Paulo: IBRASA, 1972.

BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Tradução: Aurora F. Bernardini et al. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BALABAN, M. **Poeta do lápis**: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1880). Campinas, SP: Editora da Unicamp., 2009.

BARATA, A. M. **Luzes e sombras**: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1999.

BARBOSA, A. M. **Arte-educação no Brasil**: das origens ao modernismo. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BARBOSA, M. C. A ordem comunicacional manuscrita: uma rede de textos. **ALAI**, 2014.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Imprensa e história pública. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA J. R.; SANTHIAGO, R. (Orgs.). **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 121-132.

BARBOSA, S. F. P. Velhos objetos, novas abordagens: o jornal como fonte para a história cultural. In: CURY, C. E.; MARIANO, S. C. **Múltiplas visões**: cultura histórica nos oitocentos. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB, 2009. p. 87-98.

BARROS, R. S. M. de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP, 1959.

BASBAUM, L. **História sincera da República**. 4. ed., v.1. São Paulo: Alfa-Omega, 1975-76.

BASTOS, M. H. C.; LEMOS, E. A.; BUSNELLO, F. A pedagogia da Ilustração: uma face do impresso. In: BENCOSTA, M. L. (Org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos, p. 41-78. São Paulo: Cortez, 2007.

BAUDELAIRE, C. **Meu coração desnudado**. Tradução: Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Autêntica, 1981.

\_\_\_\_\_. **O pintor e a vida moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BEGA, M. T. S. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e construção de identidade regional. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Letras e política no Paraná**: simbolistas e anticlericais na República Velha. Curitiba: Ed. da UFPR, 2013.

BELO, A. **História & livro de leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BENCOSTA, M. L. A. **Arquitetura e espaço escolar**: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). Curitiba: Editora da UFPR, n. 18, p. 103-141.

BENJAMIN, W. **A modernidade e os modernos**. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

\_\_\_\_\_. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: BENJAMIN et al. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1993, p. 3-28.

\_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERBERI, E. **Impressões**: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

BERGER, J. **Modos de ver**. Tradução: Lúcia Olinto. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Tradução: Ana Maria L. Loriatti Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BIBLIOTECA Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 25 fev. 2018

BICCAS, M. S. **O impresso como estratégia de formação** – Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

BLAKE, S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Unesp, 1997.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASWUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução: João Ferreira et al. Brasília: UNB, 1998.

BOGUSZEWSKI, J. H. **Uma história cultural da erva-mate**: o alimento e suas representações. Curitiba: Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná, 2007.

BOLLE, W. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2000.

BONAFÉ, L. Reconhecimento do regime republicano. **FGV**, [s.d.]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RECONHECIMENTO%20DO%20REGIME%20REPUBLICANO.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BONI, M. I. M. de. **O espetáculo visto do alto**: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

BONTEMPI JR., B.; TOLEDO, M. R. A. Historiografia da educação brasileira: no rastro das fontes secundárias. **Revista Perspectiva**, UFSC/CED, NUP, Pensamento Educacional Brasileiro: caminhos e descaminhos, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 9-30, 1993.

BORNHEIM, G. A. As metamorfoses do olhar. In: NOVAES, A. (Org.) **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 89-93.

BOSI, A. Fenomenologia do olhar. In: In: NOVAES, A. (Org.) **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 65-87.

\_\_\_\_\_. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1976.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Tradução: Sérgio Miceli et al. São Paulo: Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. A leitura: uma prática cultural (debate). In: CHARTIER, R. (Org.) **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade. 2001, p. 234.

\_\_\_\_\_. **Escritos de educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. O capital social: notas provisórias. In: CATANI, M. A.; NOGUEIRA, A. (Orgs.). **Escritos sobre educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980, p. 65-69.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. In: CATANI, M. A.; NOGUEIRA, A. (Orgs.). **Escritos sobre educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980, p. 71- 79.

\_\_\_\_\_. Os usos do “povo”. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema escolar**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRADBURY, M.; McFARLANE, J. O nome e a natureza do modernismo. In: \_\_\_\_\_. **Modernismo: guia geral 1890-1930**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 13; 41.

BRADBURY, M. As cidades do modernismo. In: BRADBURY, M.; McFARLANE, J. **Modernismo: guia geral 1890-1930**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRASIL, Decreto n. 6, de 19 de novembro de 1889. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D0006.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0006.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BRASIL. Lei Imperial de n. 40 de 12 de agosto de 1834. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

BRASIL. Decretos e Resoluções do Governo Provisório. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1890, 316-317.

BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil**. Decreto n. 6, de 19 de novembro de 1889, p. 5.

BRITO, P. T. X. de. Notícia acerca da introdução da arte litográfica e de Estado de perfeição em que se acha a cartografia do Império do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 33, 1870.

BROCA, B. J. **A vida literária no Brasil - 1900**. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Guttemberg a Diderot**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKE, P.; BRIGGS, A.. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BURKE-PALLARES, M. L. A imprensa periódica como uma empresa educativa do século XIX. **Caderno de Pesquisa**, jul. 1998, p.144-161.

CADORI, S. R. **Entre lápis e pincéis: o ensino de desenho e pintura na Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná (1886-1917)**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, Setor de Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2015.

CALDEIRA, J (Org.). **A história contada por quem viu**. 1 ed.. São Paulo: Mameluco, 2008.

\_\_\_\_\_. **Júlio Mesquita e seu tempo**. O jornal de prelo, Locomotores da república [1927/1862-1897]. 1. Vol. I. São Paulo: Mameluco, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Julio Mesquita e seu tempo**. O tempo econômico. 1. Vol. IV. São Paulo: Mameluco, 2015b.

CALMON, P. **História Social do Brasil, espírito da sociedade brasileira**. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil: século XIX**. Vol. V. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.

CAMARGO, A. M. A.; MORAES, R. B. de. **Bibliografia da impressão régia do Rio de Janeiro**. v. 2. São Paulo: Kosmos, 1993.

\_\_\_\_\_. **A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho**: catálogo da Hemeroteca Julio de Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1975.

CAMARGO, M. de (Org.). **Gráfica: arte e indústria no Brasil**. São Paulo: Bandeirantes Gráfica, 2003.

CAMPOS, R. A. de. **Relações diplomáticas do Brasil de 1808 a 1912**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1913.

CAMPOS, R. D. de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940)**: representação e história. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Araraquara, SP: UNESP, 2007.

CAMPOS. G. V. de. **O literário e o não literário nos textos e imagens do periódico ilustrado O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)**. Campinas: Dissertação apresentada ao Curso de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

CANDIÁ, M. A. A. Associativismo no Brasil oitocentista: iniciativas maçônicas em prol da educação popular no Brasil (1870- 1889). **Anais do XIX Encontro Regional de História. Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho**. ANPUHMG, Juiz de Fora, 28 a 31 de julho de 2014. Disponível em <[http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1402961956\\_ARQUIVO\\_TextoCompletoMilenaAparecidaAlmeidaCandia.pdf](http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1402961956_ARQUIVO_TextoCompletoMilenaAparecidaAlmeidaCandia.pdf)>. Acesso em 23/12/2017.

CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história do Brasil**. v.13. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

CARNEIRO, D. **História do período provincial do Paraná: Galeria dos Presidentes da Província**. Curitiba: BANESTADO, 1994.

\_\_\_\_\_. **A história da história do Paraná**. Impresso na Seção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1952.

CARNEIRO, D.; VARGAS, T. **História biográfica da República no Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994.

CARNEIRO, N. I. S. **As artes gráficas em Curitiba** (Surto e desenvolvimento dos processos tipográfico e litográfico, arte editorial e comércio de livros na capital paranaense). Curitiba: Paiol, 1975.

CAROLLO, C. L. Dois bilhetes (inéditos) de Emiliano Pernetta a Emílio de Menezes. **Revista de Letras**, 25 jul 1976, p. 433-435.

\_\_\_\_\_. **Edição Fac-similar Galeria Ilustrada**. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1979.

CARONE, E. **A República Velha** (evolução política). 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

\_\_\_\_\_. **A República Velha II**, Evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1983.

CARULA, K. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. **Revista de Estudos Femininos**, 2016, v. 24, n. 1, p. 261-279. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p261>> Acesso em: 3 mar. 2018.

CARVALHO, A. de. **Nestor Vítor: um intelectual e as ideias de seu tempo**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1991.

CARVALHO, J. L. de. **Entre Pinheirais, novelas e aquarelas: o viajante John Henry Elliot e a Vila de Curitiba no século XIX.** Curitiba: Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista em História do Brasil do Centro de Pós-Graduação e Extensão das Faculdades Integradas Espírita, 2010.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras., 1990.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem** ( A elite política imperial): II- Teatro das sombras (A política imperial). 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: A República no Brasil. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 1989, p. 265-280.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura.** In: **Topoi**. v.1. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas na instrução pública.** São Paulo: Saraiva; Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

CARVALHO, M. A. R. de. **República brasileira: viagem ao mesmo lugar.**Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.32, n.3., 1989, p. 203; 321.

CASSELE, P. Os impressores e a política municipal. In: DARNTON, R; ROCHE, D. (Orgs.). **Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996. p. 195-223.

CASTELLANI, J. **História do Grande Oriente do Brasil.** Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente, 1993.

CASTRO, C. A. (Org.). **Leitura, impressos e cultura escolar.** São Luís: EDUFMA, 2010.

CASTRO, R. B. de. **A tipografia imperial e nacional da Bahia: Cachoeira, 1823 - Salvador, 1831.** São Paulo: Ática, 1984. (Coleção *Ensaíos*, 111)

CASTRO, E. A. **Grupos Escolares de Curitiba na primeira metade do século XX.** Curitiba: Edição do autor, 2008.

CATANI, D. B. **Educadores à meia luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo 1902-1919.** Tese

(Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo: FEUSP, 1989.

\_\_\_\_\_. **Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996)**. São Paulo: Plêiade, 1999.

\_\_\_\_\_. Perspectivas de investigação e fontes para a história da Educação Brasileira: a imprensa periódica educacional. **Série Documental – Eventos**, Brasília, v. 6, p. 43-53, 1995.

CERTEAU, M. de. **Invenção do cotidiano: artes de fazer 4**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CERVONI, J. **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.

CHARRÉU, L. Imagens globais, cultura visual e educação artística: impacto, poder e mudança. In: MARTINS, R.; TOURINHO, I. **Cultura das imagens: desafios para a arte e para a educação**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012. p. 39-54.

CHARTIER, R. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. **A História Cultural: entre prática e representações**. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil; Difel, 1990. p. 13-28.

\_\_\_\_\_. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. Tradução: Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 211-238.

\_\_\_\_\_. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. da UNESP, 1998

\_\_\_\_\_. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução: Mary Del Priore. Brasília: EdUnb, 1999.

\_\_\_\_\_. **As utilizações do objecto impresso**. Portugal: Difel, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

\_\_\_\_\_. **Formas e sentido – cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil., 2003.

CHAUI, M. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, A. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 31-62.

CHEVALIER, J. **Dicionário dos Símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 24. Tradução: Vera da Costa e Silva... [et al.]. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2009.

CIAVATTA, M. **O mundo de trabalho em imagens**: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CÍRCULO MONÁRQUICO BRASILEIRO. O brasão imperial. [s.d.]. Disponível em: <[http://www.circulomonarquico.com.br/brasao\\_2.php](http://www.circulomonarquico.com.br/brasao_2.php)>. Acesso em: 1 mar. 2018.

COHEN, I. S. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p.103-130.

COLATUSO, D. E. **Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2004.

CORDEIRO, J. F. P. A produção em História da Educação em três periódicos: perspectivas comparadas. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**, Aracaju, SE, 2008.

CORRÊA, A. S. Imprensa e política no Paraná: uma biografia coletiva dos redatores republicanos. In: SZWAKO, J. E. L.; OLIVEIRA, M. **Ensaios de sociologia e história intelectual do Paraná**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009, p. 117-138.

CORRÊA, A. **Imprensa e política no Paraná**: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Curitiba: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2006.

CORREIA, L. **A verdade histórica sobre o 15 de novembro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

\_\_\_\_\_. **Barão do Serro Azul**. Edição do Dr. Dicesar Plaisant, 1942.

COSTA, S. G. da. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**. v. I. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994a.

\_\_\_\_\_. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**. vol. II. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994b.

\_\_\_\_\_. **40 anos de jornalismo**. Curitiba:Pan, 1983.

COSTA, Â. M. da; SCHWARCZ, L. M. **1890-1914**: no tempo das certezas. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CRUZ, H. F. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915.** São Paulo: Educ, 2000.

DARNTON, R. **Boemia Literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARTON, R.; ROCHE, D. **A Revolução impressa: imprensa na França, 1775-1800.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996.

DE MARCHI, L. A. A angústia do formato: uma história dos formatos fonográficos. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** / Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <[www.compos.com.br/e-compos](http://www.compos.com.br/e-compos)>. Acesso em: 2 mar. 2018.

DECLARAÇÃO dos direitos do homem e do cidadão. Convenção Nacional de 1793. **DHNET**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/dec1793.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

DECRETO n. 85 de 23 dez. 1889. In: DECRETOS e resoluções do Governo Provisório, Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1890, p. 316-317.

DEMPSEY, A. **Estilos, escolas e movimentos.** Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

DENIPOTI, C. **A sedução da leitura.** Curitiba: Tese Curso de Pós Graduação em História. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, 1998.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Página 13, Seção I, 12 jan. 1899. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1598967/pg-13-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-01-1899>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

DIAS, B. Arrastão: o cotidiano espetacular e as práticas pedagógicas críticas. In: MARTINS, R.; TOURINHO, I. (Orgs.). **Cultura das imagens: desafios para a arte e para a educação.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012, p. 55-74.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991.

DIDEROT, D. Carta sobre os cegos para uso dos que veem. In> \_\_\_\_\_. **Textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DIMENSTEIN, G. **As armadilhas do poder: bastidores da imprensa.** São Paulo: Summus Editorial, 1990.

DOURADO, F. Primeira HQ do Paraná é dum catalão. **HQ Retrô**, 28 fev. 2017. Disponível em: <<http://agaqueretro.blogspot.com.br/2017/02/primeira-hq-do-parana-e-dum-catalao.html>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

DUARTE, P. **História da implantação da imprensa no Brasil**: Imprensa de São Paulo. São Paulo: ECA, 1972.

DUBOIS, F. **História e imagem**. Rio de Janeiro: Palestra realizada no IFCS/UFRJ e no CPDOC, ago., 2003.

DUTRA, E. F. **Rebeldes literários da República**: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

\_\_\_\_\_. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008

ENGEL, M. G.; SOUZA, F. F. de; GUERELLUS, N. S. (Org.). **Os intelectuais e a imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2015.

FABRIS, A.. **Fotografia**: Usos e funções no século XIX. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. O circuitos social da fotografia: estudo de caso I. In: FABRIS, A. **Fotografia**: Usos e Funções no Século XIX. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008, p. 38-58.

\_\_\_\_\_. A fotografia e o sistema das artes plásticas. In: In: FABRIS, A. **Fotografia**: Usos e Funções no Século XIX. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008, p. 173-198.

\_\_\_\_\_. A invenção da fotografia: repercussões sociais. In: In: FABRIS, A. **Fotografia**: Usos e Funções no Século XIX. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008, p. 11-38.

FARIA FILHO, L. M. (Org.). **Modos de ver, formas de escrever**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação Pública**: a invenção do presente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

\_\_\_\_\_. Cultura Escolar e Cultura Urbana no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Educação Pública**: a invenção do presente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 31-35.

\_\_\_\_\_. No Brasil recém-independente: o império da lei e a necessidade de escola. In: \_\_\_\_\_. **Educação Pública: a invenção do presente**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 37-42.

FARIA FILHO, L. M. et al. Educar para civilizar. **Revista do Arquivo Público Mineiro** (Arquivo Público Mineiro) v. 44 (jan./jun. 2008), p. 72-87.

FARIA FILHO, L. M.; LOPES, E. M. T. A influência francesa na educação brasileira. In: FARIA FILHO, L. M. **Educação Pública: a invenção do presente**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 43-52.

FARIA FILHO, L. M.; INÁCIO, M. S. Minas Gerais, século XIX: a escola na cena pública. In: FARIA FILHO, L. M. **Educação Pública: a invenção do presente**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 53-60.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2007.

FERNANDES, F. **Dicionário brasileiro contemporâneo**. 5.ed. Porto Alegre: Globo e Melhoramentos, 1967.

FERNANDES, J. C. **Corina Portugal: história de sangue & luz**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 1999.

FERREIRA, M. N. **A imprensa operária no Brasil - 1880-1920**. Petropolis: Vozes, 1978.

FERREIRA, O. C. **Imagem e letra: introdução à bibliologia brasileira – imagem gravada**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1994.

FERREIRA, T. B. C.; RIBEIRO, G. S.; GONÇALVES, M. S. (Orgs.). **O oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas**. São Paulo: Alameda, 2013.

FIORIN, J. L.; F.P. SAVIOLI. **Lições de texto: leitura e redação**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1996.

FLÔRES, O. **A leitura da charge**. Canoas: ULBRA, 2002.

FONSECA, G. da. **Biografia do Jornalismo Carioca (1808-1908)**. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

FORMATOS de papel. **Tipografos.net**, 2007. Disponível em: <<http://tipografos.net/glossario/formatos.html>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

FRAISSE, E. ; POMPOUGNAC, J. C. ; POULAIN, M. **Representações e imagens da leitura**. Tradução: Osvaldo Biato. São Paulo: Ática, 1997.

FRANÇA JÚNIOR, J. J da. O Desenho. Ecos Fluminenses. Jornal *O Paiz*. Rio de Janeiro, 1886. In: SILVA, R. B (Org.). **França Júnior: crônicas sobre arte no jornal O Paiz (1885-1887)**. 19&20, Rio de Janeiro, v. VII, n. 2, abr./jun. 2012. Disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/artigos\\_imprensa/francajr\\_paiz.htm](http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/francajr_paiz.htm)>. Acesso em: 2 mar. 2018.

FRANCIOSI, E. **Uma crônica: Curitiba e sua história**. Curitiba: Esplendor, 2009.

FRANCISCO, A. A. Antônio Mariano e Lima, pintor e precursor do Ensino das Artes Plásticas em Curitiba. In: \_\_\_\_\_. **Intelectuais e artistas portugueses do Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Americanos Fernando Pessoa, 1992.

FRANCO, G. Y. Pelas páginas dos jornais: a imprensa e os embates pelo poder em Mato Grosso após a Proclamação da República. **XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, RN. 22 A 26 jul. 2013** Disponível em <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370991813\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuh2013corrigido.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370991813_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013corrigido.pdf)> Acesso em 2 mar. 2018.

FREITAS, A. A. de. **A imprensa periódica de São Paulo desde seus primórdios em 1823 até 1914**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1915.

GARCIA, E. S. **Colonização em Assunguy: a experiência do colona nacional entre 1860 e 1870**. Monografia (Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes) – Universidade Federal do Paraná, 2010.

GASPARELLO, A.; VILLELA, H. Uma identidade social em formação: os professores secundários no século XIX brasileiro. **Anais do CBHE 3**, 2004.

GELBCKE, V. R. A Educação, imprensa e intelectuais: um estudo dos periódicos *Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde* (1910-1930). **Anais X Congresso Nacional de Educação – Educere**. PUCPR, Curitiba, 7 a 10 nov. 2011, p. 12083-12090. Disponível em <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4691\\_2639.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4691_2639.pdf)> acesso em 24/06/2017>. Acesso em: 2 mar. 2018.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, N.; ZICA, M. C.; FARIA FILHO, L. M. (Orgs.). **Moderno, modernidade, modernização**. v.1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. 16. ed. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

GOMES, A. C.; HANSEN, P. S. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: \_\_\_\_\_. **Intelectuais mediadores. Práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 07-40.

GONÇALVES, C. E. M. História da família. **Mendes Gonçalves – Portal da família**, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.mendesgoncalves.com.br/historia.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

GONDRA, J. Entre os frutos e o arvoredo: a docência no projeto educacional republicano (1890/1896). **História da Educação (UFPel)**, v.2, p. 83-97, 1997.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONZÁLEZ, S. E. **Pintores espanhóis en Puerto Rico (1854 - 1940)**. Córdoba: Tese (Programa de Doutorado Gestão de Patrimônio, Departamento de História da Arte, Arqueologia e Música) – Universidade de Córdoba, 2010.

GORDINHO, M. C. et al. **Gráfica: Arte e Indústria no Brasil – 180 anos de história**. São Paulo: Bandeirante S.A., 1991.

GOULART, M. H. H. S. **A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná**. São Paulo: Paco Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. **O poder local e o coronelismo no Estado do Paraná (1889-1930)**. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GOUVÊA, M. P. B. P. **Impressão, sociabilidades e poder: o Diário do Rio de Janeiro e a fundação da sua tipografia (1808-1831)**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7.ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRANGEIRO, C. D. As Artes de um Negócio: no mundo da Técnica Fotográfica do Século XIX. **Revista Brasileira de História**. v. 18, n. 35. 185-205, São Paulo, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100008)>. Acesso em: 2 mar. 2018.

GRILLO, S. V. C. Polifonia e transmissão do discurso alheio no gênero reportagem. **Estudos Linguísticos XXXIV**. Universidade de São Paulo/ FFLCH/USP, 2005.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Denílson Luís Werle. São Paulo: Ed. da UNESP, 2014.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. V. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil** – sua história. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1985.

HAUSER, A. **História Social da Arte e da Literatura**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HESSE, C. Transformações económicas na edição. In: DARTON, R.; ROCHE, D. **A Revolução impressa**: a imprensa na França, 1775-1800. Tradução: Marcos Jordan. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996, p. 100-133.

HILSDORF, M. L. S. Da circulação para a circularidade: propagação e recepção de idéias educacionais e pedagógicas no Oitocentos brasileiro. In: PINTASSILGO, J.; FREITAS, M. C.; MOGARRO, M. J.; CARVALHO, M. M. C. **História da escola em Portugal e no Brasil**. Lisboa: Edições Colibri, 2006. p. 65-88.

\_\_\_\_\_. **Francisco Rangel Pestana**: jornalista, político, educador. São Paulo: Tese apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1986.

HOBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções (1798-1848)**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

IPANEMA, M. de; IPANEMA, C. de. **Imprensa Fluminense**: ensaios e trajetos. Rio de Janeiro: Instituto der Comunicação Ipanema, 1984.

IWAYA, M. **Palácio da Instrução**: representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professore Erasmo Pilotto (1940-1960). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós- Graduação em Educação, Setor de Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

JANOTTI, M. L. M. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M. C. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 119-144.

\_\_\_\_\_. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JINZENJI, M. Y. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2007.

JURT, J. O Brasil: um Estado-Nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império a República. **MANA**, v. 18, n. 3, 2012, p. 471-509. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n3/a03v18n3.pdf>> Acesso em: 3 mar. 2018.

JÚNIOR, C. S. M. **Fotografias e códigos culturais**: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

KAMINSKI, R. Concepções de desenho industrial no Paraná em fins do século XIX e começo do XX. **Anais do 6º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Desing**. São Paulo: FAAP, 2004.

\_\_\_\_\_. **O belo efêmero, o gosto brejeiro**: imagens da vida fugidia nas revistas curitibanas (1900 - 1920). Curitiba: UFPR, 2010.

KLAJMAN, C. **O conhecimento científico divulgado pelos soldados de farda branca, através do periódico Medicina Militar (1910-1923)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6102/2/31.pdf>>. Acesso em 2 mar. 2018.

KOSELLECK, R. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. 3. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, B. A construção do nacional na fotografia brasileira: o espelho europeu. In: \_\_\_\_\_. **Realidades e ficções na trama fotográfica nacional**. São Paulo: Atêlie Editorial, 2001, p. 79-82.

KOTHE, F. **A alegoria**. São Paulo: Ática, 1986.

LAJOLO, M. P.; R. ZILBERMAN. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

LAFER, C. O significado de República. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 214-224, dez. 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2286/1425>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República – uma interpretação. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**, v. II, cap. X, São Paulo: Difel, 1978.

LEÃO, E. A. de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1926. v.5.

LEÃO, Michele de. **Lei Saravia (1881): se o analfabetista é um problema, exclui-se o problema**. Aedos, n. 11 vol. 1, set. 2012. Disponível em <file:///D:/Arquivos%20do%20Usuario/Downloads/30737-129508-1-PB.pdf> acesso 11/01/2018.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução: Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1992a.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A nova História**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

\_\_\_\_\_. Monumento/Documento. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. Tradução: Suzana Ferreira Borges. 2. ed. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 1992b. p. 535-553.

LEHER, E. M. T. A Revista Brasileira (1879-1881) e os debates sobre ciências, literatura e educação. **Sociedade Brasileira da História da Educação**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/06667.pdf>>.

LEITE, M. M. O periódico: variedade e transformação. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: USP, 1977.

LEITH, J. Impresses Efêmeros. Educação cívica através de imagens. In: DARTON, R.; ROCHE, D. (Org.). **A Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. Tradução: Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996, p. 361-384.

LEME, M. Mercado editorial e música impressa no Rio de Janeiro no século XIX. **Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial**. Rio de Janeiro: FCRB - UFF/PPGCOM - UFF/LIHED, 2004.

LEMOS, R. **Uma história do Brasil através da caricatura 1840-2001**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2002.

LESSA, M. L.; FONSECA, S. C. P. B. (Org.). **Imprensa, pensamento político e historiografia (1822 – 1889)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

\_\_\_\_\_. **Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

LEVI, G. Sobre a microhistória. In: BURKE, P. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992. p. 133-161

LIMA, H. **História da caricatura no Brasil** (4 vols.). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

LIMA, S. F. de . O circuito social da fotografia: caso II. In: FABRIS, A. **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008, p. 59-82.

LIMA, L. F. S. Civil, civilidade, civilizar, civilização: usos, significados e tensões nos dicionários de língua portuguesa (1562-1831). **Almanack**. jan./jun., Guarulhos, n. 03, 2012, p. 66-81. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320120306>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

LIMEIRA, A. M. **O comércio da instrução no século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas**. Rio de Janeiro: 2010.

LYNCH, C. E. C. O Império é que era a República: a Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. **Revista Lua Nova**, n. 85, São Paulo, 2012, p. 277-311.

LUCA, T. História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas. In: PINSKI, C. (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

\_\_\_\_\_. **A revista do Brasil: um diagnóstico da a (N) ação**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.

LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, I. (Org.) **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LUZURIAGA, L. **História da educação pública**. São Paulo: Nacional, 1959.

MACHADO, M. C. G.; MELO, C. S. O ensino primário e a política educacional do Paraná (1890-1892). **Revista Diálogos** (Maringá. *online*), v. 16, supl. espec., dez. 2012, p. 207-227. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/viewFile/36062/18670>>. Acesso em 14/08/2018>.

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da república das letras**: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo: Editorial Grijalbo/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MAIA, L. R. G. **Turismo e o patrimônio industrial ferroviário**: um estudo sobre o Trem da Vale Ouro Preto/Mariana (MG). Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) – Centro Universitário UNA. Belo Horizonte, 2009.

MALERBA, J. **A Corte no exílio** – civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALOSETTI, A.; GENE, M. **Impresiones porteñas**: imagen y palabra em la história cultural de Buenos Aires. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

MANGUEL, A. **Lendo imagens**: uma história de amor e ódio. Tradução: Rosaura Eichemberg, Cláudia Strauch e Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Uma história da leitura**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARACH, C. B. **Discursos e linguagens na Revista do Clube Curitibano (1890 - 1912)**. Curitiba: Tese (Doutorado em História) – UFPR. Curitiba, 2013.

\_\_\_\_\_. **Inquietações modernas**: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910). Dissertação (Mestrado) UFPR. Curitiba, 2007.

MARSHALL, T. H. A. **Cidadania, classe social e status**. Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 7.ed. Tradução: Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2013.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

MARTINS, A. L. Desenho, letra e humor. Estereótipos na caricatura do Império. In: LUSTOSA, I. **Imprensa, humor e caricatura: a questão de estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2011, p. 519-534.

\_\_\_\_\_. Imprensa em tempos de Império. In: LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 45- 80.

\_\_\_\_\_. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República**. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008b.

MARTINS, I. **Gravura arte e técnica**. São Paulo: Laserprint, 1987.

MARTINS, R.; TOURINHO, I. (Org.). **Cultura das imagens: desafios para a arte e para a educação**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.

MARTINS, R. **Almanaque do Paraná**. Curitiba: Livraria Econômica, 1899.

\_\_\_\_\_. **Catálogo dos jornais publicados no Paraná: 1854-1907**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná**. 3.ed. Curitiba: Guaíra, [s.d.].

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira (1877-1896)**. Vol. IV. São Paulo: Edusp/Cultrix, 1978.

MATHEUS, L. C. **Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MATOS, J. V. de. **Livro do Centenário: a instrução pública e a imprensa**. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

MATTELART, A. **A invenção da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

MAYA, E. Nos passos da história: o surgimento da fotografia na civilização da imagem. **Discursos fotográficos**, 4, jul./dez. 2008, p. 103-129.

McFRALANE, J. O espírito do modernismo. In: BRADBURY, M; McFARLANE, J. **Modernismo: guia geral (1890-1930)**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MEDEIROS, C. J. Leite. Theatros e Salões: a crítica teatral do Jornal do Brasil de 1891 a 1982. **Anais do V Congresso Criação e Reflexão Crítica (UFMG)**, out., 2008.

MELLO, M. T. C. de. **Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro.** Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História) – PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2004.

MELLO, S. G. B. de. **Esses moços do Paraná...** Livre circulação da palavra nos albores da República. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Cultural. Linha de Pesquisa: Políticas da Escrita, da Imagem e da Memória) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

\_\_\_\_\_. Trilhos do progresso: notas sobre a estrada de ferro Paranaguá-Curitiba. In: SALOMON, M; SILVA, J. F.; MENDES, L. (Orgs.) **Processos de territorialização: entre a História e a Antropologia.** Goiania: UFG, 2005, p. 105-118.

MENDONÇA, A. T. P. **Por mares nunca dantes cartografados: a permanência do imaginário antigo e medieval na cartografia moderna dos descobrimentos marítimos ibéricos em África, Ásia e América através dos oceanos Atlânticos e Índico nos séculos XV e XVI.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História) – PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2007.

MENESES, U. T. B. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, p. 11-36.

MENEZES, I. P. de. João Gomes Baptista. **Barroco**, 1973, p. 99-128.

MICELI, S. **Poder, sexo e letras na República Velha.** São Paulo: Perspectiva, 1977.

\_\_\_\_\_. Biografia e cooptação (O estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: \_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001a.

\_\_\_\_\_. Intelectuais e classe dirigente no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001b

\_\_\_\_\_. Poder, sexo e letras na república velha. In: \_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001c.

MILLARCH, A. Os 120 anos de Stresser, autor da ópera "Sidéria". *Estado do Paraná - Caderno Almanaque.* Curitiba, 18 jul. 1991, p. 20.

MINARD, P. A agitação na força de trabalho. In: DARTON, R.; ROCHE, D. **A Revolução impressa: imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996, p. 155-176.

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. Bandeiras históricas. **EB**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/bandeiras-historicas>> Acesso em: 1 mar. 2018.

MIZUTA, C. M. M.; FARIA FILHO, L. M. de; PERIOTO, M.a R. (Orgs.). **Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista**. Maringá: Eduem, 2010.

MOREL, M. O surgimento da imprensa periódica: ordenar um espaço complexo. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008a, p. 23-43.

\_\_\_\_\_. **As transformações dos espaços públicos: imprensa. Atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_. Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, L. M. B. P. das. (Org.). **Livros e impressos: retratos dos Setecentos e do Oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 153-184.

\_\_\_\_\_. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 22-43.

MOREL, M.; BARROS, M. G. M. de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOUILLAUD, M. ; TÉTU, J. F. **Le journal quotidien**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989.

MURICY, A. **O símbolo à sombra das araucárias (memórias)**. Curitiba: Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, 1976.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. Quintino Bocaiúva – Cadeira 42. [s.d.] Disponível em; <<http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/AcademiaPML/Patro-42.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Autoridades na maçonaria brasileira. [s.d.]. Disponível em: <[http://www.museumaconicoparanaense.com/Ruas\\_de\\_Curitiba\\_macons.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/Ruas_de_Curitiba_macons.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2018.

MYSKIW, A. M. Curitiba, 'República das Letras' (1870/1920). **Revista Eletrônica História em Reflexão**. (UFGD) v. 2, n.3, Jan/Jun 2008 , p. 1-27.

NABUCO, J. **Minha formação**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro, E.P.U. 1974, 1976 reimpressão.

NUNES, M. T. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. V. II, t. III, São Paulo: Difel, 1978.

NEVES, L. M. B. P. das (Org.). **Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2009.

NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. C. (Org.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

NEVES, S. M. **Brasil em imagens: um estudo da revista *Ilustração Brasileira* (1876-1878)**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M.. Um arbitrário cultural dominante. **Revista Educação**, ano I, p. 36-45.

NOVAES, A. De olhos vendados. In: \_\_\_\_\_. **O olhar**, por Adauto (Org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 9-20.

NÓVOA, A. **A imprensa de educação e ensino: educação em revista**. São Paulo: Escrituras, 1997.

NUNES, C. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. **Educação em foco**, set/fev 2002/2003, p. 9-25.

ODAHARA, R. **A litografia em Curitiba: indústria e arte**. Curitiba: Escola de Música e Belas Artes do Paraná, 1996.

OLIVEIRA, D. M. A. de. Reformas de ensino e a construção da escola pública republicana – 1889/1930: o caso de Sergipe. LOMBARDI, J. (Org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: FE/HISTEDBR, 2006.

OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo Editora Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, M. C. M. **Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República**. 311 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **O ensino primário na Província do Paraná (1853-1889)**. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná; Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

OLIVEIRA, R. C. de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, C. de; VELLOSO, M. P.; LINS, V. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OSINSKI, D. R. B. **Ensino da arte: os pioneiros e a influência estrangeira na arte-educação em Curitiba**. Dissertação (Mestrado, Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Currículo, Setor de Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

\_\_\_\_\_. **Arte, história e ensino: uma trajetória**. (Coleção Questões da nossa época; v. 79). São Paulo: Cortez, 2001.

OSINSKI, D. R. B.; VEZZANI, I, N. Imagens impressas: a Revista do Paraná como suporte das primeiras litografias na Curitiba oitocentista (1887). **Revista de História Regional**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 21, n. 1, 2016, p. 196-221.

\_\_\_\_\_. Revista do Paraná: as primeiras imagens em litografia na imprensa paranaense." **Anais Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas [ANPAP] Ecossistemas Estéticos**, out. 2013, p. 2610.

\_\_\_\_\_. Lei Balbino: o debate na imprensa em defesa da Instrução Pública no Paraná. (1888-1889). **Educação em Revista**. [online]. 2017, v.33, E156354. Epub 24-jul-2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698156354>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

PAIVA, E. F. **História & Imagens**. 2.ed. Belo Horizonte: Atênica, 2006.

PALLARES-BURKE, M. L. A imprensa periódica como empresa educativa no século XIX. **Caderno de Pesquisa**, 1998, p. 144-161.

PAQUETTE D. 1992. La Marseillaise: ascendance et descendance. Le Jura Français, p. 243-249. *Apud* JURT, J. O Brasil: um Estado-Nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império a República. **MANA**, v. 18, n. 3, 2012, p.

471-509. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n3/a03v18n3.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

PANDINI, C. M. C. Ler é antes de tudo compreender: uma síntese de percepção e criação. **Linhas**, jan/jun, 2004, p. 97-107.

PARANÁ. **Leis, Decretos, etc.** – Coleção de Leis e Decretos da Província do Paraná em 1888. Coritiba: Typ. Penitenciária, 1912.

PARANÁ, S. **Galeria paranaense**. Ed. Comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil, 1922.

PAREYSON, L. **Os problemas da estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PATRIARCA, R. P. **O livro infantojuvenil em Portugal entre 1870 e 1940** – uma perspectiva histórica. Tese (Doutorado Faculdade de Letras) – Universidade do Porto, 2012. Disponível em : <[file:///D:/Arquivos%20do%20Usuario/Downloads/O\\_Livro\\_Infantojuvenil\\_em\\_Portugal\\_entre\\_1870\\_e\\_1940\\_\\_8211\\_\\_uma\\_Perspetiva\\_Historica.pdf](file:///D:/Arquivos%20do%20Usuario/Downloads/O_Livro_Infantojuvenil_em_Portugal_entre_1870_e_1940__8211__uma_Perspetiva_Historica.pdf)> Acesso em 24/08/2017>.

PECAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEDRO, J. M. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro, 1831-1889**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

PEREIRA, L. F. L. **O espetáculo dos maquinismos modernos: Curitiba na virada do século XIX para o XX**. São Paulo. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2002.

PEREIRA, M. R. M. **Fazendeiros, industriais e não-morigerados: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1990.

\_\_\_\_\_. Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PERES, T. R. Educação Brasileira no Império. In: PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã** – Cadernos de Formação – História da Educação. São Paulo: PROGRAD/UNESP/ Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

PESAVENTO, S. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. In: \_\_\_\_\_. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Atênica, 2004b, p. 69-105.

\_\_\_\_\_. Em busca de um método de fazer história. In: \_\_\_\_\_. *História & História Cultural*, Belo Horizonte: Autêntica, 2004a, p. 63-68.

PIERCE, R. N.; KENT, R. Newspapers. In: HINDS, H. E.; TATUM, C. M. (Orgs.) **Handbook of latin american popular culture**. West-Port: Greenwood Press, 1985, p. 229.

PILAGALLO, O. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PILOTTO, O. **Cem anos de imprensa no Paraná: (1854-1954)**. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

PINASSI, M. O. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre**: Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

PINTO, A. A. **Nas páginas da imprensa: a instrução/educação nos jornais em Mato Grosso: 1880-1910**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2013.

\_\_\_\_\_. Diálogos no Cerrado: contribuições da imprensa periódica na organização do campo educacional em Mato Grosso no século XIX - encontros e confrontos. **Anais do VIII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação**, São Luis do Maranhão, 2010.

POPKIN, J. Jornais: a nova face das notícias. In: DARTON, R.; ROCHE, D. **Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800**. Tradução: Marcos Jordan, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996. p. 195-223.

PORTO, M. E. C. **Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

PORTRAIT of Solon of Athens by Merry Joseph Blondel. **Getty Images**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gettyimages.com/detail/news-photo/portrait-of-the-poet-and-legislator-solon-of-athens-news-photo/593278878#portrait-of-the-poet-and-legislator-solon-of-athens-painting-by-picture-id593278878>> Acesso em: 1 mar. 2018.

PORZIO, Domenico. **Lithography 200 years of art & technique**. Tradução do italiano por Geoffrey Culverwell. Itália: The wellfleet press, 1982.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PRADO, A. A. Imprensa, Cultura e Anarquismo. In: MARTIUNS, A. L.; LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 131-148.

PRADO, A. **Raízes do Brasil e o modernismo**. Trincheira, palco e letras. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

PROSSER, E. S. **Páginas escolhidas: 150 anos da criação política do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

QUEIROZ, S. R. R. de. **Os radicais da República & Jacobinismo: Ideologia e ação (1893-1897)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUELUZ, M. L. P. **Traços urbanos: a caricatura no início do século XX**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

RAMA, A. **Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REICHARDT, R. Estampas. Imagens da Bastilha. In: DARTON, R.; ROCHE, D. (Orgs.) **A Revolução Imprensa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996, p. 309-338.

REVEL, J. (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REZENDE, L. L. **Do projeto gráfico e ideológico: a impressão da nacionalidade em rótulos oitocentistas brasileiros**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2003.

RIBEIRO, J. **A carne**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

RIBEIRO, L. M. **Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

RIBEIRO, M. T. D. **Revista Ilustrada (1876-1898), síntese de uma época**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

RIZZINI, C. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

\_\_\_\_\_. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1880-1822: um breve estudo geral sobre a informação**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado - Fac simile, 1988.

ROCHE, D. A censura e a indústria editorial. In: DARTON, R.; ROCHE, D. (Orgs.) **A Revolução imprensa: a imprensa na França, 1775-1800**. Tradução: Marcos Jordan. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 21- 48.

ROUANET, S. P. O olhar iluminista. In: NOVAES, A. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 125-148.

SAID, E. **Orientalismo** - o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAIMAIN, E. (Org.). **Como pensam as imagens**. Campinas, SP.: Editora da Unicamp, 2012.

SALGUEIRO, H. A. **A comédia urbana**: de Daumier a Porto-Alegre. São Paulo: Fundação Álvares Penteado, 2003.

SANTAELLA, L. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SANTANA, L. W. A. **Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná**: o projeto de ensino de artes e ofícios de Antonio Mariano de Lima, Curitiba 1886-1902. Dissertação (Mestrado) – UFPR. Curitiba, 2004.

SANT'ANNA, B. C. L. Ilustração brasileira (1854-1885): leitura apresentativa de nossa primeira revista ilustrada. **Revista Ágora**. n.9, 2009, p. 01-15.

\_\_\_\_\_. **Ilustração brasileira (1854-1855) e a Ilustração luso-brasileira (1856-1858-1859)**: uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua portuguesa. São Paulo: Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **D'O Brasil ilustrado (1855-1856) à Revista ilustrada (1876-1898)**: trajetória da imprensa periódica literária ilustrada fluminense. Jundiaí SP: Paco Editorial, 2011

SANTOS, L. C. V. G. **O Brasil entre a América e a Europa**: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

SANTOS, B. S.; FERRONATO, C. J. Professores, redatores e políticos: o lugar de Justiniano de Mello e Silva na imprensa periódica oitocentista. **Revista de História e Historiografia da Educação**, v. 1, n. 1, p.102-116, jan/ abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v1i1.48834>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

SCALZO, M. **Jornalismo em revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHELBAUER, A. R.; ARAUJO, J. C. S. (Org.). História da educação pela imprensa. Campinas, SP: Alínea, 2007.

SCHMIDT, A. **São Paulo de meus amores** – Lembrança X. São Paulo: Editora Brasiliense, [s.d].

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENEFELDER, Aloys. A litografia. In: PORZIO, D. **Lithography 200 years of art & technique**. Itália: The wellfleet press, 1982. p. 242.

SENNETT, R. **O declínio do homem político: as tiranias da inutilidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano. **Almanaque: Cadernos de literatura e ensaio**, n. 14, 1982, p. 80-83.

SIKORA, M. A. **As políticas de imigração no Brasil nos séculos XIX e XX e o desenvolvimento de territórios: estudo de caso da Colônia Dom Pedro II – Campo Largo – Paraná**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

SILVA, A. M. **Diccionario da Lingua Portugueza**. Tomo 1. Lisboa: Tipographia de Antonio José da Rocha, 1858a.

SILVA, A. M. **Diccionario da Lingua Portugueza**. Tomo 2. Lisboa: Tipographia de Antonio José da Rocha, 1858b.

SILVA, C. F. O 15 de novembro na imprensa carioca. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, n. 8, v. 3 jun. 2011 Disponível em <file:///D:/Arquivos%20do%20Usuario/Downloads/16755-76345-1-PB.pdf>. Acesso em 14 dez. 2107.

SILVA, F. F. S. Gravura: suporte para a expansão dos meios de comunicação, mercado e consumo. **Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão**, jan./dez. 2010, p. 71-81.

SILVA, N. S. da. Abolicionismo em Paranaguá: apontamentos a partir da trajetória de um professor público. **Anais XV Encontro regional de História**. 26 - 29 jul. UFPR, Curitiba, 2016. Disponível em:

<[http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468197682\\_ARQUIV\\_O\\_textocompletoanpuh2016NoemiSilva.pdf](http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468197682_ARQUIV_O_textocompletoanpuh2016NoemiSilva.pdf)> Acesso em 21/01/2018>.

SILVA, R. B. França Junior: a voz de um amador nos embates do meio artístico das últimas décadas do século XIX. **19&20**, Rio de Janeiro, v. VII, n. 2, abr./jun. 2012. Disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/artistas/rbs\\_françajr.htm](http://www.dezenovevinte.net/artistas/rbs_françajr.htm)>. Acesso em; 2 mar. 2018.

SILVA, A. Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX. Tese (Doutorado) – UFPE. Recife, 2006.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

SIMÕES JUNIOR, Á. S. Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. **Revista Patrimônio e memória**. UNESP-FCLAs-CEDAP, v. 2, n. 2, 2006, p. 126.

SIRINELLI, J. F. Intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.) **Por uma história política**. (Org.) Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.) *Por uma história política* Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003, p. 231-270.

SOBRINHO, A. J. B. L. **O problema da imprensa**. São Paulo: Com-Arte, 1988.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. MAUAD, 1999.

SOUZA, M. C. O processo político-partidário na Primeira-República. In: MOTA, C. G. (Org.) **Brasil em perspectiva**. 7. ed. São Paulo: Difel, 1976.

STRAUBE, E. C. **Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná**. Curitiba, PR: FUNDEPAR, 1993.

STRAUBE, E. C. **Biblioteca Pública do Paraná: sua história**. 21. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

STULZER, A. **A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos Franciscanos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1982.

TEIXEIRA, L. G. S. **O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 2001.

TELLES, A. C. M. **Desenhando a Nação**: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

TOMASELLI, M. Ver uma coisa complicada. **Zero Hora**, 22 dez. 2003: Segundo Caderno, p. 3.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Tradução: E. F. Edel. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Crítica da modernidade**. 7. ed. Tradução de E. F. Edel. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

TRINDADE, A. D. **André Rebouças**: da Engenharia Civil à Engenharia Social. Tese (Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

TRINDADE, E. M. C. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Tese (Doutorado Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

TRINDADE, E. M. C.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

TURAZZI, M. I. **Marc Ferrez**. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

VAINFAS, R. (Org.) **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALDEMARIN, V. T.; PINTO, A. A. Das formas de ensinar e conhecer o mundo: lições de coisas e método de ensino intuitivo na imprensa periódica educacional do século XIX. **Revista Educação em Questão**, EdUFRN, Natal, RN, v. 39, 2010.

VARGAS, T. **O indomável republicano**. Curitiba: O Formigueiro, 1970.

VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. L. (Orgs.). **História e historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEIGA, C. G. Educação estética para o povo. In: LOPES, E.; FARIA FILHO, L. de; VEIGA, C. G. (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 399-421.

VELHO, O. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

VELLOSO, M. P. O paraíso das regiões inexploradas. In: OLIVEIRA, C.; VELLOSO, M. P.; LINS, V. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 74.

\_\_\_\_\_. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

VELLOZO, D. Justiniano de Mello. O cenáculo, ano I, TOMO I, 3º fasc., p. 59-61, jun. 1895.

VEZZANI, I. N. **Uma revista de tipo europeu: educação e civilização na *Galeria Ilustrada***. Curitiba: Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

\_\_\_\_\_. Revista *Galeria Ilustrada*: repercussões ilustradas da Lei Balbino na Província do Paraná (1888-1889). In: VIEIRA, C. E.; STRANG, B. L. S.; OSINSKI, D. R. B. (Orgs.) **História intelectual e Educação: trajetórias, impressos e eventos**. Jundiaí SP: Paco Editorial, 2015, p. 269-294.

VIEIRA, C. E. Jornal Diário como fonte e como tema para pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre intelectuais, educação e modernidade. In: OLIVEIRA, M. A. T. **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. 1. ed., por M. A. T. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, p. 11-40.

VIEIRA, C. E.; STRANG; B. L. S.; OSINSKI, D. R. B. (Orgs.). **História intelectual e Educação: trajetórias, impressos e eventos**. Jundiaí SP: Paco Editorial, 2015.

VÍCTOR, N. **A terra do futuro: impressões do Paraná**. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1996.

VÍCTOR, N. Rocha Pombo no Paraná. In: A OBRA crítica de Nestor Víctor. Rio de Janeiro: Fundação Casa Ruy Barbosa; Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1979.

VITORINO, A. J. R. **Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1920)**. São Paulo: Annablume:FAPESP, 2000.

WACHOWICZ, R. C. **As moradas da Senhora da Luz**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1993.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

WARDE, M. O papel da pesquisa na pós-graduação em Educação. **Caderno de Pesquisa**, n. 73, mai.1990, p. 67-75.

WEINHARDT, M. Baudelaire: A conquista da Modernidade. In: PAZ, F. M. (Org.) **Utopia e modernidade**.. Curitiba: Ed. da UFPR, 1994, p. 33-56.

WERLE, D. L. Apresentação à edição brasileira. In: HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Unesp, 2014, p. 15-33.

WESTPHALEN, C. M. **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991.

WIKIPEDIA. Folhetim, 2017. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Folhetim>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

WIKIPEDIA. Raymundo da Mota de Azevedo Correia, 2017. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Raimundo\\_Correia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Raimundo_Correia)>. Acesso em: 26 fev. 2018.

WILLIAMS, R. **Cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

WOLFF, F. Por trás do espetáculo: o poder das imagens. In: NOVAES, A. (Org.) **Além do espetáculo**. São Paulo: Senac, 2005, p. 17-45.

WOLFF, M. C.; WOLFF, S. S. F. Arquitetura e fotografia no início do Século XIX. In: FABRIS, A. T. **Fotografia**: usos e funções no século XIX, por Anna Tereza (Org.) São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008, p. 131-172.

ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte**: um paralelo entre arte e ciência. Campinas,SP: Autores Associados, 1998.

ZANCHETTA, J. **Imprensa escrita e telejornal**. São Paulo: UNESP, 2004.

ZENHA, C. O Brasil na produção de imagens impressas durante o século XIX: a paisagem como símbolo da nação. In: DUTRA, E. F.; MOLLIER, J. Y. (Orgs.) **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política (Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX). São Paulo: Annablume, 2006, p. 355.

## FONTES DE JORNAIS E REVISTAS

ABERTURA de falência e convocação de credores. *Jornal A República*. Curitiba, 25 jul. 1890, n. 173, p. 3.

A ARTE tipográfica. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 11 abr. 1890, n. 124, p. 2.

A BANDEIRA brasileira e o hino nacional. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 30 nov. 1889, n. 6, p. 2.

A BANDEIRA brasileira, o Hino Nacional. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 30 nov. 1889, n. 6, p. 2.

A BANDEIRA Nacional. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 28 nov. 1889, n.4, p. 2.

A NOSSA bandeira. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 nov. 1889, n. 1, p. 1.

A NOSSA bandeira. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 abr. 1889, n. 1, p. 1

A RECEPÇÃO. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 27 nov. 1889, p. 1.

A REPÚBLICA. Anúncios. Curitiba, 26 jun. 1890, n. 148, p. 4.

A VIDA escolar. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 18 mar. 1890, n. 103, p. 3.

ACLAMAÇÃO. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 nov. 1889, n. 01, p. 04.

AINDA as folhas ilustradas da Tarde. *Revista Typographica*. Rio de Janeiro, abr 1888, p. 2-3.

ANÚNCIO. Escolas de Artes e Indústrias do Paraná. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 22 mar. 1890, n. 107, p. 4.

AO pobre diabo. Anúncios. *Jornal A República*. Curitiba, 26 jun. 1890, n. 148, p. 4.

ASSOCIAÇÃO dos artistas. *Jornal A República*, n. 17. Curitiba, abr. 1888, p. 3.

AULA Noturna. *Jornal A República*. Curitiba, 2 fev. 1890, p. 3

BARRETE Phrygio. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 26 fev. 1890, n. 83, p. 2

BENEMERÊNCIA. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba. 13 abr. 1890, ano I, n.125, p. 2.

BIBLIOTECA Dr. Pedrosa. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 8 fev. 1890, n. 65, p. 3.

BRAGA, L. T. Colaboração. Educação popular. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba 18 dez. 1889, n. 21, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. Colaboração. Educação popular. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba 28 dez. 1889, n. 29, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. *Educação Popular*. Colaboração. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 25 dez. 1889, n. 27, p. 1- 2.

\_\_\_\_\_. *Educação Popular*. Colaboração. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 03 jan. 1890, n. 33, p. 1.

CAPITAL. *Jornal Sete de Março*. Curitiba, 2 jan.1889, p. 03.

CATÁLOGO, massa falida Narciso Figueras. *Jornal A República*, Curitiba 1 out. 1890, p. 04.

CERTIFICO, *Jornal A República*. Curitiba, 21 dez.1890, n. 295, p. 3.

CHAGAS, Manuel Joaquim Pinheiro. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 29 nov. 1889, n. 5, p. 2.

CLUBE dos Estudantes. Noticiário. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 29 dez. 1889, n. 30, p. 1.

CLUBE dos Estudantes. *Jornal Sete de Março*. Curitiba, 28 dez. 1889, p. 4

CLUBE dos Estudantes, *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 1 mar. 1890, n. 86, p. 2

CLUBE dos Girondinos. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 dez. 1889, n. 26, p. 2.

COELHO, L. Apresentação. *Revista Paranaense*. Curitiba, 15 jan. 1881, p. 3-5.

COLÉGIO Modelo. *Jornal Correio Paulistano*. São Paulo, fev.1882, n. 7564 p. 4.

COLÉGIO N. S. da Glória. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 17 dez. 1889, n. 20, p. 3.

COLÉGIO Parthenon Paranaense. Anúncio. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 08 jan. 1890, n. 36, p. 4.

COLÉGIO Parthenon Paranaense. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 7 dez. 1889, n. 12, p. 03.

COLÉGIO Saldanha. *Jornal Quinze de Novembro*, Curitiba, 15 de dezembro 1889, n. 19, p. 2.

COLÉGIO Saldanha. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 18 dez. 1889, n. 21, p. 2.

COLÉGIO São José. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 14 jan. 1890, n. 41, p. 2.

COMISSÃO Executiva do Partido Republicano. *Jornal A República*. Curitiba, 1 fev. 1890, n. 27, p. 2-3.

CONGRESSO de operários. Noticiário. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 14 dez. 1889, n. 18, p. 3.

CONGRESSO de operários. Noticiário. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 22 dez. 1889, p. 2

CORREIA, L. D. Pedro de Alcantara. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 27 nov.1889, p. 1.

\_\_\_\_\_. Editorial. Quintino Bocayuva. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 15 dez. 1889, n. 19, p. 3.

\_\_\_\_\_.15 de Novembro. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 de novembro de 1889, n. 1, p. 1-2.

COSTA, L. Iluminação Pública. Seção Livre. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 3 fev. 1890, n. 60, p. 3.

CUNHA, J. M. da. Soneto de João Manoel da Cunha. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 1 jan. 1890, n. 32, p. 4.

CUPERTINO, J. Anúncio. Colégio São José. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 25 mar. 1890, n. 110, p. 4.

DÁDIVA ESCOLAR. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 13 abr. 1890, ano I, n.125, p. 3.

DECRETO n. 1. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 12 dez. 1889, n. 16, p. 3.

DEPORTAÇÃO, *Sete de Março*. Curitiba, 26 abr. 1890, p. 4

DIVIDA do Estado. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 26 mar. 1890, n. 111, p. 1.

DIVIDA do Paraná. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 31 dez. 1889, n. 1, p. 2.

DIVIDA dos colonos. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 14 fev. 1890, p. 1, n. 71.

DIVIDA dos colonos. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 9 fev. 1890, n. 66, p. 01.

DIVIDA Externa e Interna. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 3 dez. 1889, n. 8, p. 1.

DIVIDA Externa. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 1 dez. 1889, n. 7, p. 1.

DIVIDA externa. Noticiário. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 03 dez. 1889, n. 8, p. 1.

DORIA, M. Para ser útil. Editorial, *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 26 jan. 1890, n. 52, p. 1.

DR. DORIA. Noticiário. *Jornal A República*. Curitiba, 6 mai. 1890, n. 107, p. 2

DR. ISMAEL da Rocha. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 13 abr. 1890, N. 126, p. 1.

DR. MENEZES Doria. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 25 fev. 1890, n. 82, p. 1.

DURSKI, Jerônimo. Anúncios. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 08 jan. 1890, n. 36, p. 4.

ECOS da semana. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 07 dez. 1889, n. 1, p. 1.

EDUCAÇÃO Popular. Colaboração. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 20 dez. 1889, n. 23, p. 1.

ENSINO de Desenho. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 12 dez.1889 , n. 16, p. 2.

ESBOÇO Geográfico. *Jornal A República*. Curitiba, 2 fev. 1890, p. 3.

ESCOLA de Artes e Industrias do Paraná. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 4 jan. 1890, n. 34, p. 1.

ESCOLA de Desenho e Pintura. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 30 nov. 1889, n. 6, p. 3.

ESCOLA de Desenho e Pintura. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 11 dez. 1889, n. 15, p. 3.

ESCOLA Noturna. *Jornal A República*. Curitiba, 9 fev. 1890, p. 2

ESCOLA Noturna para adultos. *Jornal de Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 23 jul. 1889, p. 4.

ESCOLA NOTURNA, *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 15 fev.1890, n. 72, p. 3.

ESCOLA REALISTA. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 25 dez. 1889, p. 2.

ESCOLAS subvencionadas, *Jornal Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 11 dez. 1889, p. 2.

EXPEDIENTE. *Jornal A República*. Curitiba, 17 jan. 1890, p. 1.

EXPEDIENTE. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, dez. 1889, p. 1.

FALECIMENTOS. *Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 fev. 1917, ano XVI, n. 6573, p. 04.

FATOS Diversos. *Revista Galeria Ilustrada*. Curitiba, fev. 1889, p. 72.

FIGUERAS, N. Ao Público. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*, Curitiba, 26 jan.1890, n. 52, p. 1.

\_\_\_\_\_. Ao Público. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 2 mai. 1890, n. 142, p. 01.

\_\_\_\_\_. *Jornal Quinze de Novembro*, Curitiba, 24 nov. 1889, p. 1.

\_\_\_\_\_. Ao Público. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 16 abr. 1890, p. 1.

FOI-SE, *Jornal A República*. Curitiba, 4 mai. 1890, p. 2.

FOLHA Popular. *Jornal O Paíz*. São Paulo, out. 1890, n. 3082, p. 1.

FOLHETIM. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 nov. 1889, n. 1, p. 2.

FR. THOMAZ. *Jornal O Paiz*, RJ, 22 mar. 1890, p. 1

GALERIA Ilustrada. *Revista Galeria Ilustrada*, Curitiba, nov. 1888, n. 1, p. 2

GOMES, T. Oficinas. *Revista Galeria Ilustrada*. Curitiba, 10 dez. 1888, p. 20.

GOVERNAÇÃO. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 5 dez. 1889, n. 10, p. 1.

GRANDE Leilão. *Jornal A República*. Curitiba, 1 out. 1890, n. 227, p. 4.

GRANDES pioneiros. Leoncio Correia. **Seareiro**, ano 17, n. 124, 2015. Disponível em: <[http://www.espiritismoeluz.org.br/seareiro/seareiro\\_124.pdf](http://www.espiritismoeluz.org.br/seareiro/seareiro_124.pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2018. HOMENAGEM ao mérito. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 2 mar. 1890, n. 87, p. 1.

ILUMINAÇÃO pública. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba 30 jan. 1890, n. 56, p. 1.

ILUMINAÇÃO Pública. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 29 nov. 1889, ano I, n. 5, p. 1.

INSTITUTO Artístico. *Jornal Correio Paulistano*. São Paulo, dez. 1883, n. 8206, p. 1.

INSTITUTO Artístico. *Jornal Correio Paulistano*. São Paulo, dez. 1883, n. 9819, p. 1.

INSTITUTO Paranaense. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 28 ma. 1890, n. 113, p. 2.

INSTRUÇÃO Pública. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 1 mar. 1890, n. 86, p. 2.

INSTRUÇÃO Pública. *Jornal A República*. Curitiba, 11 dez. 1889. p. 2.

INSTRUÇÃO pública. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 nov. 1889, n. 1, p. 3.

INSTRUÇÃO Pública. *Jornal A República*. Curitiba, 13 dez. 1889. p. 1.

INSTRUÇÕES para organização do Partido Republicano no Estado do Paraná. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 2 fev. 1890, n. 59 p. 1.

INSTRUÇÕES para organização do partido Republicano no Estado do Paraná. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 1, fev. 1890, n. 58, p. 2.

INSTRUÇÕES para organização do partido Republicano no Estado do Paraná. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 03 fev. 1890, n. 60, p. 1.

JORNAIS recebidos pela Biblioteca do Estado do Paraná. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 12 mar. 1890, n. 97, p. 1.

LADISLAU, J. Fragmentos I. As artes gráficas no Brasil. *Revista Typographica*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1888, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. Fragmentos IX. A Litografia. *Revista Typographica*, Rio de Janeiro, jun. 1888, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. Fragmentos V. A impressão. *Revista Typographica*, Rio de Janeiro, mai. 1888, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. Fragmentos X. A aprendizagem da Litografia. *Revista Typografica*. Rio de Janeiro, 30 jan. 1888, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. Fragmentos XI. A impressão litográfica. *Revista Typografica*, Rio de Janeiro, 7 jul. 1888, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. Fragmentos XVI. A zincographia. *Revista Typographica*, Rio de Janeiro, 1 set. 1888, p. 1.

\_\_\_\_\_. Principios Histori-theori-práticos da Arte Tipográfica. *Revista Typographica*, Rio de Janeiro, jan. 1888, p. 1.

\_\_\_\_\_. *Revista Typographica*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1888, p. 1-2.

LIMA, Mariano de. Arte e Artistas. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 16 jan. 1890, n. 43, p. 4.

LIVROS novos, *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 mar. 1898, ano VIII, n. 66, p. 2.

- MANOEL Euphásio Corrêa. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 04 fev. 1890, n. 61, p. 3.
- MARCOS. Ao correr da pena. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba 27 nov. 1889, n. 3, p. 3.
- MARTINS, R. Lista de jornais e revistas publicados no Paraná entre 1854 a 1900. *Almanaque do Paraná*, 1898.
- MENEZES, I. P. de. João Gomes Baptista. *Barroco*, 1973, p. 99-128.
- MENUCCI, S. *O precursor do abolicionismo no Brasil: Luís Gama*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- MIDOSI, N. *A Revista Brasileira*. 01. TOMO I. Rio de Janeiro: Escritório da Revista Brasileira, 1879.
- MINDELLO, V. O Martins. *Jornal Entr'acto*. São Paulo, 28 jun., n. 2, p. 3.
- NOSSAS Gravuras. Uma carta ao namorado. *Revista Galeria Ilustrada*, Curitiba, 10 jan. 1889, n. 6, p. 42
- NOTAS a margem. *Jornal Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, dez. 1883, n. 363, p. 1.
- NOTAS. *Jornal A República*. Curitiba, abr. 1888, p. 5.
- NOTICIÁRIO. Fragmentos. *Revista Typographica*. Rio de Janeiro, 07 abr. 1888, p. 3-4.
- NOTICIÁRIO. *Jornal A Constituinte*, São Paulo, 24 abr. 1880, p. 1).
- NOTICIÁRIO. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 5 jan. 1890, p. 1.
- NOTICIÁRIO, Exército. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 1 dez. 1889, n. 7, p. 1
- NOTÍCIAS. Leoncio Correia. *Jornal A República*. Curitiba, jan. 1890, n. 26, p. 3.
- NOVA oligarquia. *Jornal Sete de Março*, Curitiba, 1 fev. 1890, n. 93, p. 4.
- O CAPITÃO. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 8 dez. 1889, n. 13, p. 1
- O CORONEL Francisco José Cardoso Júnior. *Jornal Quinze de Novembro*, Curitiba, 1 dez. 1889, n. 7, p. 1
- O DIA de amanhã. *Jornal Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 27 set. 1884, n. 226, p. 2.
- O ENTR'ACTO. Noticiário. *Jornal Correio Paulistano*. São Paulo, 22 jun. 1881, n. 7363, p. 2.
- O MONGE do Tibagy. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 9 mar. 1890, n. 94, p. 1.
- OBRAS publicadas. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, mar. 1840, n. 64, p. 3.
- OS ARTISTAS. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 12 dez. 1889, n. 16, p. 1.
- PARA SER útil. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 26 jan. 1890, n. 52, p. 1.

- PARANÁ, S. Correspondência. *Jornal A República*. Curitiba, out. 1890, p. 3.
- PARANÁ. Leis, Regulamentos, etc. Leis e regulamentos da Província do Paraná. Curityba, Typ. Paranaense, 1877.
- PEQUENOS Ecos. *Revista Illustrada*, nº 602. Rio de Janeiro, set. 1890, p. 3.
- PEREIRA, G. A imprensa. *Jornal A Semana*. Curitiba, 1 jan. 1893, p. 4.
- PLANTA de Curitiba. *Jornal A República*. Curitiba, 12 mai. 1894, n. 03, p. 3.
- POR HONRA própria. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 23 fev. 1890, p. 1, n. 80.
- PRISÃO. *A República*. Curitiba, 10 de jun. 1890, p. 2.
- PROCLAMAÇÃO. *Jornal O Paíz*. Rio de Janeiro, 16 nov. 1889, p. 1.
- PROFESSOR CLETO. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 4 fev. 1890, n. 61, p. 3.
- PROVÍNCIA do Paraná. *Jornal Quinze de Novembro*, Curitiba, 30 nov. 1889, ano I, n. 6, p. 3.
- PUBLICAÇÕES. *Jornal Sete de Março*, Curitiba, 16 mar. 1889, ed. 48, p. 4.
- QUINZE de Novembro, *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 16 abr. 1890, n. 128, p. 1.
- RAPOSO, J. Ao público. *Jornal A República*, nº 22. Curitiba, jan. 1890, p. 3.
- RECONSTRUÇÃO. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 04 dez. 1889, n. 9, p. 01
- REUNIÃO Patriótica. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 01 dez. 1889, n. 7, p. 1.
- REUNIÃO Patriótica. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 24 dez. 1889, n. 26, p. 2.
- REUNIÃO política de ante-ontem. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba 11 mar. 1890, n. 96, p. 1.
- RIVIERE, E. Notas Particulares. *Jornal Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1832, p. 35.
- SÁ, J. M. O. Regulamento. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 9 nov. 1889, p. 1.
- SILVA, S da. A invasão dos aprendizes. *Revista Typografica* [ed.32]. Rio de Janeiro, 13 out. 1888, p. 01-3.
- SOBRINHO, J. F. S. Clube dos Estudantes. Noticiário. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 28 dez. de 1889, n. 29, p. 3.
- \_\_\_\_\_. Pelo Futuro. Colaboração. *Jornal Quinze de Novembro*, Curitiba, 24 dez. 1889, n. 26, p. 1-2.
- SOLDO dos militares. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 11 dez. 1889, n. 15, p. 2.
- SR. NARCISO Figueras. *Jornal Correio Paulistano*. São Paulo, dez 1883, n. 9211, p. 1.
- TÓPICOS do dia. *Jornal Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 19 jul. 1886, n. 159, p. 1.

TRISTE verdade. Editorial. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 20 mar. 1890, n. 105, p. 1.

ÚLTIMA hora. *Revista Galeria Ilustrada*, Curitiba, 30 nov. 1888, n. 2, p. 16.

ÚLTIMA hora. *Revista Galeria Ilustrada*. Curitiba, 20 fev. 1889, n. 8 (II), p. 72.

ZIG. Reportagem. *Jornal Quinze de Novembro*. Curitiba, 25 mar. 1890, n. 110, p. 2.